



História e Economia

Revista Interdisciplinar



História e Economia

Revista Interdisciplinar



HISTÓRIA E ECONOMIA - revista interdisciplinar.
Brazilian Business School. - v.12, n. 1, (2014). - São Paulo

Semestral

ISSN 1808-5318

1. História - Periódicos 2. Economia - Periódicos 3. Finanças -
Periódicos 4. Brasil - Periódicos I. BBS Business School.

CCD 330.981

História e Economia

Revista Interdisciplinar

BBS Business School

Editor: John Schulz

Vice editor: Adalton Francioso Diniz

Secretária geral: Roberta Barros Meira

Conselho editorial:

Adalton Francioso Diniz (Faculdade Cásper Líbero/PUC/SP) • André Villela (EPGE/FGV) • Antônio Penalves Rocha (USP) • Carlos Eduardo Carvalho (PUC/SP) • Carlos Gabriel Guimarães (UFF) • Felipe Pereira Loureiro (USP) • Flavio Saes (USP) • Gail Triner (Rutgers University) • Jaime Reis (ICS - Universidade de Lisboa) • John Schulz (BBS) • John K. Thornton (Boston University) • Jonathan B. Wight (University of Richmond) • José Luis Cardoso (ICS - Universidade de Lisboa) • Marcos Cintra (Unicamp) • Pedro Carvalho de Mello (ESALQ) • Renato Leite Marcondes (USP/Ribeirão Preto) • Ricardo Feijó (USP/Ribeirão Preto) • Steven Topik (University of California Irvine) • Vitoria Saddi (INSPER)

Agradecimento aos pareceristas externos:

Pedro Ramos – Unicamp; Anna Chiara Carletti – Unipampa; Juan Vicente Bachiller Cabria – UERJ; Ana Maria Daou – UFRJ; Luciana Gandelman – UFRRJ; Elizabeth Sousa Abrantes- UEMA; Maria Marta Lobo de Araújo – Universidade do Minho; Leila Maria Gonçalves Leite Hernandez – USP; Antonio Luis Licha – UFRJ; Carlos Eduardo de Freitas Vian – USP; José Felipe Araújo de Almeida-UFPR; Carlos Henrique Vasconcellos Horn – UFRGS; Fabiana Schleumer- UNIFESP; Ana Maria Cardoso Ribas – Pedro II; Renato Luís do Couto Neto e Lemos- UFRJ; Carlos Alberto Ramos – UNB; Eronildo Barbosa da Silva – UFMS; Matthias Röhrig Assunção - University of Essex; Tito Carlos Machado de Oliveira – UFMS; Alessandra Stremel Pesce Ribeiro - Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá; Eduardo Figueiredo Bastian – UFRJ; Jair do Amaral Filho – UFC; Laurinda Abreu – UEVORA; Katia Paim Pozzer – UFRGS;

Projeto gráfico e arte: Meca Comunicação Estratégica

Diagramação: Valter Luiz de Freitas

Tiragem: 1.000 exemplares

Impressão: Neoband

BBS Business School

Al. Santos, 745 – 1º andar – São Paulo – SP – Brasil

Tel. 55 11 3266-2586 – Fax 55 11 3289-3345

revistahistoriaeconomia@gmail.com – www.bbs.edu.br

Apresentação

O momento de História e Economia

The moment of História e Economia

Conselho editorial.....9

Nota do Editor

Editor's note

John Schulz.....11

Artigos

Negociar como dantes: católicos e protestantes no trato de escravizados no reino do Congo do século XVIII. 1752-1800

Thiago Clemêncio Sapede.....15

La fabricación de maquinaria agrícola en Estados Unidos y Argentina: aportes desde un abordaje comparativo

Damián Bil37

Vendas condicionais de escravos (Casa Branca, província de São Paulo, anos de 1870)

José Flávio Motta61

Demografia escrava e produção econômica na Zona da Mata mineira: 1831 – 1888

Luiz Fernando Saraiva e Rita de Cássia da Silva Almico.....85

O visconde imigrantista e a sua escravaria, Campinas, 1887

Maria Alice Rosa Ribeiro.....103

A indústria paulista da crise de 1929 ao Plano de Metas

Flávio Saes e Nelson Nozoe.....125

Brazilian Economic Historiography: An Essay on Bibliographical Synthesis

Paulo Roberto de Almeida.....147

Roteiro para submissão de artigos.....165



O momento de História e Economia

The moment of História e Economia

O País e as Disciplinas

De proporções continentais, o Brasil se fechou em si mesmo ao longo da segunda metade do século 20. A industrialização tardia do País materializada sob a forma de substituição de importações foi o tema dominante nesse período. Durante as últimas duas décadas, entretanto, a visão do Brasil mudou de forma significativa. Tal episódio teve também repercussão na academia, observando um movimento no qual tanto a “esquerda” quanto a “direita” passaram a buscar novas idéias de fora do País. Os historiadores e economistas procuraram entender o mundo inclusive em áreas nas quais o Brasil possuía pouco contato prévio. Atualmente, a Coreia do Sul e a Índia podem ser modelos para o Brasil.

Neste ínterim, o Brasil, que liderou o mundo em termos de crescimento econômico por diversas décadas e, recentemente, superou um processo de pré-hiperinflação, tem muito a contar para o mundo. Ao nosso ver, História e Economia é um fórum multilinguístico para estudiosos brasileiros e de outros países. Também entendemos que esta revista é uma forma na qual os pesquisadores do Brasil podem expressar suas experiências a acadêmicos e demais interessados no exterior.

Os estudos interdisciplinares estiverem em voga, no mínimo a partir da publicação dos *Annales* em 1929. Os historiadores, em sua grande maioria, apesar de serem influenciados

The Country and the Disciplines

Of continental proportions Brazil looked predominantly inwards throughout most of the second half of the twentieth century. Import substitution and autarky dominated thinking across the political spectrum. Over the past two decades, the outlook changed dramatically with both the “left” and the “right” searching outside for new ideas and for material fulfillment. Historians and economists seek to understand the world including areas with which Brazil had little previous contact. Today South Korea and India may be role models and are at least “benchmarks” for Brazil.

Meanwhile Brazil, which led the world in economic growth for a number of decades, and which recently overcame near hyperinflation, has something to tell the rest of the world.

We view *História e Economia* as a multilingual forum for both Brazilian and international scholars. We also see our journal as a means by which Brazilian researchers communicate the Brazilian experience to academics and other interested parties abroad.

Interdisciplinary studies have been in vogue at least since the appearance of the *Annales* in 1929. In practice, historians, although influenced by ideas from many fields, rarely undertake research in conjunction with scholars trained in other disciplines. Collective studies tend to be by groups of historians. Brazil

por idéias de áreas distintas, raramente produziram trabalhos em co-autoria com acadêmicos de outras disciplinas. Esforços coletivos tendem a incluir apenas historiadores. Esta revista pretende ser um fórum de propagação de idéias inovadoras de historiadores e economistas. De fato, o Brasil tem um grande número de economistas cujos trabalhos de história econômica possuem reconhecimento internacional e contribuíram para o avanço da história. Tal tradição teve início nos anos 50 com Celso Furtado, senão antes. Assim, usando da credibilidade desses acadêmicos brasileiros, o intuito da revista é o de estimular a pesquisa e a comunicação por acadêmicos das duas disciplinas.

A revista abarca três áreas: história econômica geral, história financeira e história das idéias econômicas. Em história financeira incluímos moeda, instituições e instrumentos financeiros e finanças públicas. A história das idéias econômicas abrange as adaptações que economias, como as do Brasil e de Portugal, terminaram por implementar no pensamento econômico tradicional.

Será por meio do encontro entre história e economia e do Brasil com o mundo que esta revista deverá fazer sua contribuição.

Conselho editorial

has a large number of outstanding economists whose work on economic history is recognized around the world. This tradition started with Celso Furtado in the fifties if not earlier. We intend to take advantage of this existing situation to encourage research and communication by scholars of both disciplines.

História e Economia dedicates itself to three areas: General Economic History, Financial History and the History of Economic Ideas. Within Financial History we include money, financial institutions and instruments, and public finance. The History of Economic Ideas encompasses the adaptations that relatively backward economies, such as Brazil and Portugal, have made of economic thought from the "advanced" countries.

It is on the intersections of history and economics and of Brazil and the world where we wish to make our contribution.

Editorial board

Nota do editor

Editor's note

Estamos orgulhosos de incluir na nossa Revista o primeiro artigo sobre a África, de Thiago Sapede “Negociar como dantes” que trata do Reino do Congo durante o século XVIII. Este trabalho destaca a autonomia interna deste reino em face de invasões européias. Como a BBS está presente em Angola, esperamos incentivar outras contribuições de africanistas para Historia e Economia.

Da África, voltamos ao nosso hemisfério com “La fabricación de maquinaria agrícola en Estados Unidos y Argentina: aportes desde un abordaje comparativo”, de Damian Bil. Este estudo centra-se em um problema crônico da Argentina: a falta de escala.

José Flávio Motta, que já contribuiu para Historia e Economia, nos dá informações valiosas sobre o mercado de crédito no Brasil do século XIX com “Vendas condicionais de Escravos”. Ele descreve os casos de vendas de escravos em que o vendedor retinha a posse como uma última chance de reembolsar um empréstimo em atraso; em outras situações, embora os vendedores realmente entregassem os escravos para os compradores, estes vendedores poderiam ser capazes de resgatar a sua alienação através de eventual reembolso. As dificuldades enfrentadas por credores constituíram um grande obstáculo institucional para o desenvolvimento

We are proud to include our journal's first article on Africa, Thiago Sapede's “Negociar como dantes” on the Kingdom of the Kongo during the 18th century. This piece highlights the autonomy enjoyed by this domestic kingdom in the face of European encroachments. As the BBS is present in Angola, we hope that we can encourage other Africanists to contribute to Historia e Economia.

From Africa, we return to our hemisphere with “La fabricación de maquinaria agrícola en Estados Unidos e Argentina” by Damian Bil. This study focuses on Argentina's chronic problem: lack of scale.

José Flavio Motta, who has already contributed to Historia e Economia, gives us valuable insights into the credit market in 19th century Brazil with “Vendas condicionais de escravos”. He describes cases of slave sales in which the seller retained possession as a last chance to repay a past-due loan; in other situations, although the sellers actually delivered the slaves to the buyers, these sellers expected to be able to redeem their chattel through eventual repayment. The difficulties facing creditors constituted a major institutional obstacle to Brazil's development, an obstacle that remains with us into the present. The following article, by Luiz Fernando Saraiva and Rita Almico, the latter a past contributor of ours, also deals with slavery: “Demografia

do Brasil, um obstáculo que permanece conosco até o presente. O artigo a seguir, de Luiz Fernando Saraiva e Rita Almico, esta última uma colaboradora passada nossa, também lida com a escravidão: “Demografia Escrava e Produção Econômica na Zona da Mata Mineira: 1831-1888” Este trabalho mostra a importância desta região para a economia brasileira contemporânea. Um terceiro artigo sobre a escravidão, de Maria Alice Ribeiro “O Visconde imigrantista e sua escravaria, Campinas, 1887”, demonstra que um promotor de destaque do trabalho livre através da imigração pode ser um proprietário de escravos considerável ao mesmo tempo. Esta dualidade ajuda a explicar a relativa falta de violência dentro do processo abolicionista brasileiro.

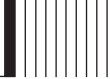
Flavio Saes, um membro de nosso conselho editorial, juntamente com Nelson Nozoe, seu colega na Universidade de São Paulo, revê a expansão industrial em São Paulo a partir da década de 1930 até os anos 1950 em “A indústria paulista da Crise de 1929 até O Plano de Metas”. Eles examinam diferentes estratégias adotadas pelas duas empresas líderes. Finalmente Paulo Roberto de Almeida, também um contribuidor anterior nosso, fornece-nos com a sua “Brazilian economic historiography: an essay on bibliographical synthesis”, esclarecimentos sobre a evolução ao longo do século passado.

Como sempre, estamos ansiosos pelas críticas dos artigos que apresentamos, bem como outras contribuições. Africanistas são especialmente bem-vindos!

Escrava e Produção Econômica na Zona da Mata Mineira: 1831-1888.” This work illustrates the importance of this region to the contemporary Brazilian economy. A third article on slavery, Maria Alice Ribeiro’s “Visconde imigrantista e sua escravaria, Campinas, 1887”, demonstrates that a prominent promoter of free labor through immigration could be a sizeable slave owner at the same time. This duality helps account for the relative lack of violence within the Brazilian abolitionary process.

Flavio Saes, a member of our editorial board, together with Nelson Nozoe, his colleague at the University of São Paulo, review industrial expansion in São Paulo from the 1930s through the 1950s in “A industria paulista da crise de 1929 até o Plano de Metas”. They examine differing strategies adopted by two leading enterprises. Finally Paulo Roberto de Almeida, also a previous contributor of ours, provides us with his “Brazilian Economic Historiography: An Essay on Bibliography” which highlights developments during the past century.

As always, we look forward to both criticisms of the articles we present as well as further contributions. Africanists are especially welcome!





Negociar como dantes: católicos e protestantes no trato de escravizados no reino

do Congo do século XVIII. 1752-1800.

Thiago Clemêncio Sapede

Mestre em História Social – USP

sapede@usp.br

Abstract

This paper seeks to present an historical analysis of the 18th century kingdom of Kongo slave trade through the careful reading of missionary documentation as well as available slave trade data, in an attempt to understand the internal and external forces involved in the competition to control this market. Considering the context of rivalry between Portugal and Kongo and the British, Dutch, and French hegemony of the Congo coast slave trade, this work will question the relation between the religious missionary project and the Portuguese economic interests at stake. It will equally explore the Konogolese responses to these Portuguese attempts and their historical consequences.

Resumo

Este artigo apresenta uma reflexão histórica sobre o negócio escravista no reino do Congo do século XVIII, através da leitura e crítica documental das fontes missionárias, utilizando também levantamentos quantitativos disponíveis. Pretende-se compreender os complexos jogos de forças internos e externos das disputas pela compra de africanos escravizados nos portos do litoral congolês. Frente ao contexto anterior de inimizades entre Congo e Portugal e a hegemonia econômica holandesa, inglesa e francesa, lançaremos olhar ao projeto luso que objetivou reestabelecer parcerias com o Mani Congo através do incentivo ao envio de missionários católicos argumentando pela existência de intrínseca relação entre projeto econômico e religioso. Observaremos as respostas conseguidas para a manutenção de sua autonomia diante de tais intentos.

Desde os primórdios dos estudos históricos sobre África do período pré-colonial, o reino do Congo¹ foi uma sociedade posta em grande evidência, o que se explica por três razões fundamentais. Primeiramente, ocorreu no Congo intenso contato por mais de três séculos com europeus, primordialmente missionários católicos, que nos legaram numerosas fontes escritas, raras para outras sociedades africanas do período. Outro fator de evidência foi sua estrutura política altamente centralizada nas mãos do soberano (Mani Congo), que para o olhar europeu possuía semelhanças significativas com o modelo de seus reinos da época moderna. Além disso, tem-se um fator religioso fundamental: desde décadas finais do século XV, altas camadas conguesas demonstraram interesse em incorporar ritos e símbolos católicos, apresentados pelos então “parceiros” portugueses. Graças à centralização política no período dos primeiros contatos com o catolicismo e em períodos subsequentes, os soberanos do Congo puderam incentivar (ou mesmo impor) a difusão de signos e preceitos católicos, que se tornaram ferramentas de promoção de seu poder.²

Na década de 1960 foram publicados os primeiros importantes trabalhos históricos sobre o Congo por Basil Davidson, Jan Vansina e Georges Balandier. Esta primeira geração de acadêmicos deu ênfase ao século XVI, período dos primeiros contatos entre portugueses e con-

gueses nas décadas finais do século XV, o batismo do Mani Congo Nzinga a Kuwu, e o posterior governo de D. Afonso I Mvemba a Nzinga, que incentivou a incorporação pelas elites de elementos portugueses como o catolicismo, língua portuguesa, escrita, títulos nobiliárquicos ibéricos, dentre outros. O governo de D. Afonso I também marca o início da venda de escravos para os portugueses na costa. Ao analisarem as fontes escritas pelos primeiros exploradores, comerciantes e padres portugueses, juntos aos documentos de autoria conguesa (inclusive cartas do rei do Congo), estes estudiosos (com exceção de Vansina) defenderam que os primeiros contatos teriam gerado instabilidade do poder centralizado e consequente crise, que viria a abrir as portas do Congo para a dominação colonial de séculos depois. Ou seja, para estes autores os primeiros encontros já marcariam uma espécie de protocolonialismo português no Congo, ignorando o porvir de séculos de autonomia conguesa sobre seu território. (DAVIDSON, 1961; VANSINA, 1966; BALANDIER, 1969)

Duas décadas mais tarde, nos anos 1980, dois importantes trabalhos históricos (de autoria de John Thornton e Anne Hilton) questionaram estas teses ao se debruçarem sobre o extenso corpus documental escrito por missionários católicos europeus (principalmente capuchinhos) no século XVII, apresentando evidências que a adoção de elementos cristãos e o tráfico de escravos não teriam desarticulado o poder político e tampouco a organização social conguesa. Estes autores chamaram atenção para as dinâmicas e agentes históricos internos como motores dos processos históricos, em detrimento a centralidade da ação europeia. (THORNTON, 1983; HILTON, 1985) Os trabalhos de Thornton foram essenciais para desconstruir a citada visão proto-colonial (que já havia sido criticada por Vansina) sobre a história do Kongo entre séculos XVI e

1 Opto pelo uso do termo “reino” como uma categoria genérica para definir uma unidade política relativamente centralizada, como fez toda a historiografia precedente (com exceção de Custódio Gonçalves), apesar de não ser a categoria ideal, ela tem o poder de imediatamente afastar ideias tribalistas ou etnicistas.

2 Anne Hilton, e principalmente John Thornton falam desta indentificação. Hilton, Anne. *The kingdom of Kongo*. Oxford, Oxford, Oxford University Press, 1985, p.50-69.; Thornton, John K. *The Kingdom of Kongo. Civil war and transition. 1641-1718*. Winsconsin press. 1983. Em alguns relatórios missionários do século XVIII a identificação das elites portuguesas com as conguesas é evidente. Por exemplo em Rafael Castelo de vide, que chama atenção para “urbanidade de português” de alguns “nobres” congueses”. Em outra ocasião o missionário afirma que o rei do Congo José I “pouco ou nada difere dos grandes reis da Europa”. *Viagem e missão no Congo de Frei Rafael Castelo de Vide, hoje bispo de São Tomé (1798)*. Academia das Ciências de Lisboa, MS Vermelho 296, fl. 76 e 89.

XVIII; defendendo a primazia da agência histórica conguesa sua autonomia sobre o próprio território e os interesses particulares das elites locais na incorporação de elementos de origem europeia.³

Desde o reinado de Afonso I Mvemba a Nzinga, iniciado em 1509 até a morte do rei de Garcia II em 1641, a política conguesa foi marcado por significativa centralização do poder, incentivo na incorporação de elementos simbólicos e rituais do cristianismo e de outras características culturais europeias, e no campo econômico por intenso comércio de africanos escravizados com mercadores portugueses na costa. Esses fatores, unido ao estrito controle sobre as rotas de escravos pelos reis congueses do período permitiu que fosse estabelecida uma parceria comercial entre Portugal e Congo, bastante lucrativa para ambos os reis. Porém, ao contrário do que afirmaram os citados autores em seus trabalhos da década anos 1960, a hegemonia comercial portuguesa e a amizade entre os soberanos não seria muito duradoura. O venda de escravos continuou a crescer até o século XIX, porém a partir de novas parcerias e novos contextos ⁴

Contexto do trato de escravos e suas transformações

Em meados do século XVII instaurou-se uma crise política no Congo e o poder do Mani Congo de então (D. Garcia II) encontrava-se ameaçado, também por razões internas, como conflitos com rivais da importante província de Soyo. Além das turbulências internas havia também forte ameaça dos portugueses, que através da conquista de Angola partiram para

hostilidades militares nos territórios vizinhos, principalmente aquelas chefaturas parceiras dos holandeses, que ameaçavam as conquistas portuguesas na África. Esse contexto de turbulências internas e externas culminou em guerra no ano de 1665, quando o exército do Mani Congo (sem a participação de Soyo) enfrentou o grupo pró-português na estratégica região de Ambuíla, no vale do rio Ulanga. Foi uma batalha de enormes proporções; missionários que a presenciaram estimaram quase cem mil congoleses compondo o exército, em relativa igualdade numérica com o inimigo. Apesar desta paridade, o exército português encontrava-se melhor aparelhado e organizado (principalmente devido à presença massiva de jagas, guerreiros profissionais contratados) e a derrota conguesa foi contundente e traumática, contabilizando centenas de baixas de membros da elite e o próprio rei do Congo Antônio I. Após a guerra, as disputas sucessórias internas ao Congo, capitaneadas pela província de Soyo (dentre outras), acirraram-se os antagonismos, gerando acentuado processo de desorganização política e econômica. (THORNTON, 1983, 69-83; 2001, 89-120)

A crise ocorrida após a batalha em Ambuíla contribuiu para o enfraquecimento do poder do Mani Congo e possibilitou a ascensão dos poderes locais, causando intensa fragmentação comercial. Membros das elites das províncias, que antes não participavam autonomamente do comércio de escravos, passaram a controlar rotas que levavam menor volume de mercadorias do interior para a costa e a venda dos escravizados para mercadores nos portos mais próximos, tornando-se assim novos alicerces do tráfico de escravos, realizado, sobretudo com holandeses, ingleses e franceses, que aproveitando a tendência à fragmentação passaram a dominar este comércio, aliando-se diretamente com pequenas chefaturas na costa. A fragmentação desse co-

3 Dentre eles: Thornton J. K. *The development of an African Catholic Church in the Kingdom of Kongo, 1491-1750. The journal of African History*. Cambridge, Cambridge University Press, 1985, p.147-167. E: *The Kongolese Saint Anthony. Dona Beatriz Kimpa Vita and the Antonian movement, 1984-1706. Cambridge, Cambridge Univ. Press, 1998.*

4 Havia desde meados do século XVI a presença de mercadores franceses, ingleses e holandeses, mas sua atividade ganhou volume em relação à lusa a partir de meados do século XVII.

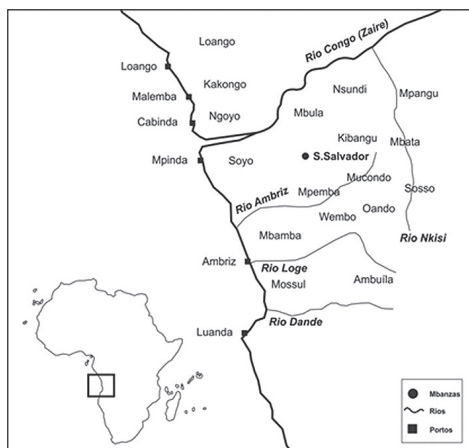
mércio também ocorria nos interiores, em rotas que conectavam os mercados de escravos aos portos na costa, por onde passavam as caravanas. Os mercados no interior tornaram-se importantes pontos de comércio, não só de escravos, como de outros bens. Susan Broadhead afirma que as caravanas para a costa passaram a ser estritamente geridas pelos chefes locais. Segundo a autora, o tráfico teria proporcionado às elites mais do que controle sobre os bens, ampliando as redes de alianças locais e ampliando o número de dependentes, principal fonte de legitimidade e poder no sistema sociopolítico congues. (BROADHEAD, 1983, 47)

A busca por legitimação dessa elite e o intenso controle local sobre as feiras e caravanas fez da segunda metade do século XVIII um período de absoluto controle africano sobre a escravização e venda de cativos no reino do Congo. Poucos europeus lograram ir além dos fortes no litoral, exceção feita ao entorno de Luanda, onde Portugal controlava mais diretamente as rotas de escravos através de alianças com sobas avassalados, através da agência de mestiços europeizados (BROADHEAD, 1983, 37-50)

No período pós-restauração (séculos XVIII e XIX), negociar com portugueses já não era atraente às elites locais do Congo, uma vez que seus produtos eram mais onerosos (devido às taxas sofridas pelas autoridades de Luanda) e de menor valor relativo com relação aos produtos ingleses, holandeses e franceses, uma vez que estes tinham acesso a bens (tecidos, armas de fogo e itens de luxo em geral) mais apreciados. Além disso, os agentes do império lusitano tornaram-se significativa ameaça da hegemonia política e comercial das elites conguesas a partir da batalha de Ambuíla. Esta inimizade foi gradativamente esfacelando distanciando S. Salvador de Luanda, ao longo do século XVII, com auge na agressiva postura do governo geral de Angola

João Correa de Souza (1621-1624). Em especial após a aproximação com holandeses, que ameaçavam (comercial e militarmente) possessões portuguesas no ultramar. (THORNTON, 2010, 236-242) A desestruturação do poder central no Congo, que gerava muitas guerras civis, abasteciam os navios holandeses, ingleses e franceses nos portos de Ambriz, Mpinda, Cabinda, Malemba e Loango, o que tornava a aliança com portugueses supérflua às elites conguesas. (BROADHEAD, 1983, 53-72)

As rotas ao sul do Congo não cessaram



completamente o negócio com mercadores portugueses, afro-portugueses, e brasileiros que levavam escravos ao porto de Luanda. No entanto, ao longo do século XVIII, estes passaram a receber uma fatia cada vez menor da participação no comércio humano frente aos portos ao norte.⁵ Al-

⁵ Frei Raimundo observou: "Os de Bamba fazem o seu negócio com os Ingleses no porto do Rio Loge, no marquesado do Mussulo, e vendem os escravos por espingardas, louças, pólvora e panos. Dos de Chibango, alguns vendem os escravos em Ambuíla e outros sítios da Conquista de Portugal, mas para receber só aguardente, enxadas e alguns bons tecidos, mas a maior parte e os melhores escravos vendem-nos aos Ingleses e para Luanda levam apenas os que os Ingleses não querem, como sejam os homens de idade, as mulheres que já deram à luz por diversas vezes e os meninos pequenos, e o mesmo fazem os de Bamba, para receber dos Senhores Portugueses o zimbo, que é o dinheiro deles". Correa, Arlindo. *Informação sul regno do Congo di Fra Raimondo da. Essa mesma reclamação é constante na correspondência entre Luanda e S. Salvador ao longo da segunda metade do século XVIII.*

gumas tradicionais itinerários para Luanda ainda operavam nas décadas finais do século XVIII, como a do rio *Nkisi*, no interior do reino, e as rotas que passavam pela província fronteira de Ambuíla, de onde vinham mercadores originário da província de Quibango, interessados especialmente em ferramentas, aguardente e tecidos. Também de Mbamba chegavam tratantes à Ambuíla, particularmente interessados em conchas de alto valor chamadas *nzimbu*, abundantes na ilha de Luanda e utilizadas como moeda corrente no Congo. (CORREA, 1798, 12).

As antigas rotas de Mbamba, em direção ao sul, para Luanda e Ambriz foram, ao longo do século XVIII, direcionadas aos ingleses, que gradativamente dominaram o porto de Ambriz, mingando a participação portuguesa. (THORNTON, 1998, 100-104) Este importante entreposto, na foz do rio Loge, encontrava-se entre duas províncias: Mbamba ao norte e Mossul ao sul. O controle deste porto foi excepcionalmente desejado pelos portugueses, por ser o mais próximo à sua conquista, tornando-se área de intensos conflitos. Entre 1752 a 1800 a hegemonia comercial inglesa em Ambriz foi absoluta, com aproximadamente doze mil escravos adquiridos frente a menos de quatro mil pelos franceses. Para os navios de bandeira lusa (incluindo brasílicos) a cifra não era significativa, ao ponto de não aparecer na base de dados, apesar de ser provável haver algum comércio informal ou clandestino.

As informações quantitativas do tráfico de africanos escravizados encontram-se na monumental base de dados *Slave Voyages* do Du Bois institute, Harvard University, onde é possível discriminar cada um dos portos da costa conguesa, cruzar dados com portos de desembarque e com a nacionalidade dos navios em questão, assim como o perfil dos homens e mulheres escravizados e embarcados nos diversos portos da África dos séculos XV ao XIX. Estes dados

quantitativos nos são bastante úteis quando cruzados com informações presentes nas fontes missionárias do período.

A tabela abaixo mostra o número de escravos embarcados no porto de Ambiz de 1752 a 1800 de todas as bandeiras. Vê-se que apenas os navios de nacionalidade inglesa e francesa aparecem em números significativos:

Ambriz	Great Britain	France	Totals
1752-1800	11,625	3,171	14,796
Totals	11,625	3,171	14,796

Fonte: Base de dados online em: www.slavevoyages.org.
Cruzando os fatores: *Voyage Itinerary (Principal place of slave purchase: Ambriz) com Ship, nation, owners (Flag: todas)*, no período entre 1752 e 1800.

A província (então politicamente autônoma) de Soyo controlava o importante porto de Mpinda, na foz do caudaloso rio Congo (vide mapa acima). Este foi o mais antigo entreposto comercial do litoral congues, onde aportaram os primeiros navios portugueses ainda em 1483. Este porto era rigorosamente controlado pelas elites de Soyo. Apesar indisponíveis na completa base de dados *Slave Voyages* (ao selecionarmos como locais de compra Soyo e Mpinda), temos notícia através das fontes que a presença inglesa e holandesa era massiva, com participação significativa também dos franceses. Os escravos vendidos em Soyo tinham duas origens principais. Primeiramente de guerras feitas por próprios membros da elite provincial, principalmente em períodos de instabilidade política. Mesmo não sendo desde meados do século XVII sujeito ao Congo, tampouco disputar a coroa conguesa, as elites de Soyo continuavam muito ativas na política interna conguesa.

O apoio militar de Soyo era essencial para a consolidação de facções no poder durante períodos de rivalidades, portanto, as guerras civis no Congo alimentavam a venda de escravidão.

vizados no porto de Mpinda. Porém, na segunda metade do século XVIII, por ser um período de pouca ação militar em Soyo a demanda era suprida por caravanas vindas do interior comandadas por mercadores mobiri (singular: vili), principais responsáveis pelas rotas do interior ao litoral no período. (CORREA, 1798, 12)

Originários de Loango, ao norte do rio Congo, os mobiri eram falantes de quicongo e culturalmente aparentados aos congueses. Desde o século XVI, fontes portuguesas apontam para o grande poderio econômico e hegemonia comercial dos mobiri ligados ao Maloango (ou Mani Loango: soberano de Loango), mas sua atuação é provavelmente bastante anterior. A partir de meados do século XVII, tornaram-se os principais agentes comerciais nos interiores do Congo, ligando grandes feiras no interior, como de Malemba aos portos da região do grande rio (em Soyo, Kakongo, Ngoyo e Cabinda). Negociavam tecidos de palma, manilhas, marfim e monopolizavam a fundição do ferro e o transporte de cobre para o litoral. Tornaram-se, ao longo do século XVII, os controladores das rotas ao norte do Congo. (DIAS, 2009, 318-326)

Ao contrario das elites comerciais conguesas, os mobiri pareciam apresentar pouco interesse na relação com o catolicismo, suas insígnias e missionários. Aparentemente não encontravam-se incorporados às relação de parentesco com as *makanda*. Eram errantes com grande capacidade de circulação por diversos territórios ao norte do Congo, através de alianças locais. (THORNTON, 1998, 100-104) Apesar disso, há evidências da presença de vários deles em S. Salvador, desde a restauração capitaneada por Nessamo a Mbandu em 1709 e parecem ter sido importantes alicerces econômicos do novo sistema político que se reestabelecia em Mbanza Congo.

Mesmo em períodos anteriores à restauração e desorganização política do Congo, havia comerciantes de origem vili em atividade na capital. Uma característica marcante deste grupo era sua ligação às sociedades lemba, que assim como os kimpassis congueses, eram associações rituais secretas e iniciativas, no caso da lemba estritamente ligada ao comércio. Thornton argumenta que os rituais lemba teriam sido essenciais para a prática cotidiana do trato de seres humanos, por ser uma atividade geradora de significativo desequilíbrio devido às mortes ou malefícios aos vivos. Portanto, esta atividade demandaria ritualização fortemente especializada, para reequilibrar as forças e não causar infortúnio aos próprios comerciantes. (THORNTON, 1998, 102-102) Segundo Jill Dias dá ênfase às características mais temporais da lemba, como reguladores e organizadores do comércio e rotas, uma espécie de associação profissional. (DIAS, 2009, 321) Ambas as esferas nos parecem complementares.

Para além da significativa atuação no porto congues de Mpinda, os mobiri tinham como portos privilegiados, naturalmente, aqueles ao norte do rio Congo, fora do então território congues no período. Os principais eram (do norte para o sul) Loango, Malemba e Cabinda. Estes três portos exportaram, na segunda metade do século XVIII, um total de mais de duzentos mil africanos para as Américas. Deste número, mais de 70% foi transportado por navios de bandeira francesa, 14% por embarcações inglesas, 13% holandesas e menos de 1% embarcações com a bandeira do império português.⁶ Segundo Frei Raimundo, os produtos pedidos nos portos ao norte do Congo, em troca de escravos, eram especialmente tecidos, pólvora, ferro, enxadas, dentre outros. (CORREA, 1798, 12)

⁶ Base de dados do tráfico de africanos escravizados da W.E.B. Du Bois, disponível eletronicamente em www.slavevoyages.org

Frente à tamanha insignificância da participação no lucrativo trato de escravizados na região, os portugueses forcejaram reverter tal desvantagem através do domínio militar. A partir de meados da década de 1770 partiram para ataques a região o sul do reino do Congo, de tradicionais tensões luso-conguesas, objetivando controlar o as rotas e impedir a venda de cativos para seus concorrentes europeus em Cabinda e nas embocaduras dos principais rios congolese: Ambriz e Congo. Mas a estratégia de construir fortes nessas regiões não funcionou como em territórios abundos, mais próximos de Luan-da, nos quais Portugal dispunha de alianças. (BROADHEAD, 1979, 615-650)

tavam os confrontos militares, deixando que os territórios fossem temporariamente ocupados. Assim que esvaziados os territórios, contra-atacavam com vigor enxotando-os de volta à Luan-da. (BROADHEAD, 1979, 615-650)

Além dos numerosos conflitos em território africano, os portugueses também travavam batalhas diplomáticas contra rivais europeus. O permanente intento da Coroa portuguesa em reassumir a hegemonia comercial nos portos ao norte do rio Loge descontentava às demais Coroas europeias e companhias de comércio, que tinham no comércio de pessoas uma importante fonte de enriquecimento.

Uma destas ocasiões foi a tentativa por parte dos portugueses de obstruir o trato franceses com reinos da região de Cabinda: Ngoyo, Loango e Malimba. Os franceses, diante da ameaça, enviaram uma expedição comandada pelo prestigiado almirante Marigny e após longas

negociações, envolvendo as nações europeias e as elites locais de Cabinda, os lusos se viram obrigados a abandonar o território em junho de 1784, antes do fim da construção do forte.

Semelhante fracasso ocorreu no ano de 1791, na tentativa de estabelecer uma fortificação na embocadura do Ambriz, um dos principais rios que escoavam mercadorias e pessoas para a costa. Nesta missão, tentaram submeter à província de Mossul, na época importante parceira de mercadores ingleses. Esta ousadia portuguesa gerou como contrapartida uma forte pressão diplomática da coroa londrina sobre D.

Portos do norte do reino do Congo:

		Portugal / Brazil	Great Britain	Nether-lands	France	Totals
West Central Africa and St. Helena	Cabinda	1,251	5,348	5,912	33,597	46,108
	Congo River		13,465		1,653	15,118
	Loango	726	8,355	1,353	35,455	45,889
	Malembo		15,134	19,075	69,875	104,084
Totals		1,977	42,302	26,340	140,580	211,199

FONTE: Base de dados online em: www.slavevoyages.org. Cruzando os fatores: Voyage Itinerary (Principal place of slave purchase: Cabinda, Congo river, Loango e Malembo) com Ship, nation, owners (Flag: todas), no período entre 1752 e 1800

Na região tradicionalmente conguesa, lusitanos não lograram em concretizar acordos com chefes, tampouco submetê-los. Portugal conseguia vencer batalhas, devido ao grande poder de ataque de seu numeroso exército “profissional”, composto majoritariamente por abundos e jagas; porém era incapaz de se instalar definitivamente nas regiões. Pouco tempo após as vitórias, os africanos “contratados” ou avassalados se retiravam de volta aos seus territórios, deixando os oficiais remanescentes em pequeno número, que portanto eram facilmente expulsos. Conscientes desta fragilidade, os congueses evi-

Maria I, então rainha de Portugal, que foi obrigada a ordenar ao governador geral em Luanda que urgentemente demolissem o forte e abandonassem a região. (BROADHEAD, 1977, 114) Apesar destas tensões entre europeus se inserirem em um contexto mais amplo de disputas ultramarinas, não podemos perder de vista a significativa agência conguesa no contexto das disputas com Luanda sobre a hegemonia do próprio território.

A tensão entre Congo e Luanda era tamanha, que portugueses, mestiços, ambundos, ou quaisquer suspeitos de ligação com Portugal correriam grande risco se adentrassem o território congueses sem autorização dos soberanos locais ou do rei, exceção evidente aos missionários, como no exemplo narrado por frei Rafael:

(...) porque os brancos sós não poderiam viajar por estas terras de pretos [exceto talvez província de Ambuíla], sem um grande perigo, que o Padre os poderia guardar pelo respeito, que nos têm, e Deus mesmo assim o permitiria para acudir àqueles Cristãos, como fiz ainda que ao princípio, e ainda até o fim, com muitos trabalhos. (CASTELLO DE VIDE, 263-264)

Essa hostilidade era assumida; os próprios congueses proclamavam a interdição, em forma de ameaça: “*como eles [congueses] dizem, aos brancos, que lhe não seria fácil passarem pelas suas terras em salvo, se não fosse o Padre*” (CASTELLO DE VIDE, 263-264)

Para o Congo e Soyo, os holandeses foram parceiros decisivos a partir de início do século XVII, e utilizaram desta como estratégia importante para fazer frente ao expansionista colonial português.

Em trabalho recente, Thornton (com colaboração da historiadora holandesa Andrea Mosterman), apresenta evidências através da análise de fontes neerlandeses, que apontam

para uma significativa parceria diplomática entre congo e a Companhia das Índias Ocidentais e a importância desta para os desdobramentos que a História centro-africana teve em meados do século XVIII. (THORNTON; MOSTERMAN, 2010, 236-245)

Thornton contextualiza o governo geral de João Correa de Sousa em Angola, na década de 1620, como o momento de viragem para uma política lusitana de hostilidades declaradas ao Congo, com o objetivo de ampliar o mercado de escravizados pela guerra e ocupação militar, ao contrário da política de alianças em voga até então. Este momento mostrou-se decisivos, no qual Luanda torna-se concretamente uma ameaça à soberania conguesa. As tensões geraram uma batalha na região de Mbumbi, em Mbamba, invadida pelo exército a serviço de Portugal, composto em sua maioria por jagas. (THORNTON; MOSTERMAN, 2010, 236-248) Como consequência, houve saques e escravização indiscriminada de congueses na região, incluindo familiares do Mani Mbamba, embarcados à América portuguesa pelo porto de Luanda.

Segundo nos relata Thornton, a derrota nesta batalha alimentou o sentimento antilusitano que mobilizou diferentes chefaturas conguesas (com forte apoio de Soyo), que acarretou em um potente contra-ataque que recuperou o domínio sobre a região. O Mani Congo Pedro II Necanga a Mbica e o Mani de Soyo D. Antônio foram líderes importantes neste contexto. Ambos enviaram correspondência para autoridades flamengas através de mercadores de escravos, propondo aliança militar contra o então inimigo comum.

A carta do rei Necanga a Mbica teria proposto, segundo Thornton e Mosterman, o ataque marítimo e ocupação neerlandesa à Luanda, através do apoio do terrestre das tropas do Mani

Congo e Mani Soyo. Pedro II Necanga a Mbica comunicou também o Vaticano, reclamando ao papa sobre a política moralmente duvidosa dos portugueses. Ainda, apresentou queixa formal contra o governo de Angola junto ao então el-rei de Portugal e Espanha Felipe III. A questão chegou ao julgamento do Conselho Ultramarino luso, que repudiou a ação de Correia de Sousa, e decidiu pelo retorno imediato de cinquenta e três membros da elite de Mbamba de terras brásílicas. Segundo Thornton e Mosterman, nos anos seguintes mais de mil mbambenses foram enviados de volta à terra natal como retratação. (THORNTON; MOSTERMAN, 2010, 242)

Os planos do ataque Congo-holandês à Luanda esfriaram com a morte de Pedro II, seu idealizador. O plano foi adiado após a queda do governador Correa de Sousa em 1624 e a adoção de política mais amena pelo novo governador Simão de Mascarenhas, intimidado pelo comprovado poder diplomático do Congo no contexto internacional.

O projeto de ataque à Luanda se concretizou anos mais tarde em 1641, quando os holandeses, assistidos pelo rei do Congo, invadiram e ocuparam Luanda e outros territórios do império português na região. O período holandês em Luanda (1641-1648) ocasionou a aproximação comercial ainda maior entre Congo e Companhia das Índias Ocidentais, que ocupava também Pernambuco, para onde foi enviada uma embaixada do rei do Congo em 1643. (THORNTON; MOSTERMAN, 2010, 236-242)

Através das indeléveis descobertas historiográficas de Thornton e Mosterman, notamos que a crescente tensão entre Congo e Portugal no decorrer do século XVII, para a qual a aliança com holandeses foi determinante, teve na guerra de Ambuíla apenas o seu ápice, e não a sua causa maior (como previam autores anteriores).

O resultado destas décadas de conflitos foi a permanência de uma polarização entre Congo e Luanda na África centro-ocidental como “potências” antagônicas, contínua ao longo do século XVIII e XIX, determinante para compreendermos as motivações do projeto missionário que levou nossos principais testemunhos ao Congo; necessária, por conseguinte, para quaisquer usos historiográfico das fontes.

Questão comercial implícita e explícita nas fontes

O relatório de Frei Rafael Castelo de Vide é o principal e mais extenso documento missionário conhecido que data da segunda metade do século XVIII. Este frei franciscano missionou por aproximadamente dez anos no reino do Congo (1779 a 1788) e durante esse período presenciou diversos acontecimentos políticos, por ter sido vigário geral do Congo, passou a maior parte de seu tempo estabelecido na capital e teve relação próxima com os reis do Congo e seus dignitários. O religioso embarcou para a África, em missão eclesiástica, em 22 de junho de 1779 juntamente com outros dezenove missionários que se dividiram por diferentes regiões centro-ocidentais africanas. Este grande projeto foi incentivado pela rainha portuguesa D. Maria I, que conclamou missionários de diferentes ordens a partirem à região da conquista de Angola e áreas circunvizinhas. O manuscrito que dispomos com o texto de frei Rafael é uma cópia do original, feita por Frei Vicente Salgado em 1794, que se encontra na Academia de Ciências de Lisboa (CASTELLO DE VIDE) e é a compilação de quatro diferentes relações datadas de 1781, 1782, 1783 e 1789, escritas por Castelo de Vide nas respectivas datas e enviadas separadamente a Portugal.⁷

Uma ferramenta que dispomos para

⁷ O texto foi publicado em uma tradução italiana em 1894 por Marcelino Civezza Civezza, Marcelino: *Storia Universale delle Missioni Francescane*, Scipione, Roma, 1894.

acessar essa estrutura oculta à missão é o questionamento acerca da finalidade do produtor e interlocutores dos textos, que neste caso não se restringiam aos fins eclesiásticos ligados a ordem missionária, mas ao clero secular e autoridades temporais da conquista lusa de Angola:

A segunda relação da minha Missão, que faço com os fins nela mencionados; e porque foram outras para o Ex.mo Senhor Bispo e Senhor General, quero igualmente fazer uma para animar meus irmãos, se alguém quiser ocupar-se de tão meritório fim [: aderir às missões].⁸

Nos chama atenção o fato do missionário citar cópias anteriores remetidas à principal autoridade eclesiástica e militar de Luanda, ambos portugueses (“Ex.mo Senhor Bispo e Senhor General”).⁹

Temos outras evidências do interesse por parte dessas duas autoridades por informações pragmáticas sobre a situação conguesa. Em carta enviada pelo mesmo bispo de Angola e Congo: Frei Alexandre da Sagrada Família, para um oficial da Coroa em Lisboa em 1785, é citada a importância e necessidade de receber notícias atualizadas e claras do missionário sobre o reino do Congo, evidenciando interesses que iam além às questões da fé. “*Escrevi a Frei Rafael, rogando-lhe que viesse a esta cidade, a fim para me dar em voz as informações que por escrito sempre são escassas e confusas, e pouco úteis(...)*”.¹⁰

Ainda sobre a questão dos interlocutores e do contexto de produção do documento, é im-

portante tratar do texto de autoria do frei capuchinho Raimundo Dicomano, escrito quase uma década mais tarde. Este não se organiza como diário de missão, mas um relatório descritivo, subdividido por tópicos temáticos, contendo digressões sobre características políticas, sociais e religiosas do Congo, com finalidades informativas. Assim sendo, ao contrário de seu antecessor, não se pode determinar por onde Raimundo viajou e quais foram as conexões que estabeleceu localmente ou externamente. Porém, ao confrontarmos possíveis projetos próprios ou de interlocutores na produção do relatório, podemos afeirar alguns vestígios. Além do mais, por ter sido um padre capuchinho de origem italiana, poder-se-ia supor que não houvesse ligação necessária com os interesses comerciais de autoridades lusitanas. Porém, ao observarmos o destinatário e requerente de ser relatório nota-se o contrário:

Informação sobre o reino do Congo, apresentada ao Il.mo e Ex.mo Senhor D. Miguel António de Melo, governador, e Capitão Mor do Reino de Angola (...) Para satisfazer o pedido, que V. Ex.a me fez de lhe relatar por escrito o que vi e pude saber no decurso de três anos, que ocupei indignamente o posto de Missionário do Reino do Congo(...). (CORREA, 2008, 2)

A evidência mais direta entre a relação do projeto comercial português com a missão católica no Congo durante a segunda metade do século XVIII aparece na questão do financiamento e preparação da missão, tema recorrente na documentação, principalmente no diário de Frei Rafael e nas cartas entre autoridades conguesas e lusas.

Logo no início de seu primeiro relatório, Castelo de Vide afirma:

(...) foi esta Missão de grande empenho da Rainha Nossa Senhora, assim para estabelecer a Cristandade, que aqui foi plantada

8 O bispo citado é o de Angola e Congo (cargo nominal mas a diocese era sediada em Angola) Alexandre da Sagrada Família que ocupa o posto em Luanda, e Senhor General trata-se do Capital Geral (ou capitão Mor) maior autoridade militar portuguesa na África que ocupava o posto em Luanda. Seus “irmãos” seriam os missionários franciscanos da mesma província de Piedade. Frei Rafael Castello de vide. Viagem e missão no Congo, p. 107.

9 Infelizmente não temos notícia do paradeiro de outras versões do relatório de de vide além da que dispomos.

10 Arquivo Histórico Ultramarino, AHU, papéis de Angola, cx 70, doc 28. Possui versão digitalizada. além das transcrições disponibilizadas por Arlindo Correa em: www.arlindocorrea.com.

pelos Portugueses, como também para renovar a antiga amizade, que sempre houve entre o Congo e Portugal, e os Reis de um e outro Reino, o que esperamos conseguir pelo grande agrado, que temos encontrado neste Rei do Congo, e nos maiores fidalgos, anuindo a tudo o que se propõe, e esperamos principalmente nele integrar a Cristandade que aqui achamos muito descaída. (CASTELLO DE VIDE, 4)

Adiante:

Tendo a muito Augusta, Pia e Religiosa Rainha de Portugal, Dona Maria Primeira Nossa Senhora, que Deus guarde, mandado convidar toda a hierarquia eclesiástica do seu Reino para ir cultivar a vinha do Senhor, que em seu Estado de Angola se encontrava quase toda dissipada (...) (CASTELLO DE VIDE, 6)

Parece evidente que o projeto de intensificar as missões e de “reerguer” o catolicismo no Congo tinha como incentivadora a Rainha de Portugal D. Maria I, associando os objetivos “restabelecer a cristandade” e “renovar a amizade que sempre houve entre e Congo e Portugal”, de grande interesse à coroa ibérica.

D. Maria I assumiu o trono em 1777 num contexto de volta dos conservadores ao comando do reino português após a chamada “*era pombalina*” na qual ocorreu forte movimento antimissionário encabeçado pelo secretário de estado Marquês de Pombal, movido por preceitos do liberalismo e da ilustração, em alta em outras nações europeias no período. A rainha portuguesa assumia política absolutamente oposta à anterior, com forte ímpeto religioso, pelo qual ganhou o nome de “*D. Maria I, a Pia*”. Realizou, no período, grande incentivo às missões e à ampliação do catolicismo no ultramar. Além das missões D. Maria patrocinou outras diversas medidas em Portugal e nas colônias como a publicação de um catecismo em quimbundo no ano de 1784, com o objetivo de facilitar a conversão e práticas da ca-

tequese na região de Angola. (VANSINA, 2001, 267-281)

A expedição missionária que Frei Rafael de Vide integrou, atendendo à convocação da soberana portuguesa, levou à África vinte e cinco missionários, pertencentes a diferentes ordens, que partiram de Lisboa no dia 22 de junho de 1779. Acompanhando os religiosos, estava o “Capitão General do Reino de Angola” José Gonçalves de Camara que segundo Fr. Rafael “trazia de nossa Soberana particulares recomendações” e foi personagem ativo na preparação e instrução dos religiosos.

Ademais do evidente empenho financeiro da coroa portuguesa na montagem da missão conguesa, dispomos de uma carta remetida em 1785 pelo bispo Frei Alexandre da Sagrada Família ao rei do Congo D. Afonso V que, dentre outras coisas, chama atenção ao alto custo dessas missões para a Rainha:

Mas como nos consta que esta presente estação não é conveniente para viajar pelos sertões, o mesmo desejo de os assegurar a V. Majestade, nos obriga a demorar-lhes a partida, para tempo menos penoso e arriscado. Como o transporte dos outros Padres foi tão cheio de inclamidades, quiséramos que V. Majestade desse com tempo tais providências, que estes segundos possam chegar sem perigo à Corte de V. Majestade. Porque, Senhor, além de ser muito preciosa a vida de um Missionário, principalmente onde há tão poucos, deve-se também atentar a grande despesa que a Rainha Fidelíssima de Portugal, minha graciosíssima Soberana, faz com estes Padres, que lhe custa cada um acima de setecentos mil reis de moeda Portuguesa(...).¹¹

O custo exagerado custo anual de setecentos mil réis que afirma para cada um dos missionários devia incluir desde o custo com o

¹¹ Arquivo Histórico Ultramarino, AHU, papéis de Angola, cx 70, doc 28. Posuo cópias digitalizadas. Além das transcrições disponibilizadas por Arlindo Correa em: www.arlindocorrea.com.

transporte marítimo de Portugal até o abastecimento material para as missões, uma vez que são constantes as caravanas de Luanda carregadas de suprimentos eclesiais, assim como é patente no relato de frei Rafael a eventual carência dos materiais mais básicos: hóstias, vinho, cera e imagens. Além disso, o missionário recebia pagamento anual de oitenta mil réis da real fazenda. (CASTELLO DE VIDE, 223)

Tendo em vista esse empenho financeiro e a dependência direta que os missionários e a (ao menos parte da) liturgia católica tinham da Coroa portuguesa, é patente a vinculação do projeto catequético com interesses temporais. Os religiosos, por sua vez, independentemente das cristianíssimas motivações, encontravam-se materialmente submetidos às autoridades portuguesas sediadas em Luanda.

Indícios apresentados anteriormente relacionam o projeto de cristianização ou “*recristianização*” do Congo aos interesses da coroa Portuguesa em retomar a privilegiada parceria comercial da qual desfrutavam até as primeiras décadas do século XVII. Ao cruzarmos estas evidências com o contexto comercial da costa conguesa na segunda metade do século XVII tratado a pouco, parece possível afirmar que a disseminação do cristianismo, que se acreditava decadente, era o meio pelo qual os portugueses buscavam retomar a aliança entre reis de Congo e Portugal, unidas pelo catolicismo que compartilhavam. Se bem sucedida, esta empreitada daria então decadente coroa lusa, acesso ao lucrativo comércio de escravos na costa conguesa, que como averiguamos, era dominada por traficantes a serviço de outras nações.

O Mani Congo D. Afonso V Necanga a Canga e a derrocada do projeto lusitano

O reinado de Afonso V, apesar de muito

curto, foi fartamente documentado e repleto de fatos decisivos para compreendermos a atuação portuguesa e a relação entre interesses comerciais e a missão católica. Afonso V, mesmo antes de se tornar rei já havia chamado atenção de Fr. Rafael pelo engajamento com a igreja católica:

O irmão mais moço [do rei José I] chamado D. Afonso, em cuja Banza estivemos os três meses, é o mais atencioso, urbano, cortês, que temos encontrado de costumes, e urbanidade de Português; escreve este, e o lê, e entende alguma coisa, de grande estatura, e poderoso, mas humilde e sujeito à Igreja, de que é Mestre, ou Intérprete. (CASTELLO DE VIDE, 84)

O bispo de Angola e Congo soube através da terceira parte da relação de frei Rafael, enviada em Fevereiro de 1784, que D. Afonso Necanga a Canga havia sido coroado. Assim que recebeu a notícia, Frei Alexandre da Sagrada Família, remeteu correspondência ao rei do Congo, comemorando a possibilidade de se comunicar diretamente em português com o letrado rei. Nesta, além de tratar de temas da religião, o prelado age como porta voz do projeto comercial português reclamando da pouca participação portuguesa na compra de escravos dos congolezes:

(...) os vassallos de V. Majestade felizes pela amigável aliança, que subsiste entre os dois impérios; a qual aliança pouco interessa a mesma Senhora [Rainha de Portugal] pelo pouco comércio que os Vassallos de V. Majestade hoje fazem com os Portugueses.¹²

D. Afonso V enviou também correspondência à diocese, provavelmente antes de receber a carta citada anteriormente, na qual pede por mais missionários. Afonso V, mesmo antes de se tornar rei, tinha sua legitimidade de chefe (na época Marques de Mpemba) atrelada ao catolicismo.¹³ Ao contrário do Bispo de Angola,

¹² Arquivo Histórico Ultramarino, AHU, papéis de angola, cx 70 doc 28. Posso cópia digitalizada. Além das transcrições disponibilizadas por Arlindo Correa em: www.arlindocorrea.com.

¹³ A carta do rei foi escrita apenas nove dias após a data de assinatura

o rei apresentou interesse em reaproximação somente religiosa, sem citar interesse em parcerias comerciais com Luanda, que como vimos não era comercialmente favorável e constituíam rico à sua soberania.

Esta requisição do Mani Congo resultou no envio de dois novos padres pelo bispo; frei Rafael foi à Luanda em de Julho de 1785 buscá-los, acompanhado por um embaixador do rei do Congo, que portava carta enviada por Afonso V ao bispo e outra ao governador-general.¹⁴ Ambas, ao contrario daquela anteriormente citada, tratam de comércio de cativos, e convidando a retomada dos negócios com portugueses:

Conheço e agradeço nisto muito quanto a minha Irmã Soberana Rainha de Portugal faz pelo bem do meu Reino, e Reis antigos tiveram boa amizade, quanto ao negócio, venham todos sem medo, eu quero que os Portugueses venham sempre aqui negociar com a minha gente e já vêm muitos.¹⁵

E ao Governador Geral: “(...) *esta minha Real Carta é feita por minha mão em sinal de amor e boa amizade e quero que todos os portugueses venham aqui negociar como dantes, sem medo, porque eu os hei-de defender e não poderão padecer algum mal.*” (CASTELLO DE VIDE, 89-90)

Ao compararmos a primeira correspondência escrita por Afonso V em Janeiro de 1785 e o conjunto das duas outras escritas três meses depois nota-se que repentinamente a questão da participação português no tráfico de escravizados vem à tona. Um dos possíveis desta mudança seria a notícia, recebida entre elas, de que

diocese direcionara dois novos missionários para seu reino, o que dobraria de dois para quatro o número de padres europeus em sua corte. A oferta de religiosos parecem ser moeda de troca que, ao menos no discurso do Mani Congo, possibilitaria a (re)abertura comercial.

Fica evidente no quarto relatório de frei Castelo de Vide, sua atuação como agente diplomático das autoridades lusas para barrar o comércio com os concorrentes europeus da Coroa portuguesa. Nesse relato, quer reforçar junto aos seus principais interlocutores: bispo e Capitão Geral de Angola, seu esforço em convencer as elites do Congo em não mais comerciarem com holandeses e ingleses; denominados de “hereges” por serem protestantes. Mas esse esforço foi quase sempre inútil:

(...) e nós mesmos vimos frustrados os nossos intentos, que eram ver se podíamos atalhar aquela venda dos Cristãos para os hereges, porque, visto eles se venderem uns aos outros, fossem ao menos os escravos para terras de Católicos, já que não podíamos de todo atalhar, e em secundário seria algum bem ao Estado, e se poderiam continuar estas Missões, e serem os Padres mais bem assistidos pela maior comunicação entre as duas potências, e franqueza dos caminhos, mas tudo tem sucedido pelo contrário, e a iníqua venda para os hereges persiste, e o negócio dos brancos acabou. (CASTELLO DE VIDE, 254)

É importante notar como o argumento religioso aparece como justificativa da promoção dos traficantes portugueses como legítimos como parceiros. Nessa curiosa argumentação do Padre, os congoleses estão muito mais próximos dos portugueses, por serem católicos, do que seus vizinhos protestantes da Europa. O catolicismo aparece aqui como elo que liga Portugal e o reino do Congo como reinos irmãos, e os diferencia dos hereges europeus e dos gentios africanos não católicos.

da carta episcopal e as correspondências, em geral, demoravam mais do que isso para chegarem de S. Salvador à Luanda.

14 Ultramarino, AHU, papéis de angola, cx 70, doc 8. Frei Rafael Castello de vide. Viagem e missão no Congo, p. 237-238, aqui o Frei descreve o envio das cartas e da embaixada do Congo para Luanda e depois uma de Luanda ao Congo. Correia, Arlindo. O missionário e o Negócio. 2007, p. 17. <http://www.arlindo-correia.com/041207.html>

15 Arquivo Histórico Ultramarino, AHU, papéis de angola, cx 70, doc 28.

Como discutimos anteriormente, Rafael usa o argumento do cristianismo para afirmar existir uma proximidade entre os membros da elite do Congo e mercadores portugueses, e assim justificar essa parceria mais adequada no campo da fé. Ele vai ainda além, argumentando que os próprios escravos congolese, por serem católicos, não deveriam ser vendidos para hereges e sim para mãos de traficantes cristãos, uma vez que os próprios escravizados temiam por sua alma quando entregues às mãos heréticas:

Deus parece que permite pelos pecados do povo este mal que até aos mesmo Mexicongos é gravoso: estão vendo ir os seus filhos para os hereges; os mesmos que vão vendidos para eles choram, gritam, temem, queriam antes ir para os Católicos, e o mal não se remedia, cada vez cresce mais; os Padres clamam, não são ouvidos, nunca lhe dissemos que os vendessem aos nossos ainda quando aqui estavam, para eles não cuidarem, que era amor da Nação, e não das suas almas, mas hoje se desenganam; que não há negócio dos Portugueses, e nós não cessamos de clamar, (...). (CASTELLO DE VIDE, 158-159)

Estas evidências e fatos, integradas ao contexto comercial exposto anteriormente, não deixa dúvidas do elo entre missão católica no Congo nas décadas finais do século XVIII e o projeto comercial português de retomar o monopólio, ou ao menos de parte significativa do tráfico de escravos na costa conguesa. Parece evidente também que a atuação missionária é determinante (ao menos pretende-se), e se faz através de um ideário que define o Congo como uma unidade no seio da cristandade, próxima portanto aos portugueses, que por conseguinte se diferenciam de hereges ou gentios, independente se sua origem europeia ou africana.

Isso justificaria o grande empenho financeiro da Coroa nas missões, era (para além do projeto de catequese) um investimento do qual se

esperava retorno em forma de parcerias no tráfico de escravizados. Essa pressão das autoridades de Luanda colocava os missionários em situação bastante delicada, diante do fogo-cruzado entre interesses lusos e congueses, como nos relata frei Rafael:

A primeira e segunda relação que se tem feito em comum, de nós todos, os Missionários do Congo, já as tem enviado para a nossa Soberana, o Senhor Bispo de Angola, por ele no-las mandar fazer de tudo. Agora espero as suas ordens para escrever esta terceira, de que eu me mandei escusar, de que não sei o que aquele Senhor ordenará. Eu, só como filho, quisera contar à Santa Província, minha mãe que como tal desculpará os meus defeitos, o que passo, e faço fora dela. (CASTELLO DE VIDE, 158)

Citamos a convocação do bispo para que Frei Rafael fosse à Luanda buscar os dois novos missionários designados ao Congo, acompanhado da embaixada conguesa que portava cartas do rei Afonso V. Frei Rafael não voltou ao Congo apenas com os dois novos padres (Frei José dos Sacramentos e Frei José de Torres, missionários agostinianos portugueses), mas também uma comitiva que incluía um tenente de infantaria, como embaixador nos negócios portugueses, responsável por negociar uma reabertura do trato com o Mani Congo. Depois de uma árdua e longa jornada, chegaram à capital do Congo em setembro de 1785 e como de costume foram recebidos por muitas festividades pela elite real, o que deu aos “brancos”¹⁶ verdadeiras esperanças no sucesso da empreitada. (CASTELLO DE VIDE, 239-244)

Ocorreram diversos encontros do embaixador lusitano com D. Afonso V para tentar estabelecer acordos sobre o crescimento da par-

¹⁶ Não é fácil determinar com clareza como se dava esta categorização de “brancos” no texto de Rafael. Ele parece se referir aos portugueses, mestiços a portugueses e possivelmente brasílicos, sempre católicos. Os europeus não católicos nunca aparecem como “brancos” e sim “hereges”. Se refere também “ambundos” nestas caravanas lusas.

ticipação portuguesa no tráfico de escravos. Mas os representantes portugueses exigiam também o fim dos negócios com holandeses, franceses e ingleses, e a retomada do antigo monopólio dos primeiros anos de tráfico. Afonso V evidentemente não cedeu às pressões e ofereceu aos portugueses uma pequena fatia do comércio, sem a promessa de reduzir o comércio já estabelecido com outras nações. O impasse parecia sem solução e Afonso manteve-se irredutível em sua posição, o que obrigou o embaixador a se retirar de S. Salvador sem sucesso.

Alguns comerciantes luso-angolanos continuaram na capital, apostando em parcerias pontuais com traficantes autônomos (provavelmente mobiri). Alguns grupos locais começavam a enfadar-se com a tentativa de boicote do comércio com outras nações europeias e o nível de tensão era crescente.

O insucesso do projeto comercial português

A morte de D. Afonso V em 1787 desestabilizou ainda mais a relação entre congoleses e os agentes do império português em Luanda. Aliados do rei culpavam os estrangeiros pelo repentino falecimento do Mani Congo, como descreveu Frei Rafael: *“Por que essa gente sempre atribui as mortes, principalmente dos grandes, aos feiticeiros, que os matam e em cada morte destes há muitos distúrbios, e mortes de outros...”*. (CASTELLO DE VIDE, 260) Por isso, a presença de portugueses e ambundos no Congo ficou insustentável, que apenas não foram hostilizados graças a intervenção do padre que os escoltou de volta à Luanda. Isso demonstra que os padres ocupavam um lugar próprio no sistema social conguês, eles não eram considerados “brancos”, tampouco estrangeiros pelas elites, mesmo em tempos de instabilidade. O bispo Alexandre da Sagrada Família tentou intervir e

advogar contra o tráfico para “hereges”, escrevendo cartas diretamente aos chefes locais que controlavam a captura e venda de escravos na costa e ao próprio Mani Congo. (CASTELLO DE VIDE, 252-258)

Nessa situação política muito turbulenta foi coroado como sucessor de D. Afonso V D. Antônio II¹⁷, um rei muito velho, que segundo Frei Rafael não exercia poder de fato, pois todas as suas decisões eram tomadas pelo conselho real¹⁸, por importantes membros da elite política central do Congo: de Mani Vunda, Mani Ololo e Manio Oembo. Os padres, que mesmo gozando de boa relação com o rei, já encontravam-se restritos, tornaram-se ainda mais impotentes diante do modelo mais descentralizado que assumiu o poder. Segundo frei Rafael, a morte de D. Afonso V fez intensificar as rotas de escravizados que passavam por S. Salvador, rumo aos portos de Soyo e Cabinda, comandadas por mobiri. (CASTELLO DE VIDE, 291-292) De acordo com Frei Rafael, havia na capital, logo após a morte de Afonso V, mais de quarenta mobires em atividade, vendendo “muitos milhares” de escravos todo ano. (CASTELLO DE VIDE, 186-188) Na perspectiva missionária, a ação vili era ainda mais nefasta, vistos como “gentios”, devido à pouca ou nenhuma relação com o catolicismo, que vendiam escravos (muitos deles congoleses tidos como “cristãos”) para hereges ingleses e holandeses.¹⁹

Frente a esta situação, a Igreja, representada principalmente pelo pontífice Alexandre da Sagrada Família, à frente do bispado de Congo e Angola passou a assumir medidas desesperadas, se utilizando dos padres, na tentativa de neutrali-

17 Frei Rafael não nos informa o nome do rei, sabemos através de correspondências entre este e o governador de Angola: AHNA A-17-5 Ofícios para Angola, fol. 67v. Barão de Mossamedes para Antônio II, Agosto de 1787.

18 Infelizmente não temos notícia do nome em quicongo do que é chamado de “conselho real” pelas fontes.

19 “Gentio” é a constante denominação de *de vide* para africanos não católicos, usada geralmente para estrangeiros ao reino do Congo, que se diferem dos “hereges”, europeus não católicos.

zar este comércio moralmente condenável e prejudicial à sua fazenda real:

(...)não deixando de fazer conhecer ao povo os mistérios da nossa Redenção, da Lei de Deus, e da Santa Igreja, apertando-o muito pelo ponto mencionado de lançar fora o iníquo negócio de se venderem os escravos cristãos para o gentio, para este os vender nas praias aos hereges, até fazer um Edital por ordem do Senhor Bispo, pregado nas portas da Igreja, com declaração de excomungados todos os que concorriam para esta iníqua venda; e apertando mais aos que tinham o negócio em seus quilombos. (CASTELLO DE VIDE, 285-286)

Mas o medo da excomunhão não parecia afligir suficientemente os comerciantes, tampouco aos congoleses que corroboravam e lucravam com o comércio. Por isso, vendo-se esvaziado de alternativa, Frei Rafael, segundo aquilo que nos relata, ameaçou abandonar a corte e seu posto de vigário geral do Congo para voltar à Luanda e ameaçou fazê-lo antes da coroação do novo rei, evento que dependia de sua presença. Os membros do conselho real se reuniram para debater a questão e decidiram pela permanência do missionário, que segundo suas palavras: “rogaram muito” para que ficasse, pois o reino não podia ficar sem seu vigário geral, principalmente por não terem ainda oficializado a coroação de D. Antônio I, que tradicionalmente (desde Afonso I) era feita por um padre.

Neste sentido, frei Rafael tentou impor condições aos membros do conselho através de três exigências. Primeiramente, que os chefes desistissem da prática monogâmica (“mancebias”), cada um deles deveria permanecer apenas com a esposa com quem eram casados na igreja. A segunda era que pressionassem todo povo para que se confessasse anualmente e fosse à missa aos domingos. A terceira e mais importante aos portugueses (talvez a única realmente relevante) era que cessassem os negócios com “hereges” e

expulsassem os negociantes “gentios” da capital. Frei Rafael nos diz que o conselho afirmou aceitar as condições impostas segundo o que nos diz o padre, afirmou que concordava em cumprir as condições e o franciscano acabou por coroar o novo rei. (CASTELLO DE VIDE, 188-189)

Apesar de frei Rafael destacar seu poder em pressionar e impor condições aos membros do conselho e o rei, é questionável que ele gozasse da autonomia que desejou transparecer. Assim como o esperado, a elite reinante do Congo não tomou medidas para atender as reivindicações dos padres e os mobiri continuaram sua costumeira ação nas proximidades de S. Salvador. Furioso, frei Rafael decidiu ele próprio, através das armas rituais que dispunha, tomar medidas contra a agência vili. Munido de sua cruz saiu no dia 22 de julho rumo à região aonde os vendedores de escravos mantinham seus quilombos para excomungar mobiri e congoleses associados, como havia previsto o edital do bispo.

O significado europeu da excomunhão: exclusão da comunidade cristã, por conseguinte a privação da salvação, talvez não tivesse sentido relevante aos congoleses, muito menos à mentalidade vili. Mas para além da salvação ou condenação das almas, a excomunhão possuía significado aos olhos centro-africanos dentro da lógica da feitiçaria. Tendo sido chamado de *loka*, mesma raiz semântica (*lok*) das palavras *kindoki* e *ndoki*; que diz respeito a indivíduos que manipulam forças espirituais para causar malefícios individuais ou benefício próprio e de seus clientes, gerando desequilíbrio coletivo. (THORNTON, 1998, 72-73) Os padres, em geral, eram tidos como *nganga*, que diferentemente dos *kindoki* agem magicamente em benefício de um indivíduo e na manutenção do equilíbrio; mas no momento de radicalizações, em rituais como a excomunhão, os padres parecem agir como perigosos *kindoki*.

Os citados “quilombos”, como aparecem na documentação, eram localizados no entorno da capital onde os vilis (ou mesmo congoleses) mantinham escravizados capturados em guerras ou vindos de caravanas e feiras no interior. Dali os vilis os levariam para os portos ao norte (e em menor quantidade ao porto de Mpinda em Soyo). O primeiro alvo da excomunhão de frei Rafael foi o proprietário de um dos principais quilombos, este localizado numa região central de S. Salvador, temido comerciante da região:

Pelo que me determinei deixar o Rei, e ir ao Quilombo de um pequeno Infante, chamado por apelido Bua Lau, que na nossa língua é cachorro doido, o mais pertinaz e caixa universal dos Mobires e como Infante menos obediente ao Rei, e aos Padres, já avisado e sabendo que com ele falava o Edital da Igreja, e era o principal objecto, a que se encaminhava o meu zelo (...). (CASTELLO DE VIDE, 292)

Bua Lau parecia ser um conguês, pois é chamado de “infante” (título exclusivo à muana Congo), além de “o mais pertinaz caixa universal dos mobiri” e não ele próprio um mobire, mas um financiador da atividade deles. Voltemos ao interessante episódio da excomunhão:

Entreí eu primeiro no seu Quilombo com o meu Santo Cristo, e tanto que o homem nos viu, como o demónio, assim se enfureceu saltando de roda de mim, escorvando a sua espingarda, apontando não sei, gritando como louco, enchendo-nos de injúrias, ele com a sua gente, levantado contra os Mestres, que levavam o Padre para o matar, que nós éramos feiticeiros, que tínhamos matado os Reis, e olhando para mim com muita raiva, me chamou seu feiticeiro [provavelmente *ndoki*], que no Congo é uma grande injúria, pelo que se perdem famílias inteiras. (CASTELLO DE VIDE, 290-292)

Após a batalha ritual e verbal contra Bua Lau, o missionário seguiu por outros quilombos e junto aos mestres de igreja excomungou diver-

sos comerciantes, recebendo algumas ameaças, acusações e injúrias, mas sem nenhuma atentado físico. Retornou a corte irredutível, convencido a pressionar o rei ao máximo para que o tomasse seu lado nestas tensas disputas.

Percebendo que a excomunhão dos comerciantes por si só pouco adiantaria, os padres interromperam suas atividades sacramentais; fecharam a igreja, cobriram todas as imagens de santos. A tensão era tamanha que chegou a negar ao moribundo filho do Mani Congo a extrema unção (que veremos adiante não ser um rito importante aos congueses). O Mani Congo, julgando a atitude do padre insolente, lhe enviou uma carta reclamando e acusando-o de não ser suficientemente qualificado na performance sacramental, citando uma ocasião na qual Frei Rafael havia atendido sua confissão de maneira errônea. (CASTELLO DE VIDE, 285)

Segundo os relatos do missionário, a atitude de afronta do rei em relação à igreja fez com que nobres de outras províncias importantes fizessem críticas a S. Salvador enviando cartas de repúdio ao novo rei. Um exemplo significativo foi a província de Soyo, que mesmo independente do reino no período, ainda exercia influência política e econômica sobre a capital. (CASTELLO DE VIDE, 295) O marques de Quibango, amigo e afilhado de Fr. Rafael, também repudiou a atitude real, convidando os religiosos a mudarem sua sede para lá, que tinha disponível o hospício capuchinho construído no século XVII.

A relação entre as autoridades conguesas, infantes como Bua Lau atuantes em Mbanza Congo, e o rei do Congo não é clara. Porém, frei Rafael nos diz sobre ganhos que o rei (ao menos no período de D. Antônio II) e os membros do conselho tem com a atuação vili:

Pelo que, tendo notícia que os gentios

negociantes dos escravos Cristãos, para os tomarem a vender aos hereges ainda estavam na Corte, e que o Rei, e mais conselheiros se descuidavam, vêem ir os seus parentes, muitos inocentes, etc.,(...) e ficam muito sossegados, e aprovam o negócio pela ambição de receberem os seus baculamentos [taxas] ou direitos, os que lhes pertencem. (CASTELLO DE VIDE, 288-289)

O impasse entre os missionários e as elites políticas persistiu até que o rei foi obrigado a nomear três importantes nobres do partido oposto ao seu com o título de Cavaleiro da Ordem de Cristo. A oferta deste título era uma das principais fontes de legitimidade e de renda do rei do Congo no século XVIII e sua estabilidade e reconhecimento frente a inimigos e aliados dependia do mesmo. Esse ritual exigia a participação do padre e do rei, que deveriam vestir simultaneamente o nobre com o hábito de Cristo, vestimenta que tinha bordada a imagem de uma cruz. (BROADHEAD, 1979, 7)

Tendo sua legitimidade ameaçada pela recusa do padre em nomear os cavaleiros, o Mani Congo foi obrigado a retirar (ou apenas fingir retirar) o apoio aos mobiri e novamente prometer que expulsaria os comerciantes de S. Salvador. O soberano fez com que o poderoso Bau Lau fosse se retratar publicamente aos padres durante a missa e pagar mucanos (indenização) à Igreja. Apesar de desconfiados que os comerciantes tivessem desaparecido apenas provisoriamente, Rafael e Pe. Godinho acabaram por nomear os Cavaleiros, como queria o rei. (CASTELLO DE VIDE, 295-299)

Frei Rafael interrompeu sua narrativa nesses fatos, pois precisou retornar à Luanda para tratar de uma grave doença em Junho de 1788 e depois disso voltou definitivamente para Lisboa. Pe. André Godinho continuou em S. Salvador ainda por alguns anos.

Há para esse contexto, um conjunto de correspondências escritas pelo então recém-empossado Governador Geral de Angola José de Almeida e Vasconcellos, Barão de Mossâmedes em 1787. Essas cartas foram enviadas a cada um dos três missionários que atuavam no Congo e uma delas para o D. Antônio II, na qual é perceptível o sinal do descontentamento com a sua posição de fechar os olhos para os interesses portugueses:

Recebi a carta de vossa majestade de 29 do mês de Junho com a notícia de sua aclamação, após falecimento de Dom Afonso. Eu tomaria sua parte muito particular (palavra ilegível) nesse ingresso se os reis do congo correspondessem como deviam a boa amizade e proteção de sua Mag. Fidelíssima Rainha de Portugal, minha senhora havendo-se agrado a mandar-lhe S. esses que ensinassem no Congo o caminho da salvação, administrando os santos saís aos que quisessem abjurar os erros do gentilismo. Nem deste incomparável beneficio, nem de franquear-se o negócio da capital de Angola, tem os antecessores de vossa majestade D. José e Don Afonso, dado a menor prova de gratidão(...)nem ao menos tem manifestado posição sobre a embaixada, o seu agradecimento ao general e vice rey da rainha de Portugal.²⁰

O mesmo rancor aparece nas cartas enviadas aos missionários três missionários: Rafael, José de Torres e André Godinho, demonstrando que as autoridades de Luanda já não esperavam por soluções diplomáticas para barrar o comércio de escravos com holandeses, franceses e ingleses. O que explica a rispidez (raramente vista em cartas “diplomáticas”) do governador de Angola com o D. Antônio II e o fato de falar em enviar seus exércitos ao Congo. Diante do que escreve aos missionários, fica claro que para Mossâmedes, esse projeto já estava perdido, associando a falência do projeto comer-

²⁰ AHNA A-17-5 Ofícios para Angola, fol. 67v. Barão de Mossamedes para Antônio II, Agosto de 1787. Possuo uma cópia digitalizada desta e das três cartas da mesma data para cada um dos missionários trabalhando no Congo na época.

cial com a falência da missão católica. Para Frei Rafael escreve:

Mas a mão de Deus não lhe abreviada naquela que pode tudo, mas eu já do Congo não espero nada, suposta a inércia e impotência de seus reys, cuja eleição se (palavra ilegível) pelos seus vassallos se assim se prometem o amor os que elegeram rei um pateta, que senão ganhou aos seus súditos e os deixe viver na mesma enganação(...)”.²¹

Escrevendo para Pe. André, Mossamedes mostra-se ainda mais pessimista e crítico em relação à atitude das elites do Congo:

Estando aflicto por não saber de SM e dos seus bons companheiros [os missionários] (...) sabendo a constância com que todos três trabalham no bem do Congo, da rebeldia em que permanece esses gentios infatuados com os nomes pomposos de títulos de Infantes de título de Fidalgos sem saber em que consiste essa gradação nem procurarem imitar as nações civilizadas e muito menos fazem-se cristãos.²²

Observando a falência do projeto português e os fatos anteriormente relatados podemos levantar algumas questões sobre a relação entre Congo e Portugal e a posição das missões nesta relação durante a segunda metade do século XVIII. Diversos elementos católicos foram incorporados ao vocabulário do poder no Congo, tais elementos se constituíram como um dos pilares de legitimidade do Mani Congo e de outros membros das elites locais durante o período.

Por sua vez, para os portugueses, o fato das mais poderosas elites conguesas necessitarem de padres europeus para a ritualização cotidiana do poder parece ter sido visto como uma oportunidade para realizar alianças ancoradas no argumento religioso. Assim, excluiriam seus

concorrentes de origem não católica (romana): principalmente ingleses (anglicanos) e holandeses (protestantes) e se tornariam eles próprios os parceiros naturais, retomando a antiga parceria nos negócios e na fé que reis de outrora.

Os congueses, diante dessa pressão missionária, se viam em um impasse: não abririam mão dos negócios com holandeses, franceses e ingleses, pois estes ofereciam às elites bens de luxo e riqueza. Ao mesmo tempo que elementos católicos também constituíam-se fontes essenciais de prestígio e a proximidade dos missionários legitimava suas elevadas posições sociais ao vinculá-los ao passado glorioso dos grandes. A manutenção desses elementos de legitimidade (em algum grau) estava sujeita ao patrocínio do bispado e do governo geral de Angola.

Os missionários também se encontravam em meio ao fogo-cruzado. De um lado, eram pressionados pela Coroa portuguesa a aderirem à sua causa comercial, vinculando-a ao catolicismo. Porém estes missionários, antes da estrutura materna, estavam submetidos às elites conguesas, e seu *modus operandi*.

Fica evidente que o insucesso da negociação com o Mani Congo e as elites conguesas ocorreu pelo fato dos missionários e membros da Igreja europeia terem falhado ao enxergar a relação dos congueses com elementos de origem católica como algo próprio, que foi construído historicamente pela tradição conguesa. Não perceberam que atuavam em um “jogo” com regras pré-determinadas pela soberania conguesa e diferentes das suas. Por isso, sua derrota foi inevitável.

21 AHNA A-17-5 *Ofícios para Angola*, fol. 67v. Barão de Mossamedes para Fr. Rafael Castelo de vide, Agosto de 1787.

22 AHNA A-17-5 *Ofícios para Angola*, fol. 67v. Barão de Mossamedes para Pe. André do Coutto Godinho, Agosto de 1787.

Bibliografia

Fontes primárias

CORREA, Arlindo. *Informação o reino do Congo por Raimundo Dicomano (1798)*. 2008. Publicado eletronicamente em: <http://www.arlindo-correia.com/101208.html>.

_____. *Informazione sul regno del Congo di Fra Raimondo da Dicomano 1798*. 2008. Publicado eletronicamente em: <http://www.arlindo-correia.com/121208.html>

_____. *Viagem e missão no Congo de Fr. Rafael Castelo de Vide (1780-1788)*. 2007. Publicado eletronicamente em: <http://www.arlindo-correia.com/161007.html>

_____. *O Missionário e o Negócio*. 2007. Publicado eletronicamente em:

<http://www.arlindo-correia.com/041207.html>

CUVELIER, J. *Relation sur Le Congo du Père Laurant de Lucques (1700-1717)*. Bruxelles.

LACERDA, P. M. P. *Notícia da Companhia e Paiz de Mosul, que conquistou o sargento mor Paulo Martins de Pinheiro Lacerda, no anno de 1790, até o princípio de 1791. Annaes da Associação Marítima e Colonial, sexta série*. Lisboa, Imprensa nacional, 1846, p. 127-133.

NECESSIDADES, Francisco. *Factos memoraveis da História de Angola*. Boletim Official do Governo Geral da Provincia de Angola no. 642. 16 Janeiro 1858, p. 3.

TOSO, Carlos: *Relazioni inedite di P. Cherubono Cassinis da Savona sul Regno del Congo e sue Missioni*. Im *L'Italia Francescana*. Roma, 1975, p. 135-214.

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) papéis de angola, caixa 70, documentos 8, 23, 28, 27.

Arquivo Histórico Nacional de Angola. (AHNA)-17-5 *Ofícios para Angola, fol. 67v. Barão de Mossamades para Antônio II, 1787*.

Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), Lata 6, documento 2, *Catallogo dos Reis do Congo*.

Biblioteca Nacional de Lisboa. Asti, Bernardino Ignazio V. *Missione in Prattica. Padri cappuccini ne' Regni di Congo, Angola et adiacenti*, 1750.

Fontes secundárias

BALANDIER, G. *Daily life in the Kingdom of Kongo*. Nova Iorque: Meridian Books, 1969.

BROADHEAD, Susan H. *Trade and Politics on the Congo coast. 1790-1890*. Phd Thesis. Boston

_____. Beyond Decline: The Kingdom of the Kongo in the Eighteenth and Nineteenth Centuries. *The International Journal of African Historical Studies*, Vol. 12, No. 4. Boston: Boston University African Studies Center, 1979. p. 615- 650

HILTON, Anne. *The kingdom of Kongo*. Oxford University Press. 1985

SAPEDE, Thiago C. Negócio e fé: missão católica e tráfico de escravos no reino do Congo. 1777-1796. In: Alexandre Vieira Ribeiro e Alessander Lemos de Almeida Gebara. (Orgs). *Estudos africanos: múltiplas abordagens*. Niterói: Editora da UFF, 2013, v. 1, p. 270-287.

_____. Agência ritual africana e a africanização do catolicismo no reino do Congo pós-restauração. 1769-1795. In: *Temporalidades*, UFMG, Belo Horizonte, Vol. 5, n. 1 (Jan./Abr. 2013). 167-185.

THORNTON, John K. *The Kingdom of Kongo. Civil war and transition. 1641-1718*. Madison: Winsconsin Univ. press, 1983.

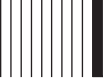
_____. *The Kongolese Sant Anthony. Dona Beatriz Kimpa Vita and the Anthonian moviment, 1984-1706*. Cambridge: Cambridge University press. 1998.

_____. Early Kongo Portuguese relations: a new interpretation. *History in Africa*. V 8. New Jersey: African Studies Association, 1981, p. 183-204.

_____. The development of an Arican Catholic Church in the Kingdom of Kongo, 1491-1750. *The jornal of African History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985, p. 147-167.

VANSINA, Jan. *Kingdoms of the Savana*. Madison: Winsconsin University Press, 1966.

_____. Anthropologist and the third dimension. *Journal of the International African Institute*, Vol. 39, No. 1. 1969, p. 62-68



La fabricación de maquinaria agrícola en Estados Unidos y Argentina:

aportes desde un abordaje comparativo

Damián Bil¹

Docente Universidad de Buenos Aires (UBA).

damibil@gmail.com

Resumen:

Consideramos que está pendiente un análisis de la evolución del sector de maquinaria agrícola en Argentina en el contexto del mercado mundial. Reconstruimos la historia de la rama en la Argentina y en los Estados Unidos, donde se concentraron los capitales rectores de la actividad durante el siglo XX. El estudio de este sector desde esta perspectiva nos permitirá analizar la escala y productividad media, la competencia que debió enfrentar la producción argentina y sus perspectivas. En definitiva, las condiciones de acumulación de capital en esta industria particular.

Clasificación JEL: Estudios sobre comercio por países y por industria (F14); Estudios sectoriales, manufacturas, otra maquinaria (L64); Manufacturas, EE.UU. y Canadá; América Latina (N61, N62 y N66).

Abstract:

We believe that is pending a review of the evolution of the agricultural machinery sector in Argentina in the context of the world market. For this reason, in this paper we reconstruct the history of the branch in Argentina and in the United States, where the “rector capital” of the activity is concentrated during the twentieth century. The study of this productive sector from the perspective chosen, allow to examine the scale and average productivity that prevailed in the world market, the competition faced Argentina production and their prospects. In short, the conditions for capital accumulation in this particular industry.

JEL classification: Empirical studies of trade (F14); Industry studies, other machinery (L64); Manufacturing, U.S. and Canada, Latin America (N61, N62 y N66).

¹ Doctor de la Universidad de Buenos Aires, con Mención en Historia. Investigador del CONICET (Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas), radicado en el CEUR (Centro de Estudios Urbanos y Regionales).
Docente en la cátedra Historia Argentina III B (1916 hasta la actualidad) en la carrera de Historia de la Universidad de Buenos Aires (UBA).

Introducción

La Argentina se insertó al mercado mundial de cereales durante el último cuarto del siglo XIX. Tierras fértiles, grandes extensiones, y ciertas condiciones para el desarrollo capitalista en el agro permitieron que se constituyera como uno de los principales exportadores de granos, junto a Canadá, Estados Unidos (EE.UU.) y Australia (SARTELLI, 1994; 1995; 1997; BARSKY y GELMAN, 2005; CAMPI, 2008). En pocas décadas, el área y la producción de los principales cereales se multiplicó varias veces, generando las condiciones para una incorporación de maquinaria como en el resto de los países de agricultura extensiva. El mercado interno de estos productos se expandió, llegando a ser uno de los más grandes del mundo durante la primera mitad del siglo XX. La rama agraria fue la más dinámica de la economía argentina (exceptuando pequeños intervalos), permitiendo el ingreso de divisas para sostener a otros sectores de la economía nacional. Pero, a diferencia de lo ocurrido en EE.UU. y en Canadá, en la Argentina no se conformó un sector fabricante de maquinaria agrícola que lograra competir de manera satisfactoria, incluso al interior del país. Este es el interrogante que nos llevó a plantear el trabajo. El objetivo es analizar la trayectoria de la fabricación en ambos países para entender los límites de la competitividad de la rama en Argentina, en particular en tractores y cosechadoras.

Organizamos el trabajo en dos secciones: el período que abarca desde la primera mitad del siglo XIX hasta la Segunda Guerra Mundial (SGM) y la etapa que se abre en la posguerra hasta mediados de los años '70. La selección de estos intervalos se relaciona con los cambios ocurridos a partir de la SGM, tanto en la Argentina como a nivel internacional. Además, corresponden a dos momentos que la historiografía

tradicional separa por el tipo de intervención estatal: la etapa agroexportadora, de corte liberal y escaso desarrollo industrial; y el posterior período proteccionista o de sustitución de importaciones, con un fuerte sesgo estatal en la evolución de la industria. Nos proponemos discutir la situación de este sector durante ambos períodos, y marcar las continuidades que otros autores pasaron por alto; como por ejemplo, la centralidad de la renta diferencial de la tierra agraria (RD) para sostener la pervivencia de los capitales en su gran mayoría ineficientes que acumulan en el marco nacional argentino.

Sobre la cuestión, los estudios sobre industria argentina hicieron hincapié, por lo general, en problemas de índole política o de comportamientos empresarios, quedando en un lugar secundario el análisis de los factores específicos de la producción. Eso se observa en los trabajos que analizaron la industria en general (DORFMAN, 1970; JORGE, 1975; ORTIZ, 1987).¹ Otros, como Ferrer (1984) o Schvarzer (1996), sugieren que la estructura económica interna (predominio de la explotación agropecuaria, el peso del capital monopolista extranjero, y el predominio de las finanzas y del comercio) habría favorecido un comportamiento rentístico por parte de los empresarios locales, que bloqueó en cierta medida el necesario impulso inversor y modernizador. Desde vertientes del marxismo, se atribuyeron los tempranos problemas a la estructura monopólica y a la dependencia del capital extranjero, que habrían impedido cualquier consolidación de la burguesía nativa progresista (PEÑA, 1986; CIAFARDINI, 2002). Ya para el período denominado "ISI", desde una postura evolucionista Fernando Fajnzylber (1983) estima que mientras que en los países avanzados y en el sudeste asiático las empresas nacionales tuvieron influencia en el Estado, en América Latina ese lugar lo ocu-

¹ Un análisis más detallado de las posiciones de estos autores puede verse en Korol y Sabato (1990).

paron las transnacionales. Estas se instalaron con un nivel de ineficiencia elevado y por lo general en actividades de poca complejidad. El problema habría sido la falta de vocación de los sectores internos. Por su parte, los autores cercanos a una visión liberal atribuyen a la intromisión del Estado los límites de la industria. Según Teitel y Thoumi, las altas tarifas de protección desincentivaron la búsqueda de exportaciones y de economías de escala (TEITEL y THOUMI, 1986: 462; una posición similar para Argentina expone Díaz Alejandro, 1975).

Para el sector particular que analizamos aquí, estas argumentaciones se reiteran. Por ejemplo, Moltoni (2009) caracteriza como positiva la “conducta innovadora” basada en el aprendizaje que experimentaron los primeros talleres durante las primeras décadas del siglo XX. El problema es que en su análisis se abstrae del desarrollo de la rama a nivel internacional. La evolución de la rama se reduce a la voluntad de los propietarios por “aprender” e “innovar”, conceptos que no son explicados en su vínculo con la productividad media del sector. Por su parte, Volkind (2008) considera que el problema es que no se logró la consolidación de la industria debido a los efectos del “proteccionismo al revés”. O sea, a la ausencia de una política de fomento. La estructura de clases agraria, junto con la dependencia del imperialismo británico, habrían retrasado la industrialización. El autor omite el estudio específico del sector y se abstrae de las determinaciones de la competencia internacional, suponiendo que si las políticas hubiesen sido adecuadas podría haberse montado una rama capaz de competir. La preeminencia de la intervención pública como explicación es utilizada por otros que sostienen que fueron estas las que posibilitaron el desarrollo de la actividad (LAJER, ODISIO et al., 2006; RACANELLO, 2010). A estos incentivos se habrían sumado las decisio-

nes “innovadoras” de los empresarios. Alcances y obstáculos se atribuyen a la estrategia del Estado, sobreestimándose su capacidad de influir sobre el recorrido de una actividad económica.

Katz y Ablin (1977) sostienen que en la rama se produjo un proceso de innovación adaptativa, que permitió modernizarse e iniciar el cierre de la brecha tecnológica con los productores líderes. Durante los '60, la rama empieza a exportar al “tomar conciencia” de su capacidad competitiva. Pero encontramos problemas aquí, de carácter empíricos: al contrario de lo que postulan estos autores, si bien se registran exportaciones, la producción de maquinaria agrícola en Argentina tendió a perder posiciones en el mercado mundial en comparación con los líderes.

De manera resumida, los abordajes reseñados más allá de sus aportes valiosos adolecen de un elemento. El problema es la falta de análisis del sector en el contexto del mercado mundial. Al abstraerse de esto, pierden de vista la competencia. No se conoce la evolución de la rama en su conjunto, no se puede determinar contra qué capitales debieron competir los que acumulaban en Argentina, en qué medida debieron protegerse por diversos mecanismos, la capacidad para acceder a mercados externos, entre otros interrogantes. Por eso, las explicaciones se reducen a la mayor o menor intervención del Estado, a la falta de empresarios innovadores, o bien al fracaso de la burguesía nacional para lograr mayor poder político. Por nuestra parte, buscamos las determinaciones de la acumulación de capital en el sector maquinaria agrícola y analizar sus obstáculos. La novedad de nuestro análisis se encuentra en restituir el elemento del desarrollo mundial de un sector productivo. En ese sentido, consideramos que uno de los límites de la actividad es el momento en que se inicia. Es decir: cuando se comienza a desarrollar el sector

en la Argentina, el mercado (incluso el interno) está dominado por capitales muy concentrados, con décadas de existencia. Esto se presenta como una desventaja, aunque no irre recuperable. El problema es que la Argentina no contó con elementos que le permitieran compensar, como insumos baratos o una industria auxiliar desarrollada.

Por ese motivo, analizamos la evolución del sector en los EE.UU., estudiando el desarrollo de algunos de los capitales rectores.² Escogimos la comparación con EE.UU. por dos motivos: el primero es que allí se constituyeron los capitales más concentrados a nivel mundial, los que determinaban la productividad media y el precio de producción. Por eso, su estudio nos permite tener un indicador de la evolución general del sector. El segundo motivo es que nos posibilita complementar el análisis del sector en Argentina, puesto que permite entender contra quienes debió competir la producción local. Para ello, retomamos el concepto de ventaja absoluta (GUERRERO, 1995). Consideramos que la competitividad está determinada por los costos unitarios de producción: quienes produzcan más barato lograrán acceder a una mayor porción del mercado, avanzando en la concentración. Tenderán a desplazar del mercado mundial a sus competidores que produzcan con costos mayores (SHAIKH, 2006). Esta perspectiva contempla los determinantes materiales de la producción, lo que nos permitirá avanzar para conocer una de las dificultades de origen con la que contó la producción local. Con ello, esperamos aportar elementos para la comprensión de los límites de la actividad en el país y del capitalismo argentino en general.

2. EE.UU. y Argentina entre 1840-1940

La producción y circulación de mercan-

² Con capitales rectores de una rama nos referimos a los capitales más concentrados de la actividad, que imponen la productividad media del trabajo (SHAIKH, 2006).

cías es un fenómeno internacional. Los capitales que adquieran la escala suficiente estarán en mejores condiciones que sus competidores para disminuir sus costos unitarios, y acaparar la mayor parte de los mercados. En este caso, una de nuestras hipótesis para explicar los límites de la producción argentina de maquinaria agrícola es el momento de llegada al mercado mundial. Cuando comenzaba a desarrollarse el sector en el país, a nivel mundial existían capitales con varios años en el mercado internacional. Los capitales locales no tuvieron elementos para compensar esa desventaja inicial. En este punto, consideramos que no pueden comprenderse los límites en el país haciendo abstracción de su evolución mundial. Por ello, para entender el movimiento de los capitales que acumulan en la Argentina, es necesario primero estudiar los determinantes de la competencia internacional. Nos concentramos en EE.UU., principal productor de maquinaria agrícola y tractores durante la mayor parte del siglo XX, donde la productividad y la escala alcanzaron su mayor expresión. Es necesario partir del estudio de sus bases, de sus condiciones más generales. Es decir, de su mercado, la disponibilidad de insumos, la infraestructura, y otras ventajas absolutas con las que contó la actividad en aquel país. Eso nos permitirá evaluar su historia y ofrecer una primera comparación con la situación en Argentina.

El primer elemento es el mercado interno norteamericano, donde se volcó su producción en un primer momento. Su crecimiento se aceleró durante las décadas de 1820-1840, cuando se intensificó la colonización de tierras agrícolas hacia el oeste, como se observa en la ilustración 1.

Ilustración 1. Avance de la frontera agrícola de los EE.UU., 1800-1869



Fuente: Robertson (1964), citado en Cochrane (1979: 49).³

Como ejemplo del proceso, el área sembrada de trigo y maíz se expandió de 1862 a 1900 de 10,3 millones de hectáreas a 51 millones. En 1920 ya estaban en producción casi 66 millones de hectáreas. Esto presenta una primera diferencia de magnitud con el caso argentino: aquí, en 1900 había 4,26 millones de hectáreas sembradas y en 1920 10,56 millones. La expansión de la frontera agraria en la Argentina se inició hacia fines de los '50 y comienzos de los '60 del siglo XIX, aunque se aceleró a comienzos del XX. Para ese momento, las firmas norteamericanas ya dominaban el mercado mundial. La distancia que planteó la escala del mercado será un factor de peso para explicar las diferencias entre ambos sectores en los países estudiados.

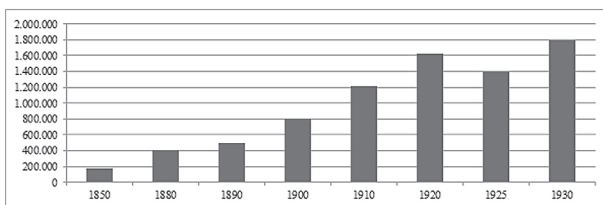
El área en explotación en los EE.UU.

³ Para mayor información sobre el avance de la frontera de los cereales en EE.UU. a partir de la venta de tierras públicas y la expansión del mercado, ver Gates (1948; 1969), Swierenga (1977), Cochrane (1979), Atack (1988) y Post (2011); entre otros.

creció a partir de la expansión agrícola, motorizada por varios factores. Entre ellos, la política de ventas de tierras públicas desde la década de 1820 y la mejora de los transportes, con el ferrocarril y el vapor, que permitieron una mayor movilidad de la población y sobre todo de los instrumentos. Esto dio lugar a la constitución de mercados regionales.

La última etapa de expansión de la frontera agrícola fue la de 1860-97, cuando se colonizaron las tierras del Oeste. Además, finalizada la Guerra Civil, el crecimiento de la industria y la población urbana estimuló la demanda de cereales. En estos treinta años, tanto la superficie cosechada como la producción de granos aumentaron en tres veces, propiciando el aumento del equipo utilizado. El valor de máquinas y equipos agrícolas entre 1850 y 1900 se cuadruplicó (en base a U.S. Statistical Abstracts, varios años). Eso también se reflejó en el aumento del parque en unidades: hacia 1940, existían más de un millón y medio de cosechadoras y de tractores, y casi un millón de juntadoras de maíz.

Gráfico 1. Valor de maquinaria e implementos en explotaciones agrarias, EE.UU. en miles de dólares de 1890, 1850-1930.



Fuente: elaboración propia a partir de U.S. Statistical Abstract. Deflactado por IPC EE.UU. de Ferreres (2006).

Este mercado sentó las bases para el desarrollo de la fabricación de implementos y equipos. En sus inicios, en las décadas de 1820 y 30, la producción se limitó a herrerías rurales. A medida que se extendía la frontera agrícola y mejoraban los transportes y la provisión de materia

prima, se constituyeron mercados regionales que permitieron el crecimiento de algunos de estos talleres. Para las décadas de 1850-60 se constituía un mercado de características nacionales, que permitió a los capitales más grandes de la actividad consolidar sus posiciones y reproducirse de manera ampliada. Además, los buenos precios de los granos en esos años incentivaron una mayor incorporación de maquinaria (POST, 2011).

A nivel de la organización productiva, entre 1820 y 1860 se produjo el paso de la artesanía a la manufactura. Hasta los '30, la producción se realizaba en pequeñas herrerías rurales, con la labor del propietario (en ocasiones con algunos pocos ayudantes), que armaba y mantenía operable el herramental técnico (CLARK, 1929). La constitución de mercados regionales y luego uno nacional posibilitó que algunos ampliaran su escala y destinos. En pocos años, lograron dividir el trabajo, incorporar obreros y máquinas herramientas, constituyéndose en manufacturas. Un establecimiento medio del sector para la década de 1840 se conformaba de la siguiente manera:

El taller era dirigido por un inventor o por el titular de una licencia y empleaba siete u ocho trabajadores calificados. La inversión de capital promedio era de 6.000 U\$S, un nivel aproximadamente igual al valor promedio de la producción. La fase de producción correspondía a la manufactura, en la que la detallada división del trabajo y el refinamiento de las herramientas especializadas se encontraba extendida, pero con poca mecanización (PUDUP, 1987: 214-215. La traducción es nuestra)(Pudup, 1987: 214-215. La traducción es nuestra).

Uno de los “pioneros” que siguió este camino fue un famoso herrero de Vermont: John Deere. Su historia es uno de los ejemplos de la constitución de un capital rector a nivel mundial. De familia de farmers, instaló una herrería para reparaciones, y más tarde decidió iniciar la

producción. En ese entonces, la expansión agrícola llegaba a lo que hoy es el Medio-Oeste, región con suelos más duros que la región originaria de Nueva Inglaterra. Diseñó entonces un arado de acero con vertedera, que permitía remover mejor esos suelos más duros. Ello provocó el aumento de sus ventas. Por eso pudo, en 1848, instalarse en la localidad de Moline, con la colaboración financiera de dos socios. Allí comenzó la producción en serie. Al año siguiente fabricaba casi 2.200 unidades (MEYER, 1988).⁴ En todo este proceso, tuvo un rol considerable el cambio tecnológico que supuso el arado de hierro fundido. Esto hizo necesaria la presencia de grandes fundiciones, con obreros capacitados para realizar la tarea; lo que indica la intrínseca relación entre la industria de maquinaria agrícola y la metalurgia.

Entre 1860 y 1880 se dio el pasaje a la producción en serie, y comenzó la exportación (MARTÍNEZ RUIZ, 2000). Ya se había constituido un sistema de comercialización nacional, en el cual las empresas utilizaban diferentes medios: publicidad en los periódicos locales o nacionales, entrenamiento de agentes para la venta en centros agrícolas, filiales en esas regiones, entre otros elementos. Los establecimientos se ampliaron y mecanizaron: Deere, para 1857, producía 10.000 unidades por año (CURLEY, 2010, 91-92). En comparación, en la Argentina la firma Schneider llegó a producir 2.000 arados (una quinta parte) recién cuatro décadas más tarde. Se percibe una de las dificultades para la rama en este último país: el momento en el cual se inició la producción. En la etapa en la cual el sector surgía en Argentina, existían capitales con un nivel de acumulación varias veces superior, con años de operación y que dominaban el mercado mundial. En 1874, la venta anual de arados Deere superaba los 50.000, cuando en Argentina

⁴ Otro fabricante que tuvo un desarrollo similar fue Cyrus McCormick, fabricante de segadoras desde finales de la década de 1830.

apenas existían algunas herrerías rurales con una producción ínfima.

Los cambios favorecieron el aumento de la productividad: de las 34 máquinas anuales por obrero en 1881, se pasó a 109 en 1891; mientras que el costo laboral por máquina cayó de 15 a 5 dólares (OZANNE, 1968). También se afianzó un sector de proveedores, que permitió un sólido encadenamiento productivo (HOUNSHELL, 1984: 157; WINDER, 1995, 528). Con ese aumento de la productividad, la maquinaria agrícola norteamericana logró dominar el mercado mundial, mediante el “sistema americano de fabricación” (CHANDLER, 1992, 91).

En EE.UU., hacia la década de 1910, el sector ocupaba más de 50.000 obreros y producía un valor agregado del orden de los 86 millones de dólares. Si bien el promedio de obreros y de valor agregado puede distorsionar la muestra, debido a que las grandes firmas que dominan el mercado interno pueden contarse por decenas mientras que el resto son pequeñas empresas, estos datos nos sirven para comparar con el caso argentino. En principio, el promedio de obreros por establecimiento en 1900 era de 65. En la Argentina, sólo el establecimiento de Schneider en Esperanza (Santa Fe) superaba esos valores, con 80 operarios para 1895. No obstante, su volumen de producción era muy inferior al de las empresas que fabricaban artículos similares en los Estados Unidos, como la de John Deere. En términos del conjunto del sector se repite este fenómeno. Con el dato del valor agregado, podemos acercarnos a la producción promedio. Según datos censales del período 1914-1939, el valor agregado representaba aproximadamente un 54% del valor total de la producción en la rama. Con ese porcentaje, tenemos un valor de producción promedio por establecimiento en EE.UU. de 148.310 dólares en 1900. Esa cifra asciende a 248.906 dólares en 1910. En Argentina, el dato más cercano para

comparar es el de Schneider, donde se producía por un valor de 300.000 pesos nacionales a finales del siglo XIX (AGN, 10/05/1895). Es decir, alrededor de 84.600 dólares al cambio de ese entonces. La mayor firma de Argentina en ese período no alcanzaba el promedio de la rama en los EE.UU. y estaba lejos de las grandes empresas de ese país.

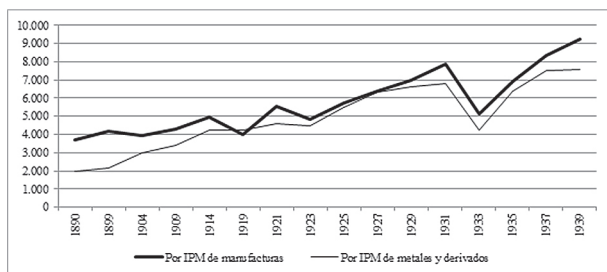
Hacia 1902 se produjo la fusión de dos grandes firmas: McCormick y Deering, que contaban en conjunto con más de 12.000 obreros y abastecían el 90% del mercado de segadoras norteamericano (de Cet, 2006); junto a otras tres menores. De esta manera, conformaron la International Harvester Company (IHC), holding que dominó el mercado mundial durante casi todo el siglo XX (hasta su quiebra en 1985). Para fines de la primera década del siglo XX, producían 7.000 equipos semanales. En cuanto a su estado financiero, en 1909 el activo de la IHC ascendía a casi 173 millones de dólares, lo que la convertía en la quinta firma industrial más grande de los EE.UU. (COLLINS y PRESTON, 1961). Tanto la escala como la productividad de la industria norteamericana, y en particular de los capitales rectores del sector, eran muy superiores a la que podía alcanzar la actividad en la Argentina. Esta escala se había alcanzado casi diez años antes de que la fabricación de máquinas comenzara en el país con características artesanales.

La magnitud de los capitales fusionados propició una rápida expansión por el mundo. Durante esa década, McCormick colocaba entre el 15 y 20% de sus ventas en el exterior, mientras que algunas pequeñas firmas tenían más ventas en el extranjero que a nivel doméstico (HECKER, 1973, 477). No solo se dio el fenómeno de exportación de productos, sino también de capitales a otros países. Debido a que su reproducción provocaba que la escala superara los límites del mercado interno, y en parte como respuesta a

las barreras arancelarias de otros países, los capitales líderes se instalaron en el exterior, primero en Canadá y luego en Europa. En Argentina, la IHC inauguró de forma temprana una oficina de venta, en 1883, y filiales de venta en Rosario, Bahía Blanca, Santa Fe, Córdoba, Mendoza y Tucumán.

Para los '40, EE.UU. participaba con casi el 40% del mercado mundial, sobre el 24% de Inglaterra y el 20% de Alemania (CONTI, 1950, IX). Hasta las vísperas de la crisis del '30, las exportaciones de cosechadoras superaron las 10.000 unidades anuales. Sus principales destinos: Australia y la Argentina (JONES, 1927). El aumento de la productividad, luego de la crisis de 1930, parece estar detrás de estos movimientos:

Gráfico 2. Productividad de la rama maquinaria agrícola en valor (dólares) por obrero en los EE.UU., en base a IPM para manufacturas y para productos de metales y derivados, 1890-1939 (año base: 1926 = 100)



Fuente: elaboración propia a partir de U.S. Statistical Abstract (varios años)

Para 1940, la rama se había concentrado en un grupo de grandes corporaciones, que dominaban el mercado mundial. El grupo de las siete grandes pasó de poco más de la mitad a casi tres cuartos de la participación del mercado en sólo dos décadas. Esto refleja un movimiento de concentración en la actividad en los EE.UU., motorizado por los capitales líderes. También muestra que para el período en el que la industria surgía en la Argentina en una escala reducida, en los EE.UU. ya estaba consolidada una actividad

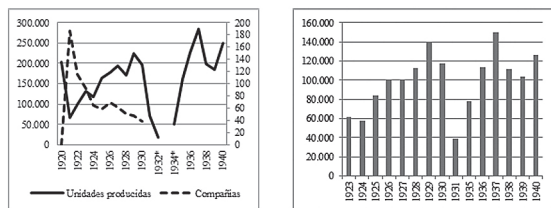
con una capacidad de producción muy superior a la que existía en el país sudamericano.

El caso del tractor fue similar, aunque su recorrido empezó más tarde. Los primeros que se comercializaron en serie fueron los de C. Hart y C. Parr, de Charles City, desde 1905 (GRAY, 1954, 17). Para 1920, ya se utilizaban 246.000 unidades en EE.UU. En este proceso tuvo influencia la Ford, que para fabricar el Fordson introdujo los mecanismos de producción en serie de la automotriz y el estandarizado de piezas. Con 500 obreros, para 1918 la producción alcanzaba las 100 unidades diarias. Para 1919, 91.346 unidades habían salido de su planta. Dos años más tarde, producía 350 al día (WIK, 1964, 84).

Entró al juego en el momento más oportuno (...). Comenzando con una producción superior a las 34.000 unidades en 1918, o más del 25% de los 132.700 tractores construidos por 142 compañías, Fordson disfrutó del crecimiento de sus negocios en los siguientes dos años con prácticamente un 100% de incremento en relación a su propia producción de 1918. Fue en 1921 (...) cuando el tractor de bajo-coste Fordson representó alrededor del 50% de la producción total; y en 1923 y 1925, más de 100.000 fueron fabricados por año, entre el 60 y el 75% de la producción total (...) (GRAY, 1954: 18-19. La traducción es nuestra).

La producción norteamericana se extendió a mercados del exterior. Para 1926 se habían exportado 50.000 unidades, con destino a Canadá, URSS, Australia, Argentina, Francia e Italia. Un informe del Departamento de Comercio norteamericano señalaba, a fines de los años '20, que hasta el momento, salvo por la producción de Ford en Gran Bretaña (que mudó sus operaciones en 1927), los competidores europeos no eran motivo de preocupación, ya que eran más

Gráfico 3. Producción de tractores en unidades (eje primario) y firmas fabricantes (eje secundario) en los Estados Unidos, 1920-1938; y 3b. Valor de la producción de tractores, en miles de dólares de 1926, 1923-1940



Fuente: elaboración en base a Gray (1958: 2) y a U.S. Statistical Abstracts (varios años), cálculo en base al IPM de maquinaria agrícola.*: sin datos (se informan unidades vendidas)

pesados, poco recomendados para usos generales agrícolas, y su costo era muy elevado (GRAY, 1958, 13). Hacia los '30, la crisis provocó el cierre de varias firmas: de los 186 fabricantes que existían en 1920, en 1933 solo quedaban 20. Aunque mucho más concentrados: nueve firmas representaban el 90% de la producción. Para 1936, el volumen de producción se había recuperado casi a niveles previos a la crisis. No obstante, el conflicto bélico iba a interrumpir momentáneamente el ciclo ascendente, que se relanzaría a comienzos de los '50.

b. La rama en Argentina antes de la SGM

El desarrollo de la industria de maquinaria agrícola en el país fue muy similar a lo reseñado para los EE.UU., aunque se inició al menos cuarenta años más tarde. Los primeros productores de implementos como Tabernig, Schneider, Istilart y luego los que fabricaron cosechadoras (Senor, Bernardín, Rotania, entre otros) surgieron como lo habían hecho Deere o McCormick en EE.UU.: al calor de la expansión agrícola en la región pampeana desde 1860. En este primer período, la producción local acaparó una reducida porción del mercado. Existen varios factores para explicar sus límites. Uno de ellos, el que tratamos en este artículo, es el momen-

to en el cual comenzó la producción en el país. Cuando esto sucedió, operaban capitales líderes a nivel mundial, con varias décadas de recorrido. Por este retraso, y por otros motivos, en el país la organización del trabajo no logró la eficacia que alcanzó en los EE.UU., lo cual le impidió competir favorablemente con los equipos de los líderes internacionales que ingresaban al país. La producción en la Argentina no contó con elementos que permitieran suplir esta desventaja inicial. Nos referimos, principalmente, a la inexistencia de una industria auxiliar de peso que permitiera producir a bajo costo. En primer lugar, la materia prima era escasa, debido a los pocos yacimientos de mineral de hierro conocidos y su dificultad para explotarlos económicamente. La Unión Industrial sostenía, en la década de 1920, que el estado de la metalurgia local era primitivo:

(...) la causa de su desarrollo retardado es la falta de materia prima, es decir el metal principal, el hierro, debido a un insuficiente conocimiento geológico del subsuelo argentino. Por otra parte, ha influido también mucho la falta del principal combustible, el carbón, pero ese defecto ya no se hará sentir en el futuro por los importantes descubrimientos de los yacimientos petrolíferos (...) (KORKUS, 1922).

La falta de hierro y de combustible accesible era una dificultad para toda la metalurgia argentina. Incluso dos décadas después, el gerente de una de las firmas metalúrgicas más importantes del país, La Cantábrica, se lamentaba de que mientras no se dispusiera de minerales económicamente explotables, no sería posible una metalurgia que pudiera abastecer al mercado local (PUJALS, 1941, 792). Se recurría a la chatarra, aunque el stock de hierro viejo no era suficiente para montar una industria siderúrgica eficaz. Además, escaseaba el combustible para fundiciones. El carbón de Río Turbio y el petróleo de Comodoro Rivadavia resultaban costosos por su lejanía de los centros de procesamiento de

hierro y acero. Esto se trasladaba a la utilización de energía eléctrica para fundición de piezas. Estas dificultades trababan el desarrollo de una siderurgia eficiente, problema que se contagiaba al sector aquí estudiado. La materia prima para el acero podía importarse, pero la siderurgia local no podría alcanzar volúmenes para proveer de forma económica a todos los sectores de la producción:

Es posible la fundición de hierro y acero viejos en el país en una escala capaz de mantener materialmente a las industrias nacionales en tiempo de paz y que constituya un gran valor estratégico en caso de guerra; pero será imposible establecer la fabricación de acero como industria principal o fundamental, y sería imprudente intentar el abastecimiento de más de una parte del consumo normal del país (...) no se conocen en este país ni mineral de hierro ni carbón para coke, ni es razonable esperar que se encuentre en la Argentina en cantidades adecuadas (FOSTERBAIN, 1925, 2-11).

Estas condiciones de la metalurgia repercutían sobre el sector de proveedores. El caso de Schneider, que contó con dificultades para la fundición ante la carencia de instrumentos técnicos y procedimientos adecuados, expresa estos déficits.

Esto nos conduce al segundo problema: la industria auxiliar, sector fabricante de partes y conjuntos, estaba escasamente desarrollada. Era muy primitiva, producía poco, con precio mayor a los internacionales y de calidad deficiente, excepto en pocas piezas de fundición donde la calidad era aceptable (BRUNINI, 1948).

Los establecimientos que fabricaban los equipos se proveían de conjuntos terminados como motores, transmisión y otros por importación. En varias ocasiones, al no existir material disponible en plaza, las armadoras debían comprarse insumos que no eran los indicados para

el sector, y someterlos a transformaciones adicionales para poder utilizarlos. Otros conjuntos o partes eran escasos, sobre todo en los momentos en los cuales se suspendía la importación. Eso fue particularmente grave en la década del '30, cuando la crisis desplomó las importaciones no sólo de equipos terminados, sino también de piezas y repuestos para las máquinas. En esas circunstancias, se debió recurrir a piezas de tractores o automóviles en desuso para mantener la producción.

Estas dificultades provocaban una total falta de estandarización o normalización de los modelos de máquinas y, sobre todo, de sus repuestos. El problema se manifestaba en los inicios de la producción local. En definitiva, se carecía de una industria auxiliar que pudiera sustentar un mayor desarrollo de este sector. Sin dudas, esto afectó la capacidad de las firmas locales, que debieron recurrir a sus propios talleres o a proveedores que no tenían la capacidad técnica para brindar un material confiable. Por otro lado, la recurrencia a estos proveedores o a sus propios talleres y la falta de una producción estandarizada, atentaban contra la producción en serie de piezas y repuestos, lo que repercutía en los mayores costos que tenía la fabricación local. Este fue uno de los límites de mayor peso en el desarrollo temprano del sector.

En este panorama desfavorable, por la competencia de productos de capitales más concentrados y por la falta de insumos adecuados, surgió y se desarrolló la rama. La importación de equipos sirvió como modelo a los fabricantes locales, como ejemplifica el caso de Schneider:

La concepción del arado de dos ruedas fue a raíz de un viaje que hiciera a Buenos Aires donde al pasar por la casa Agar Gross me llamó la atención un arado que vi en sus salones de máquinas, (...) de acuerdo con mi hermano resolvimos la fabricación del mío, modificán-

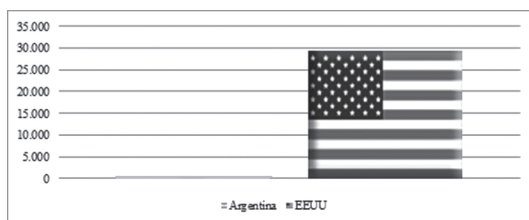
dolo y haciendo innovaciones tan precisas que alcanzó apenas salido al mercado el mayor y más ruidoso de los éxitos en todas partes al extremo de que de las más apartadas colonias del país llegaban los chacareros hasta mi fábrica a buscarlos y no se iban sin comprarlos y llevarlos. (...) Como en mis talleres se construían en la forma más completa me resultaban de cuyo baratos y podía venderlos (...) a 160 pesos cada uno, lo que me dejaba un margen, para una regular ganancia (...) (El Orden, 1929).

Para 1890, según Gallo (1984), Schneider producía 2.500 arados de una reja. Deere había alcanzado esa cantidad casi medio siglo antes. En 1876, dos años antes de la apertura del taller de Schneider en la Argentina, producía 10.000 anuales. Los activos de Schneider apenas superaban lo producido por un establecimiento promedio norteamericano. No contamos con datos de activos o capital de una firma individual americana para ese año, aunque sí para 1902, cuando se produce la formación de la IHC. La firma fue valuada en 120 millones de dólares. Si el capital de Schneider se reprodujera a la tasa de ganancia media industrial de la Argentina (IÑIGO CARRERA, 2007, 95-98), para 1902 sería aproximadamente de 109.723 dólares. Es decir, 1.093 veces más reducido. Estas cifras indican la diferencia en la escala alcanzada por dichos capitales.

En Argentina, la producción de maquinaria como cosechadoras fue más tardía. Hacia fines de 1910 surgieron los primeros fabricantes. Recién en 1930, algunos establecimientos superaron la organización artesanal del trabajo. La firma más importante de este período fue la de los hermanos Juan y Emilio Senor (1921), que para 1940 acumulaban 1.148 cosechadoras vendidas (CATÁLOGO SENOR, 1940). Otra firma relevante fue la de Andrés Bernardín, también de San Vicente (Santa Fe), que para comienzos de los '30 contaba con 32 obreros. En 1933, la em-

presa giraba ya con un capital social de 200.000\$ (EL LIBERAL, 1933), equivalente a 61.728 dólares en ese momento. En comparación, en 1935 los activos de IHC totalizaban 365.200.000 de dólares (5.900 veces más). Deere contaba con 79.700.000 de dólares (1.290 veces más). En cuanto al volumen de producción del sector en general, para 1937 la rama en la Argentina producía 500 cosechadoras, muy lejos de las casi 30.000 de los EE.UU. Esto muestra las distancias entre ambos países.

Gráfico 4. Producción de cosechadoras (unidades) en Argentina y en EE.UU., 1937



Fuente: elaboración propia en base a Censo Nac. Agropecuario (1937) y U.S. Statistical Abstracts (varios años)

La diferencia de escala se reflejaba a nivel del mercado interno, donde en Argentina la producción local ocupaba un lugar menor en el mismo. Entre 1923 y 1940, solo ocupó un promedio del 10% del mercado (a partir de cálculos mediante Anuario de Comercio Exterior (Varios años) y Catálogo Senor (1940), apenas como complemento de las importaciones.

Las dificultades del sector impidieron también la instalación de una industria de tractores. Es nuestra hipótesis que las causas de la inexistencia de intentos de fabricación de tractores tienen que ver con la inexistencia de una industria auxiliar, proveedora de piezas; producto de un bajo desarrollo de la industria metalúrgica en la Argentina. Es decir, debido a la escasa posibilidad de consolidar encadenamientos producti-

vos que pudieran abastecer a un sector terminal. A diferencia de lo que sucedió en EE.UU., donde existía un sector de proveedores consolidado.

3. El período de posguerra (1945-1975)

a. La rama en EE.UU.

Luego del impasse de la SGM, donde gran parte de los fabricantes se volcó al esfuerzo bélico, se retomó la producción tanto en los EE.UU. como también en otras regiones del mundo: Argentina, Brasil, Irán, India, Turquía, Corea, entre otros, montaron un sector de tractores y se consolidó la producción de otros equipos para sus propios mercados, con capitales norteamericanos, europeos y japoneses, y algunos emprendimientos locales. Pero el grueso de la demanda mundial continuó abastecida por los países tradicionales. En particular, por las grandes firmas norteamericanas, varias de las cuales se beneficiaron de la guerra al absorber capitales más pequeños que no pudieron reiniciar la producción. Además, la salida de la SGM en EE.UU. trajo aparejada un “boom” de su agricultura al menos hasta entrada la década de los '60 (COCHRANE, 1979: 124). Eso produjo que se multiplicara la inversión en tecnología, aumentando en un 212% la correspondiente a maquinaria.

No obstante, hacia mediados de los '60 se evidenciaron los efectos de un “exceso de capacidad crónico” (COCHRANE, 1979, 140). Este fenómeno explica un estancamiento en las ventas, que se ubicaron en torno a los 150.000 tractores anuales (aproximadamente 100 veces más que lo que se vendía anualmente en la Argentina) hasta el final del período estudiado.

Los años de la inmediata posguerra muestran un auge en la producción norteamericana de maquinaria agrícola, con una caída hasta

mediados de los '60 y recuperación en los '70. Además del estancamiento del mercado interno, este es un momento en el cual los costos de la siderurgia norteamericana comenzaban a perder ventajas sobre otros competidores (ADAMS y MULLER, 1982). Algunas compañías fueron particularmente afectadas por la caída de las ventas, como la Case. Su pasivo aumentó de 40 millones de dólares en 1956 a 156 millones tres años más tarde, y se quedó sin crédito. La situación financiera de la empresa se volvió tan crítica que los diarios como el Chicago Daily o el Wall Street Journal la definieron como “la primer crisis crediticia de una gran compañía desde la Gran Depresión” (MINER, 1987, 286). En septiembre de 1960, su deuda era de 132,9 millones de dólares con 89 entidades bancarias. En 1967 fue comprada por la mayor distribuidora de gas natural del mundo, la Tenneco Inc., que hacia 1970 pasaba las operaciones de Case a la construcción de maquinaria vial.

A pesar del estancamiento en el mercado interno, los indicadores con los que contamos dan cuenta de que el valor agregado por obrero en dólares aumentó. Por eso, no se detuvo la inversión. Las grandes firmas lideraron el proceso, concentrando el capital. Fue el caso de Deere, que en 1956 “se convirtió” en una multinacional. En 1959, iniciaban funciones las plantas de Granadero Baigorria en la Argentina y la de Saran en Francia. En 1966, sus ventas superaron los mil millones de dólares, y las ganancias alcanzaron el techo de 78,7 millones. En 1973, una serie de malas cosechas en Europa, provocaron un aumento de la demanda de grano norteamericano. Como rebote, aumentó la demanda de equipos, beneficiando a los fabricantes estadounidenses. Eso ocasionó que, por primera vez en la historia, las ventas de Deere sobrepasaran los dos mil millones de dólares al año (MAGEE, 2005).

b. Argentina durante la posguerra: la protección de hecho del mercado interno

Recién hacia los '50, la rama en Argentina se consolida y comienza a acaparar la mayor parte del mercado doméstico. Esto se debió a una serie de medidas para la protección, que alcanzó a la industria en general. Consistió en aranceles y su combinación con el tipo de cambio (protección efectiva), subsidios, exenciones impositivas y otras formas de transferencia. La protección efectiva se encontró para el período estudiado por encima del 20% (IÑIGO CARRERA, 2007; KORNBLIHTT, 2008). Además, existieron regímenes especiales para ciertos rubros. Para la metalmecánica, en la cual se encuentra nuestra actividad, un estudio postulaba

(...) Los sectores productores de bienes de capital son los más protegidos, Vehículos y Maquinarias, tienen una protección de 242,6% (...) los sectores, Automotores y Tractores y Maquinarias y Aparatos Eléctricos que se han clasificado en el caso 2. Las ramas incluidas en el caso 2 necesitan de la protección, ya que en un sistema de libre comercio no podrían subsistir (WAINER, 1970, 24. El subrayado es nuestro)

Esto ocasionó un encarecimiento de las mercancías internas en relación al mercado mundial, sobre todo en los insumos para la industria. Aunque permitió la acumulación en diversas ramas, provocará dificultades en la competitividad local. Otra forma de protección fue la transferencia desde el Estado mediante subsidios, exenciones impositivas, créditos baratos. Esto último se potenciaba por la inflación, que provocaba que la tasa de interés real fuera negativa. Así, el capital que acumulaba en la Argentina, con una menor escala y productividad y costos mayores, logró sobrevivir. Más aun, la tasa de ganancia del capital industrial, gracias a todas las transferencias

mencionadas, alcanzó un nivel similar a la de los EE.UU. (IÑIGO CARRERA, 2007). Esta particularidad argentina, de compensar la menor competitividad del capital local, se debió a los ingresos por la vía de la renta diferencial. Las exportaciones agrarias, portadoras de renta, permitían un ingreso extraordinario que el Estado apropiaba por diversos mecanismos y lo reasignaba de la forma mencionada, compensando la menor productividad industrial. Eso también permitía pagar las mercancías más caras en el mercado interno, efecto del proteccionismo. Esta especificidad también permite explicar la radicación de capital extranjero en escala reducida al interior del país: el capital medio que en otros países operaba como tal, ingresó de forma fragmentada, restringiendo su escala al tamaño interno. No obstante, se valorizaron a la ganancia media debido a las transferencias mencionadas: su estrategia era ingresar al mercado argentino para capturar renta, lo que les permitía sobrevivir a pesar de su menor escala. Los límites se encontraban cuando la concentración rebasaba los márgenes del mercado interno y provocaba la necesidad de expandirse a mercados externos. Además, la capacidad del Estado para llevar a cabo las transferencias estaba ligada a los vaivenes de la rama agraria y a los ingresos por renta de la tierra. Este monto apropiable tuvo un límite a la hora de compensar las dificultades de la acumulación en el país, en el momento en que la escala interna se hizo insuficiente (KORNBLIHTT, 2011).

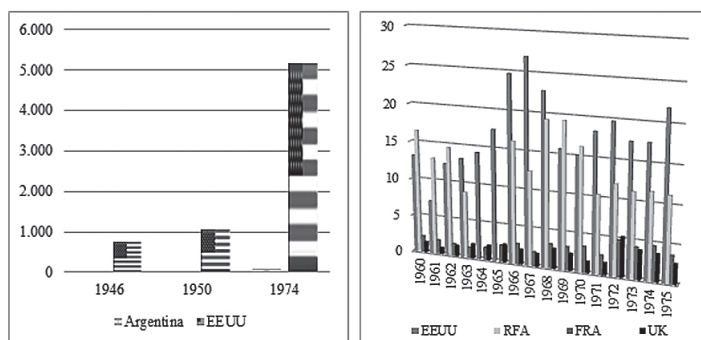
Durante la inmediata posguerra, con la importación de insumos restaurada, la rama se reactivó. Se armaron 284 cosechadoras en 1946 y 33 en 1950, 444 tractores en 1946 y 95 en 1950. El valor de la producción, en dólares según la cotización de cada año, fue de 3,6 y de 4 millones de dólares. Como parámetro, durante esos años la producción norteamericana en valor significó

en 1946 más de 753 millones de dólares y en 1950, 1.070 millones de dólares. A nivel de firma se repite el fenómeno: para 1953, la firma más importante de cosechadoras a nivel local (Senor), contaba con un activo 900 veces menor al de la IHC y 350 veces menor al de las empresas de EE.UU.

A partir de los años '50 se declaró "de interés nacional" la fabricación de maquinaria agrícola. Se protegió el mercado y se estimuló la producción, lo que permitió que el sector incrementara su actividad y aumentara el tamaño de los capitales que operaban. Surgió una segunda camada de fabricantes de cosechadoras, incluidos algunos que más tarde llegaron a liderar el mercado interno (como Vasalli). En 1963, el número de empresas era de 352, con 34.570 operarios. En 1970, solo la fabricación de cosechadoras contaba con 3.055 obreros distribuidos en 23 establecimientos (AFAC, 1970).

Este proceso fue señalado como indicio del crecimiento industrial de la Argentina, que podría llegar a acotar la brecha con los líderes mundiales. No obstante este avance, la diferencia con la rama en los EE.UU. se mantenía. En relación al valor producido, la rama en el país del norte producía 5.180 millones de dólares, contra 101,7 millones de la Argentina. A pesar de la crisis en EE.UU., la rama en Argentina estaba lejos de acercarse a su contraparte del norte.

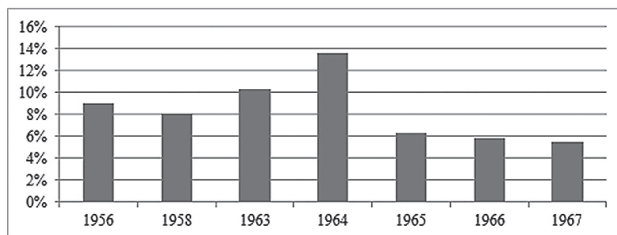
Gráfico 5. Valor de la producción del sector maquinaria agrícola en Argentina y EE.UU., en millones de U\$S corrientes, entre 1946 y 1974; y 5b. Cantidad de veces que producción de cosechadoras en países seleccionados supera a la Argentina, 1960-1974



Fuente: elaboración propia en base a IV Censo General de la Nación (1946) y U.S. Statistical Abstract (varios años); y en base a ONU (ONU, 1970; ONU, 1977).⁵

En este punto la escala del mercado interno explica, en parte, las diferencias entre ambas trayectorias. El cuadro de la producción de cosechadoras en relación a países seleccionados muestra que la diferencia no se incrementó solo en relación a los EE.UU., sino también a otros países como Alemania Federal o Francia. En el caso de tractores sucedía algo similar. A partir de cálculos propios, obtuvimos los siguientes resultados:⁶

Gráfico 6. Mercado argentino de tractores como porcentaje del mercado norteamericano, 1956-1967



Fuente: elaboración propia en base a Balances de FIAT de Argentina (1956; 1958; 1963; 1964; 1964; 1966; 1967) y U.S. Statistical Abstract (varios años)

⁵ Se retiró a la URSS y a Japón del gráfico, debido a que su crecimiento en los '70 distorsionaban la comparación.

⁶ En un estudio sobre el mercado interno de maquinaria, García obtiene resultados similares (1993).

El cuadro muestra que la menor escala de producción que imponía el mercado local a los fabricantes era un elemento que influenciaba en su nivel de producción. El mercado argentino, ya para la segunda mitad del siglo XX no alcanzaba como plataforma para lograr la competitividad media: su tamaño se ubicó entre el 6 y el 14% del tamaño del mercado norteamericano. La empresa más grande de Argentina (Fiat), era 30 veces más pequeña que la IHC. Mientras que la escala alcanzó para cubrir el mercado interno, los problemas de competitividad quedaron ocultos. A partir de los '60, cuando el sector se vio en la necesidad de exportar para ampliar su base de acumulación, se evidenciaron estas dificultades. Las limitaciones de la escala impidieron la incorporación de los avances de punta en el proceso de trabajo, como por ejemplo la incorporación de la línea de montaje para acelerar los tiempos del armado. Tampoco contó con otros elementos que compensaran esta desventaja productiva: la siderurgia y la cadena de la industria auxiliar, si bien se consolidó en el período en comparación a la etapa previa, no consiguió solucionar sus problemas históricos: altos costos, piezas inadecuadas, falta de estandarización (un tratamiento detallado de este problema en Bil, 2011). Detrás de estos elementos, entre otros, se encuentran las causas de los límites de la acumulación de capital en la actividad en Argentina, como asimismo sus dificultades para competir aun en mercados regionales. Esto ya es objeto de futuros análisis.

4. Conclusiones

En este trabajo analizamos el desarrollo de la producción de maquinaria agrícola en los EE.UU. y Argentina en perspectiva comparativa. El objetivo fue reinsertar el estudio de una rama particular de la producción en el contexto de su trayectoria a nivel mundial. Buscamos de esa manera aportar una interpretación que trascienda los planteos dominantes de los estudios indus-

triales en Argentina, centrados en elementos internos que no permiten ponderar la competencia mundial.

Nos concentramos en el estudio de un elemento particular: la evolución en la escala productiva y la trayectoria de ciertos capitales líderes. A partir de este abordaje, observamos como en los EE.UU. las operaciones del sector se incrementaron al compás de la expansión del mercado interno. Es decir, de la colonización agrícola y del aumento en la producción de cereales. Eso le dio a la rama de maquinaria agrícola en aquel país un mercado interno enorme, en un momento en el cual no se habían conformado grandes firmas mundiales. Esto permitió que las primeras herrerías rurales, surgidas para la reparación y construcción de implementos sencillos, crecieran de forma progresiva. Los avances tecnológicos en los transportes posibilitaron la conformación de un mercado regional y luego nacional, que impulsó a estos pioneros a ampliar los talleres, dividiendo el trabajo e incorporando máquinas. Las empresas norteamericanas se convertían, en torno al período de la Guerra Civil, en grandes manufacturas. El caso de John Deere ejemplifica este recorrido: surgido como herrero rural en Vermont, en cuestión de años convirtió su herrería en un gran establecimiento para la producción de arados y otros implementos en serie. Cabe mencionar que la expansión de la rama se vio favorecida por el profundo desarrollo de la siderurgia, como asimismo de la industria auxiliar (a su vez estimulada, desde finales de siglo XIX, por la automotriz); elementos que aquí no abordamos por una cuestión de extensión. Esto permitió una rápida concentración del capital y consecuentes aumentos en los volúmenes de producción.

A raíz de ello, ya hacia 1880 se consolidaron las tendencias exportadoras, primero en forma de implementos y máquinas; y desde

la primera década de siglo XX también con la exportación de capitales, al instalarse en otros países. Sus bajos costos de producción, unido a un mercado internacional relativamente virgen (solo los británicos contaban con un nivel considerable de exportación, y en tecnologías que iban volviéndose obsoletas), posibilitaron una rápida extensión de la maquinaria agrícola norteamericana por el mundo. Entre sus mercados principales, se encontraban los grandes países cerealeros, como Canadá, Australia y también Argentina.

Entonces, cuando el sector surgió en Argentina, ya existía en EE.UU. una actividad cuya escala ya era la del mercado mundial. En el país, el origen y recorrido de los primeros fabricantes (Tabernig, Schneider e Istilart, entre otros), fue muy similar al de sus contrapartes del norte; aunque con más de tres décadas de retraso. Esto, sumado a los déficits de la metalurgia local y a la inexistencia de una industria auxiliar para el sector, no permitió que la actividad lograra consolidarse. Es decir, los fabricantes locales iniciaron el mismo camino que recorrieron los Deere o McCormick hacia fines de 1830, pero no alcanzaron a superar el estadio de una temprana manufactura. Cuando observamos que los primeros armadores locales de cosechadoras, hacia fines de la década de 1910 debían competir con capitales como la IHC, que por la valuación de sus activos brutos era la 5° firma de los EE.UU. (solo por detrás de la Standard Oil, la U.S. Steel, la American Tobacco y la International Mercantile Marine), y varias veces más grande que cualquier empresa local en este sector, se entienden parte de las limitaciones de la acumulación en la actividad.

El período de la posguerra delineó ciertos cambios en el mercado mundial, como la incorporación de otros países “no-tradicionales”. De todas formas, los EE.UU. continuaron con

su liderazgo en el sector, a pesar de la crisis que afectó a la rama durante los '60. La salida de la guerra colocó a la agricultura norteamericana en un lugar de privilegio, y las ventas de maquinaria se dispararon. Algunas firmas norteamericanas optaron por extender sus operaciones en el exterior y reducir su actividad en su país. De todas formas, los EE.UU. mantuvieron el liderazgo en el mercado mundial; concentrando aun más ese dominio en los capitales más grandes.

Mientras tanto, en la Argentina se declaró “de interés nacional” la fabricación a comienzos de los '50. Mediante el cierre de hecho de las importaciones, y con diversas transferencias al sector (subsidios, créditos con tasas reales negativas, exenciones impositivas, medidas de promoción industrial y fomento de exportaciones desde los '60), la rama acaparó el mercado interno. En este período, se presentó la apariencia de que la Argentina podía superar los límites históricos de su industria. A nivel interno la actividad creció año a año, e incluso desde los '60 asistimos a un proceso de concentración y centralización (más agudo en tractores). Pero en niveles relativos, la producción se distanció de los líderes mundiales. La rama no pudo reducir la brecha con los proveedores tradicionales. La escala no pudo ampliarse, ante los límites del mercado, lo cual a su vez impactó negativamente sobre la posibilidad de modernizar el proceso productivo. Las transferencias del Estado permitieron la protección del mercado interno, pero no revertir las tendencias a la ampliación de la distancia relativa con los líderes mundiales. La ausencia de elementos compensadores impidió que los límites del tamaño del mercado interno se solucionaran vía exportaciones; y por ello, no logró reducir la dependencia de las diversas formas de transferencias estatales.

Nuestro aporte consiste en reinstalar la evolución del sector en el contexto de la com-

petencia internacional, a partir del estudio de la evolución histórica de los capitales rectores y de las condiciones que en un contexto particular posibilitaron su origen y crecimiento. Reconstruimos la escala de producción a nivel internacional (en su expresión más acabada durante el siglo XIX y XX, los EE.UU.) y local, lo que nos permitió identificar y describir este elemento, que actuó como escollo a la acumulación a nivel interno. Cabe aclarar que no es una desventaja concluyente para determinar la viabilidad o no de la actividad en el país, ya que elementos compensadores pueden revertir esta tendencia inicial. No obstante, la Argentina careció de esos otros factores (básicamente insumos baratos) que le permitieran evadir esa dificultad inicial. Pero este ítem es parte de otros estudios.

5. Bibliografía

Fuentes estadísticas:

-Anuario de Comercio Exterior. Dirección General de Estadísticas: Buenos Aires (varios años).

-Cédulas oficiales del Segundo Censo de la República Argentina - Boletín Industrial. Carpeta 231, Tomo I, Folio 475. 10/05/1895, Buenos Aires.

-Censo Nacional Agropecuario. Compendio 1937, Buenos Aires: Dirección de Economía Rural y Estadística. Ministerio de Agricultura.

-Ferrerres, O. Dos siglos de economía argentina. Historia argentina en cifras. Buenos Aires: Fundación Norte y Sur, 2006.

-IV Censo General de la Nación, Buenos Aires: Dirección Nacional del Servicio Estadístico; Ministerio de Asuntos Técnicos, Presidencia de la Nación, 1946.

-ONU (1970). The growth of world industry – 1968 edition, New York: Naciones Unidas.

-ONU (1977). Yearbook of industrial statistics – 1975 edition, New York: Naciones Unidas.

-U.S. Statistical Abstracts of the United States, New York: US Bureau of the Census - Johnson Reprint Corporation (varios años).

De empresa:

-AFAC. La industria nacional de las máquinas cosechadoras. Su nacimiento, sus esfuerzos, su desarrollo, sus inquietudes y sus problemas, Buenos Aires: Asoc. de Fábricas Args. de Cosechadoras, 1970.

-Catálogo Cosechadoras Senor, San Vicente, 1940.

-“Deere & Company”, International Directory of Company Histories, St. James Press, 1998.

-FIAT. Bases y perspectivas económicas de la producción del tractor en la Argentina. Buenos Aires: Fiat Someca Construcciones Concord, 1956.

-FIAT Argentina. Memoria y Balance General. II Ejercicio, Terminado el 31/12/1956; IV Ejercicio, terminado el 31/12/1958; Memoria y Balance General. IX Ejercicio, terminado el 31/12/1963; Memoria y Balance General. X Ejercicio, terminado el 31/12/1964; Memoria y Balance General. XII Ejercicio, terminado el 31/12/1966; Memoria y Balance General. XIII Ejercicio, terminado el

31/12/1967; Córdoba, FIAT SOMECA CONSTRUCCIONES CORDOBA CONCORD Sociedad Anónima Industrial y Comercial.

-http://www.deere.com/en_US/compinfo/history/index.html. "Compan History", 2011.

-IHC. International Harvester Horizons. Foreign trade centennial issue, 1952.

-Korkus, E. "La industria metalúrgica argentina – Reseña histórica de su desarrollo", Album Unión Industrial Argentina, Buenos Aires, 1922.

-Memoria y Balance. Primer ejercicio, Santa Fe, Juan y Emilio Senor e Hijos S.A.I. y C., 1953.

Periodísticas:

-"El hombre que hizo nuestro primer arado. Don Nicolás Schneider nos habla de su existencia ejemplar", El Orden, 1929.

-"La inteligencia puesta al servicio de la capacidad hizo el milagro. La fábrica de máquinas corta y trilla de Bernardín y Cía, es una demostración de inteligencia y de constancia", El Liberal, 1933.

-Pujals, Emilio. "Hornos Siemens-Martin en la República Argentina". La Ingeniería, s/n, 1941.

General:

-Adams, W. y Muller, H. "The steel industry", in W. Adams (ed.), The structure of American Industry, New York: Mac Millan Pub Co. Inc, 1982.

-Atack, J. "Tenants and yeomen in the Nineteenth Century", Agricultural History, vol. 62, n° 3, 1988.

-Barsky, O. y Gelman, J. Historia del agro argentino, Buenos Aires: Mondadori, 2005.

-Bil, D. Acumulación y proceso productivo en la fabricación de maquinaria agrícola en la Argentina (1870-1975). Elementos de su competitividad en el marco del mercado internacional, Universidad de Buenos Aires. Tesis de Doctorado, 2011.

-Brunini, V. Investigación acerca de la situación actual de nuestra maquinaria agrícola, Buenos Aires: Asociación de Cooperativas Argentinas, 1948.

-Campi, M. Cambios históricos en la frontera agraria pampeana. La tecnología y el uso de la tierra, Universidad de San Andrés, Tesis Maestría, 2008.

-Ciafardini, H, Textos sobre economía, política e historia, Rosario, Editorial Amalevi, 2002.

-Clark, V. S. History of manufacturers on the United States, New York: Peter Smith, 1929.

-Cochrane, W. The development of american agriculture. A historical analysis, Minneapolis: University of Minnesota Press, 1978.

-Collins, N. y Preston, L. "The Size Structure of the Largest Industrial Firms, 1909-1958", The American Economic Review, vol. 51, n° 5, 1961.

-Conant, M. "Competition in the Farm-Machinery Industry", The Journal of Business of the University of Chicago, vol. 26, n° 1, 1953.

-Conti, M. Las máquinas en la agricultura moderna. Tratado de mecánica agrícola, Buenos Aires: Facultad de Agronomía y Veterinaria, 1950.

-Curley, R. The 100 most influential inventors of all time, New York: Britannica Educational Publishing / Rosen Educational Services, 2010.

-Chandler, A. "Organizational Capabilities and the Economic History of the Industrial Enterprise", The Journal of Economic Perspectives, vol. 6, n° 3, 1992.

-De Cet, M. The complete encyclopedia of tractors, Amsterdam, Rebo Publishers, 2006.

-Díaz Alejandro, C. Ensayos sobre la historia económica argentina, Buenos Aires: Amorrortu, 1975.

-Dorfman, A. Historia de la industria argentina, Buenos Aires: Solar/Hachette, 1970.

-Fajnzylber, F. La industrialización trunca de América Latina, Buenos Aires: CEAL, 1983.

-Ferrer, A. La economía argentina, Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1984.

-Fosterbain, H. Las posibilidades de la manufactura de hierro y acero en la Argentina, Buenos Aires, Instituto Geográfico Militar, 1925.

-Gallo, E. La pampa gringa. La colonización agrícola en Santa Fe (1870-1895), Bs. As., Sudamericana, 1984.

-García, G. "El sector agropecuario pampeano como demandante de maquinaria agrícola. Algunas reflexiones de su comportamiento", Estudios Sociales, n° 5, 1993.

-Gates, P. "Cattle Kings in the Prairies", The Mississippi Valley Historical Review, vol. 35, n° 3, 1948.

-Gray, R. Development of the agricultural tractor in the United States, Beltsville: United States Agricultural Department, 1954.

-----, Development of the Agricultural Tractor in the United States. Part II: 1920 to 1950, Beltsville: U.S.D.A, 1958.

- Guerrero, D. Competitividad: teoría y política, Madrid: Ariel, 1995.
- Hecker, W. "American Manufacturers and Foreign Markets, 1870-1900: Business Historians and the "New Economic Determinists", *The Business History Review*, vol. 47, n° 4, 1973.
- Hounshell, D. *From the American System to Mass Production: The Development of Manufacture Technology in the United States 1850-1920*, Baltimore: John Hopkins University, 1984.
- Iñigo Carrera, J. *La formación económica de la sociedad argentina*, Buenos Aires: Imago Mundi, 2007.
- Jones, C. "The United States and Its Chief Competitors in South American Trade", *Economic Geography*, vol. 3, n° 4, 1927.
- Jorge, E. *Industria y concentración económica*, Buenos Aires, Siglo XXI Editores, 1975.
- Katz, J. y Ablin, E. "Tecnología y exportaciones industriales: Un analisis microeconomico de la experiencia argentina reciente", *Desarrollo económico*, vol. 17, n° 65, 1977.
- Kornblihtt, J. *Crítica del marxismo liberal*, Buenos Aires: Ediciones ryr, 2008.
- Korol, J.C. y Sábato, H. "Incomplete Industrialization: An Argentine Obsession", *Latin American Research Review*, vol. 25, n° 1, 1990.
- Lajer, A.; Odisio, J. y Racanello, M. "Los avatares del sector productor de maquinaria agrícola". *XX Jornadas de Historia Económica*, UNMDP, Mar del Plata, 2006.
- Magee, D. *The John Deere Way*, New Jersey, John Wiley & Sons, 2005.
- Martínez Ruiz, J. *Trilladoras y tractores. Energía, tecnología e industria en la mecanización de la agricultura española*, Sevilla, Universidad de Sevilla, 2000.
- Meyer, D. "The Division of Labor and the Market Areas of Manufacturing", *Sociological Forum*, Vol. 3, n° 3, 1988.
- Meyer, S. "Technology and the Workplace: Skilled and Production Workers at Allis-Chalmers, 1900-1941", *Technology and Culture*, vol. 29, n° 4, 1988.
- Miner, C. "The New Wave, the Old Guard, and the Bank Committee: William J. Grede at J. I. Case Company, 1953-1961", *The Business History Review*, vol. 61, n° 2, 1987.
- Moltoni, L. "Maquinaria agrícola: gestación temprana de una industria pujante". *VI Jornadas de Investigación y Debate "Territorio, Poder e Identidad en el Agro Argentino*, Universidad Nacional de Quilmes (Bernal), 2009.
- Nader, J. "The Rise of an Inventive Profession: Learning Effects in the Midwestern Harvester

Industry, 1850-1890", *The Journal of Economic History*, vol. 54, n° 2, 1994.

-Ortiz, R. *Historia económica de la Argentina*, Buenos Aires: Plus Ultra, 1987.

-Peña, M. *Industrialización y clases sociales en la Argentina*, Buenos Aires, Hyspamérica, 1986.

-Post, C. *The American Road to Capitalism. Studies in class structure, economic development and political conflict, 1620-1877*, Boston: Brill, 2011.

-Pudup, M. "From Farm to Factory: Structuring and Location of the U.S. Farm Machinery Industry", *Economic Geography*, vol. 63, n° 3, 1987.

-Racanello, M. "Del Segundo Plan Quinquenal a la Convertibilidad: la industria del tractor frente a los cambios estructurales de la economía", in M. Rougier (ed.): *Estudios sobre la industria argentina: políticas de promoción y estrategias empresariales*, Buenos Aires: Lenguaje Claro Editora, 2010.

-Ranea, E. *Historia de San Vicente. Su colonización y desarrollo (1883-1983)*, San Vicente, 1983.

-Sartelli, E. *La cuestión agraria y la técnica en la región pampeana (1870-1940)*, UBA, 1994.

-----, "Del asombro al desencanto: La tecnología rural y los vaivenes de la agricultura pampeana", M. Bonaudo (ed.): *Sin estereotipos ni mitificaciones. Problemas, métodos y fuentes de la historia agraria*, Tandil, IHES, 1995.

-----, "Ríos de oro y gigantes de acero. Tecnología y clases sociales en la región pampeana (1870-1940)", *Razón y Revolución*, n° 3, 1997.

-Schvarzer, J. *La industria que supimos conseguir*, Buenos Aires: Planeta, 1996.

-Shaikh, A. *Valor, acumulación y crisis*, Buenos Aires: Ediciones ryr, 2006.

-Swierenga, R. "Land speculation and Its impact on American Economic growth and welfare: a historiographical review", *The Western Historical Quarterly*, vol. 8, n° 3, 1977.

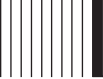
-Teitel, S. y Thoumi, F. "From Import Substitution to Exports: The Manufacturing Exports Experience of Argentina and Brazil", *Economic Development and Cultural Change*, vol. 34, n° 3.

-USDA. (2005). "USDA'S National Agricultural Statistics Service", 1986.

-Volkind, P. "Entre el ingenio y la frustración: la producción nacional de maquinaria agrícola y el papel de las herramientas extranjeras en la región pampeana, 1895-1914", *Documentos de Trabajo del CIEA*, n° 3, 2008.

-Wik, H. "Henry Ford's Tractors and American Agriculture", *Agricultural History*, vol. 38, n° 2, 1964.

-Williams, R. Fordson, Farmall and Poppin Johnny: the development and impact of the American Farm Tractor, Texas:Texas Tech University. Doctor of Philosophy, 1981.



Vendas condicionais de escravos

(Casa Branca, província de São Paulo, anos de 1870)¹

José Flávio Motta ²

Professor da Fea/USP

jflaviom@usp.br

Resumo

Analizamos neste artigo um conjunto de quinze escrituras de compra e venda condicional de escravos registradas no município paulista de Casa Branca na década de 1870. Em tais escrituras foi negociado um total de 25 cativos. Não obstante perfazendo uma quantidade relativamente reduzida, esses negócios revelam a efetivação de determinados ajustes entre as partes contratantes, se não exclusivos, decerto particularmente adequados a uma localidade situada em região onde então radicava a fronteira de expansão da cafeicultura em São Paulo. A maior parte das transações estudadas ilustra uma forma de financiamento da qual se lançou mão em meio àquela expansão; nessas vendas, as pessoas comercializadas continuaram sendo utilizadas pelos vendedores. Em outros dos casos contemplados, nos quais os escravos foram entregues aos compradores, é possível sugerir que esses negócios encobrissem a vigência de “períodos de teste” daquelas mercadorias. Ademais, vislumbramos certa proximidade entre algumas das situações descritas, em que os compradores pagavam jornais aos cativos que adquiriam, e os negócios de aluguel de escravos, ou mesmo a categoria urbana dos cativos de ganho. E houve casos, em geral negócios com prazos mais dilatados, nos quais os vendedores realizavam as ditas vendas por serem devedores dos compradores. Parece-nos correto sugerir, nas situações em que se salienta a ideia da venda como maneira de alavancar recursos, que a perspectiva dos potenciais vendedores não era abrir mão de seus escravos. Os potenciais compradores, por seu turno, ainda nos casos em que almejassem a propriedade daquela mão-de-obra, acabaram atuando, ao menos temporariamente, à semelhança de uma instituição bancária que fornecesse crédito mediante a garantia hipotecária do ativo representado pelos cativos possuídos por seus tomadores.

Abstract

We study fifteen documents of conditional sales of slaves registered in Casa Branca, Province of São Paulo, in the 1870s. In these documents 25 slaves were negotiated. These few transactions illustrate adjustments to the contracts between buyers and sellers suitable to a region that was the frontier of the expansion of the coffee culture in the province. In several instances the slaves remained with their sellers, at least temporarily. In these cases, we suggest that the sales were, in fact, a way of obtaining financing; the potential sellers were not willing to renounce their human property, and the potential buyers, even though wanting those slaves, were actually functioning, at least temporarily, a kind of lending institution offering mortgage loans using the people negotiated as securit. In other cases, in which the slaves were delivered to the buyers, it is possible to suggest that the transactions actually disguised a “test period” before the sales were completed. Furthermore, in some situations we identified similarities with characteristics of slave hiring or indeed of the urban category of “escravos de ganho”. In conclusion, there were cases of transactions that were carried out because the buyers were already creditors of the sellers.

¹ Neste artigo valemo-nos de fontes primárias manuscritas levantadas e coletadas na vigência de uma bolsa de produtividade em pesquisa concedida pelo CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que gerou, como principal produto, nossa tese de Livre-Docência, defendida em 2010 (Motta, 2012). Versões anteriores deste texto foram apresentadas nos seguintes eventos: 11th International Congress of the Brazilian Studies Association (BRASA), em Champaign-Urbana, Illinois em setembro de 2012; VI Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, realizado de 15 a 18 de maio de 2013 no Centro de Eventos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis. Entre as diversas sugestões recebidas, o autor agradece, em especial, as feitas por Anne G. Hanley, da Northern Illinois University (NIU), por Marcus J. M. de Carvalho, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e pelos colegas do HERMES & CLIO.

² Professor Associado-3, Livre-Docente da FEA/USP. Professor do Programa de Pós-Graduação em História Econômica da FFLCH/USP; membro do N.E.H.D.-Núcleo de Estudos em História Demográfica da FEA/USP, do HERMES & CLIO-Grupo de Estudos e Pesquisa em História Econômica da FEA/USP e do Núcleo de Apoio à Pesquisa (NAP) BRASIL ÁFRICA da USP.

Introdução

Analisamos neste artigo um conjunto formado por 15 escrituras de compra e venda condicional de escravos registradas no município paulista de Casa Branca no decurso da década de 1870. O primeiro desses documentos é datado de julho de 1871 e o último de janeiro de 1879. Em tais escrituras foi negociado um total de 25 cativos. Os nomes desses escravos, bem como os meses e anos das respectivas escrituras, compõem o Quadro 1 a seguir. Os negócios deste tipo foram pouco numerosos, em que pese o fato de terem se concentrado naquele decênio. No período de 1871 a 1879 levantamos em Casa Branca perto de 300 escrituras de transações envolvendo 668 escravos. Portanto, as vendas efetuadas condicionalmente corresponderam a cerca de um vigésimo do total de escrituras e a uma proporção ainda menor do contingente de escravos transacionado (3,7%).

Não obstante perfazendo uma quantidade relativamente reduzida, tais negócios revelam e/ou sugerem a efetivação de alguns ajustes específicos entre as partes contratantes. Tais ajustes, se não exclusivos, mostravam-se decerto particularmente oportunos para os habitantes de uma localidade situada no “Oeste Novo” da província de São Paulo, região onde então radicava a fronteira de expansão da cafeicultura no território paulista. A identificação desses ajustes, ademais, decorreu do tratamento de muitas centenas de escrituras de transações envolvendo escravos em diferentes municípios paulistas nas décadas finais do período escravista no Brasil. E a atenção dada a esses documentos notariais, por seu turno, vinculou-se ao estudo do tráfico interno de cativos ao qual temos nos dedicado há vários anos.¹ A partir desse

tratamento foi possível perceber a existência dessas compras e vendas condicionais como uma característica distintiva de Casa Branca, em comparação a uma presença muito mais rarefeita de tais negócios registrados em municípios localizados no Vale do Paraíba ou no “Oeste Velho” de São Paulo.

Identificamos quatro tipos de ajustes descritos nas 15 escrituras analisadas. A maior parte delas ilustra uma alternativa de financiamento da qual se lançou mão em meio à dita expansão cafeeira; nessas vendas, as pessoas comercializadas continuaram sendo utilizadas pelos senhores que as vendiam. Em outros dos casos contemplados, nos quais os escravos eram entregues aos compradores durante parte ou todo o prazo do ajuste, é possível sugerir que esses negócios encobrissem a vigência de “períodos de teste” das mercadorias adquiridas. Adicionalmente, vislumbramos certa proximidade entre algumas das situações descritas, em que os compradores arcavam com o pagamento de jornais aos cativos que adquiriam, e os negócios de aluguel de escravos, ou mesmo a categoria essencialmente urbana dos cativos de ganho. O quarto tipo de ajuste referiu-se aos casos nos quais os vende-

Quadro 1 - Vendas Condicionais de Escravos (Casa Branca, 1871 a 1879). Mês e Ano da Venda e Nomes das Pessoas Comercializadas

Mês e Ano da Venda	Nomes dos escravos vendidos
Julho de 1871	Benedito
Junho de 1872	Germano
Julho de 1872	Sebastião
Dezembro de 1872 (dia 7)	Joaquim, Sabina, Silvéria, Paulina
Dezembro de 1872 (dia 28)	Maria
Julho de 1873	Ignácio
Abril de 1874	Benedito
Outubro de 1874	Leopoldino
Dezembro de 1875	André, Felícia
Janeiro de 1877	Theodósio
Julho de 1877	Victor, Irênio, Felisbina, Inocência, Maria
Outubro de 1877	Benedita, Manuel
Dezembro de 1877	Sebastião
Novembro de 1878	Protásio
Janeiro de 1879	Justiniano, André

1 Ver, por exemplo, Motta (2006, 2009, 2010 e 2012).

Fontes: Escrituras de transações envolvendo escravos

dores das pessoas comercializadas realizavam as ditas vendas por serem devedores dos compradores, conformando em geral negócios com prazos mais dilatados.

Antes de nos dedicarmos, na terceira seção deste artigo, ao exame das escrituras de vendas condicionais e dos ajustes nelas efetivados, acima referidos, fornecemos, a seguir, algumas informações, ainda que sucintas, acerca do evoluir populacional e da expansão cafeeira em Casa Branca.

Casa Branca: evolver populacional e expansão cafeeira ²

O alvará que criou a Freguesia de Nossa Senhora das Dores de Casa Branca foi assinado pelo Príncipe Regente D. João aos 25 de outubro de 1814.³ A freguesia integrava uma região, em 1836,

(...) que mais tarde se converterá na maior área produtora de café, [mas que então-JFM] apresentava índices de população insignificantes. Só nos meados do século, é que a população escrava começaria a concentrar-se nesses municípios. Moji-Mirim, Casa Branca, São João da Boa Vista, São José do Rio Pardo, Caconde, Mococa, São Simão e Cajuru, em 1836, praticamente despovoados, apresentavam, por volta de 1850, população escrava superior a mil habitantes por município. (COSTA, 1989, 92, grifo nosso)

Conforme registrado no Almanak da Província de São Paulo para 1873, “sendo Freguesia pertencente ao Município de Mogi-Mirim, foi elevada à categoria de Vila em 1841, com a denominação de Nossa Senhora das Dores de Casa Branca, e à de cidade a 27 de Março de

1872.” (LUNÉ & FONSECA, 1985, 491) Na direção oeste, trilhada pela marcha do café, Casa Branca situava-se a dois terços do caminho entre a capital da província e Ribeirão Preto, esta última “nova e ainda pouco importante povoação” (MARQUES, 1953, v. 2, 209), mas que viria a ser o centro do assim chamado “Oeste Novo” paulista. Em meados da década de 1870, no verbete dedicado a Casa Branca, Azevedo Marques observava que “a lavoura do município é o açúcar, cereais e algum café; também há fazendas de criação de gado.” (MARQUES, 1953, v. 1, 173, grifo nosso)

Não obstante, no mencionado Almanak de 1873, o arrolamento dos cultivos trazia, antes dos demais, o café: “(...) cultivava-se café, cana de açúcar, fumo, algodão e gêneros alimentícios.” (LUNÉ & FONSECA, 1985, 494) Efetivamente, naquele ano, a lista de fazendeiros parecia indicar já uma presença nada desprezível, muito pelo contrário, da lavoura cafeeira. Dessa forma, havia: 31 “fazendeiros de cana de açúcar”; 55 de café; oito de café e cana; um de café e algodão; dois de café, algodão, milho e mandioca; um de café, cana, algodão, milho e mandioca; um de café, cana e fumo; quatro de café e fumo; quatro de fumo; 11 de algodão, milho e mandioca; bem como 11 “fazendeiros de criar gado”. De outra parte, no comércio, eram 40 os negociantes de fazendas, ferragens, armário, molhados, louça, sal e/ou gêneros do país, havendo também quatro negociantes de animais e/ou gado e um negociante de drogas (cf. LUNÉ & FONSECA, 1985, 495-498).

De acordo com as tabulações efetuadas por Sergio Milliet, a produção de café do município igualou-se a 1.750 arrobas em 1854, atingindo a marca de 300 mil arrobas em 1886. Nesse último ano, na Zona da Mogiana, a produção cafeeira de Casa Branca superou a de todas as demais localidades, com a única exceção de Am-

² Esta seção baseia-se em parte do capítulo 1 de Motta (2012).

³ “hei por bem que no sertão da estrada de Goiás, do Bispado de São Paulo, d’aquém do Rio Pardo no lugar denominado da Casa Branca seja ereta uma nova Freguesia com a invocação de Nossa Senhora das Dores, a qual os moradores do dito sertão edificarão à sua custa no pre-fixado termo de quatro anos, e ficará limitada esta nova Freguesia desde o Rio Jaguari até o pouso do Cubatão.” (Alvará do Príncipe Regente, de 25 de outubro de 1814. Cópia manuscrita. Caixa 45, ordem 282. Apud Trevisan, 1982, 50)

paro, que produziu mais de 900 mil arrobas da rubiácea (cf. MILLIET, 1939, 57).⁴ Adicionalmente, o leque das atividades agrícolas e comerciais descritas no Almanak permite-nos entrever, como característica do período em tela, que compreende o intervalo por nós contemplado neste estudo (1871-1879), um crescente dinamismo econômico no município examinado.

A cafeicultura em Casa Branca, assim como nos demais municípios do “Oeste Novo” de São Paulo, apresentou algumas características diferenciadoras. Lá, o desenvolvimento da lavoura cafeeira foi mais intensamente condicionado pelo avanço da malha ferroviária; de outra forma, os custos com o frete até os portos de exportação teriam sido proibitivos. Não surpreende, pois, que “inaugurada a Companhia Mogiana em 1872, pouco mais de dez anos após, já havia ligado Campinas a Moji-Mirim, com ramal para Casa Branca, São Simão e Ribeirão Preto.” (COSTA, 1989, 200, grifo nosso)⁵ Além disso, por ser uma produção tardia, eventualmente mais suscetível ao problema da mão-de-obra, se comparada à cafeicultura do Vale do Paraíba, pôde ela desde cedo beneficiar-se com o aperfeiçoamento havido dos processos de beneficiamento do café:

O barão do Pati do Alferes, em sua Memória sobre a fundação e custeios de uma fazenda na Província do Rio de Janeiro [Emília Viotti utilizou-se da terceira edição dessa obra, de 1878; a primeira foi publicada em 1847-JFM], atacava a rotina dos fa-

zendeiros e referia-se ao pequeno uso do arado, à ausência de processos mais adiantados de cultivo no Vale do Paraíba, e apontava o exemplo da Fazenda Ibicaba, onde o café era beneficiado em máquinas a vapor, o terreiro ladrilhado com tijolos vidrados. Na sua opinião, a lavoura do Rio de Janeiro, em lugar de extasiar-se com os “contos de mil e uma noites” das cifras de Botucatu, Jaú e Casa Branca etc., deveria imitar seus processos de lavoura. (Costa, 1989, p. 210, grifo nosso)

Na Tabela 1 fornecemos alguns indicadores demográficos de Casa Branca, para os anos de 1854, 1874 e 1886. O intuito de preservar a comparabilidade no que respeita à base territorial considerada naqueles anos fez-nos computar os dados de Casa Branca em 1854, os de Casa Branca agregados aos de Caconde, São Simão e Ribeirão Preto em 1874, e os dessas quatro localidades acrescidos aos de Santa Cruz das Palmeiras e São José do Rio Pardo em 1886.⁶

Tabela 1 - Alguns Indicadores Demográficos de Casa Branca (1854 a 1886)

Indicadores	1854	1874	1886
População total	16.704	24.034	33.712
População escrava (%)	28,1	19,7	18,6
Razão de sexo (livres)	101,3	105,9	92,4
Razão de sexo (escravos)	110,2	129,4	133,4
Cativos homens (20 a 40 anos; %) ¹	38,8	32,3	29,73
Cativas (20 a 40 anos; %) ¹	30,5	34,2	

1 Para 1854 computaram-se os escravos com idades de 20 a 39 anos; para 1874, dos 21 aos 40; e, para 1886, dos 30 aos 40 anos;

2 Os cálculos das razões de sexo, bem como dos percentuais indicados acerca dos escravos, foram efetuados com base no informe da população cativa matriculada até 30 de março de 1887;

3 Este percentual refere-se aos escravos, homens + mulheres, de 30 a 40 anos de idade.

Fonte: BASSANEZI (1998).

4 Na regionalização proposta por Milliet (1939, p. 10-12), a Mogiana era “a zona englobando os municípios tributários da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro, a partir de Campinas”.

5 A estação da Companhia Mogiana em Casa Branca foi aberta em 1878 e em 1882 foi inaugurado o trecho de Casa Branca a São Simão: “A Estrada de Ferro Mojiana, fundada em março de 1872, visava atender ao vasto Nordeste Paulista, até então quase totalmente à margem da economia cafeeira. Rapidamente, a Mojiana viria a cobrir todo o Nordeste Paulista. Em 1875 já havia alcançado Moji-Mirim e Amparo, partindo de Campinas. Casa Branca seria a próxima seção, inaugurada em janeiro de 1878. (...) [Em junho de 1880-JFM] A Mojiana garantiu a concessão para estender seus trilhos até Ribeirão Preto. Trabalhando rapidamente, inaugurou o tronco entre Casa Branca e São Simão em agosto de 1882, para no ano seguinte entregar o segundo tronco entre São Simão e Ribeirão Preto.” (Bacellar, 1999, p. 120, grifos nossos).

6 Cabe ressaltar, quanto a estes dois últimos municípios, desmembrados de Casa Branca em 1885, que ambos constam das tabulações de Bassanezi (1998) como “municípios que não têm informação”; ademais, para 1874, seguimos o mesmo procedimento adotado nessa publicação do NEPO – Núcleo de Estudos em População da UNICAMP, que não considera nos informes de Casa Branca os indivíduos residentes na Paróquia de Santa Rita do Passa Quatro, a qual é incorporada ao município de Pirassununga: “este procedimento foi adotado para facilitar o mapeamento e a comparabilidade dos dados censitários ao longo do tempo.” (BASSANEZI, 1998, 35) Por fim, computados apenas os dados de Casa Branca, os totais populacionais igualar-se-iam a 16.704, 11.063 e 7.748 habitantes, respectivamente, em 1854, 1874 e 1886.

A população total cresceu a uma taxa de 1,84% ao ano entre 1854 e 1874, e de 2,86% ao ano entre 1874 e 1886. Em Casa Branca, ademais, cresceu o número de escravos entre 1874 e 1886. De fato, nessa localidade da Zona da Mogiana - ou, dito de outro modo, no “Oeste Novo” paulista -, a escravaria apresentava um comportamento que destoava do geral da província e, mesmo, do Império. Como apontou Costa (1989, 229),

Em 1854, a população escrava da Província de São Paulo montava a 117.731; em 1872 [em verdade, 1874-JFM], atingia 156.612; em 1883, 174.622. Nessa fase que corresponde ao período de grande importação de escravos do Nordeste, registra-se um aumento de 43%. A partir de então, ela começou a decrescer. Em 1886, contavam-se cerca de 160.665 escravos, sem incluir os ingênuos nascidos depois de 1871, e que teriam no máximo 15 anos. Nas outras províncias observava-se fenômeno semelhante. A população escrava atingira o máximo por volta de 1874, apresentando, daí por diante, sensível decréscimo.

Figura 1 Mapa da Área Cafeeira em 1884

(Duas Áreas Destacadas: a do Vale do Paraíba e a do Oeste Paulista)



Obs.: A seta aponta para a localidade de Casa Branca, objeto de nossa atenção neste estudo.

Fonte: Laërne (1885).

Em Casa Branca, a população cativa, que praticamente se mantivera constante de meados do Oitocentos à primeira metade dos anos de 1870 (4.700 escravos em 1854 e 4.738 em 1874), vivenciou um incremento de cerca de 33% de 1874 a 1886 (para 6.288 indivíduos).⁷ Como percebemos na Tabela 1, foi também crescente no tempo a razão de sexo calculada para essa população. Como escreveu Gorender (1985, 586, grifos nossos),

Entre 1854 e 1886, o crescimento da população escrava no Oeste Novo foi de 235%, traduzindo-se em fabuloso crescimento da produção cafeeira e superando de longe os aumentos do Vale do Paraíba e do Oeste Antigo. {...}

O tráfico de escravos intensificou-se no Oeste Novo e surgiram entrepostos como Rio Claro e Casa Branca, que se tornaram apreciáveis mercados de distribuição de escravos provenientes de Minas Gerais e do Norte. Aliás, fazendeiros de Minas Gerais se transferiam com seus escravos para o Oeste Novo, chegando a constituir os mineiros 80% da população num dos distritos da região (o distrito que abrangia Pinhal, São João da Boa Vista, Casa Branca, Franca, São Simão, Ribeirão Preto, Cajuru e Batatais).

Na Figura 1, reproduzimos o Mapa constante de Laërne (1885), no qual são enfatizadas duas áreas cafeeiras em finais do século dezoenove, o Vale do Paraíba e o Oeste Paulista, e nele indicamos a localização do município de Casa Branca, na segunda dessas áreas.

⁷ Cabe ressaltar que, na Demonstração dos escravos da província, matriculados nos respectivos municípios, na conformidade da Lei n° 2.040, de 28 de setembro de 1871 até 30 de setembro de 1872, consta um total de 5.734 cativos, com uma razão de sexo igual a 115,9 (considerados os informes para Casa Branca + Caconde + São Simão; cf. Luné & Fonseca, 1985, p. 172). Se nos valeremos desta última cifra em vez dos 4.738 escravos presentes no recenseamento geral do Império, teremos uma taxa de incremento da população cativa de 22% entre 1854 e 1872, e de aproximadamente 10% entre 1872 e 1886.

As vendas condicionais de escravos em Casa Branca nos anos de 1870

Muitos foram os fatores a condicionar a expansão da cafeicultura paulista no decorrer do século dezenove. Talvez o mais importante de todos tenha sido o concernente ao que Celso Furtado (2009, 185-213) denominou “o problema da mão-de-obra”. De fato, o recurso aos escravos, aos imigrantes estrangeiros e aos trabalhadores nacionais livres, eventualmente todos juntos numa mesma unidade produtiva e decerto conformando uma linha de transição do uso do trabalho compulsório no sentido do futuro assalariamento, foi elemento fundamental na explicação do avanço da produção cafeeira no Oitocentos. Tratou-se de produção essencialmente destinada à exportação: o Brasil, que exportara 0,186 milhão de sacas de 60 kg de café no ano de sua independência política, viu essa cifra alçar-se a 5,586 milhões no ano da Proclamação da República (cf. MARTINS & JOHNSTON, 1992, 324-325). Um incremento de cerca de 2.900%! A produção brasileira de café na safra 1888/89 somou 6,827 milhões de sacas, das quais 2,638 milhões, pouco menos de dois quintos, corresponderam à produção de São Paulo (cf. Idem, 313).

Quantidades dessa magnitude, além de decorrentes do suor de milhares de trabalhadores, foram igualmente tributárias de vários outros condicionantes, a exemplo da qualidade dos solos destinados aos cafezais, da expansão das estradas de ferro, do aumento do consumo mundial do café, da ainda que parcial mecanização da produção cafeeira e da ampliação do sistema de crédito. No que respeita a este último fator, foi notória a passagem de formas tradicionais de financiamento do capital comercial e usurário,

personificados respectivamente nos proprietários das casas comissárias e nos capitalistas, para a maior difusão do capital bancário. Como bem apontou, por exemplo, Flávio Saes (1986, 62 e 65),

Os estudos sobre a economia cafeeira consagram a descrição do comissário como “banqueiro” dos fazendeiros de café. O comissário, de início, agia como mero intermediário entre o fazendeiro e o exportador e recebia a comissão, em geral de 3% sobre o valor das vendas efetuadas. As relações entre comissários e fazendeiros tendem a ganhar complexidade, pois o comissário passa a adiantar recursos ao fazendeiro. Estes recursos podiam destinar-se tanto a gastos correntes quanto à formação de novos cafezais e mesmo à compra de escravos. Sobre os adiantamentos feitos —em geral sob a forma de conta corrente— contavam-se juros; o principal e os juros eram saldados quando da venda da safra de café, recebendo o fazendeiro apenas a diferença entre a receita total e seus débitos em conta corrente junto ao comissário.

{...}

(...) ao lado do crédito pelo comerciante (comissário ao fazendeiro de café), encontramos uma camada de capitalistas — que não se confunde necessariamente com a dos comerciantes, ainda que haja alguma superposição— que também tem como atividade o empréstimo de dinheiro a juros, seja para a lavoura, seja para outras finalidades produtivas, seja ainda para o consumo.

Esse papel desempenhado por comissários e capitalistas, em boa medida, supria exatamente a incipiência do sistema bancário.⁸

No caso específico do município paulista de Casa Branca, contamos com uma análise do financiamento creditício da cafeicultura, a Dissertação de Mestrado de Rodrigo Fontanari.

⁸ Ainda que, como igualmente ressalva Saes, tanto comissários como capitalistas pudessem, é claro, eventualmente, levantar ao menos parte dos recursos que emprestavam aos fazendeiros de café nos bancos (cf. Idem, *ibidem*).

Nela, o autor fundamenta-se em documentos notariais atinentes a empréstimos hipotecários realizados naquela localidade entre 1874 e 1914, compreendendo, pois, período no qual podemos situar um movimento de difusão do sistema bancário na Província de São Paulo. Em suas conclusões, aponta para uma nítida hierarquia no que respeita a esses financiamentos. De um lado, fazendeiros de café de maior porte, com cacife para levantar empréstimos “em agências especializadas — como bancos nacionais e internacionais — pagando juros mais baixos e com prazos mais flexíveis”; e, de outro, cafeicultores de pequeno porte e, por conta disso, “reféns de empréstimos com taxa de juros mais altas e com prazos mais rígidos”. Estes últimos, não desfrutando do mesmo acesso que os primeiros às instituições bancárias, viam-se na contingência, ademais, de “se sujeitar aos mecanismos impostos pelos membros da elite paulista que atuavam localmente” como fornecedores de crédito (FONTANARI, 2011, 169).

Não obstante Fontanari tenha sido minucioso no acompanhamento dos empréstimos hipotecários, contemplando os tomadores de recursos acima descritos, identificamos uma forma alternativa de financiamento da expansão cafeeira, com a qual nos deparamos ao tratarmos de algumas compras e vendas condicionais de cativos. Entre esses negócios pactuados condicionalmente, aqueles nos quais os escravos permaneciam com seus vendedores funcionaram de fato como instrumento utilizado para levantamento de recursos com prazos relativamente curtos. Examinemos mais detidamente essas transações.

Aos 16 de julho de 1877, Francisco da Silva Barreto vendeu cinco escravos à firma Guimarães & Lima por Rs.7:446\$000. Apenas dois dos cativos eram do sexo masculino. Victor tinha 27 anos e Irênio 20. Apesar dessa diferença de sete anos nas idades, os dois foram negociados

por igual valor, Rs.2:200\$000. As três mulheres eram todas mais velhas. Felisbina e Inocência, ambas com 30 anos de idade, alcançaram um mesmo preço, Rs.1:200\$000. Já Maria, descrita com 35 anos de idade, foi transacionada por pouco mais de metade do valor das outras duas: Rs.646\$000. Não obstante a igualdade dos valores de Victor e Irênio, as disparidades verificadas nos preços decorriam, provavelmente, em maior medida, das diferenças de gênero e/ou idade entre aquelas pessoas. Afinal, a escritura não trazia a descrição de quaisquer aptidões através das quais pudéssemos identificar fossem os escravos em questão destinados ao exercício de alguma atividade mais qualificada; tampouco se descreviam quaisquer atributos ou condições capazes de deprimir seus preços, a exemplo de algum defeito físico ou doença.

Com a exceção de Victor, cujo estado conjugal não foi declarado, os demais eram solteiros. Além disso, os cinco eram pretos e todos haviam sido matriculados, aos 21 de setembro de 1872, na Coletoria da localidade paulista de Mogi Mirim, “sendo todos residentes neste Município de Casa Branca”. Em que pese o idêntico local de matrícula, bem como o de residência, aquelas pessoas apresentavam naturalidade variada. Victor e Inocência eram naturais da província da Bahia, Irênio e Felisbina do Rio de Janeiro e Maria era natural da província de Minas Gerais. Além do informe sobre o estado conjugal, o documento não forneceu nenhuma indicação da existência de relações familiares entre os escravos vendidos (por exemplo, não sabemos se havia eventualmente entre eles irmãos ou meio irmãos).

Também não constou da escritura nenhum informe acerca da atividade econômica do vendedor, tampouco do ramo ao qual se dedicava a pessoa jurídica a figurar como compradora. A firma foi representada pelo sócio, Doutor José

Caetano de Oliveira Guimarães, indivíduo identificado como médico no Almanak da Província de São Paulo para 1873, na seção “Profissões” das páginas dedicadas ao município de Casa Branca (cf. LUNÉ & FONSECA, 1985, 497).

⁹ As duas partes contratantes foram descritas como residentes nessa mesma cidade. A aquisição desses cinco escravos é a única transação da firma Guimarães & Lima em nossa base documental. Todavia o sócio nominado naquela escritura, José Caetano, protagonizou outros quatro negócios, ao que parece como pessoa física, os quais talvez indiciem sua atuação, além de médico, como traficante de cativos, ainda que não necessariamente de muito sucesso. Em outubro de 1873 ele comprou Roza, mulher de 27 anos, por Rs.1:100\$000; em maio do ano seguinte, Roza foi por ele vendida, ainda com 27 anos, no entanto por um menor preço, Rs.900\$000. As duas outras transações igualmente se referiam a uma mesma escrava, desta feita Rita, comprada por José Caetano em fevereiro de 1876, com 25 anos, e vendida em maio de 1877, com 26 anos de idade. Ambas as negociações de Rita foram realizadas pelo mesmo valor: Rs.1:650\$000. ¹⁰

Vale a pena transcrevermos a condição ajustada entre Francisco Barreto e a firma Guimarães & Lima no negócio efetivado em julho de 1877:

(...) que importa na quantia supra de sete contos quatrocentos e quarenta e seis mil réis que recebeu, e desde já transfere na pessoa dos compradores todo o direito, domínio, ação, e posse dos ditos escravos obrigando-se a fazer boa esta venda, com a condição porém, que se ele vendedor, dentro do prazo de quatro meses, a contar desta data, entregar aos compradores a supra mencionada quantia recebida, ficará esta venda de nenhum efeito, passando então os di-

⁹ Não há referência no Almanak à firma Guimarães & Lima, a qual, compradora de escravos em 1877, talvez não estivesse constituída em 1873.

¹⁰ Verificamos constarem, também como contratantes em alguns negócios esparsos, Manoel Cândido de Oliveira Guimarães e Francisco de Oliveira Guimarães, decerto parentes de José Caetano.

tos escravos ao domínio do vendedor, e no caso contrário ficará ela perfeita fazendo o vendedor incontinenti a entrega dos mesmos escravos aos compradores independente de qualquer reclamação particular ou judicial. Disseram mais as partes que no caso de realizar esta venda por não entrar o vendedor com a quantia recebida, terão os compradores de voltarem a quantia de duzentos e dez mil réis de direitos que pagou, e assim mais, no mesmo caso será deduzido o prêmio de um e quarto por cento ao mês (...). (grifos nossos) ¹¹

Percebemos, pois, que ao realizar o negócio em questão, Francisco Barreto transferiu o domínio, porém continuou com os cinco escravos vendidos consigo, além de ter recebido os pouco menos de sete contos e meio dos compradores. Se o objetivo do “vendedor” não fosse de fato vender seus cativos, mas apenas valer-se desse patrimônio para levantar recursos, ele decerto teria em mente uma aplicação desses recursos que lhe proporcionasse um retorno num prazo bastante exíguo. Isto porque estava obrigado a devolver aquela quantia a Guimarães & Lima dentro de quatro meses. Percebemos, igualmente, que foi Barreto quem arcou com o recolhimento da meia sisa, correspondente àquela data a Rs.40\$000 por escravo transacionado, e com o pagamento das despesas de cartório (foram recolhidos à Coletoria Rs.8\$000 de selo), valores os quais, em uma operação de compra e venda tradicional, corriam sempre por conta do(s) comprador(es).

Na outra ponta do negócio, se a “experiência” do Doutor José Caetano Guimarães com as compras e vendas de Roza e Rita significasse ser ele, fundamentalmente, um médico negociante de pessoas, e não de crédito, talvez pudéssemos sugerir que o objetivo de Guimarães & Lima era mesmo a aquisição dos cinco cativos de Francisco Barreto. Eventualmente seja

¹¹ Para a comodidade dos leitores, atualizamos a ortografia em todos os trechos dos manuscritos do século dezanove transcritos ao longo deste artigo.

essa a razão para o maior detalhamento das decorrências de a venda tornar-se “perfeita”. Está explicitada a obrigação da entrega imediata dos escravos, a devolução da meia sisa e da despesa do selo ao vendedor e a menção e a definição do prêmio a ser auferido pelos compradores. É interessante observarmos que não se descreveu o eventual pagamento do prêmio no caso de os quase sete contos e meio de réis serem entregues por Barreto aos seus “financiadores” ao término dos quatro meses. Vale dizer, parece-nos que o cuidado no detalhamento do negócio não foi o mesmo para a hipótese de a venda tornar-se nula ou para a hipótese dela se efetivar, talvez pelo fato de as duas alternativas não possuírem igual probabilidade. Ou, avançando mais no campo das conjecturas, quiçá, ainda que Francisco Barreto afirmasse ao tabelião ter recebido o valor da transação, a quantia efetivamente paga por Guimarães & Lima tenha sido líquida dos juros referentes ao “empréstimo” pelo período estabelecido na condição. O documento, infelizmente, não permite confirmarmos essa última possibilidade.

De outra parte, uma indicação de que o certo descuido identificado na escritura que vimos analisando não teria sido mesmo nada além de um descuido é dada pela inexistência de definição acerca de sobre qual das partes recairia o ônus do risco de morte ou doença das pessoas transacionadas. Afinal, embora quatro meses fosse um prazo curto, era sempre suficiente para que um ou mais dos cativos vendidos morresse ou adoecesse. Foi usual, nas vendas condicionais em que os escravos permaneciam em mãos dos vendedores, atribuir a eles esse risco durante a dita permanência. Tal o caso, por exemplo, da venda, efetuada por Antonio Correa Pinto aos 27 de junho de 1872, de Germano, crioulo, natural de Casa Branca, com 26 anos de idade e solteiro:

(...) cujo escravo vendia ao dito comprador Ildefonso Garcia Leal com a condição

de ficar de nenhum efeito esta venda se ele vendedor dentro do prazo de um ano entregar ao comprador a quantia de um conto e quinhentos mil réis que recebeu pelo dito escravo e que ficará em poder dele vendedor até o vencimento do prazo correndo o risco do mesmo por morte ou enfermidade que o inutilize; e findo o dito prazo de um ano que se contará desta data, o vendedor não entregar a dita quantia, ficará a venda perfeita, e ele vendedor cede na pessoa do comprador todo o direito, domínio, ação e posse do dito escravo, fazendo-lhe imediatamente a entrega do mesmo. (grifos nossos)

Frisemos que, nessa transação de junho de 1872, diferentemente da registrada em julho de 1877, a fórmula padrão “o vendedor cede na pessoa do comprador todo o direito, domínio, ação e posse dos escravos” negociados foi inserida de modo a se fazer valer no momento da futura e eventual mudança de mãos daquelas pessoas. Seria essa diferença a responsável pelo tratamento também diferenciado no tocante ao aludido risco? Adicionalmente se, por um lado, a venda de Germano incluiu a preocupação com o risco de sua morte ou doença, por outro, não trouxe qualquer referência ao pagamento de uma remuneração pelo emprego do capital de Rs.1:500\$000 pelo período de um ano.

Antonio Correa Pinto e Ildefonso Garcia Leal moravam em Casa Branca em 1872. Ildefonso lá residiu, de acordo com nossas fontes, ao menos desde 1871 e até provavelmente 1886. Além da compra de Germano, ele adquiriu, numa única transação de Rs.7:700\$000, meia dúzia de escravos de João Ávila de Azevedo Coelho em dezembro de 1871. E apareceu como vendedor duas vezes: na primeira, em junho de 1872, vendeu a crioula Gertrudes, baiana de 26 anos, junto com sua filha Balbina, parda de 3 anos e nascida em Casa Branca, e também acompanhada de uma criança ingênua,¹² para Francisco José de

¹² “Declarou mais o vendedor que tendo a dita escrava Gertrudes mais uma filha de nome Eulália que é liberta por ter nascido debaixo da proteção da lei, também cede ao comprador o direito que sobre ela tem.”

Araújo; na segunda, vendeu Sebastião, crioulo paulista de 27 anos para José Jorge da Rosa em novembro de 1886.¹³ Cabe mencionar que nem Gertrudes, nem Sebastião figuravam entre as seis pessoas compradas por Ildefonso em 1871. Numa sociedade escravista, na qual as transações envolvendo cativos eram comuns, fossem elas compras e vendas, fossem elas de outro tipo, a exemplo das trocas, doações e dações in solutum, parece-nos indevido caracterizar Ildefonso como um traficante de escravos.

De fato, no Almanak da Província de São Paulo para 1873, Ildefonso Garcia Leal aparece como 1º Suplente do Delegado de Polícia do Termo de Casa Branca e como tesoureiro da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Compunha também a lista dos fazendeiros de café, bem como a dos fazendeiros de café e cana; nesta última, ao lado de seu nome, vai inserida a informação de que “tem máquina de serrar”. Nas atividades concernentes ao comércio, Ildefonso é arrolado entre os negociantes de fazendas, ferragens, molhados, louça, sal etc., e igualmente entre os negociantes de fazendas, ferragens e armário (cf. LUNÉ & FONSECA, 1985, 493 e 495-497)

Assim sendo, o mais correto, cremos nós, seria afirmar que, naquela sociedade, eram muitos os que poderiam atuar vez ou outra como traficantes de escravos. E, nessa medida, participar do comércio da mercadoria humana esporadicamente. Para uns, e não para outros, essa participação poderia se tornar mais importante, às vezes mesmo a principal atividade econômica empreendida. Por exemplo, o caso do médico Dr. José Caetano de Oliveira Guimarães, descrito anteriormente, eventualmente ilustre uma situa-

¹³ Nesta transação, o vendedor é descrito com o nome de Ildefonso Garcia de Siqueira Leal. Tendo em vista os cerca de três lustros que separam esta venda da primeira aparição de Ildefonso, em 1871, nas escrituras por nós tabuladas, não podemos descartar a possibilidade de que essa pequena alteração no nome signifique estarmos diante de duas pessoas, talvez pai e filho. Daí termos utilizado o termo “provavelmente” quando sugerimos a permanência de Ildefonso em Casa Branca até 1886.

ção mais próxima deste último tipo. Embora a frequência desse contratante em nossos registros tenha sido tão esporádica quanto a de Ildefonso Leal, e em que pese a prática da medicina, as compras e vendas das mesmas pessoas, realizadas por Guimarães, aliadas à sua própria inserção naquele mercado também como pessoa jurídica apontariam nessa direção.

Voltando à transação do crioulo Germano, percebemos que seu vendedor, Antonio Correa Pinto, igualmente participou de alguns outros poucos negócios envolvendo escravos em Casa Branca. Assim, aos 19 de maio de 1872, ele vendera Juliana, moça solteira, crioula, natural da mesma localidade, de 17 anos de idade, para José Júlio de Araújo Macedo, por Rs.1:100\$000. No Almanak de 1873, Antonio Pinto apareceu duas vezes: como fazendeiro de cana de açúcar e como fazendeiro de criar gado; por sua vez, José Júlio teve seu nome lembrado entre os fazendeiros de café (cf. LUNÉ & FONSECA, 1985, 496-497).¹⁴

Anos mais tarde, agora residindo no município de Batatais, também na província paulista, Antonio Correa Pinto atuou uma vez mais como vendedor. Desta feita, aos 10 de abril de 1878, o objeto do negócio é o casal Miguel, de 66 anos, e Adriana, de 42, ambos pretos, naturais da província de Minas Gerais e matriculados em Casa Branca. O valor conjunto de marido e mulher atingiu Rs.1:400\$000 e o comprador foi Francisco Prudente José Correa, morador em Casa Branca. O casal de escravos, pois, ou não acompanharia seu antigo senhor para o novo município de moradia deste, ou de lá estaria retornando à localidade onde Antonio Correa antes residia. É plausível pensarmos que Miguel e Adriana, ele já bastante idoso, tivessem filhos já

¹⁴ Um decerto parente seu, João Júlio de Araújo Macedo, era um dos Procuradores do Juízo Municipal e de Órfãos do Termo de Casa Branca; outro, Zeferino Júlio de Araújo Macedo, foi arrolado como um dos três fogueteiros na seção “Artes, indústrias e ofícios” da dita publicação (cf. LUNÉ & FONSECA, 1985, 493 e 498).

crescidos, talvez netos, provavelmente todo um amplo circuito de relações, consanguíneas ou não, estabelecidas e cultivadas em Casa Branca, relações que decerto tornariam a venda para Francisco Prudente interessante também para eles, escravos.¹⁵

A quarta transação na qual apareceu Antonio Correa Pinto merece ser vista com maior detalhe, pois se tratou de mais uma venda condicional e, ademais, evidencia as necessidades de recursos por ele vivenciadas, em especial, em 1872. Se em maio daquele ano ele vendera a jovem Juliana por Rs.1:100\$000; e se em junho levantara mais Rs.1:500\$000 com a venda condicional de Germano; desta feita, em 28 de dezembro, registrou a venda de Maria, para José Tibúrcio de Carvalho. Crioula, com 23 anos de idade e natural de Casa Branca, Maria havia sido adquirida por Antonio Correa “por herança de seu pai”, e foi vendida condicionalmente para Tibúrcio por Rs.425\$480. No documento, lemos:

Pelo vendedor me foi dito perante as testemunhas adiante assinadas que é devedor ao comprador José Tibúrcio de Carvalho da quantia de quatrocentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e oitenta réis, proveniente de outra igual quantia que por ele vendedor pagou a José Dutra do Nascimento, e que para pagamento dessa quantia vendia-lhe a sua escrava de nome Maria (...)

(...) disse mais que fazia esta venda com a condição seguinte: se dentro do prazo de dois meses a contar desta data ele vendedor entregar ao comprador a supramencionada quantia, esta venda ficará de nenhum efeito, e findo o prazo, não entrando dentro dele com a referida quantia o comprador se obriga a pagar

15 Não é impossível, mencionemos por fim, que Francisco Prudente José Correa e Antonio Correa Pinto possuísem alguma relação não apenas comercial, e isto configurasse um facilitador para a comercialização daquele velho cativo mineiro e, por conseguinte, para evitar o rompimento de relações familiares ligando porventura mais de duas gerações de escravos. No Almanak de 1873, Francisco Prudente foi relacionado entre os fazendeiros de cana de açúcar e entre os fazendeiros de café e cana (“tem máquina de serrar”); integrou também o restrito conjunto formado pelos treze “eleitores da freguesia” (cf. Luné & Fonseca, 1985, p. 495-496).

a competente sisa e selo ficando então realizada a venda, ficando por enquanto a dita escrava em poder do vendedor. (grifos nossos)

José Tibúrcio, portanto, pagara a dívida que Antonio tinha com José Dutra do Nascimento.¹⁶ Ao que parece, Antonio precisava de um pequeno prazo adicional, dois meses, para quitar aquela dívida, adiamento com o qual o credor original não concordara. Conseguiu cooptar Tibúrcio para lhe proporcionar esse bimestre a mais, oferecendo ao novo credor um negócio da China: uma escrava de 23 anos que decerto valeria algo entre o dobro e o triplo da quantia devida. Ou o desespero de Antonio era muito grande, ou ele estava absolutamente convicto de que conseguiria devolver os pouco mais de quatrocentos mil réis ao potencial comprador de Maria. O fato de que o tabelião tenha procedido ao registro da escritura sem que houvesse o prévio recolhimento, à Coletoria do município, do imposto de meia sisa ou o pagamento do selo indiciam que a convicção da nulidade da transação no prazo de dois meses não seria apenas de Antonio.

Em outro dos casos nos quais o vendedor manteve o cativo consigo, o ajuste realizado foi um pouco mais complexo. Tratou-se da venda, feita em julho de 1871 por Antonio de Oliveira Prado, de Benedito, crioulo de 20 anos de idade, “natural de Nazaré, que houve por compra que fez a Antonio Ferraz”. Prado e o novo comprador daquele jovem crioulo, o Major Felipe de Miranda Noronha, foram ambos descritos no documento como lavradores residentes em Casa Branca.¹⁷ A dita transação realizou-se

16 José Tibúrcio de Carvalho era, em 1873, fazendeiro de café e também, tal como Antonio Correa Pinto, fazendeiro de criar gado (cf. Luné & Fonseca, 1985, p. 496-497). Assinara também, em 26 de dezembro de 1870, uma escritura referente à compra de um casal de escravos (Geraldo, 50 anos, e Custódia, 45 anos), que lhe foi vendido por um morador em Espírito Santo do Pinhal, Carlos Leopoldo de Araújo; este, por sua vez, havia adquirido o casal por doação de sua sogra. A única outra transação em nosso conjunto de escrituras na qual figurou José Tibúrcio foi datada aos 21 de maio de 1873, quando ele vendeu Manoel, de 30 anos de idade, para Antonio José Carvalho, residente em Cajuuru.

17 O Major, no Almanak de 1873, apareceu arrolado entre os fazendei-

(...) pela quantia de um conto e oitocentos mil réis com as seguintes condições, o comprador dará ao vendedor por conta nesta data a quantia de seiscentos mil réis que recebeu, ficando porém o escravo em poder do vendedor que correrá o risco do mesmo por espaço de um ano a contar desta data, tempo este que contrataram para ele vendedor entrar com a quantia recebida e juros de um e meio por cento ao mês, inclusive os direitos que o comprador pagou de sisa e selo na importância de trinta e dois mil réis que perfaz a quantia de seiscentos e trinta e dois mil réis pagando o dito juro sobre essa quantia, ficando o vendedor obrigado a dar o escravo todas as vezes que o comprador precisar para acompanhar a sua tropa pagando este o jornal de vinte mil réis por mês contado os quais não serão levados em conta da quantia recebida por que o comprador dará ao vendedor, e quando dentro do referido prazo de um ano o vendedor não entregue ao comprador a quantia acima mencionada de seiscentos e trinta e dois mil réis e os juros estipulados ficará esta venda realizada tendo neste caso o comprador de entrar com o resto que faltar para inteirar a quantia de um conto e oitocentos e neste caso serão contados os juros sobre a quantia de seiscentos mil a que fica obrigado. (grifos nossos)

Notamos, pois, que Benedito permaneceria, em princípio, com o vendedor durante o ano estabelecido para a duração do negócio. Não obstante, excetuaram-se deste ajuste as ocasiões quando o comprador viesse a necessitar do cativo “para acompanhar sua tropa”. O Major Noronha, comprador de Benedito, no ato, desembolsou Rs.600\$000, valor correspondente a um terço do preço acertado entre as partes por aquele escravo tropeiro; pagou também as despesas de meia sisa (Rs.30\$000) e selo (Rs.2\$000); e se precisasse de Benedito naquele prazo, arcaria com o jornal de Rs.20\$000 “por mês contado”. Por sua vez, Antonio de Oliveira Prado, o vendedor, passado um ano, se desejasse tornar nulo o negócio,

devolveria ao Major a quantia de Rs.632\$000, acrescida dos juros de 1,5% ao mês e totalmente independente dos jornais porventura pagos por Noronha. Na vigência do ajuste, Prado arcaria com o risco de morte ou enfermidade do cativo. Se a devolução não ocorresse, Benedito seria entregue ao Major, que pagaria a Prado os restantes dois terços do preço ajustado, ou seja, Rs.1:200\$000.

Nesse caso, é factível aventar que o lapso de um ano fosse uma demanda do comprador, na medida em que tal intervalo se configurasse como necessário para ele juntar todo o montante de recursos correspondente ao preço de Benedito.¹⁸ Pelo menos, parece-nos evidente que o rapaz era cobiçado pelo Major para atuar como tropeiro, tanto que fez questão de ressaltar a eventual utilização do cativo mesmo durante aquele período quando Benedito permaneceria com Oliveira Prado. No mínimo, Noronha poderia usufruir dos serviços do tropeiro mediante o pagamento do jornal ajustado e, ademais, ameaçaria os juros de 1,5% ao mês sobre o seu capital de Rs.600\$000. E Antonio de Oliveira Prado teria em mãos esse capital para alavancar suas atividades, possivelmente com a perspectiva de valorizá-lo e, ao fim do prazo combinado, poder optar por reassumir o domínio e a posse plenos daquele seu valioso ativo econômico.

Aí um negócio que evidencia à saciedade as imbricações entre a utilização dos cativos enquanto força de trabalho, com as peculiaridades advindas de sua eventual qualificação, e seu uso como garantia de aceitação geral para o levantamento de crédito. Não se descartando o fato de que se tratava de mercadoria humana, cuja agência na concepção e execução do negócio decerto oscilaria desde uma participação ativa, quicá determinante, num extremo, até seu oposto, defini-

ros de café da localidade (cf. Luné & Fonseca, 1985, p. 495-496). Era, igualmente, Ajudante de Ordens do Comando Superior da Guarda Nacional, o qual “abrange a Cidade de Casa Branca, as Vilas de S. Simão, Caconde e S. Sebastião da Boa Vista, e Freguesia do Espírito Santo do Rio do Peixe” (Idem, p. 493).

18 Ou para que ele pudesse “testar” a mercadoria comprada, possibilitada à qual voltaremos mais adiante no texto.

do por distintos graus de passividade.

Queremos crer que a venda de Benedito acabou não se concretizando. Tal sugestão decorre de uma possibilidade e de uma certeza. A certeza é dada pelo fato de que, decorrido o prazo de um ano, aos 28 de julho de 1872, o Major Felipe de Miranda Noronha reapareceu como contratante em uma escritura registrada em Casa Branca, comprando outro escravo num negócio bastante parecido com o anterior. A possibilidade tem a ver com a venda, também condicional e datada aos 8 de abril de 1874, de um rapaz de nome Benedito, crioulo, preto e solteiro, natural de Nazaré.

Apesar da coincidência de nome, cor, estado conjugal e naturalidade, não é possível afirmarmos ser esse Benedito transacionado em 1874 o mesmo vendido condicionalmente ao Major Noronha em 1871. Não tanto pelo fato de o vendedor não ser Antonio de Oliveira Prado, o que daria mais lastro à hipótese da nulidade do negócio de 1871; pois quem agora vendia era Francisco de Oliveira Prado, provável parente de Antonio. Mas mais pelo fato de o Benedito de 1874 ser descrito com a idade de treze anos, enquanto o de 1871 tinha já vinte anos!¹⁹ De todo modo, vejamos a condição que caracterizou a transação de 1874, registrada pelo valor de Rs.1:700\$000, na qual o comprador era o Capitão Luciano Ribeiro da Silva:²⁰

(...) tendo já [o vendedor-JFM] recebido seiscentos mil-réis, e com as seguintes condições: se dentro do prazo de um ano a contar desta data ele vendedor entregar ao

comprador a quantia de seiscentos mil-réis recebida, com os juros de um e meio por cento ao mês a contar desta mesma data, bem como os direitos que o comprador pagou de sisa e selo na importância de trinta e dois mil-réis, ficará esta venda sem efeito, e ao contrário ficará ela perfeita e neste caso o vendedor pagará tão-somente o prêmio de um e quarto por cento ao mês a contar desta data, voltando o comprador o que faltar para inteirar a quantia de um conto e setecentos mil-réis: que neste caso cede na pessoa do comprador o seu direito, domínio, ação e posse que tem no dito escravo, e se responsabiliza a fazer boa a venda. (grifos nossos)

Interessante, neste caso, as diferenças nas taxas de juros estabelecidas na escritura. Assim, se a venda se tornasse nula, o Capitão Luciano receberia de volta o valor “emprestado” somado aos juros de 1,5% ao mês e acrescido das quantias referentes à meia sisa e ao selo. Se o negócio fosse efetivado, os juros a serem pagos seriam de apenas 1,25% ao mês. Seria esse um indício de que haveria um interesse maior do comprador em ficar com Benedito? Afinal, exatamente na alternativa de precisar desembolsar mais Rs.1:100\$000 é que ele abriria mão de parte do prêmio a receber de Francisco Prado.

No que respeita à compra realizada pelo Major Felipe Noronha em julho de 1872, a similaridade nos termos desse novo negócio corrobora nossa percepção de que a condicionalidade presente, seja na transação de 1871, seja na do ano seguinte, decorreu de uma demanda do comprador, nos dois casos o Major. Em 1872 o escravo adquirido chamava-se Sebastião e era “crioulo, natural da Ventania da Província de Minas, de trinta anos mais ou menos de idade, solteiro, cor preta”. O vendedor era Albino da Costa Abreu, morador na cidade de Passos, também em Minas Gerais. Albino obtivera o referido cativo “por doação que lhe fez seu sogro José Theodósio Alves”. Não obstante o valor da venda, de Rs.1:200\$000, os recursos movimentados por

19 Desnecessário explicitar que a imprecisão no tocante à atribuição das idades aos escravos negociados era algo bastante comum nas fontes compulsadas, embora as disparidades, na maior parte dos casos, não atingisse a magnitude verificada nas vendas em questão. Ademais, no documento de 1874, constaram os dados da matrícula do escravo na Coletoria de Casa Branca, feita em 29 de setembro de 1873; não pudemos, porém, confrontar esse informe a partir do documento anterior, de 1871, pois naquela data a aludida matrícula ainda não fora realizada.

20 Embora residisse em Casa Branca, tal como Francisco Prado, o Capitão Luciano foi representado no ato da escritura por seu bastante procurador, Antonio Jacinto Nogueira.

ocasião do registro da escritura foram diferentes:

O vendedor recebe neste ato a quantia de oitocentos e cinquenta mil reis, e se dentro do prazo de seis meses a contar desta data, ele vendedor entregar ao comprador a supramencionada quantia de oitocentos e cinquenta mil reis bem como os direitos que este pagou na importância de trinta e dois mil réis, e os juros de um e meio por cento ao mês sobre estas quantias a contar desta mesma data, ficará esta venda de nenhum efeito, e quando não faça dentro do referido prazo a venda ficará perfeita contando-se o prêmio acima mencionado sobre a quantia recebida de oitocentos e cinquenta mil réis e o comprador voltará ao vendedor o que faltar para preencher a quantia de um conto e duzentos mil réis pagando o comprador o jornal do escravo que fica em seu poder a quinze mil reis por mês corrido de agora em diante descontando-se os dias de falha do escravo por enfermidade, fuga, ou por qualquer circunstância, e o vendedor correrá o risco do mesmo até o vencimento do prazo marcado de seis meses, e que transfere na pessoa do comprador caso se realize a venda, todo direito, domínio, ação e posse do dito escravo. (grifos nossos)

Como percebemos, a transação de Sebastião é muito semelhante à de Benedito, a menos de um detalhe crucial, que a torna distinta também dos demais casos analisados até aqui. Durante o prazo acertado, de seis meses, o cativo permaneceria com o comprador.²¹ O vendedor, Albino, por seu lado, apenas transferiria para o Major Noronha “o direito, domínio, ação e posse” de Sebastião “caso se realize a venda”; em contrapartida, e talvez por conta dessa não transferência, o risco do escravo no decorrer daquele semestre correria por conta do vendedor. Interessante observarmos que na descrição desse risco explicita-se a eventualidade de “fuga”. Esse detalhe reforça uma possibilidade adicional para a interpretação da forma pela qual o Ma-

jor Noronha comprava seus cativos. Além, ou mesmo em vez de não possuir o valor total do negócio, talvez o Major pretendesse assegurar algo como um período de teste no qual pudesse aferir as qualidades e os defeitos do homem que estava comprando. Afinal, a dita mercadoria, em especial neste caso, vinha de localidade situada em outra província do Império.

Vimos analisando como essas escrituras de vendas condicionais equivaliam em seus efeitos a uma operação de empréstimo garantida pela hipoteca de escravos. Nos exemplos das compras feitas pelo Major Noronha, encontramos quicá indícios de que elas poderiam também equivaler a uma alternativa que imprimia maior formalidade vis-à-vis a maneira mais “informal” de tratar o período de teste. Esta última implicaria não se fazer a escritura definitiva durante o mencionado intervalo temporal, caso em que o comprador, provisoriamente, receberia o escravo em procuração e um recibo pelo valor que desembolsara. Tal fórmula (procuração e recibo) foi identificada, por exemplo, por Sidney Chalhoub, em estudo sobre a cidade do Rio de Janeiro:

Temos aqui, novamente, uma transação de compra e venda na qual não é feita a escritura definitiva, contentando-se o comprador com uma procuração e um recibo. {...} O que importa aqui é perceber que a noção costumeira de que um ato de compra e venda de escravo era passível de reversão, sendo que várias vezes as negociações incluíam um período de teste no qual o comprador devia examinar os serviços do cativo, abria ao escravo a possibilidade de interferir de alguma forma no rumo das transações. Numa primeira aproximação, a prática do período de teste parece simplesmente uma garantia ao ‘consumidor’; porém, em se tratando de negros, as particularidades da ‘mercadoria’ negociada sugerem que esta poderia conscientemente apresentar-se como ‘defeituosa’ (...) caso não tivesse interesse em ficar com o novo senhor. (CHALHOUB, 1985, 52 e 75-76)

²¹ Na venda condicional de Benedito, lembremos, embora o escravo permanecesse com o vendedor, o Major Noronha poderia eventualmente utilizá-lo na condução de sua tropa, mediante o pagamento do pertinente jornal.

Convém enfatizarmos, como bem vislumbrado por Chalhoub, os possíveis impactos da existência desses “períodos de teste” em termos de uma ampliação do espaço para a agência escrava, já apontada anteriormente neste artigo, consubstanciada em uma participação mais ativa, ainda que sempre difícil, daquelas pessoas comercializadas na definição de seu destino.

Seja como for, o fato é que o Major Noronha, tal como possivelmente ocorrera no negócio envolvendo Benedito, não se tornou, afinal, proprietário de Sebastião. Desta feita temos certeza disso, pois, aos 23 de dezembro de 1877, Albino de Costa Abreu vendeu, uma vez mais condicionalmente, o cativo Sebastião, agora com 32 anos de idade, ainda solteiro. A matrícula desse preto natural das Minas Gerais fora feita aos 3 de fevereiro de 1873, em Casa Branca. É interessante observar que, à data da matrícula, já havia sido ultrapassado o prazo de seis meses da venda condicional feita ao Major Noronha. De outra parte, o que talvez explique a permanência do escravo naquela localidade paulista, Albino, em julho de 1872 descrito como morador na cidade mineira de Passos, foi, no documento de 1877, relacionado como residente em Casa Branca. O negócio mais recente patenteia, ademais, o comportamento ascendente dos preços dos escravos ao longo da segunda metade da década de 1870. Assim, o valor da venda de Sebastião em dezembro de 1877 alçou-se a Rs.2:100\$000, em comparação aos Rs.1:200\$000 ajustados no negócio de 1872.

O comprador de Sebastião nessa nova transação foi Luis José de Souza, também morador no município do oeste paulista; foi ele quem recolheu, na Coletoria da cidade, os Rs.40\$000 correspondentes à meia sisa e os Rs.3\$000 do selo, e pagou o valor total do cativo para Albino em contrapartida de “todo o direito, domínio, ação e posse do dito escravo”. As partes contra-

tantes ajustaram a seguinte condição:

(...) se ele vendedor entrar com a dita quantia de dois contos e cem mil bem como os prêmios de um e meio por cento ao mês a contar desta data, dentro do prazo de um ano, ficará esta venda de nenhum efeito. Disseram mais que quer se realize esta venda, quer não, o vendedor pagará o prêmio estipulado, bem como o comprador pagará ao vendedor a quantia de duzentos mil réis de jornal do escravo durante o ano. (grifos nossos)

Salientemos que, de todas as escrituras que analisamos até aqui, esta é a primeira a explicitar com nitidez ser o pagamento dos juros sobre o capital “emprestado” independente da concretização ou não da venda do cativo. Diferente da venda para o Major Noronha, para Luis de Souza houve a transferência imediata do “direito, domínio, ação e posse” de Sebastião. Mas nos dois casos o escravo permaneceu com os potenciais compradores, que arcariam com o pagamento de seu jornal.

A combinação desse jornal levanta a questão acerca de sua destinação. Pelo dito na escritura, o destinatário seria Albino. Mas não seria viável aventar que esses recursos viessem a compor um pecúlio capaz de comprar a futura liberdade de Sebastião? Seriam eles divididos em alguma proporção entre o cativo e Albino? Seria correto aproximar esse ajuste de uma operação de aluguel do escravo, ou mesmo sugerir certa similaridade possível com a categoria urbana do escravo de ganho? A escritura de compra e venda não nos permite responder a esse conjunto de perguntas.²²

Parece-nos, não obstante, plausível

²² Sobre os escravos de ganho ver, entre outros, Algrantí (1988), Dias (1985), Karasch (2000), Silva (1988) e Soares (1988). De outra parte, analisando anúncios publicados no *Jornal do Comércio do Rio de Janeiro* na década de 1870, Lucimar Santos, por exemplo, observou: “No dia 18 de janeiro de 1871, 98 indivíduos ofereceram-se, por si ou por outrem, para alugar sua força de trabalho. Destes, 65 foram descritos como pretos, crioulos, escravos ou pardos. Em apenas um dos anúncios deu-se a saber o valor do jornal pretendido (20\$000).” (SANTOS, 2006, nota 33, 26)

avancar o seguinte quadro. De um lado, escravistas que, de maneira recorrente, utilizavam sua propriedade para levantar recursos; vendas condicionais sucessivas poderiam responder pela “rolagem do capital emprestado”. De outro, escravos remunerados pelo desempenho de suas tarefas e pondo em funcionamento sua estratégia com vistas à obtenção da liberdade. Talvez parte dessa remuneração, se entregue ao escravista, servisse para amortizar os juros devidos sobre aquele capital. Eventualmente pudéssemos visualizar, em nossas conjecturas, num fim de tarde ameno em Passos, ou em Casa Branca, Albino e Sebastião em algum estabelecimento de venda de molhados, bebendo um trago de aguardente enquanto arquitetavam a realização daquelas transações! Escravista e escravo construindo juntos os parâmetros do cativeiro.

As vendas condicionais poderiam envolver não apenas escravos. Isto que nos revela a “escritura de compra e venda que faz Manoel Euflauzino da Cunha como vendedor, e o Capitão Luciano Ribeiro da Silva como comprador, de umas terras, escravo, e gado, tudo pela quantia de 4:110\$000 condicionalmente”.²³ O registro foi realizado aos 7 de julho de 1873, e ambas as partes foram reconhecidas pelo Tabelião como “lavradores domiciliados no Distrito desta Cidade” de Casa Branca. Vejamos a descrição dos bens transacionados e a condição que caracterizou o negócio:

Pelo vendedor me foi dito perante as testemunhas adiante assinadas que era senhor e possuidor de um sítio de cultura e campos e benfeitorias situadas na Fazenda da Boa Vista que lhe coube em divisão a que se procedeu na mesma Fazenda, e assim mais de um escravo de nome Ignácio de vinte anos de idade, natural

desta Cidade onde foi matriculado (...), e assim mais vinte vacas de criar a trinta mil réis cada uma, oito bois de carros a trinta e cinco mil réis cada, quinze novilhos a vinte mil réis cada um, quatro garrotes a vinte mil réis cada um, quinze bezerros a dez mil réis cada um, e cujas terras, escravo e gado vendia ao dito comprador, a saber, as terras pela quantia de um conto e duzentos mil, o escravo por um conto e quinhentos mil réis, e o gado pelo preço já mencionado que tudo perfaz a quantia de quatro contos cento e dez mil réis dando o comprador neste ato a quantia de três contos, cento e setenta mil e seiscentos réis e o restante desta data a dezoito meses caso realize esta venda; disse mais o vendedor que fazia esta venda com a condição de que se dentro do prazo dos dezoito meses entregar ao comprador a quantia recebida ficará esta venda de nenhum efeito, e no caso contrário ela ficará realizada e o comprador voltará o restante que são novecentos e trinta e nove mil e quatrocentos réis, ficando incluída neste caso toda produção do gado que são todas as que o vendedor possui atualmente sem reserva, e que antes do prazo digo do vencimento do prazo o comprador digo o vendedor correrá o risco de todos os bens que ficam em seu poder. (grifos nossos)

Pareceu-nos incerto, no documento acima transcrito, se “toda produção do gado” poderia ser tomada como o prêmio do “empréstimo” dos pouco menos de Rs.3:200\$000. E com certeza as hesitações do Tabelião, perceptíveis ao término do trecho reproduzido, auxiliam a conformar essa impressão de falta de clareza! De todo modo, vimos anteriormente outros casos nos quais não se fez menção ao pagamento de juros sobre o capital a incidir durante o prazo entre o registro da escritura e a definição quanto à nulidade ou efetividade da venda. A permanência do sítio, do escravo e do gado com Manoel da Cunha pelo ano e meio ajustado indicia sua intenção de devolver a referida quantia ao Capitão Luciano em fins de 1874. Este último, Quartel-mestre do Comando Superior da Guarda Nacional, apareceu também relacionado, no Almanak

²³ Cumpre notar que essa escritura foi registrada exatamente ao vencer-se o prazo da condição da compra, pelo mesmo Capitão Luciano, de Benedito, acima mencionada. Eventualmente a nulidade do negócio de 1872 estivesse entre os motivos para a compra de um novo cativo. Não a única razão, claro, pois desta feita o escravo era adquirido juntamente com terras e gado.

de 1873, como fazendeiro de café, fazendeiro de café e cana (“tem máquina de serrar”), fazendeiro de café, cana e fumo, mas não como fazendeiro de criar gado (cf. LUNÉ & FONSECA, 1885, 493 e 496-497). O comprador, com intensa presença na aludida publicação, era provavelmente pessoa com recursos de certa magnitude; levava avante diversas produções agrícolas, porém aparentemente não se dedicava à pecuária. Talvez aí um indício de o negócio em tela representar para ele, de fato, uma possibilidade de atuação como capitalista.²⁴

O Capitão Luciano Ribeiro da Silva, salientemos, destoou, e muito, dos demais contratantes das escrituras que vimos analisando. Isto porque foram quase sete dezenas os escravos por ele transacionados no conjunto da documentação com que temos trabalhado. Além do negócio realizado com Manoel Euflazino e da compra de Benedito, por nós descrita anteriormente, o Capitão comprou outros 63 cativos entre fevereiro de 1870 e abril de 1878. Onze de suas aquisições foram de um único escravo, mas ele também comprou grupos de 2 (duas vezes), 3, 4, 6 (também duas vezes), 7, 11 e 13 pessoas. E, em duas escrituras, em setembro de 1874 e março de 1877, figurou na ponta vendedora, desfazendo-se, respectivamente, de Romão e de Caetano.

Outra escritura, esta de 20 de outubro de 1874, alia-se a algumas das descritas anteriormente para evidenciar serem, no conjunto das vendas condicionais, frequentes os casos em que o valor “adiantado” pelo comprador era diferente e, claro, menor, do que o constante da epígrafe do registro; vale dizer, menor do que o preço da pessoa transacionada. Joaquim Francisco da Rosa, àquela data, vendeu para Hermógenes Ribeiro de Noronha o cativo Leopoldino, crioulo natural de Sorocaba, de cor preta e com 15 anos

de idade, matriculado em dezembro de 1872, em Casa Branca, município onde residiam os dois contratantes.²⁵ No documento lemos:

(...) cujo escravo vende ao dito comprador pela quantia de um conto e duzentos mil réis sob as seguintes condições: tendo o vendedor recebido do comprador a quantia de oitocentos e oitenta mil réis, se obriga a dar essa quantia com os prêmios de um e quarto por cento ao mês a contar desta data no prazo de oito meses, e quando porventura não o faça a venda ficará realizada, e se entrar com a quantia ficará de nenhum efeito pagando ele vendedor em todo caso os prêmios estipulados não só da quantia recebida como também da importância da sisa e selo (...) que no caso de não efetuar a venda será por conta do vendedor, pagando o comprador no fim dos oito meses o que restar de que serão deduzidos os prêmios e despesas quando se torne realizada a venda, e neste caso transfere na pessoa do comprador todo o direito, domínio, ação e posse do dito escravo e se obriga a fazer boa a venda. Pagou o comprador na Coletoria desta cidade em data de hoje a quantia de trinta mil réis de sisa (...). Assim mais pagou no mesmo ato a quantia de dois mil réis (...). (grifos nossos)

Sabemos que Leopoldino terminou não sendo adquirido por Hermógenes. Aos 6 de junho de 1875, Joaquim Francisco da Rosa tornou a vendê-lo, por um preço mais elevado do que o acertado com Hermógenes. Desta feita o comprador foi Moisés de Oliveira Costa, morador em Casa Branca, que pagou Rs.1:800\$000 pelo cativo, ainda descrito com 15 anos de idade. Todavia, essa nova venda de Leopoldino não foi condicional. Talvez os seiscentos mil-réis adicionais tenham feito Joaquim da Rosa não pensar duas vezes em se desfazer do rapaz de Sorocaba. Joaquim, ademais, vendeu outras duas pessoas em Casa Branca, igualmente sem a estipulação de nenhuma condição, em abril e junho de 1874. Marcolino, de 23 anos, por Rs.1:700\$000, e Se-

²⁴ Manoel da Cunha, por seu turno, não foi localizado entre as pessoas arroladas no Alamanak, não obstante o volume referir-se ao mesmo ano em que se registrou a escritura por nós compulsada.

²⁵ Nenhum dos dois, todavia, constou do Alamanak de 1873. Não obstante, Hermógenes adquiriu, além de Leopoldino, outras nove pessoas, entre fevereiro de 1877 e maio de 1881, em cinco transações.

bastiana, de 21 anos de idade, por Rs.900\$000.

Notamos igualmente ampla variação dos prazos ajustados nos negócios condicionais. Do mínimo de dois ao máximo de dezoito meses, identificamos prazos de seis meses, oito meses e, ao que parece mais comumente, de um ano. Os juros, ao contrário, nos casos em que descritos, pouco variaram: 1,25% ou 1,5% ao mês, portanto entre 15% e 18% ao ano. Por exemplo, na venda condicional, registrada em dezembro de 1875, dos escravos André e Felícia, solteiros, pretos e paulistas, respectivamente, com 15 e 13 anos de idade, por dois contos de réis, o prazo estipulado foi de três meses e os juros de 1,5% ao mês. Esta mesma taxa, incidindo num prazo de oito meses, foi ajustada na venda condicional de Theodósio, aos 24 de janeiro de 1877; comercializado por Rs.1:500\$000, ele tinha 27 anos, era preto, solteiro e natural de Minas, embora já residente em São Paulo por ocasião da matrícula, em 1872. Igual prazo de oito meses, mas com nenhuma menção à incidência de um prêmio sobre o capital “emprestado”, caracterizou o negócio de outubro de 1877 envolvendo a venda condicional de Benedita, preta solteira de 29 anos de idade, e de Manuel, seu filho, pardo de 9 anos; mãe e filho eram naturais da vila próxima de São Simão, e ambos foram matriculados, já em Casa Branca, em outubro de 1872. O valor fracionado deste último negócio, Rs.1:772\$300, talvez reflita uma equivalência com alguma dívida do vendedor, para a quitação da qual ele levantou recursos fazendo uso de escravos que possuía.

Flávio Saes (1986, 67-68) transcreve trechos da resposta da Câmara Municipal de Limeira a uma Circular do Presidente da Província de São Paulo de 1873 que nos fornece algum referencial para comparação no tocante às taxas de juros ajustadas nas vendas condicionais de escravos em Casa Branca:²⁶

²⁶ A distância em linha reta entre Casa Branca e Limeira não atinge

Se é certo que a lavoura desse município cresce rapidamente (...), não é menos certo que esta lavoura luta com os dois principais elementos, sem os quais não há agricultura possível — a falta de braços e de capitais a juro barato (...). Porém o juro dos capitais de que necessita, e que oscila entre 12 e 18% ao ano, mata-lhe toda a energia e os vantajosos frutos que deveria tirar de terrenos ubérrimos e de trabalho árduo como este em que executa sua atividade. O lavrador de Limeira paga 12 a 18% para os gastos de produção e o curto prazo para a amortização desses capitais unido à usura dos prêmios torna a sua sorte precária e à mercê de qualquer desses acidentes comuns na lavoura.

Com fundamento em fontes como essa produzida pela Câmara de Limeira, disponíveis para distintas localidades paulistas, Saes concluiu haver “(...) indícios claros, portanto, sobre o que significava a dificuldade de obter crédito — ao lado da falta de braços — para os objetivos expansionistas da lavoura. Ao mesmo tempo define-se o nível vigente da taxa de juros no intervalo de 12 a 18% ao ano” (Idem, 68). De fato, como assinalou Renato Marcondes (2002, 167) em seu estudo acerca do crédito hipotecário no Vale do Paraíba paulista, “(...) mesmo com a entrada das instituições bancárias na década de 1870, o crédito continuou restrito, em função dos problemas de risco e assimetria de informações.” Esse autor encontra no Vale hierarquia similar à identificada por Fontanari em Casa Branca, mencionada anteriormente nesta mesma seção de nosso artigo: “(...) a maior oferta de crédito beneficiou tão-somente os agricultores de maior porte, com maiores quantias emprestadas a menores taxas de juros e a prazos mais longos.” (Idem, *ibidem*)²⁷

os 100 km.

²⁷ Marcondes levantou 347 hipotecas em Lorena no período de 1866 a 1887, com prazo médio de 2,9 anos e taxa de juros anual média de 11,8% (a menor taxa média computada, de 9,3% ao ano, foi a referente às 15 hipotecas de 1887; a maior, de 14,3% ao ano, foi calculada com base em 16 hipotecas de 1869). Em Guaratinguetá, 567 hipotecas levantadas entre 1865 e 1887 produziram a taxa de juros anual média de 11,2% e o prazo médio de 3,5 anos (a taxa média menor e a maior foram as atinentes a 1881, 9,9% ao ano, e a 1866, 13,6% ao ano). Cf. Marcondes (2002, 155-156). Outros dados disponíveis sobre o crédito hipotecário para

As vendas condicionais de escravos poderiam ser ajustadas por credores e devedores como parte do acerto entre eles. Tal o caso da “Escritura de venda de dois escravos que faz Joaquim Nicolau Rodrigues da Gama a José Bento Roiz [Rodrigues] Gama”, registrada aos 30 de janeiro de 1879. Decerto aparentados, o vendedor residia em Casa Branca e o comprador em Itajubá, na Província de Minas Gerais. José Bento foi representado no negócio por seu bastante procurador Dr. Brasília Augusto Machado d’Oliveira, também morador na localidade paulista. Os cativos transacionados foram assim descritos: “Justiniano, preto, viúvo de trinta e seis anos de idade, natural da Província de Minas, e André, pardo, solteiro de vinte e dois anos de idade, natural desta Cidade”. Os dois haviam sido matriculados em Casa Branca em dois de outubro de 1872 e foram vendidos

(...) pelo prazo de cinco anos para pagamento do que ele outorgante vendedor deve ao outorgado comprador, ficando porém o outorgante vendedor e seus herdeiros, com direito pleno de remirem os escravos vendidos dentro do período de cinco anos acima mencionado, sem que o outorgado comprador tenha direito, por qualquer forma, de embarçar a remissão, por isso mesmo que o outorgante vendedor fica com os escravos em seu poder até completar o prazo de cinco anos e responsabilizando-se pelo valor deles em caso de morte ou de qualquer circunstância que prejudique o valor porque foram vendidos, obrigando-se mais a fazer esta venda boa, firme e valiosa e a defendê-la em qualquer ocasião que for chamado a autoria. (grifos nossos)

No documento cujo fragmento vai acima reproduzido é informado o preço dos dois escravos: quatro contos de réis. Não sabemos, pois, o valor atribuído a cada um deles. De outra parte, não se faz menção à incidência de juros; no entanto, como também não foi declarado o montan-

a cafeicultura podem ser encontrados, por exemplo, em Mello (1984), Sweigart (1980).

te da dívida de Joaquim Nicolau, é possível que, se o valor devido fosse menor do que o da dupla de cativos, o prêmio estivesse “embutido” nos Rs.4:000\$000. Talvez ao parentesco entre credor e devedor possa ser atribuída parte da responsabilidade por essa omissão, eventualmente significando que não seriam cobrados juros. Essa possibilidade vê-se reforçada, assim o cremos, pelo prazo relativamente longo da transação, além do fato de ter sido José Bento, por intermédio do Dr. Brasília, quem recolheu na Coletoria o imposto de meia sisa (Rs.80\$000), conforme comprovante apresentado ao Tabelião no ato da venda.

O ajuste acima, entre Joaquim Nicolau e José Bento, foi bastante semelhante ao registrado em escritura de 17 de novembro de 1878, entre Aureliano de Castro e João Braga. Uma diferença, que se repetiu em vários negócios por nós compulsados, foi o documento ter sido produzido e assinado “em casa de João Carneiro da Silva Braga, onde eu Tabelião fui vindo”.²⁸ Na casa do comprador estava presente o vendedor, Aureliano Modesto de Castro, e por este, escreveu o Tabelião,

(...) me foi dito que sendo senhor e possuidor d’um escravo de nome Protásio, crioulo, solteiro, de idade vinte e dois anos, mais ou menos, vende o dito escravo pelo preço de dois contos e quinhentos mil-réis ao comprador (...) para ser abatida a dita quantia de dois contos e quinhentos mil-réis em um crédito de maior quantia que ele vendedor é devedor ao comprador, sendo que esta venda só ficará feita definitivamente se no prazo de dois anos, a contar-se de hoje, ele vendedor não remir o escravo, fazendo pagamento de sua im-

28 Joaquim Nicolau Rodrigues da Gama, José Bento Rodrigues Gama, Aureliano Modesto de Castro, contratantes em documentos por nós compulsados, não foram elencados no Almanak da Província de São Paulo para 1873. Também não registraram nenhuma outra transação envolvendo escravos em Casa Branca. Não obstante, no Almanak constou João Carneiro da Silva Braga, como tenente da 1ª Seção de Batalhão da Reserva, bem como seu parente, Joaquim Carneiro da Silva Braga, dentista do município de Casa Branca (cf. LUNÉ & FONSECA, 1985, 494 e 497). Enquanto João foi identificado uma única vez em nossas fontes, Joaquim apareceu duas vezes, em ambas como vendedor, uma de dois e outra de um escravo.

portância ao comprador e saldando um crédito que deve e que originou esta venda e escritura. Disse mais ele vendedor que no caso de morte, dele vendedor, se entenderá vencido o prazo e o comprador terá o direito pleno para chamar a si o escravo Protásio, como seu que fica sendo, assim como que ele vendedor se responsabiliza pelo valor do escravo vendido, no caso de falecimento deste. Concluindo, disse que continua ainda responsável pelo prêmio a que é obrigado para com o comprador. (grifos nossos)

Nesse negócio de 1878, ademais, ficou explicitado que o valor do cativo era inferior ao da dívida preexistente entre os contratantes. Os juros foram referidos, mas sua magnitude, ao que tudo indica, teria sido estabelecida em outro documento, especificamente dedicado à dita dívida. Outra novidade na venda de Protásio foi a consideração da possibilidade de morte não apenas do escravo, mas também de seu atual senhor, Aureliano. Uma vez que essa eventualidade não foi inserida nos demais casos, talvez possamos sugerir fosse o vendedor já idoso, ou estivesse ele adoentado quando da transação. No mais, fica claro que durante o prazo acertado Protásio permaneceria com Aureliano. E foi João Carneiro quem recolheu o selo (Rs.3\$000) e a meia sisa (Rs.40\$000).

Um último negócio registrado em Casa Branca a inserir na análise feita neste artigo, ainda que não diretamente caracterizado por uma condicionalidade, envolveu escravos vinculados a outra operação, esta sim condicional, o que obrigou a interveniência de um terceiro, além do comprador e do vendedor dos cativos em tela. Aos 7 de dezembro de 1872, Sebastião Gonçalves dos Santos, morador no município de São Simão, distante menos de cem quilômetros de Casa Branca, vendeu para José Gonçalves dos Santos, por Rs.1:700\$000, quatro escravos: Joaquim, Sabina, Silvéria e Paulina. Sebastião foi representado por seu procurador, Ildefonso

Garcia Leal, a quem já fizemos menção anteriormente. O representante do vendedor e o comprador residiam em Casa Branca. Joaquim tinha 35 anos, era preto, solteiro e natural do Rio de Janeiro. Sabina, parda, solteira, tinha 24 anos e era natural de São Simão. Silvéria, preta, e Paulina, parda, eram filhas de Sabina, com 5 e 3 anos, respectivamente; ambas haviam nascido também em São Simão.²⁹ O detalhe é que essas pessoas

(...) se achavam vendidas condicionalmente a Francisco Philidory, o qual se acha pago e por isso prestou seu consentimento para esta venda mesmo porque não havia pago sisa da dita venda que lhe foi feita condicionalmente, como consta da procuração que adiante vai transcrita, representado por seu procurador Honório Ferreira de Sillos Pereira. (grifos nossos)³⁰

Na transcrição da procuração passada por Francisco Philidory, morador em São Simão, para Honório Pereira, lemos que a venda a José Gonçalves dos Santos

(...) é feita por seu devedor Sebastião Gonçalves dos Santos, o qual fez a ele outorgante uma venda condicional dos ditos escravos, e que apesar de estar vencida não se julga senhor dos mesmos, por isso que não pagou a competente sisa e ainda mais que se acham matriculados como escravos do dito seu devedor (...), podendo o dito procurador assinar a dita escritura consentindo nesta venda para o que lhe concedo todos os poderes em direito necessários. (grifos nossos)

Percebemos, pois, que o negócio entre os parentes Sebastião e José Gonçalves dos Santos foi efetivado mediante o consentimento de Fran-

29 É oportuno observarmos, acerca das imprecisões sempre possíveis nos documentos compulsados, que na descrição dos quatro escravos feita na procuração passada por Sebastião Gonçalves dos Santos para Ildefonso Garcia Leal, Joaquim aparece como “de Nação”, com 45 anos de idade, e Sabina com 30 anos. Silvéria e Paulina tinham, tal como na descrição anterior, cinco e três anos de idade.

30 Honório, em 1873, era Vereador da Câmara Municipal de Casa Branca, além de Inspetor da Instrução Primária, escrivão das Irmandades do Santíssimo Sacramento e de Nossa Senhora do Rosário. Constatava também, no Almanak daquele ano, entre os fazendeiros de café, os negociantes de fazendas, ferragens e armário e os negociantes de fazendas, ferragens, molhados, louça, sal etc. (cf. LUNÉ & FONSECA, 1985, 494-497).

cisco. Assim sendo, a compra realizada por este último, ao que tudo indica, não tinha por objetivo, efetivamente, a aquisição dos cativos. Estes haviam permanecido com Sebastião, e haviam mesmo sido matriculados como propriedade deste. Se, na procuração outorgada por Francisco, é dito que o prazo da venda condicional vencera, no corpo da escritura o consentimento é vinculado ao fato de que ele “se acha pago”. Sabemos que José Gonçalves dos Santos finalmente recolheu na Coletoria de Casa Branca os cento e vinte mil-réis da meia sisa, e igualmente os Rs.2\$000 do selo, obrigações que Francisco não havia cumprido.³¹ Mas não sabemos quanto dos Rs.1:700\$000 correspondia à dívida de Sebastião, tampouco o montante dos juros por ele pagos ao seu credor em São Simão.

Comentário final

Foram quinze as escrituras de compra e venda condicional de escravos sobre as quais se estenderam nossas considerações neste artigo. Nelas foi negociado um total de 25 cativos. Tais transações foram registradas na localidade de Casa Branca, no “Oeste Novo” da província de São Paulo, entre julho de 1871 e janeiro de 1879. Vários desses negócios ilustram uma forma de financiamento da qual alguns escravistas se valeram em meio à expansão cafeeira. Nessas vendas, as pessoas comercializadas continuaram sendo utilizadas pelos senhores que as vendiam. Os prazos ajustados oscilaram de dois a dezoito

meses, e os juros eventualmente descritos incidentes sobre o capital “emprestado” foram de 1,25% ou de 1,5% ao mês. Nem sempre pudemos averiguar em que medida, vencidos os prazos estabelecidos em cada caso, as transações analisadas tornaram-se vendas perfeitas ou, ao contrário, foram consideradas nulas.

Houve também casos de vendas condicionais de cativos nos quais a “mercadoria” era entregue aos compradores durante parte ou todo o prazo do ajuste. Entendemos que esses negócios podem refletir a existência de “períodos de teste” das pessoas adquiridas. Vislumbramos, igualmente, dentre as vendas consideradas, certas situações nas quais os compradores arcavam com o pagamento de jornais aos cativos que potencialmente compravam. Em tais situações, as vendas parecem entrelaçar-se também a operações semelhantes ao aluguel de escravos. Talvez até, dependendo de quem amealhasse os recursos pagos na forma de jornal (se os escravos ou seus senhores; estes últimos figurando como contratantes vendedores nas escrituras em questão), ditas vendas pudessem abrir às pessoas transacionadas espaço para atuar de forma em alguma medida semelhante aos cativos de ganho, categoria presente no meio urbano de nossa sociedade escravista. Os casos considerados, todavia, são poucos, o que compromete comparações mais aprofundadas entre o valor dos jornais ajustados nessas escrituras de Casa Branca e os valores vigentes no aluguel de cativos ou aqueles recebidos pelos escravos de ganho.

As vendas condicionais, em alguns casos, envolveram outros bens, comercializados em conjunto com os escravos. E, em outros exemplos, tais vendas vinculavam-se a dívidas preexistentes entre as partes contratantes, dívidas estas amiúde também objeto de registro cartorial; essa vinculação poderia acarretar prazos mais dilatados nas condições ajustadas.

³¹ José, salientemos, era Juiz de Paz, negociante de animais e 2º suplente do Delegado de Polícia do Termo de Casa Branca, um seu parente, Urias Gonçalves dos Santos. Urias era também um dos eleitores da Freguesia, Provedor da Irmandade do Santíssimo Sacramento e negociante de fazendas, ferragens, molhados, louça, sal etc. Outro parente, Joaquim Gonçalves dos Santos, era 3º suplente do Juiz Municipal e de Órfãos, além de Alferes Porta-Bandeira do Estado Maior do 33º Batalhão de Infantaria, fazendeiro de cana-de-açúcar, fazendeiro de café e cana. Não encontramos, todavia, nas páginas do Almanak referentes ao Termo de São Simão, nenhuma menção a Sebastião Gonçalves dos Santos ou a Francisco Philidory; naquele Termo, no município de Ribeirão Preto, o vigário era o Padre Angelo José Philidory (cf. LUNÉ & FONSECA, 1985, 493-498 e 503). Dos Gonçalves dos Santos citados nesta nota, o mais presente na documentação por nós utilizada foi Joaquim; ele adquiriu 14 escravos em quatro transações. Urias também figurou apenas como comprador, de nove cativos em três negócios. Sebastião vendeu quatro pessoas (uma escritura) e José vendeu um escravo e comprou cinco (três escrituras).

Em suma, levando em conta a proximidade de Casa Branca, no período em questão, da fronteira da expansão cafeeira na província de São Paulo, cremos ser correto interpretar essas vendas condicionais —e o mecanismo de financiamento que várias delas aparentemente trazem à luz— como um sinal do dinamismo econômico que então se fazia sentir na localidade em tela.

Referências bibliográficas

ALGRANTI, L. M. O feitor ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1808-1822. Petrópolis: Vozes, 1988.

BACELLAR, C. de A. P. O apogeu do café na Alta Mojiana. In: BACELLAR, C. de A. P. & BRIOSCHI, L. R. (orgs.). Na Estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999, p. 117-163.

BASSANEZI, M. S. C. B. (org.). São Paulo do passado: dados demográficos. Campinas:

NEPO/UNICAMP, 1998. 1 CD-ROM.

CHALHOUB, S. Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

COSTA, E. V. da. Da senzala à colônia. 3.ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.

DIAS, M. O. L. da S. Nas fimbrias da escravidão urbana: negras de tabuleiro e de ganho.

Estudos Econômicos, v. 15 (número especial), p. 89-109, 1985.

FONTANARI, R. O problema do financiamento: uma análise histórica sobre o crédito no complexo cafeeiro paulista. Casa Branca (1874-1914). Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: UNESP/campus de Franca, 2011.

FURTADO, C. Formação econômica do Brasil: edição comemorativa, 50 anos. Organização Rosa Freire d'Aguiar Furtado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GORENDER, J. O escravismo colonial. 4. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Ática, 1985.

KARASCH, M. C. A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LAËRNE, C. F. Van D. Brazil and Java: Report on coffee culture in America, Asia and Africa, to H. E. the Minister of the Colonies. London: W. H. Allen & Co., 1885.

LUNÉ, A. J. B. de & FONSECA, P. D. da (orgs.). Almanak da província de São Paulo para 1873. Ed. facsimilada. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado-IMESP, Arquivo do Estado de São Paulo, 1985.

MARCONDES, R. L. O financiamento hipotecário da cafeicultura no Vale do Paraíba paulista (1865-87). Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 56, nº. 1, p. 147-170, jan./mar. 2002.

MARQUES, M. E. de A. Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo, seguidos da cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da Capitania de São Vicente até o ano de 1876. São Paulo: Comissão do IV Centenário da

Cidade de São Paulo, 1953, 2 v.

MARTINS, M. & JOHNSTON, E. 150 anos de café. 2ª edição revista. São Paulo: Salamandra Consultoria Editorial, 1992.

MELLO, P. C. de. A economia da escravidão nas fazendas de café: 1850-1888. Rio de Janeiro: PNPE / ANPEC, 1984, 2 v.

MILLIET, S. Roteiro do café e outros ensaios: contribuição para o estudo de história econômica e social do Brasil. São Paulo: s.ed., 1939.

MOTTA, J. F. Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos em Constituição (Piracicaba), 1861-1880. Revista Brasileira de História, vol. 26, nº. 52, p. 15-47, jul./dez. 2006, p. 15-47.

_____. Derradeiras transações: o comércio de escravos nos anos de 1880 (Areias, Piracicaba e Casa Branca, Província de São Paulo). Almanack Braziliense, revista eletrônica, nº. 10, nov. 2009, p. 147-163.

_____. O tráfico de escravos velhos (Província de São Paulo, 1861-1887). História. Questões e Debates, ano 27, nº. 52, p. 37-69, jan./jun. 2010.

_____. Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de escravos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1861-1887). São Paulo: Alameda/FAPESP, 2012.

SAES, F. A. M. de. Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista, 1850-1930. São Paulo: IPE/USP, 1986.

SANTOS, L. F. Cor, identidade e mobilidade social: crioulos e africanos no Rio de Janeiro (1870-1888). Dissertação (Mestrado em História). Niterói, RJ: UFF, 2006.

SILVA, M. R. N. da. Negro na rua: a nova face da escravidão. São Paulo: Hucitec/CNPq, 1988.

SOARES, L. C. Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX. Revista Brasileira de História, v. 8, nº. 16, p. 107-142, mar./ago. 1988.

SWEIGART, J. E. Financing and marketing Brazilian export agriculture: the coffee factors of Rio de Janeiro, 1850-1888. Ph.D. Thesis: University of Texas, 1980.

TREVISAN, A. F. Casa Branca, a povoação dos ilhéus. São Paulo: Edições Arquivo do Estado, 1982.

Demografia Escrava e Produção Econômica na Zona da Mata Mineira:

1831 – 1888

Luiz Fernando Saraiva

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Professor Adjunto do curso de História

saraivalf@uol.com.br

Rita de Cássia da Silva Almico

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Professora Adjunta do curso de Economia

ritaalmico@uol.com.br

Resumo

A Zona da Mata mineira constitui-se ao longo do dezenove na região mais dinâmica dentro da complexa economia das Minas Gerais. A expansão da cafeicultura pela região irá consolidar uma estrutura agrária e social marcada pelo predomínio da grande unidade produtiva com a expressiva presença de escravos ligados a este setor. O trabalho apresentado busca acompanhar esta expansão relacionando a importância que a escravidão teve na dinâmica das fazendas, na composição das fortunas e na própria construção de uma identidade possível para a região.

Abstract

The Zona da Mata became, during the nineteenth century, the most dynamic region in the complex economy of Minas Gerais. The expansion of coffee production throughout the region consolidated a social and agrarian structure marked by the predominance of great productive units, with the overwhelming presence of slaves connected with this sector. This paper tries to present this expansion relating the importance that slavery had inside the plantations dynamics with the composition of the landowner's wealth and even in the building of a possible identity to the region itself.

Parte integrante da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul que atravessa áreas dos atuais estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, a Zona da Mata mineira é uma região cujo povoamento e colonização ocorreu somente no final do XVIII e início do XIX, em um momento muito específico da História do Brasil e, em particular das Minas Gerais. Tratou-se da passagem de uma economia colonial, ou em versão mais moderna de partes do Império Colonial Luso para uma “economia mercantil escravista nacional” (CARDOSO DE MELLO, 1982). Nesse processo, um dos aspectos mais controversos foi a “recunhagem da moeda colonial” ou o revigoramento da Escravidão como forma de fortalecer e garantir, ao menos do ponto de vista econômico, a independência política que se desenhava (MATTOS, 1994).

A despeito de movimentos anteriores que marcaram o início da colonização das Minas Gerais e de ‘partes’ da Zona da Mata mineira como a construção do Caminho Novo, podemos dizer que o processo de construção de uma “civilização” na Mata mineira somente se deu a partir da expansão da cultura cafeeira ainda no início do século XIX. Até então, esta e diversas outras áreas das Minas Gerais, recebiam a denominação genérica de “sertões”, “caminhos”, “matas” ou “áreas proibidas”, ou estiveram ligadas a outras regiões do país (CARRARA, 1997). A presença de populações autóctones, de homens livres marginalizados e/ou escravos fugitivos aumentava o clima de abandono e insegurança para aqueles que por ali deviam passar ou se estabelecerem nas ‘fronteiras’ destes espaços que hoje constituem regiões como o Vale do Jequitinhonha; o Vale do Mucuri; o Triângulo Mineiro; a Região do Alto São Francisco, ou o Vale do Rio Doce.

Tratando especificamente da Mata mineira, percebemos que esta região possuiu algumas particularidades que a diferenciaram de ou-

tras áreas de expansão econômica da província mineira no Oitocentos. A primeira é que desde cedo a Mata se engajou em atividades eminentemente mercantis e agro-exportadoras fugindo a uma característica de produção ‘endógena’ já apontada por Francisco Iglesias quando afirmou que:

Minas precisava produzir para seu consumo, pelos embaraços naturais da importação. A distância do litoral não a predispunha também para as culturas destinadas ao exterior, mais vantajosas nas proximidades dos portos. (IGLESIAS, 1958, 17).

Se no século XVIII a Mata mineira era uma ‘área de passagem’ para o intenso fluxo de comércio entre a região mineradora e o litoral fluminense com povoamento e produção dispersos ao longo do Caminho Novo; assistimos no chamado “período colonial tardio” ou, entre os anos de 1785 e 1820 (FRAGOSO, 1998), as intensas migrações de famílias ‘mineiras’ da região central para áreas “nas proximidades dos portos”. Tema abundantemente tratado por diversos historiadores, vários municípios do Rio de Janeiro e São Paulo tem nessas famílias alguns de seus mais importantes colonizadores. Tais foram os casos dos Ribeiro de Resende (Valença e Resende / RJ e Lorena / SP), dos Nogueira da Gama (Porto das Flores / RJ), dos Guimarães (Rio das Flores e Valença / RJ) entre vários outros (SARAIVA, 2008, 229)

Acompanhando com certa defasagem temporal a expansão cafeeira ocorrida nos ‘lados’ paulista e carioca do Vale do Rio Paraíba do Sul a região mineira se integrou aos circuitos de exportação do Rio de Janeiro e já no ano de 1819 produziu o volume físico de 9.739 arrobas de café que passaram para 81.269 em 1828, 243.473 em 1839 e 263.980 em 1843 (BERGARD, 2004, 93). Essa produção correspondia a pouco mais de 4% da produção nacional de café e cresceu

significativamente nas décadas seguintes (SAMPER, 2005: 450 e OLIVEIRA, 2004, 403).

Consequência quase ‘reflexa’ desse processo e que podemos perceber já na década de 1830 foi a grande presença escrava na região que, novamente se diferenciando do resto da província, incluiu aí grandes plantéis. Tais dados podem ser vistos nas Listas Nominativas realizadas pelo governo provincial entre 1831/32 e 1838/40 para Minas Gerais, coligidas por Maria do Carmo Salazar Martins¹ as quais agregamos os dados pelas principais regiões mineiras (tabela I). Apesar das críticas à esse recenseamento devido a falhas e lacunas (LIBY, 1988, 29), vemos que em uma aproximação geral a presença de escravos na região era significativamente maior se comparada com o resto da província.

a proporção de escravos era significativa com a maior média escravos / livres da província (pouco mais de 44% ou 19.911 cativos) e que, conforme iremos defender neste trabalho, em sua grande maioria se vinculavam à produção cafeeira que se expandia nesse momento. Esse percentual é superior ao percentual da população escrava total da província de Minas Gerais no período estudado que atinge 33%.

Em outra pesquisa que tratou a demografia escrava nas Minas Gerais utilizando-se das mesmas listas (PAIVA, 2004), podemos perceber que existia na Mata mineira, neste período, ao menos sete proprietários contando com plantéis de mais de 50 escravos. Na verdade podemos inferir que todos estes sete possuíam plantéis com mais de 100 cativos, visto a média ser de pouco

mais de 138 para cada. Estes fazendeiros apesar de corresponderem a menos de 1% do total de proprietários irão possuir mais de 14% dos municípios ou uma média de 138,4 escravos para cada um.

Tais dados, no entanto, podem ser relativizados, pois ao analisarmos o Mapa de

Tabela I: População Total, Livre e Escrava por Regiões de Minas Gerais 1831/32 – 1838/40

Regiões	Pop.Total	% em relação a Minas Gerais	Pop.Livre	Pop. Escrava	% de escravos
Central	226.433	36,13	141.784	84.649	37,38
Mata	45.000	7,18	25.089	19.911	44,24
Norte - Leste	92.187	14,71	69.939	22.248	24,13
Oeste	58.245	9,29	42.577	15.668	26,90
Sul	161.844	25,82	111.242	54.602	33,73
Triângulo	37.515	5,98	26.855	10.660	28,41
Total	626.656	100	417.486	207.738	33,15

Fonte: Listas nominativas 1831 – 1838.

Conforme a análise dos dados acima, à despeito da Mata mineira ter uma das menores populações das Minas Gerais nesse período (cerca de 7% ou 45.000 pessoas),

Tabela II: Estrutura da posse de escravos na Zona da Mata mineira (1831 –1832)

Plantéis	Proprietários	Escravos	%Proprietários	% Escravos	Média Escr.
1 – 3	427	760	48,8	11,5	1,7
4 – 10	285	1.763	32,6	26,7	6,1
11 – 49	155	3.109	17,8	47,2	20,0
Mais de 50	7	969	0,8	14,6	138,4
Total	874	6.601	100,0	100,0	7,55

Fonte: PAIVA, 2004, 510.

¹ Os dados das Listas nominativas foram gentilmente cedidos pela Professora Maria do Carmo Salazar Martins, a quem agradecemos.

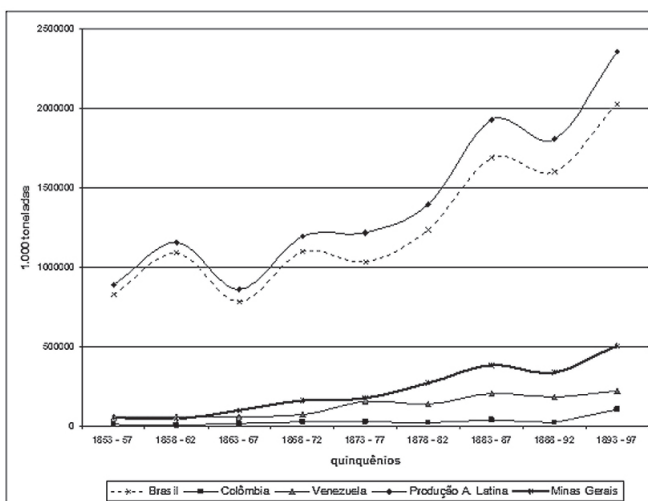
População de Santo Antônio do Paraibuna de 1831 encontramos que somente para este distrito (que futuramente dará origem à Vila com o mesmo nome e depois a cidade de Juiz de Fora) havia pelo menos 9 grandes proprietários. Anotado neste Mapa encontramos como proprietários, acima de 49 escravos, Manoel Vidal Lage Barbosa tido como fazendeiro com 55 escravos; Felizarda Maria declarada lavradora com 65 escravos; Francisco Bernardino Rodrigues Silva também lavrador com 78 escravos; Mariana Leocádia da Silva, lavradora com 99 escravos; Manoel Pereira de Souza dito lavrador com 102 escravos; José Bernardino de Barros, lavrador com 115 escravos; Antônio Dias Tostes, anotado como fazendeiro, com 147 escravos; Francisco Leite Ribeiro, também fazendeiro com 206 escravos e José Inácio Nogueira da Gama com 394 cativos (OLIVEIRA, 1999, anexo III)

Como exemplo das estratégias destes proprietários na aquisição de seus cativos, podemos citar o cafeicultor Antônio Dias Tostes que segundo o Mapa de 1831 possuía 147 cativos; entre 1808 e 1830 Dias Tostes teria importado ao porto do Rio de Janeiro cerca de 96 escravos (PINHEIRO, 2008, 32). Em outro trabalho que abordou o inventário post-mortem de Dona Ana Maria do Sacramento – a primeira esposa de Antônio Dias Tostes falecida em 1837 – vemos que o casal já possuía 185 escravos neste ano (FREIRE, 2008, 3). Ou seja, quase o dobro dos 96 africanos importados do porto do Rio de Janeiro. A aquisição de escravos via tráfico internacional que se intensificava neste momento no país, dada a “recunhagem da moeda colonial”, parece ter sido intensa para a Mata; vemos que para o período de 1808 a 1830 pelo menos 2.347 escravos teriam sido importados pelas principais famílias de cafeicultores da

região como os Ferreira Armond, os Leite Ribeiro, os Monteiro de Barros, os Silva Pinto e o próprio Dias Tostes (PINHEIRO, 2008, 32 Tabela).

Cruzando ainda os dados do Mapa de População de Santo Antônio do Paraibuna com os inventários post mortem por nós pesquisados no Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (doravante AHUFJF) encontramos outros destes proprietários para o período da 2ª metade do XIX. Tal foi o caso de José Bernardino de Barros (que receberia o título de Barão das Três Ilhas) que aparece no Mapa como sendo proprietário de 115 cativos. Em 1871, com a morte de sua esposa Maria da Conceição Monteiro da Silva, vemos que o casal possuía 154 escravos e, em 1876, na prestação de contas do inventário, aparece com um total de 265 cativos (SARAIVA, 2001). Desta forma, mesmo para o período posterior a abolição do tráfico internacional, a Mata mineira continuou a ser uma importadora líquida de escravos, dado que iremos

Gráfico I: Produção de Café da América Latina, do Brasil e de Minas Gerais 1853 – 1897



Fontes: Para Brasil e demais países da América Latina cf. (SAMPER, 2005: 405). Para Minas Gerais 1853 – 1887 cf. (ROSENBURG, 1922) e para o período de 1888 – 1897 cf. BLASENHEIN, 1982).

tratar com mais vagar à frente.

De qualquer modo, parece ficar claro que o rápido crescimento da região estava diretamente ligado à expansão da cafeicultura e não somente ao comércio com outras regiões das Minas (FREIRE, 2008). Se os dados sobre o crescimento da cafeicultura mineira até meados do XIX estão dispersos, percebemos que já na segunda metade deste século esta expansão da produção na Mata transformou rapidamente a região em uma das maiores produtoras da América Latina como se depreende no gráfico I.

Se até a década de 1850 a Mata contribuiu com algo em torno de 4% do café brasileiro, já no quinquênio de 1863 – 1868 a região ultrapassou a Venezuela, até então segundo maior produtora de café do continente. Podemos afirmar que a Mata mineira produziu, a partir de 1878 até 1897, para ficarmos nos dados da tabela anterior, mais café que a produção de Venezuela e Colômbia somadas. Em um ritmo ascendente, chegou ao final do século XIX (1893 – 1897) com cerca de 24% da produção nacional e pouco mais de 20% da

produção do continente. Conexo a esse processo, o café tornou-se a principal fonte de riqueza da Província de Minas Gerais, como vemos abaixo nos dados extraídos por Restitutti (tabela III). No período de 1850 à 1860, o café assumiu a supremacia na balança exportadora mineira com 27,9% de todas as exportações da província, chegando à quase 70% nas décadas de 1870 e 1880.

Apesar dos dados não contarem com os rendimentos internos, podemos ver na pesquisa de Laird Bergard que as regiões engajadas na agricultura de exportação possuíram uma grande importância no conjunto da economia mineira. Assim, de acordo com os dados disponíveis, entre 1850 e 1870 as recebedorias e coletorias

Tabela III: Evolução da composição das exportações mineira, 1818-1884 (%)

Produtos	Períodos					Total
	1818/28	1839/49	1850/60	1860/70	1870/84	1818/84
Café	5,0	19,2	27,9	47,6	69,4	47,1
Gado bovino	22,6	17,9	15,2	10,2	9,4	12,6
Ouro	11,3	24,0	16,1	9,8	4,4	10,7
Toucinho	10,8	12,5	10,2	6,5	4,3	7,0
Fumos e derivados	5,7	7,2	7,6	6,7	5,2	6,0
Diamantes	6,5	5,4	12,8	9,8	2,4	6,0
Gado suíno	3,5	4,1	3,7	2,3	1,3	2,4
Derivados algodão	9,3	4,4	2,4	2,0	0,4	2,3
Queijos	2,6	2,2	1,7	1,3	1,6	1,7
Algodão bruto	14,0	0,0	0,0	1,8	0,2	1,4
Gado eqüideo	1,8	0,9	0,8	0,3	0,3	0,6
Grãos e farinhas	0,6	0,4	0,4	0,5	0,4	0,4
Couros	1,4	0,5	0,3	0,3	0,2	0,4
Derivados de cana	2,0	0,3	0,4	0,3	0,1	0,4
Outros minerais	1,3	0,0	0,0	0,2	0,2	0,3
Aves	0,4	0,5	0,3	0,2	0,2	0,3
Gado ovelhum e lã	0,2	0,1	0,2	0,1	0,0	0,1
Marmelada e doces	0,4	0,2	0,1	0,0	0,0	0,1
Ipêcuanha	0,5	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1
Outros agrícolas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0
Outros da pecuária	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: RESTITUTTI, 2006, 82.

nas áreas de produção de café serão as de maior arrecadação em toda a província. (BERGARD, 2004).

O que se pode desprender destes dados é que a expansão da cafeicultura estava ocorrendo de forma vigorosa, o que também se percebe do relatório do vice-presidente da província em 1845 quando o mesmo, ao descrever a situação econômica da vila de Barbacena (a quem grande parte da Mata mineira pertencia) diz que “A agricultura é a principal ocupação das pessoas mais abastadas do município, já se contam fazendeiros que cultivam o café em larga escala, sobretudo ao Sudeste”.² O “sudeste” era exatamente a região compreendida pelos distritos de São Francisco de Paula, Cágado, Chapéu de Uvas, Juiz de Fora e Rio Preto que grosso modo, seguindo o Caminho Novo, já à época a Estrada do Paraibuna. Estes distritos irão formar a região da ‘Mata Sul’ onde teremos a maior produção cafeeira e os maiores plantéis de Minas Gerais para a segunda metade do século XIX.

Em 1872 no Recenseamento Geral do Império temos para Minas Gerais os dados agrupados na tabela IV, percebemos que entre as décadas de 30 e 70 a Mata mineira foi a região que

média mineira foi de pouco mais de 390%.

A despeito de um maior percentual de escravos para o conjunto da população (40,60%) a Mata mineira possuía a terceira posição em termos absolutos (81.469), sendo que a região Central e o Sul de Minas concentravam, respectivamente, a primeira e a segunda quantidade de escravos (99.757 e 93.780). Em 1876 a população escrava da região irá passar para pelo menos 89.902 e em 1886 para 96.588 cativos (MACHADO, 1998, 47). Embora tais dados significassem cerca de 1/3 da população mancipia da província não deixa de ser revelador a capacidade que a região manteve os níveis de trabalho cativo no período em que a escravidão declinava em praticamente todo o país. É importante ressaltar que a Mata corresponde a somente 5% do território mineiro, sendo, portanto, uma região de menores proporções espaciais em relação as demais. (VALVERDE, 1958)

Em importante estudo sobre o tráfico de escravos no período pós 1850, Cláudio Heleno de Machado aponta ainda para a importância que Juiz de Fora teve neste contexto:

A situação de Juiz de Fora, principal

Tabela IV: População Total, Livre e Escrava por Regiões de Minas Gerais 1872

Regiões	Pop.Total	% provín.	Pop.Livre	Pop. Escrava	% escravos	% de cresc.*
Centro	593.850	28,96	494.093	99.757	20,19	262,26
Mata	282.124	13,76	200.655	81.469	40,60	626,94
Norte - Leste	306.649	14,95	275.862	30.787	11,16	332,63
Oeste	265.097	12,93	223.409	41.679	18,66	455,14
Sul	450.109	21,95	356.329	93.780	26,32	278,11
Triângulo	152.689	7,45	126.825	25.864	20,39	407,00
Total	2.050.509	100,00	1.677.173	373.336	22,26	393,68

* Em relação aos dados de 1831 – 38

Fonte: Censo de 1872.

apresentou o maior crescimento populacional de toda a província com mais de 620%, enquanto a

município cafeeiro, também é de crescimento de sua população escrava no período de 1872-76 a 1886 (...). Enquanto que, em termos ab-

² Relatório de Presidente de Província, 1845.

solutos, a população escrava provincial sofreu um decréscimo de 21,69%, caindo de 365.861 para 286.497 indivíduos; no município de Juiz de Fora verificamos, nos mesmos termos, a ocorrência de um vigoroso acréscimo, da ordem de 31,27%, fazendo a população saltar de 14.368 para 20.905 cativos. Concluímos ainda que a população escrava em Juiz de Fora, relacionada, proporcionalmente, à mencionada população no âmbito da província, por conseguinte, também cresceu 46,14% entre os referidos anos, saltando de 3,93 para 7,30%. Como os dados de que nos utilizamos estão, provavelmente, subestimados em relação aos resultados da matrícula de escravos de 1872/73, é de se julgar também que o crescimento da população cativa, pelo menos em Juiz de Fora, tenha sido até um pouco superior ao que pudemos verificar. (MACHADO, 1998, 47)

Como principal município da Mata mineira e um dos principais ‘centros’ cafeeiros do país, Juiz de Fora se tornou uma importante referência nos estudos que abordaram a demografia escrava e a produção de café para o período. Pretendemos analisar alguns aspectos que julgamos relevantes da demografia escrava, da produção cafeeira e do regime de terras desta cidade. Para isso, trabalhamos com um ‘corpus documental’ de 481 inventários post mortem do município de Juiz de Fora na 2ª metade do século XIX, com ênfase no período de 1870 a 1888. Tais ‘objetos’ nos permitem identificar alguns ‘perfis’ de uma formação econômico-social

bastante diversa para as Minas Gerais do século XIX e permitem-nos ainda algumas inferências sobre as ‘identidades’ político-sociais possíveis para a província.

De todos os inventários analisados, encontramos em 308 a existência de terras, ou 64,03% dos inventariados tinham na propriedade fundiária um dos componentes (no mais das vezes essencial) da riqueza. A distribuição destas terras revela uma grande concentração como fica claro nos dados da tabela V, onde vemos que 12,33% dos proprietários detinham cerca de 54,11% do total das terras disponíveis no município. Mesmo entre os ‘médios’ proprietários a quantidade de terras era bastante expressiva, sendo que mais de 39% das terras estavam nas mãos desta ‘categoria’, normalmente engajados em variados níveis da produção voltada para a exportação. Isto porque de todos estes ‘proprietários rurais’ encontramos cafezais em cerca de 190 inventários, ou 39,50% do total e 61,68% dos que possuíam terras. Assim, a produção cafeeira estava disseminada em praticamente todas as ‘faixas’ das propriedades rurais, não se constituindo em uma atividade somente vinculada as grandes propriedades. Em dois casos ainda encontramos proprietários de cafezais que não detinham terras, sendo que obviamente produziam café em terras de outros.

Tabela V: Estrutura da concentração fundiária nos inventários post-mortem do município de Juiz de Fora, 1870 - 1888

Extensão	No inventários	% inventários	Área *	% área	A**	% prod. café
+ 200 alqueires	38	12,33	16.419,50	54,11	26	68,42
199 - 40 alqueires	124	40,25	11.946,75	39,37	75	60,48
- 40 alqueires	146	47,40	1.976,00	6,51	74	50,68
TOTAL	308	100	30342,25	100	175	56,81
* Em alqueires						

* Em alqueires

** A: Proprietários de terra que possuíam cafezais em suas terras

Fonte: 308 Inventários post-mortem AHUFJF. 1870 - 1888.

Ainda sobre a estrutura de terras e a produção de café, nestes 190 inventários encontramos 17.985.652 pés, sendo que as grandes propriedades acima de 200 alqueires possuíam cerca de 7.897.164 ou 43% de todos os cafezais. As propriedades médias 7.438.379 ou 41,35%; ficando às pequenas propriedades (abaixo de 40 alqueires) com 2.154.409 ou 11,97% dos pés de café. Disseminado por todas as faixas de inventários rurais, o café era, no entanto, concentrado nas mãos de poucos. Eram esses mesmos cafeicultores os maiores detentores dos escravos nos inventários por nós estudados, como veremos agora.

Ainda desses 481 inventários 313 ou 65,07% possuíam escravos que totalizaram 7.164 cativos para o período de 1870 à 1887.³ Esse número é significativo se lembrarmos os dados de Cláudio Heleno de Machado para o período de 1872 à 1886 quando o município de Juiz de Fora possuía entre 14 a 20 mil escravos. Dessa forma, temos informações de pelo menos 1/3 da população cativa da cidade para o período. Obviamente os dados encontrados nos inventários são variados no que se refere à qualidade da informação, a depender do inventariante algumas informações básicas por vezes faltavam como nome, idade, estado civil e mesmo o sexo dos cativos; em outros casos temos as listas nominativas anexadas aos inventários com informações detalhadas como “número de matrícula”; “origem”, “família”, “aptidão para o trabalho”, entre outras.

A presença escrava era marcante na produção cafeeira. Dos 190 inventários dos quais constavam cafezais, 154 possuíam escravos (ou 81,05% do total), na maioria das vezes em quantidades compatíveis com a proporção escravos

³ Não encontramos escravos para os inventários analisados para o ano de 1888, tal fato obviamente refere-se à lei dos 13 de maio e de que todos os inventários que estavam em curso até então tiveram os escravos suprimidos. No caso dos inventários abertos em 1888 antes da lei do 13 de maio, aparentemente as avaliações dos bens (incluindo os escravos) ou ainda não haviam sido feitas ou então estes foram suprimidos à posteriori.

versus pés de café. Poderíamos dizer, portanto, que a produção de café se dava, sem o trabalho escravo (ou ao menos sem a propriedade do escravo) em 36 inventários do período, ou somente 18,51% do total. Entretanto, se avaliarmos os inventários em que a abolição libertou todo o plantel, além do caso de um senhor que liberta todos os seus escravos nas vésperas da abolição, e ainda um inventário onde os escravos pertenciam ao filho, enquanto os cafezais pertenciam à mãe (portanto, no inventário da mãe, não constavam escravos), o número de propriedades que produziam café sem o braço escravo cai para apenas 20 inventários, ou apenas 10,58% do total.

Reforçando então as discussões levantadas no início do artigo sobre o número de cativos e a importância da vinculação destes ao setor cafeeiro, ao menos para o município de Juiz de Fora, tais dados reafirmam o que outras pesquisas já demonstraram. Assim, para um universo de 7.164 escravos, 5.816, ou quase 80% do total, estavam vinculados a fazendas das quais constavam a produção de café. Estas fazendas por sua vez possuíam 15.707.653 pés de café, o que significa 87,32% do total da região (17.986.853). Temos então que a média de pés de café cuidados pelos municípios era de 2.665,476 pés por escravo, quando na verdade as fontes da época nos dizem que um escravo cuidava em média de 4 mil pés (LIMA, 1987).

É claro que nem todos estes cativos estavam diretamente ligados à lavoura (embora a maioria dos escravos onde conste profissão fossem declarados ‘roceiros’ e ‘lavradores’), mas é importante retermos este aspecto: Quase todas as grandes unidades produtoras de café de Juiz de Fora mantiveram o trabalho escravo até as vésperas da abolição, dado este que já foi apreendido pela historiografia a partir de outras fontes documentais e que podemos comprovar, com mais precisão, através da análise dos inventários.

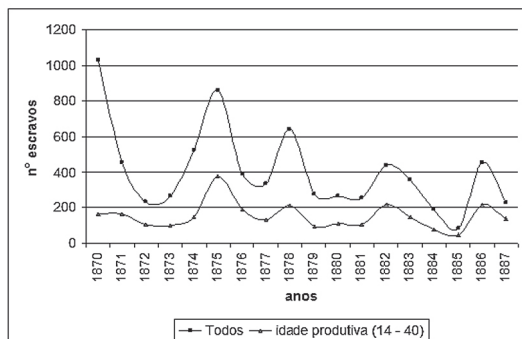
Tabela VI: Estrutura da posse de escravos em Juiz de Fora (1870 –1887)

1870 – 75					
Plantéis	Proprietários	Escravos	%Proprietários	% Escravos	Média Escr.
1 – 3	32	67	26,23	1,98	2,09
4 – 10	34	219	27,87	6,49	6,44
11 – 49	38	948	31,15	28,07	24,95
50 - 100	10	631	8,20	18,69	63,10
Mais de 100	9	1.512	7,38	44,77	168,00
Total	122	3.377	100,00	100,00	-
1876 – 1880					
Plantéis	Proprietários	Escravos	%Proprietários	% Escravos	Média Escr.
1 – 3	15	29	15,96	1,52	1,93
4 – 10	26	185	27,66	5,48	7,12
11 – 49	43	889	45,74	26,33	20,67
50 - 100	7	443	7,45	13,12	63,29
Mais de 100	3	365	3,19	10,81	121,67
Total	94	1.911	100,00	100,00	-
1881 – 1887					
Plantéis	Proprietários	Escravos	%Proprietários	% Escravos	Média Escr.
1 – 3	28	63	29,47	3,14	2,25
4 – 10	23	152	24,21	4,50	6,61
11 – 49	33	824	34,74	24,40	24,97
50 - 100	9	651	9,47	19,28	72,33
Mais de 100	2	316	2,11	9,36	158,00
Total	95	2.006	100,00	100,00	-

Fonte: 313 Inventários post-mortem AHUFJF. 1870 – 1887.

Buscamos aqui ainda uma análise demográfica geral que nos permita entender a dinâmica da produção e algumas especificidades da es-

Gráfico II: Número de Escravos encontrados nos inventários post-mortem de Juiz de Fora, 1870 – 1887



Fonte: 313 Inventários post-mortem AHUFJF. 1870 – 1887.

cravidão na Mata mineira. A estreita ligação entre a escravidão e a produção cafeeira nos leva a considerar em nossas análises, principalmente os cativos considerados em idade produtiva (entre 16 e 40 anos de idade), buscando as diferenças entre os diversos escravos no que se refere ao preço, condições gerais (leia-se características físicas) e a questão de gênero, ou a diferenciação sexual. Os 7.164 escravos encontrados estavam distribuídos temporalmente da forma que se depreende do gráfico ao lado (II)

A grande diferença entre o número de escravos em ‘idade produtiva’ e os demais escravos em 1870 – 71 refere-se, logicamente, à

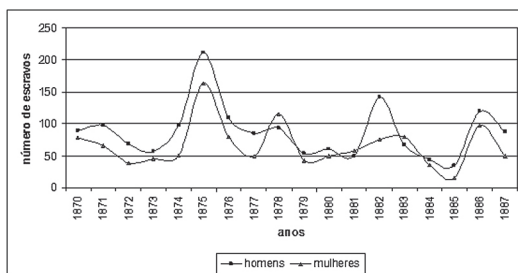
questão das crianças que passaram a ser libertadas pela lei do ventre-livre. Temos para o ano de 1870 1.030 escravos sendo 167 homens e mulheres entre 16 e 40 anos de idade ou 16,21% apenas; já em 1871 encontramos 459 cativos, sendo 163 em ‘idade produtiva’ ou um percentual que subiu para 35,51%. A partir daí, a população cativa passará a se dividir principalmente entre os adultos e idosos e a ‘distância’ entre as duas ‘faixas’ tendeu a diminuir, ficando em média 40% do total. Outro ponto de inflexão foi sem dúvida a lei dos sexagenários ou Saraiva-Cotegipe, em 1885, que promoveu a libertação de um grande número de escravos idosos. Nesse ano encontramos um total de 84 escravos, com 50 abaixo dos 40 anos, ou 59,52% do total.

O que fica patente é que temos uma significativa presença de escravos dentro das ‘faixas’ mais produtivas da população. É claro que iremos encontrar a presença de crianças e ingênuos após a lei do ventre-livre e ainda idosos trabalhando nas mais diversas ocupações, incluindo as fazendas de café. No entanto, a quantidade e os preços alcançados pelos escravos nas ‘faixas’ entre 16 e 40 anos de idade demonstra claramente sua maior importância no conjunto da produção. Também é bastante discutido pela historiografia pertinente a razão entre os sexos, ou uma maior preferência por homens desde o tráfico atlântico e que teria permanecido, embora com alterações, nas décadas seguintes.

Esta permanência de um maior número de escravos do sexo masculino pode ser explicada de diferentes formas: dificuldade na constituição de famílias por parte dos escravos; maiores possibilidades das escravas em conseguirem alforrias; tráfico interno; como também uma clara ‘preferência’ por escravos homens, o que explicaria a concentração de escravos masculinos nas áreas de exploração econômica mais intensa. Abaixo temos o número dos escravos em

idade produtiva divididos por sexo entre 1870 e 1887 (gráfico III). A partir desses dados podemos confirmar que a presença de escravos homens foi significativamente maior que a das mulheres (cerca de 23% a mais), o que parece corroborar a tese da maior importância do trabalho masculino nas lavouras de café e a importância que o tráfico interno teve para a região.

Gráfico III: Número de Escravos entre 16 e 40 anos de idade encontrados nos inventários post-mortem de Juiz de Fora, 1870 – 1887 (por sexo)



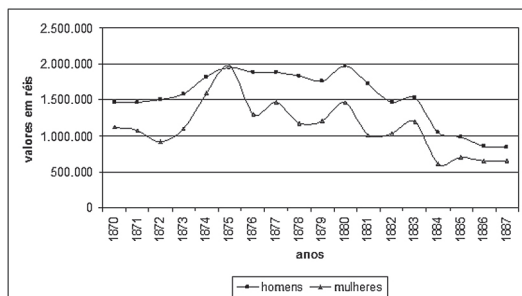
Fonte: 313 Inventários post-mortem AHUFJF. 1870 – 1887.

Tal ‘preferência’ pode ser exemplificada com o inventário já citado da esposa do Barão de São José das Três Ilhas que, entre 1871 e 1876, adquiriu de diversos fazendeiros e traficantes 111 escravos, sendo 68 homens e 43 mulheres, na sua maioria tidos como roceiros e que estavam no auge da força produtiva – ou seja, entre 16 e 40 anos de idade. Esses escravos foram comprados no período de ‘alta’ dos preços dos escravos (ver gráfico IV a variação do preço dos cativos), o que nos permite afirmar que o valor do investimento de Antônio Bernardino de Barros foi então de 224:900\$000, soma considerável para a época.

Do total dos escravos encontrados, separamos aqueles do sexo masculino e feminino que tivessem entre 16 a 40 anos de idade e os organizamos por idade. Excluímos os escravos que apresentaram defeito físico ou doença que influenciaram negativamente em seu preço.

Também eliminamos aqueles cujo preço era menos da metade do escravo mais caro encontrado naquela idade e naquele ano, pois, apesar de não trazerem nenhuma informação quanto à ‘problemas’, o seu baixo valor poderia ser indicativo de alguma questão, desde saúde até mesmo maior resistência ao cativo. Dos escravos restantes, tiramos uma média do preço final por idade e ano, bastante consistente (ou seja, preços médios relativos sem grandes discrepâncias). Nos anos em que não encontramos escravos de determinada idade (por exemplo, 17 anos em 1871) excluímos este ano da média final. Trabalhamos então com um total de 2.759 escravos no auge da força de trabalho, vinculados em sua grande maioria ao trabalho nas fazendas de café (gráfico IV).

Gráfico IV: Preço dos Escravos em Idade Produtiva encontrados nos inventários post-mortem em Juiz de Fora 1870 – 1887 (por sexo)



Fonte: 313 Inventários post-mortem AHUFJF. 1870 – 1887.

Os resultados têm grande consonância com outros estudos que abordaram o tema. Uma primeira observação já constatada anteriormente é a grande presença de escravos até mesmo para momentos ‘finais’ da abolição, apesar da tendência declinante da posse de cativos para o período abordado. Vemos que a queda não se dá de maneira tão ‘abrupta’ como em outras regiões do país. Se, em 1870 os inventariados de Juiz de Fora possuíam 167 escravos (de 16 a 40 anos e

em ‘ótimas’ condições de trabalho) vemos que em 1887 o número de escravos era próximo, ou 137 cativos (Gráfico II).

Da mesma forma, vemos que os preços dos escravos somente ‘caem’ de maneira sintomática a partir de 1881, quando a expectativa dos grandes fazendeiros do país em relação à abolição já era eminente. Pedro Carvalho de Mello e Robert Slenes chamam atenção que este declínio ocorreu, no início da década de 80, na província do Rio de Janeiro, principalmente pela negativa dos bancos públicos ou privados de aceitarem empréstimos tendo escravos como garantia de hipotecas (ou ainda sub-valorizando o preço dos mesmos) e apontam que a tendência dos preços dos escravos se equipararem ao valor de aluguel anual (mais ou menos 350\$000) somente ocorreu a partir da lei dos sexagenários em 1885 (MELLO, 1980).

Para Juiz de Fora, o valor médio dos escravos somente em 1885 baixou para menos de 1:000\$000 e, ainda sim, ficou na média dos 900\$000 para homens e 675\$000 para as mulheres, ou mais que o dobro do valor praticado neste mesmo momento pelos cafeicultores do Rio de Janeiro. Podemos perceber que o preço dos escravos homens era ainda superior ao das mulheres durante praticamente todo o período sendo a média de 27% acima do preço para o sexo masculino.

Uma das diferenças para além do ‘uso’ intensivo dos escravos nas lavouras de café pode ter sido o fato de que os empréstimos locais continuaram a ter os escravos como garantias com valores mais altos que os praticados nas demais regiões do país, ou ao menos da Corte até as vésperas da abolição. Para esta análise utilizamos os processos de execução de dívida sob a guarda do Arquivo Histórico da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora (AHPMJF). Vejamos alguns

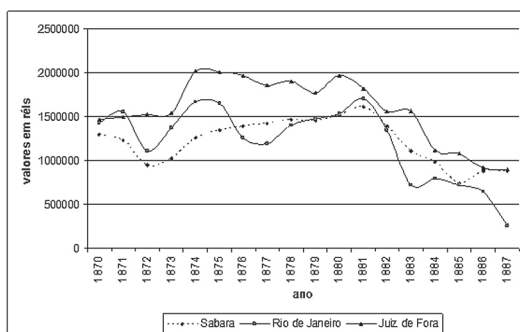
exemplos: em 17 de Janeiro de 1877 a Baronesa de São Mateus tomou emprestado ao Banco do Brasil a quantia de 70:000\$000 à juros de 6% ano pelo prazo de 68 meses; esta dívida será cobrada na justiça, em 04 de novembro de 1887, pelo Banco do Brasil aos herdeiros da Baronesa na quantia de 86:724\$073. Entre os bens dados como garantia deste empréstimo de hipoteca encontramos 69 escravos em idades, profissões e condições variadas. Em 03 de Março de 1888 todos foram avaliados por João Luís Alves e Custódio de Figueiredo Fortes, avaliadores nomeados pelo Juiz Municipal para tal função, que chegaram a quantia total de 37:387.500 para os preços dos escravos. Seleccionamos os mais significativos para servir de exemplo, como o caso de “Lucrecia, preta 28 anos – 641\$250”; “Henrique, preto, 26 anos, solteiro – 855\$000”; “Jerônimo, preto, 17 anos, defeituoso – 465\$000” e “Adelaide, preta 54 anos – 285\$000”; dito de outra forma, os escravos em idade produtiva eram avaliados em 1888 no valor fixo de 855\$000 para homens e 641\$250 para as mulheres.

Em outro processo de execução de dívidas vemos a dívida de Francisco Antônio de Faria, que tomou junto ao Banco Predial, em 02 de setembro de 1886, a quantia de 30:000\$000 por 80 meses à juros de 1% ao mês. Em 04 de novembro de 1887 os escravos dados como garantia do empréstimo foram avaliados. Eram 53 escravos também de idades e condições variadas; os preços dos escravos entre 16 a 40 anos também aparecem fixos, sendo que os homens valiam 882\$000 e as mulheres 641\$500. Nesse caso os bens foram à praça em 05 de dezembro de 1887 e os vários escravos foram arrematados para pagamento da dívida.

De qualquer modo, a comparação com estudos feitos para outras regiões do Centro-Sul nos mostra os altos valores alcançados pelos escravos da Mata. Em estudo de 1997, Luiz Paulo

Ferreira Nogueiról listou os valores médios dos “Escravos Sadios, de sexo masculino, de 20 a 29 anos de idade” da comarca e Nossa Senhora da Conceição do Sabará de 1850 até 1887 e os comparou ainda aos praticados no Rio de Janeiro. Usando a mesma metodologia, ou seja escravos do sexo masculino entre 20 a 29 anos de idade temos o gráfico abaixo (V)

Gráfico V: Preço dos escravos do sexo masculino entre 20 a 29 anos de idade em Sabará, Rio de Janeiro e Juiz de Fora



Fonte: 313 Inventários post-mortem AHUFJE. 1870 – 1887; NOGUERÓL, 1997, 102 e MELLO, 1978, 31.

Os resultados nos mostram a importância que a permanência da escravidão teve para a província de Minas Gerais e não somente para a Mata, a manutenção de altos preços para os escravos na província pode ser entendido não apenas como a confiança na maior duração do regime, mas também em sua utilidade marginal ao sistema, visto que mesmo com a expectativa da abolição cada vez mais próxima, havia a possibilidade de se utilizar o trabalho do cativo, ao menos por mais um ano. Isso explicaria porque em Sabará e em Juiz de Fora o preço dos escravos, principalmente a partir de 1885 ficam relativamente altos se comparados à corte.

Embora Sabará fosse uma área de atividades econômicas diversificadas, passando da mineração à agropecuária e a manufaturas de tecidos e doces para mercados locais e mais

além (NOGUEIRÓL, 1997, 55) a Mata, no entanto, apresentou os maiores valores dos cativos para todo o período, o que demonstra a grande importância das atividades ligadas à exportação. A aproximação dos preços dos escravos entre as duas regiões somente se deu no período final (em 1881 e 1886), o que corrobora esta tendência, pois Sabará assistiu a um aumento relativo no preço dos escravos da década de 1870 para a de 1880, enquanto a Mata, ao contrário assiste ao declínio. Este comportamento também pode ser explicado pelo tráfico interprovincial, visto que a região central de Minas Gerais forneceu muitos escravos para a Mata (MACHADO, 1998).

Finalizando a análise dos dados dos inventários e buscando oferecer uma visão que enriqueça a nossa discussão, listamos os ativos café, terras e escravos encontrados nos inventários para demonstrar a participação percentual destes ativos na composição das fortunas dos indivíduos no município de Juiz de Fora (tabela VI).

Podemos afirmar, baseados na documentação de inventários post mortem por nós analisada, que a riqueza da Zona da Mata mineira se concentrava na mão de poucos e em três ativos, principalmente: Terras, café e escravos. A média de participação desses três ativos na riqueza

Tabela VI: Estrutura da posse de escravos em Juiz de Fora (1870 –1887)

1870 – 75					
Plantéis	Proprietários	Escravos	%Proprietários	% Escravos	Média Escr.
1 – 3	32	67	26,23	1,98	2,09
4 – 10	34	219	27,87	6,49	6,44
11 – 49	38	948	31,15	28,07	24,95
50 - 100	10	631	8,20	18,69	63,10
Mais de 100	9	1.512	7,38	44,77	168,00
Total	122	3.377	100,00	100,00	-
1876 – 1880					
Plantéis	Proprietários	Escravos	%Proprietários	% Escravos	Média Escr.
1 – 3	15	29	15,96	1,52	1,93
4 – 10	26	185	27,66	5,48	7,12
11 – 49	43	889	45,74	26,33	20,67
50 - 100	7	443	7,45	13,12	63,29
Mais de 100	3	365	3,19	10,81	121,67
Total	94	1.911	100,00	100,00	-
1881 – 1887					
Plantéis	Proprietários	Escravos	%Proprietários	% Escravos	Média Escr.
1 – 3	28	63	29,47	3,14	2,25
4 – 10	23	152	24,21	4,50	6,61
11 – 49	33	824	34,74	24,40	24,97
50 - 100	9	651	9,47	19,28	72,33
Mais de 100	2	316	2,11	9,36	158,00
Total	95	2.006	100,00	100,00	-

Fonte: 313 Inventários post-mortem AHUFJF. 1870 – 1887.

dos indivíduos da Mata para o período de 1870 – 1887 é de 57,28. Como visto anteriormente, a formação e desenvolvimento desta região teve início ainda na primeira metade do século XIX com a expansão da economia cafeeira exportadora, que alcançou seu auge a partir dos anos 1870. A base da riqueza e da renda da região eram oriundas desta atividade principal e, conseqüentemente, a dinâmica alcançada, principalmente pela cidade de Juiz de Fora – seu centro mais pujante –, se deve a produção cafeeira. Se observarmos, a título de comparação, o comportamento dos ativos no período do pós-abolição, veremos que nenhum ativos substituiu o escravo em sua significativa participação na composição das fortunas.

Individualmente, contando obviamente com a ausência do ativo escravo, o período de 1889 – 1914 tem como principais ativos componentes das fortunas as terras (19,12%), os imóveis (18,50%) e os títulos financeiros (16,55%) seguido de perto pelas dívidas – ativo que teve posição significativa para todo o período estudado (15,58%). O café tem uma participação de 9,23%, o que, se parece uma queda significativa a primeira vista, pode ser entendida como uma maior dispersão dos investimentos para outros ativos. Não é nossa intenção aqui discutir de forma pormenorizada este assunto – tema já estudado em trabalho anterior (ALMICO, 2001) – mas sim, chamar a atenção para a concentração inicial da riqueza da região da Mata nos meios de produção ligados ao café e, a partir do desenvolvimento gerado, uma maior distribuição dos investimentos para outros ativos, como podemos ver na tabela seguinte (tabela VII).

É perceptível a menor participação do café como ativo principal; mas também é preciso apontar para uma maior alternância na importância dos ativos nesse período pós-

-abolição entre outros componentes da riqueza, não tão diretamente ligados à economia cafeeira. Queremos ilustrar a afirmação de que, a partir de uma concentração de riqueza originada da economia cafeeira, a cidade assistiu a uma diversificação de sua economia que só foi possível graças a produção cafeeira voltada para a exportação. Nossa intenção é salientar que, se no corpo do trabalho demonstramos a importância que o café, os escravos e as terras tiveram na formação e desenvolvimento da região em questão, no período posterior podemos perceber que houve uma maior diversificação, o que não significa que a região tenha abandonado sua vocação inicial. O café continuará sendo base da economia da Mata mineira até os anos 1920, mas foi a partir dele que houve a possibilidade de maior diversificação econômica, o que demonstramos aqui com a grande variação o nos investimentos dos indivíduos.

Tabela VII: Participação dos Ativos Café, Terras e Escravos na composição da Riqueza dos Inventários post-mortem de Juiz de Fora (1870 – 1887)

Anos	% Café	% Terras	% Escravos	Σ Café; Terras e Escravos
1870	17,17	19,79	27,87	64,84
1871	14,89	16,94	27,58	59,41
1872	11,02	19,85	43,16	74,03
1873	12,63	15,03	36,58	64,24
1874	17,18	17,84	29,70	64,72
1875	18,65	15,71	40,15	74,51
1876	23,19	17,04	31,26	71,49
1877	11,95	21,64	26,34	59,93
1878	15,78	16,64	29,64	62,06
1879	20,85	16,16	35,14	72,15
1880	20,15	19,19	21,83	61,17
1881	13,38	9,95	23,10	46,44
1882	23,03	12,38	26,46	61,87
1883	16,04	12,52	25,47	54,02
1884	4,23	11,57	9,94	25,74
1885	22,82	15,95	9,78	48,55
1886	12,07	14,76	10,04	36,87
1887	19,52	27,76	17,71	64,98

Fonte: 481 Inventários post-mortem AHUFJF, 1870 – 1888.

Bibliografia

ALMICO, Rita de Cássia da Silva, Fortunas em Movimento: as mudanças ocorridas na riqueza pessoal, Juiz de Fora/1870-1914. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, 2001.

ALMICO, Rita de Cássia da Silva, LAMAS, Fernando Gaudereto e SARAIVA, Luiz Fernando. A Zona da Mata mineira subsídios para uma Historiografia. In: V Congresso Nacional de História Econômica e 6º Congresso Internacional de História de Empresas, 2003, Caxambu. Congresso Brasileiro de História Econômica. Caxambu: ABPHE, 2003.

AMANTINO, Márcia. A escravidão em Cataguases e os cativos da família Vieira. In: II Seminário de História Econômica e Social da Zona da Mata mineira. Muriaé: FAFISM, 2008.

ANDRADE, Rômulo Garcia. Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: Zona da Mata de Minas Gerais, século dezenove. (Tese de Doutorado), São Paulo: USP, 1995.

BERGAD, Laird. Escravidão e História Econômica: Demografia de Minas Gerais, 1720 – 1880. Tradução de Beatriz Sidou, Bauru, SP: EDUSC, 2004.

BLASENHEIN, Peter Louis, Uma História Regional: A Zona da Mata Mineira - 1870 / 1906. In: V Seminário de Estudos Mineiros. Belo Horizonte, UFMG/PROEP, 1982.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. O Capitalismo Tardio. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CARRARA, Ângelo Alves. Minas e Currais: Produção Rural e Mercado Interno em Minas Gerais 1674 – 1807. Juiz de Fora: EDUFJF, 2006.

_____. A Zona da Mata mineira: Diversidade Econômica e Continuísmo (1839 – 1909). (Dissertação de Mestrado), Niterói: UFF, 1993

_____. Agricultura e pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807). Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS. 1997.

COSENTINO, Daniel do Val. Um múltiplo de transições: a transição do trabalho escravo para o trabalho livre em Minas Gerais. (Dissertação de Mestrado), Campinas: Unicamp, IE, 2006.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro e FLORENTINO, Manolo. O Arcaísmo como projeto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FREIRE, Jones. Expectativas e Tensões: Estabilidades das Famílias Escravas, em uma Sociedade de Escravista Mineira, Século XIX. In: 2º Seminário de História Econômica e Social da Zona da Mata mineira. Muriaé: FAFISM, 2008.

FRIDMAN, Fânia. As cidades e o café. In: VI Congresso da Associação Brasileira de Pes-

quisadores em História Econômica e VII Conferência Internacional de História de Empresas, 2005, Conservatória (RJ),

IGLESIAS, Francisco. Política Provincial do Governo Mineiro (1835 – 1889). Rio de Janeiro: INL, 1958.

LENHARO, Alcir. As tropas da moderação (o abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808 – 1842). São Paulo: Ed. Símbolo, 1979.

MACHADO. Cláudio Heleno. Tráfico interno de escravos estabelecido na direção de um município da região cafeeira de Minas Gerais: Juiz de Fora, na Zona da Mata (Segunda metade do século XIX). (Monografia de Especialização) Juiz de Fora: UFJF, 1998.

MARTINS, Maria do Carmo Salazar e SILVA, Helenice de Carvalho Cruz da. Produção Econômica de Minas Gerais no século XIX. In: V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas. Caxambu, ABPHE, 2003.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. O Tempo Saquarema: A formação do Estado Imperial. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994.

MELLO, Pedro Carvalho de, SLENES, Roberto W. Análise Econômica da Escravidão no Brasil. In: NEUHAUS, Paulo (org.) Economia Brasileira: Uma visão Histórica. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

NOGUEIROL, Luiz Paulo Ferreira. Economia Escravista e Preços de Escravos em Minas Gerais: O caso de Sabará entre 1850 e 1887. (Dissertação de Mestrado) Belo Horizonte: CEDPLAR, 1997.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1870. (Tese de Doutorado), Niterói: PPGH/UFF, 1999.

PAIVA, Clotilde Andrade e GODOY, Marcelo Magalhães. Território de Contrastes Economia e Sociedade das Minas Gerais do Século XIX. In: X Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina, CEDEPLAR / UFMG, 2002.

PINHEIRO, Fábio Wilson Amaral. O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros, Zona da Mata c.1809- c.1830. (Dissertação de Mestrado), Rio de Janeiro, PPGHS / IFCS UFRJ, 2007.

RESTITUTTI, Cristiano Corte. As Fronteiras da Província: Rotas de Comércio Interprovincial, Minas Gerais, 1839-1884. (Dissertação de Mestrado), Araraquara: UNESP, 2006.

SAMPER, Mario e RADIN, Fernand. Appendix Historical Statistic of Coffee Production and Trade from 1700 to 1960 In: CLARENCE-SMITH, Gervase e TOPIK, Steven. The Global coffee economy in Africa, Asia and Latin America. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

SARAIWA, Luiz Fernando. Um correr de casas, antigas senzalas: a transição do trabalho escravo para o livre nas fazendas de café da Zona da Mata mineira – 1870/1900. Dissertação de Mestrado, Niterói, PPGHS/UFF, 2001.

VALVERDE, O. “O estudo regional da Zona da Mata de Minas Gerais”. In: Revista brasileira de Geografia, RJ, 20(1) 3-82 jan/mar, 1958.



O visconde imigrantista e a sua escravaria,

Campinas, 1887.

Maria Alice Rosa Ribeiro

Pesquisadora Colaboradora do Centro de Memória- Unicamp
marr@terra.com.br

Resumo

O artigo aborda a atuação de Joaquim Bonifácio do Amaral, visconde de Indaiatuba, na transição do trabalho escravo para o livre, através da promoção da vinda de imigrantes europeus para os trabalhos na lavoura cafeeira. O artigo não se restringe a examinar o papel do visconde na formação do mercado de trabalho livre, volta seu foco para estudar a natureza da composição da riqueza da herança que legou à meeira e aos herdeiros, por meio da análise dos inventários post mortem do visconde e de membros de sua família, da legislação sobre o trabalho escravo, de periódicos etc.

Abstract

This article looks at the action of Joaquim Bonifácio do Amaral, Visconde de Indaiatuba, a promoter of immigration of European laborers into Brazilian coffee farming, in order to foster the transition from slave labor to free labor. The article is not only restricted to examining the role of the viscount in the formation of the free labor market. It also investigates the composition of the viscount to his legatees, or the nature of his wealth, based on analyses of his will that of and members of his family, as well as on slavery legislation, newspapers etc.

Introdução

Este artigo está dividido em duas sessões e uma síntese. Na primeira aborda-se o papel de Joaquim Bonifácio do Amaral na promoção da imigração de trabalhadores livres para a lavoura de café. O texto percorre a historiografia e questiona, com base em fontes diversas, as interpretações lançadas pelos historiadores sobre sua atuação na inovação das cláusulas contratuais e na defesa da imigração promovida por capitais privados. Na segunda parte, com base nas fontes produzidas pelo poder judiciário de Campinas, investiga-se a natureza da composição da riqueza legada pelo visconde a sua esposa e herdeiros, lançando luz sobre a composição da escravidão e dos ativos reais e financeiros do acervo patrimonial.

Joaquim Bonifácio do Amaral e a historiografia da imigração

A historiografia da imigração de trabalhadores livres para São Paulo ressalta a participação de Joaquim Bonifácio do Amaral¹ no estabelecimento do sistema de parceria em Campinas (BEIGUELMAN, 1977; COSTA, 1977; MARTINS, 1986; MATTOS, 1973; STOLCKE; HALL, 1983). As tentativas de introdução do trabalho livre passaram por uma primeira experiência - a das colônias de parceria, instituídas pelo Senador Vergueiro, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro [1778-1859]. Por volta de 1842, a primeira tentativa foi realizada com colonos portugueses, mas frustrou-se, por causa das agitações políticas da época, e os portugueses se dispersaram. Foi retomada em 1845, com a aprovação da emenda ao orçamento apresentada pelo senador Vergueiro, que autorizava o governo imperial

a despendar até 200:000\$000 (duzentos contos de réis) com o transporte de colonos vindos da Europa. Em 1847, cerca de 360 famílias foram contratadas e chegaram à fazenda Ibicaba, do senador Vergueiro, em Limeira. Iniciava-se o sistema de parceria, que instituiu uma nova organização do trabalho na cafeicultura paulista - a associação do trabalho escravo ao livre, de colonos estrangeiros. Na fazenda do senador existiam 215 escravos, quando para lá foram residir e trabalhar as famílias de prussianos, bávaros e de camponeses de Holstein. Entusiasmado pela experiência e pela busca por tornar a importação de braços livres em negócio lucrativo, o senador constituiu, com seus familiares, a firma Vergueiro e Cia, encarregada de recrutar e receber europeus; de assumir a responsabilidade pelo seu transporte; e de transferi-los para fazendeiros que desejassem formar colônias de parceria em suas fazendas de café (COSTA, 1977, 155-156).

Foi no âmbito dessas experiências que, em 1852, Joaquim Bonifácio do Amaral tornou-se pioneiro na introdução de colônias de parceria em Campinas. A historiografia atribui ao futuro visconde de Indaiatuba um papel de destaque, pois ele inovou nas cláusulas contratuais, ao determinar uma indenização, até então inexistente, para os colonos que ficassem responsáveis por talhões de cafés novos, que ainda não produziam ou produziam muito pouco, mas que, mesmo assim, necessitavam de cuidados, como carpir, para evitar a invasão de erva daninha; e replantar pés mortos etc. A indenização originou uma nova cláusula contratual, na qual Joaquim Bonifácio do Amaral desobrigava os colonos do compromisso de dividir com ele (o proprietário) o lucro dos gêneros alimentícios cultivados pelos colonos, obtido pela venda do excedente, ou seja, do que restava da produção, após o consumo dos próprios colonos. Além de liberar os colonos desse pagamento, a cláusula permitia

1 Em 16 de fevereiro de 1876, o comendador Joaquim Bonifácio do Amaral foi agraciado com o título de barão de Indaiatuba e elevado a visconde da mesma denominação em 19 de julho de 1879 (CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 1952, 260). Coincidência ou não, após a visita do imperador a Campinas, em 1878, o barão foi elevado a visconde. Nessa visita, o imperador e a imperatriz foram hospedados no palacete do barão de Indaiatuba e visitaram as colônias da fazenda Sete Quedas (LAPA, 1996, 101).

que os colonos cultivassem roças de alimentos “quanto quisessem e pudessem”, não só entre as linhas dos cafezais (COSTA, 1977, 160).

Joaquim Bonifácio recebeu, na fazenda Sete Quedas, imigrantes que foram transferidos para ele por meio de contrato com Francisco Antonio de Sousa Queiroz – senador Queiroz. Este, apesar de ser genro de Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, havia estabelecido seu próprio negócio, evitando a intermediação da firma Vergueiro e Cia, a mais atuante no mercado de importação de braços para lavoura cafeeira, comandada por seu cunhado, José Vergueiro; e fizera contratos diretos com os colonos no porto de Hamburgo. Como se pode observar, os negócios de importação de braços da Europa estendiam-se por uma rede de famílias - a filha de Joaquim Bonifácio, d. Jessy, era casada com um filho do senador Queiroz, Augusto de Sousa Queiroz (TJC, 1884).

A cláusula de indenização para colonos responsáveis por pés de café novos era inédita, mas, no caso de Joaquim Bonifácio, ele próprio explicou o porquê da inclusão de tal medida compensatória. No “Memorandum – sobre o início de colonização da Fazenda Sete Quedas, no município de Campinas ou Introdução do trabalho livre em Campinas”, escrito pelo próprio visconde entre 1879 e 1880, ele relembra a experiência com a “colonização”. No primeiro parágrafo de suas memórias, ele afirmava: “Não é fácil a tarefa, ainda mesmo circunscrita à narração de fatos, desde que se trata de colonização, problema difícilíssimo, cuja solução, sob o ponto de vista econômico-social, é indubitavelmente o mais urgente” (AMARAL, 1952, 243).

Consentia ser este o “assunto mais momentoso da atualidade”, por envolver questões relativas à religião, às boas finanças do Estado. E, além disso, “prende-se à prosperidade agrícola

la e, portanto, interessa muito de perto ao futuro do Brasil” (AMARAL, 1952, 243).

Relatava que iniciara a “colonização” da sua fazenda Sete Quedas, em 1852, com braços estrangeiros, “sem ter um pé de café”. A fazenda havia sido herança de seus pais e, até então, produzia açúcar, de acordo com o inventário de sua mãe, Dona Ana Matilde de Almeida Pacheco (TJC, 1844).

Um leitor atento imediatamente compreende a razão da cláusula da indenização. Quando Joaquim Bonifácio importou os trabalhadores alemães, não havia, em sua propriedade, cafezal formado; consequentemente, não havia renda de parceria. Logo, os colonos ganhavam somente renda de parceria de outra cultura que estivesse em produção, como cana de açúcar, milho etc. A escolha de Joaquim Bonifácio foi indenizar pelo plantio e pelo cuidado do cafezal recém-plantado, já que a tarefa de colheita ainda era inexistente; e liberar o cultivo de alimentos para os colonos.

No sistema de parceria em cafezais em produção, os cafeicultores reduziam suas perdas e maximizavam seus lucros. Organizavam o trabalho de forma a responsabilizar seus escravos pelo cuidado e pela colheita dos pés de café mais produtivos, deixando, para os trabalhadores livres, os pés de café menos produtivos ou mais novos. Dessa forma, os colonos recebiam, na parceria, uma renda menor, e o fazendeiro não desperdiçava seus escravos com o cafezal de baixo rendimento. Isso não poderia ser praticado por Joaquim Bonifácio, uma vez que ele ainda não tinha cafezal em produção. Se ele não institísse a cláusula de indenização, os colonos não teriam renda de parceria no café. Antes de ser uma cláusula em benefício do trabalhador livre, a indenização era, na verdade, um ajustamento do sistema de parceria às condições e ao estado

produtivo da lavoura cafeeira.

Voltando às memórias, Joaquim Bonifácio relembra que, apesar de estar abrindo a fazenda para a produção de café em 1852, “aquele ensaio de colonização foi coroado pelos mais felizes resultados” (AMARAL, 1952, 243).

O que levou ao feliz resultado? “Mas, então não havia cônsul aqui”, conclui o memorialista. A frase solta entre dois parágrafos de sua memória é capaz de explicar por que Joaquim Bonifácio avaliava a experiência como exitosa. Naquela época, no início da introdução do trabalho livre, o proprietário podia tratar diretamente com o colono, sem interferência de outras instituições, principalmente, dos cônsules dos países de origem dos colonos. O contrato de parceria em voga exigia confiança, por parte do colono, no proprietário da fazenda, pois, uma vez entregue o café colhido, o colono ficava nas mãos do fazendeiro, sem conhecimento do que ocorria no mercado, no câmbio etc., até chegar às suas mãos, meses depois da colheita, o produto líquido do seu trabalho.

Segundo o memorialista, a desconfiança durou o primeiro ano, pois os colonos não estavam acostumados às tarefas da lavoura e desconheciam o proprietário. Ao término desse período, a confiança brotou e, segundo o visconde, de todos os colonos que recebera na sua fazenda, poucos saíram sem a quantia de um a quatro contos de réis no bolso, quantia suficiente para montarem seus próprios negócios como lavradores, proprietários e negociantes (AMARAL, 1952, 244).

Mesmo com a crise no sistema de parceria provocada pela revolta de Ibicaba e pelos conflitos entre colonos e a firma Vergueiro e Cia, em especial, com o ambicioso José Vergueiro (DAVATZ, 1980; TSCHUDI, 1953), Amaral

continuou com colônias de trabalhadores estrangeiros em suas fazendas. Nos anos de 1870, quando o cafezal estava mais extenso e maduro, exigindo maior número de braços, o visconde foi ao norte da Alemanha, Holstein, para contratar mais colonos e tentar uma recolonização em maior escala. O Anexo I reproduz a notícia da Gazeta de Campinas, de 24 de julho de 1870, sobre a ida de Joaquim Bonifácio à Europa para recrutar trabalhadores.

Alguns conflitos com o governo alemão começaram a criar obstáculos a novos recrutamentos de colonos. Isso levou Amaral a buscar colonos no Tirol e, em meados de 1877, recebeu 350 tirolese na fazenda Sete Quedas, famílias numerosas e “laboriosas”. Superadas as dificuldades, desfeitos os mal-entendidos das intervenções de cônsules e “de falsos amigos dos colonos”, o visconde pôde contar com a vinda de mais 200 pessoas e 21 famílias. A substituição dos alemães por tirolese foi proveitosa, porque, de acordo com Amaral:

As famílias de tirolese ainda são das mais vantajosas ao lavrador pelos muitos membros de que elas se compõem [...] o maior número de trabalhadores, além de acelerar a emancipação do colono, [...] proporciona maior garantia ao lavrador porque a responsabilidade solidária de todos dá certeza do pagamento integral do débito, ainda quando alguns membros sejam remissos às suas obrigações (AMARAL, 1952, 245).

Para confirmar suas assertivas, Amaral exemplificava com o caso de uma família tirolese de 15 membros, sendo 12 adultos e 3 de 10 anos de idade, que cuidava de 17 mil pés de café. Concluía que não havia termos de comparação entre o trabalho do colono e do escravo.

Para o trato e colheita de 17.000 pés de café são indispensáveis 5 escravos, que, a 2:300\$000, (preço regular) [1877], custariam

11:500\$000; ao passo que aquela família, chegada a 1^o. de setembro de 1877, sem dúvida por ter vindo à custa do Estado gastou em dinheiro, roupa, instrumentos de trabalho, médico e botica, até março do corrente ano, apenas 663\$372, quantia que paga na primeira colheita em que estamos! (AMARAL, 1952, 245-6, grifos meus)

A situação de prosperidade e de confiança era dominante nas colônias e, segundo o relato de Amaral, mesmo depois de quitadas as despesas, a família deixava seu pecúlio a juros com o proprietário, o que era a demonstração mais evidente da relação de confiança gerada entre colonos e o proprietário. Concluía que só atrapalhavam a relação as interferências dos “srs. Cônsules” que dificultavam a emigração, alegando maus tratos aos estrangeiros².

Uma década antes desses relatos, J. J. Von Tschudi, nomeado pela Confederação Helvética para estudar os problemas da imigração suíça no Império, narrava, em seu livro *Viagem às províncias do Rio de Janeiro e S. Paulo* (1953, 168), a visita à fazenda Sete Quedas, onde encontrou “uma colônia verdadeiramente modelar [...] Todas as famílias, provenientes do Holstein, já tinham satisfeito seus compromissos anos atrás e trabalhavam sob o regime de participação da safra de café”. Tschudi (1953, 168) impressionou-se com sua visita: “Sete Quedas é a mais evidente prova da grande vantagem que o sistema de parceria oferece aos colonos”. Entretanto, dizia Tschudi, o proprietário, Joaquim Bonifácio, não pretendia continuar com colonos de Holstein, pois eram exigentes, reivindicavam indenizações para qualquer espécie de serviço, inclusive para fazer uma cerca para suas próprias pastagens. Do diário de viagem de Tschudi, depreende-se o êxito da colonização empreendida,

embora o fazendeiro estivesse desgostoso com as exigências dos colonos. Mesmo assim, Amaral foi ao norte da Alemanha, em julho de 1870, para recrutar mais trabalhadores. O começo das gestões para mudar a origem de colonos veio em seguida, entre 1875 e 1879.

Por fim, Joaquim Bonifácio do Amaral, em defesa da colonização, terminou por indicar “duas medidas indeclináveis”:

1^o. – exigir o governo dos ministros estrangeiros residentes no Brasil cessação completa de toda indébita intervenção dos cônsules e seus agentes no tocante à economia das colônias; 2^o. – verba quantiosa, suficiente, com a qual o governo possa fazer face a todas as despesas necessárias para promover e desenvolver uma verdadeira corrente de emigração (AMARAL, 1952, 248).

Nas medidas propostas pelo visconde não estava claro de quem os fazendeiros deviam exigir o pagamento das despesas de transporte: se do governo do país de origem dos trabalhadores ou se do governo do país de destino, mas o certo é que tanto os cantões suíços, quanto o governo imperial brasileiro financiaram a vinda dos trabalhadores para a lavoura. Fica evidente que a intervenção governamental, por meio do pagamento das despesas de transporte dos trabalhadores estrangeiros, de forma regular e permanente, era muito bem-vinda! Portanto, é difícil concluir que Amaral fosse defensor da “imigração patrocinada por particulares” (STOLCKE; HALL, 1983, 105). Ao contrário, ele era um ardoroso defensor do financiamento do Estado na promoção de um programa de imigração de massa.

O processo de formação do mercado de trabalho livre com base na imigração em massa de europeus foi construído com lances sucessivos de um jogo de obtenção de maiores ganhos por parte dos trabalhadores e dos fazendeiros. Os

2 O visconde, nas memórias, acusava o agente consular, Sr. Frederico Kufz, de intervenção nas suas colônias; o cônsul alemão, Sr. Francisco Krug, era acusado de incitar os colonos vindos de Blumenau a fazer greve.

colonos pressionavam os fazendeiros que, por sua vez, pressionavam o Estado, até que, finalmente, o Estado assumiu, com o decreto aprovado na Assembleia de São Paulo em 1884, a responsabilidade do financiamento integral das despesas de transporte dos imigrantes, que substituiriam os escravos. Dessa forma, livraram-se os imigrantes das dívidas com o deslocamento ao Brasil e os fazendeiros, das despesas com a viagem da Europa à fazenda (RIBEIRO, 1993, 15-21).

Quando Amaral recrutou os trabalhadores, no norte da Alemanha, no início da década de 1870, ele oficializou um contrato – publicado na Gazeta de Campinas, em 11 de agosto de 1870 (Anexo II) – com o governo imperial brasileiro, que se responsabilizou pelo pagamento das passagens dos menores de 14 anos que viessem em companhia dos pais, na “proporção de 4 por família e não excedendo de 30\$000 o auxílio para cada passagem”.

Já, nos fins dos anos 1870, os camponeses do Tirol vieram com as passagens integralmente pagas pelo governo, o que significou uma antecipação e um ensaio do programa de imigração subsidiada, que seria lançado pela província de São Paulo sete anos depois.

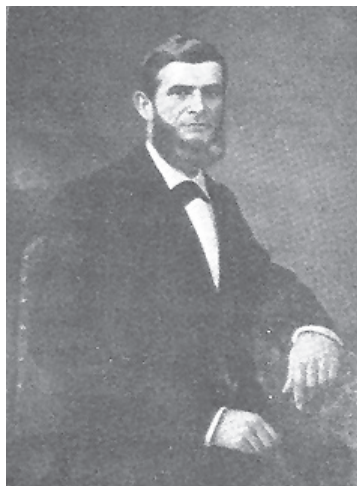
Joaquim Bonifácio do Amaral foi tratado pela historiografia como o sujeito ligado à transição do trabalho escravo para o livre e à imigração. Permaneceu como um personagem submerso à questão da imigração, dada a relevância do tema; a abundância de fontes impressas deixadas pelos viajantes (Tschudi e Van Halle) e pela imprensa da época (Gazeta de Campinas, Vida Fluminense, Correio Nacional, Almanak de Campinas); e dado o prestígio que conquistou junto a dois líderes do movimento republicano, Campos Salles e Francisco Quirino dos Santos. Assim, pouca atenção fora dessa temática foi

dada ao personagem.

Na segunda sessão, eu procuro desvendar um lado desconhecido do personagem e que é o principal interesse do meu estudo - a composição do seu patrimônio e o valor deste, quando do falecimento de Amaral, em 1884. A análise do seu inventário post mortem permite avaliar de que forma a riqueza estava distribuída entre diferentes ativos e qual a origem dos rendimentos auferidos pelo inventariado³.

Joaquim Bonifácio do Amaral e a composição da riqueza: propriedades e escravaria

Figura 1 - Visconde de Indaiatuba



Fonte: Câmara Municipal de Campinas, 1952, p.261

Joaquim Bonifácio do Amaral marcou a vida política e cultural da cidade de Campinas foi membro do Partido Liberal, foi combatente da Revolta Liberal de 1842, junto com Antonio Manoel Teixeira, Francisco Teixeira Nogueira (seu cunhado), Padre Feijó, Boaventura do Amaral entre outros. Foi um dos fundadores e

3 No CMU, nos Arquivos Históricos, encontrei os inventários do visconde de Indaiatuba e de alguns membros da família que exerceram expressiva influência na formação de sua riqueza: sua mãe, Ana Matilde Almeida Pacheco, e sua irmã e sogra, Teresa Miquelina do Amaral Pompeo.

primeiro presidente da Associação Culto à Ciência, responsável pelo Colégio Culto à Ciência. Além disso, era colaborador assíduo da Gazeta de Campinas, sendo muito admirado pelo editor chefe do jornal, Francisco Quirino dos Santos, e por outro ativo articulista, Campos Salles (futuro Presidente da República, 1898-1902). Seus artigos abordavam temas polêmicos e contemporâneos, como transição do trabalho escravo, imigração, críticas à atuação do partido conservador e ao governo imperial, lavoura cafeeira, mercado internacional do café e assuntos ligados ao Colégio Culto à Ciência.

Joaquim Bonifácio provinha de uma família letrada e culta. No inventário de sua mãe Ana Matilde constavam a obra de Virgílio, em três volumes, e mais 18 volumes de diversas obras em francês, latim e português⁴. Segundo Teixeira, Joaquim Bonifácio iniciou a Faculdade de Direito, em São Paulo, mas foi obrigado a abandonar para ajudar sua mãe na administração do engenho da Fazenda Sete Quedas (TEIXEIRA, 2011, 190).

Faleceu o visconde em 6 de novembro de 1884, como diz sua esposa, a viscondessa de Indaiatuba, Ana Guilhermina Pompeo do Amaral, na abertura do processo de inventário. Como meeira, a viscondessa diz assumir a posição de inventariante de seu esposo⁵.

Em 19 de dezembro de 1884, em seu sobrado⁶ em Campinas, teve início o auto de inventário, com as primeiras declarações e o reconhecimento dos herdeiros.

O visconde faleceu sem testamento e deixou 8 herdeiros: 6 filhas e 2 filhos. O casal teve 12 filhos; entretanto, alguns faleceram crianças e outros já adultos, o que era muito comum na época, devido às precárias condições de sanidade e à consanguinidade dos cônjuges, como mostra a árvore genealógica no Anexo III: Joaquim era tio de sua esposa⁷. Apenas um filho, Octaviano Pompeo do Amaral, e duas filhas eram casados: Dona Elisma, primogênita, casada com Antonio Egydio de Sousa Aranha, filho da viscondessa de Campinas, Maria Luzia de Sousa Aranha, e de Francisco Egydio de Sousa Aranha; Dona Jessy, a caçula, casada com Dr. Augusto de Sousa Queiroz, filho do barão Sousa Queiroz (também conhecido por senador Sousa Queiroz), Francisco Antonio de Sousa Queiroz [1806-1891], e Antonia Eufrosina Vergueiro, filha de Nicolau Pereira de Campos Vergueiro (senador Vergueiro).

De dezembro de 1884 a abril de 1887, o inventário ficou parado. Em abril de 1887, foi reaberto, por meio de uma petição encaminhada ao Juiz de Direito de Campinas, na qual os interessados requeriam a aprovação de acordo amigável entre a meeira e herdeiros, quanto à partilha e às avaliações dos bens que compunham a herança (TJC, 1884, p. 1-8). Para dar continuidade, o filho, Dr. Urbano do Amaral, foi nomeado bastante procurador para representar uma parte da família e a própria viscondessa, que passara a residir na capital.

Os bens da herança do visconde distribuíam-se por três localidades: a capital, as cidades de Amparo e de Campinas. Os principais bens de raiz localizavam-se nos municípios do

4 O arrolamento de obras literárias nos inventários não era comum em Campinas para os anos de 1840.

5 Ana Guilhermina do Amaral Pompeo [1824-18??] era sobrinha de Joaquim Bonifácio, filha de sua irmã Teresa Miquelina do Amaral Pompeo e do capitão Antonio Pompeo de Camargo. Ver Moya, 1941, 24-25. Casamentos entre primos e entre tios e sobrinhas eram muito comuns para preservação do patrimônio no seio da família, como mostraram BACELLAR (1985) nas famílias da elite em Itu e TEIXEIRA (2011) nas famílias da elite em Campinas.

6 O sobrado do visconde de Indaiatuba sobrevive ainda, no centro de Campinas, na rua Barão de Jaquara, esquina com a rua General Osório.

7 No termo de casamento do visconde com a viscondessa de Indaiatuba, foi apresentada a "Provisão do Excelentíssimo Bispo Diocesano que dispensou no grau mixto a primeiro de consanguinidade" (MOYA, 1941, 24). O casamento foi realizado em 24 de junho de 1839, às 8 horas da noite, na casa de Felisberto Pinto Tavares. Segundo Lapa (1996, 87), o Capitão Felisberto era um rico comerciante de Campinas, o único na cidade que dispunha de um sobrado digno de hospedar o Imperador D. Pedro II, em sua primeira visita a Campinas, em 1846. Mesmo assim, o anfitrião teve que tomar emprestada a mobília do vereador Joaquim Policarpo Aranha, futuro barão de Itapura.

interior, onde o visconde exercia a cafeicultura em duas fazendas: em Campinas, Sete Quedas; e, em Amparo, Salto Grande.

A fazenda Sete Quedas ocupava uma extensão de 550 alqueires ou 1.331 hectares, avaliada a 300\$000 o alqueire (trezentos mil réis). Somente as terras foram avaliadas em 165:000\$000 (cento e sessenta e cinco contos de réis). O cafezal, com 300 mil pés formados, de diversas idades e estados, foi avaliado em 120:000\$000 (cento e vinte contos de réis). As benfeitorias, que compreendiam: casa de morada, trastes das casas, máquinas, casa da administração, paiol, terreiro e duas colônias, foram avaliadas em 54: 000\$000 (cinquenta e quatro contos de réis). Segundo a classificação feita pela junta da Câmara de Campinas, em 1872, ou seja, doze anos antes do falecimento do visconde, a fazenda Sete Quedas produzia entre 5 a 7 mil @, sendo o proprietário classificado na 4ª. Classe de Lavradores, tendo que pagar a contribuição anual de 240\$000 (duzentos e quarenta mil réis) para as obras da Matriz Nova (Gazeta de Campinas, 31 de outubro de 1872, p. 3; SÃO PAULO, 1872).

Figura 2 - Sede da Fazenda Sete Quedas



*Sede
Fazenda Sete Quedas*

Fonte: Mendes, 1947.

Em Amparo, a fazenda Salto Grande ocupava 400 alqueires de terras ou 968 hectares. Foi avaliada em 100:000\$000 (cem contos de réis). O preço por alqueire era 250\$000, um

pouco inferior ao praticado em Campinas. Na fazenda Salto Grande havia 200 mil pés, de diversas idades, avaliados nos mesmos \$400 (quatrocentos réis) o pé, totalizando 80:000\$000 (oitenta contos de réis). As benfeitorias, compreendendo casa de morada, colônia, terreiro, máquinas e trastes das casas, foram avaliadas em 15:000\$000 (quinze contos de réis).

Além de seu núcleo produtivo central, ambas as fazendas possuíam criação de animais para transporte e alimentação – vacum, muare, suínos – e roças de milho.

Na descrição das benfeitorias das fazendas, chama a atenção a referência a colônias para trabalhadores livres, imigrantes; entretanto, não há registro da presença da senzala⁸. Se o visconde não fosse proprietário de escravos, a ausência da senzala seria totalmente coerente com o conteúdo dos bens da herança, porém, em 1887, a herança, por meio de seu procurador, Dr. Urbano do Amaral, apresentava a relação de matrícula de 136 escravos, sendo 44 na fazenda Salto Grande e 92, na Sete Quedas.

Figura 3 - Senzalas



*Senzalas
Fazenda Sete Quedas*

Fonte: Mendes, 1947.

A descrição dos escravos está no corpo do inventário (TJC, 1884, 18-25) e em documen-

⁸ Em 1947, Castro Mendes intitulou uma de suas aquarelas da fazenda Sete Quedas como Senzalas; entretanto, no inventário não há menção às instalações das senzalas.

to anexo a ele, denominado: “Relação dos escravos pertencentes ao Visconde de Indaiatuba” (TJC, 1884, p. 44-52), com informações mais detalhadas, seguindo as regras da nova matrícula, estabelecidas na lei n. 3.270, de 28 de setembro de 1885, conhecida como Lei dos Sexagenários, que regulamentava a emancipação dos escravos com 60 anos completos, a partir da data da publicação. O documento contém estes dados: novo número de matrícula, número de matrícula anterior (referente à Lei do Ventre Livre - lei 2.040 de 28 de setembro de 1871), nome do cativo, cor, idade, estado (casado, solteiro, viúvo), naturalidade, filiação, profissão e valor.

É importante ressaltar que esse documento segue rigorosamente as medidas previstas na legislação de 1885. O não cumprimento do registro da nova matrícula, segundo a lei, importaria em multa de 100\$000 a 300\$00 (cem mil réis a trezentos mil réis). O documento mostra que a viscondessa fez a nova

Tabela 1 - Valor de escravos e escravas, segundo a lei n. 3.270, de 28 de setembro de 1885.

Faixas etárias	Escravos	Escravas*
Menores de 30 anos	900\$000	675\$000
30 a 40	800\$000	600\$000
40 a 50	600\$000	450\$000
50 a 55	400\$000	300\$000
55 a 60	200\$000	150\$000

Fonte: Lei n.3.270, de 28 de setembro de 1885. * Valor calculado

matrícula dos escravos da herança em 15 de setembro de 1886, e o valor deles foi calculado de acordo com tabela do artigo 1º, parágrafo 3º da referida lei, que determinava os valores máximos por faixas de idade dos escravos. Para as escravas, o preço seguia o determinado na tabela, mas com um abatimento de 25% (Art. 1º, § 4º), independentemente da profissão ou de qualquer

outro atributo. Os escravos de 60 anos de idade em diante não estavam sujeitos à nova matrícula, pois seriam inscritos em um arrolamento especial, para efeito de serem alforriados (Art. 1., § 5º.). Segue a tabela 1, com os preços discriminados conforme a lei.

Segundo a lei n. 3.270, os preços estipulados serviam de base para as indenizações e as alforrias, no artigo 3º, parágrafo 1º. As indenizações calculadas com base nesses valores seriam deduzidas anualmente, até o máximo de 12%, transcorridos 13 anos da matrícula.

Uma vez alforriado, o liberto com menos de 60 anos era obrigado a prestar serviços ao seu ex-senhor por cinco anos, em troca de alimentos, vestimentas e tratamento médico, e receberia uma gratificação pecuniária por dia de serviço, arbitrada por seu ex-senhor e aprovada pelo juiz de órfãos. Uma parte do pecúlio era entregue diretamente ao escravo, outra era depositada na Caixa Econômica ou na coletoria de rendas para ser entregue ao ex-escravo depois de concluir o período de prestação de serviços. Os cativos com 60 anos, libertos pela lei, eram obrigados a prestar serviços pelo prazo de três anos, enquanto os maiores de 60 e menores de 65 anos não eram obrigados a isso; entretanto, poderiam prestar pequenos serviços compatíveis com sua condição, conforme o artigo 3º, parágrafos 10 e 11 da lei.

As duas fazendas de propriedade do visconde possuíam cativos nas diversas faixas etárias, à exceção da faixa de 55 a 60 anos. Não há ou pelo menos não foi apresentado o arrolamento especial com escravos acima 60 anos. Há apenas uma nota que esclarece o serviço desses cativos na partilha entre meeira e herdeiros:

Os serviços dos sexagenários ficam pertencendo aos proprietários de cada uma das

fazendas em que eles existem, como compensação a obrigação que assumem os respectivos proprietários de tratarem esses e outros escravos velhos (TJC, 1884, 43-43v.).

A análise mais detalhada da relação dos escravos pertencentes ao visconde de Indaiatuba permite traçar o perfil do plantel de cativos presentes nas suas fazendas em abril de 1887, ou

idades de 30 a 40 anos, 41%, como pode ser observado na tabela 2. A razão de masculinidade no plantel era elevada: dois escravos para cada escrava, provavelmente, um reflexo da Lei do Ventre Livre, que reduziu o interesse em manter escravos nos plantéis.

Um plantel mais produtivo, voltado para produzir mais café, exprime-se na sua composi-

Tabela 2 – Distribuição dos escravos por faixa etária e sexo nas propriedades do visconde de Indaiatuba, 1887

Faixa Etária	Salto Grande		Sete Quedas		Total			
	Fem.	Total	Fem.	Total	Fem.	Masc.	Total	%
Menos de 30	7	16	8	23	15	24	39	29%
30-40	3	23	11	33	14	42	56	41%
40-50	0	4	9	21	9	16	25	18%
50-55	0	1	4	13	4	9	13	10%
55-60	0	0	2	2	2	0	2	1%
Total	10	44	34	92	44	91	136	

Fonte: TJC, 1884, 44-53

Tabela 3 - Naturalidade dos escravos das fazendas Salto Grande e Sete Quedas, 1887

Províncias e Município de Campinas	N. escravos	%
BA	29	21
CPS	41	30
CE	8	6
MA	7	5
PB	1	1
PE	12	9
PI	2	1
RGN	2	1
RGS	3	2
RJ	14	10
SP	3	2
Desc.	14	10
Total	136	

Fonte: TJC, 1884, 44-53. Abreviatura: Município de Campinas, CPS

ção: 70% do total dos cativos concentravam-se nas duas primeiras faixas, justamente as idades mais produtivas, de 16 até 40 anos⁹. Isso parece ser um claro sinal dos impactos das leis de extinção gradual do trabalho escravo e da proximidade do fim da escravidão. Mesmo antes das leis de 1871 e 1885, a maior concentração nas faixas etárias mais produtivas sempre ocorreu, mas a diferença é que a presença de mulheres era mais expressiva, principalmente depois da lei da abolição do tráfico internacional (1850), quando a valorização da reprodução interna de escravos passou a ser um recurso para ampliar o número de cativos.

seja, um ano antes da Abolição da Escravatura. O maior contingente de cativos era na faixa de

⁹ O critério estabelecido por Versiani e Vergolino (2002, 2003) para escravos mais produtivos incluía aqueles pertencentes à faixa etária de 15 a 40 anos e sem doenças ou deficiências físicas. Infelizmente, não há informações sobre o estado de saúde dos escravos assentados no inventário.

Quanto à origem ou naturalidade dos cativos, a tabela 3 mostra a importância de cativos nascidos em Campinas e do movimento de transferência de escravos de outras regiões para a cafeicultura paulista; no caso, para Campinas.

O registro da naturalidade aponta para a formação de um núcleo de escravos nascidos em Campinas, o que significa que o município foi capaz manter e reproduzir internamente seu mercado de trabalho. O crescimento da grande empresa açucareira e da cafeicultura, ao longo do século XIX, propiciou as condições para a transformação da região em receptora de braços escravos. A tabela 3 mostra, também, o impacto da abolição do tráfico internacional, em 1850, e a consequente dependência das fazendas do tráfico interprovincial para o abastecimento de escravos. Para o restrito universo estudado – os escravos pertencentes à herança do visconde –, a naturalidade indica que a província da Bahia foi a principal exportadora de escravos (21%), seguida da província do Rio de Janeiro (10%) e da província nordestina açucareira de Pernambuco (9%)¹⁰.

Chama atenção, na relação dos escravos, a filiação: 73% dos cativos declararam conhecimento do nome da mãe e do pai; 19% revelaram serem filhos (as) naturais e informaram o nome da mãe; e apenas 8% desconheciam o nome da mãe e o do pai. O reconhecimento dos nomes dos pais significa a existência de um casal e de uma família que foi desmembrada. Identificavam o nome dos

pais: 93% dos escravos que nasceram no Rio de Janeiro; 75% dos que nasceram em Pernambuco; 71% dos que nasceram em Campinas; e 55% dos que nasceram na Bahia. Apesar do universo restrito, a informação aponta para a elevada percentagem de escravos com conhecimento do nome do casal que o gerou.

Quanto ao estado conjugal e à presença da família escrava no plantel, os dados da relação mostram que, na fazenda Salto Grande, os cativos eram todos solteiros; já, na fazenda Sete Quedas, embora a presença predominante fosse de solteiros, 72%, os casados representavam 21% e os viúvos, 8% dos 92 cativos do plantel.

Na partilha, a viúva, meeira e inventariante, ficou com 94 escravos para pagar os credores da herança, pois lhe coube a responsabilidade de quitar as principais dívidas do casal, no valor de 178:739\$768 (cento e setenta e oito contos, setecentos e trinta e nove mil e setecentos e sessenta e oito réis). Para o pagamento das dívidas, foram alocados 89 cativos da fazenda Sete Quedas e 5 da capital, entre os quais havia escravas com filhos “ingênuos”, ou seja, com idade inferior a 16 anos. Como, provavelmente, elas seriam vendidas ou entregues aos credores, constava do inventário uma nota de esclarecimento de que escravas não poderiam ser separadas dos

Tabela 4 - Casais com filhos ingênuos - Fazenda Sete Quedas, Campinas, 1887

Escrava	Idade	Natural	Escravo	Idade	Natural	Ingênuos
Martinha	57	BA	Julião	49	BA	Lucas e Lourença
Elydia	35	CPS	Nicassio	35	BA	Luzia, Paulino, Constancia, Lucio e João
Marcia	35	CPS	Emygdio	33	RJ	José e Victorino
Climeria	49	Desc.	Germano	54	Desc.	Candida
Elizaria	19	CPS	Isidoro	25	CPS	Vicente

Fonte: TJC, 1884, 42-42v.

filhos tornados livres pela Lei do Ventre Livre, de 1871 (TJC, 1884, 42).

¹⁰ Motta (2012, 138, 144, 220, 226), no seu estudo sobre tráfico interno de escravos, encontrou uma forte presença de escravos vindos da Bahia para Constituição (Piracicaba), município próximo a Campinas.

Ao final da partilha, foi incluída uma lista das escravas que deveriam ser acompanhadas pelos seus filhos, no caso de transferência para outro senhor. Ao todo, a herança tinha 22 mães de 44 crianças libertas. Na fazenda Salto Grande,

solteiras, com seus 6 ingênuos. Na Sete Quedas, existiam mais 2 ingênuos, órfãos – João e Domingas (TJC, 1884, 42-42v.).

Tabela 5 – Casais sem filhos - Fazenda Sete Quedas, Campinas, 1887

Escrava	Idade	Natural	Escravo	Idade	Natural	Obs.
Joanna	37	MA	João Vicente	40	BA	
Rita	53	Desc.	José	51	Desc.	
Otilia	40	BA	Militão	33	MA	
Magdalena	59	CPS	Mariano			Liberto*
Dina	47	Desc.	Jeremias			Arrolado*
Thomazina	51	Desc.	Anselmo			Liberto*

Fonte: TJC, 1884, 42-42v. * Não constam da relação.

havia 6 mães de 13 ingênuos, todas solteiras. Na fazenda Sete Quedas, eram 13 mães, 5 das quais constavam como casadas, e 25 crianças libertas pela lei. Na cidade de São Paulo havia 3 mães,

Tabela 6 – Solteiras e viúvas com filhos ingênuos – Sete Quedas, Salto Grande e São Paulo, 1887

Solteiras	Idade	Natural	Ingênuos
Luiza	33	BA	Salustiano, Laurindo e Tiberio
Leocadia	31	BA	Agostinho
Clementina	37	RJ	Luiz
Nazaria	35	CPS	Lucas e Zulmira
Quiteria	28	CPS	Narcisa, Firmino e Conceição
Anna	29	PI	Afonso e Joaquim
Bernadina	30	BA	Ignes e Joanna
Virginia	33	PE	Salustiana, Benedicta e Maria
Leocadia	46	CPS	Salome
Olegaria	47	CPS	Dyonisio, Aprígio, Paulo e Isaura
Thereza	49	RGS	Vicente
Rosaria	22	PE	Antonia
Benedicta	31	SP	Claudina, Ernestina e Ernesto
Vicencia	33	CE	Claudio e Angelo
Viúvas			
Lourença	48	CPS	Isabel
Cypriana	50	CPS	Isac
Firmina	42	Desc.	Bento e Lucinda

Fonte: TJC, 1884, 42-42v. * Não constam da relação.

Na tabela 4, há a descrição das cinco famí-

lílias com filhos ingênuos presentes na fazenda Sete Quedas em 1887, mas não há o registro das idades dos filhos. Parece que essa informação perdeu a importância, depois da Lei do Ventre Livre.

Não há qualquer

explicação sobre se a escrava poderia ser separada do seu marido, ou seja, se seria possível desfazer a família. O mesmo ocorre com os casais sem filhos, descritos na tabela 5.

Foram discriminadas as escravas solteiras (14) e as viúvas (3) com filhos “ingênuos”, como se pode observar na tabela 6.

Há diversos tipos de família no plantel: mães, solteiras (14) e viúvas (3), com 33 filhos nascidos depois de 28 de setembro de 1871; entre eles, portanto, há irmãos e irmãs. Casais sem filhos (6) e casais (5) com 11 filhos ingênuos; entre eles também aparecem irmãs e irmãos.

Além dessas famílias, considerei que os cativos adultos procedentes da mesma localidade e com pais com o mesmo nome fossem irmãos. Segundo esse critério, identifiquei alguns irmãos: José So-

brinho, 39 anos e Emygdio, 33 anos, nascidos no Rio de Janeiro, filhos de João e Thereza; Thome, 33 anos e Gregorio, 32 anos, nascidos no Ceará, filhos de Manoel e Vicencia; Gentil, 41, Elydia, 53, e Servulo, 41, nascidos em Campinas, filhos de Luiz e Luzia; Christiano, 20, Leocádia, 26, e Olegaria, 29, também, nascidos em Campinas, filhos de Mariano e Ignes; Plácido, 45, Felício, 44, e Lourença, 48, nascidos em Campinas, filhos de Marçal e Eva.

Mais ainda, na relação dos escravos adultos, encontrei filhos naturais de mães com o mesmo nome e da mesma localidade. Pode ser mera coincidência, mas pode ser que não: Angelo, 40 anos e João Vicente, 40 anos, nasceram na Bahia e são filhos naturais de Antonia.

Por esses critérios, outras relações de parentesco aparecem, como, por exemplo, tia(o)s, sobrinha(o)s e cunhada(o)s: Luzia, Paulino, Constancia, Lucio e João, filhos de Elydia, são sobrinha(o)s de Gentil e Servulo, que, por sua vez, são cunhados de Nicassio, o marido de Elydia; José e Victorino, filhos de Emygdio, são sobrinhos de José Sobrinho, e este é cunhado de Marcia, mulher de Emygdio.

Em resumo, as relações familiares no plantel de 143 escravos e com a presença de 46 ingênuos podem ser assim sintetizadas: 5 casais vivendo com seus 11 filhos, 9 deles, irmãs(os); 14 mães solteiras convivendo com seus 29 filhos, entre os quais, 24 eram irmãs(os); e 3 viúvas com seus 4 filhos, sendo

2 irmãs(os). Entre os escravos adultos, há a presença de 15 irmãs(os). Essa constatação levou à identificação de novas relações de parentesco: 3 tios (Gentil, Servulo e José Sobrinho); 2 sobrinhas (Luzia e Constancia); 5 sobrinhos (Paulino, Lucio, João, José e Victorino); 4 cunhados (Gentil, Servulo, Nicassio, José Sobrinho) e uma cunhada (Marcia).

Quanto às ocupações dos 143 escravos, a tabela 7 mostra que 74% dos cativos exerciam trabalhos na lavoura, o que era de se esperar, uma vez que a principal atividade geradora de renda era a cafeicultura. Há escravos dedicados a alguns ofícios ligados ao transporte: carroceiro, cargueiro e carreiro; à construção e manutenção

Tabela 7 – Ocupações dos escravos – nas fazendas e na casa de São Paulo, 1887

Ocupações	Fazendas		Casa SP	Total
	Salto Grande	Sete Quedas		
Lavoura, roça, enxada.	43	63	0	106
Carpinteiro	1	2	0	3
Cargueiro	0	1	0	1
Carroceiro,carreiro	0	2	0	2
Costureira	0	5	0	5
Doméstica,mucama	0	7	4	11
Doméstica, roça	0	4	0	4
Engomadeira	0	2	1	3
Ferreiro	0	1	0	1
Pagem	0	1	2	3
Pedreiro	0	1	0	1
Sapateiro	0	1	0	1
Criação de animais	0	2	0	2
Total	44	92	7	143

Fonte: TJC, 1884, 44-53

das instalações e das máquinas: carpinteiro, pedreiro, ferreiro e, por fim, às atividades domésticas na sede da fazenda Sete Quedas e na casa de São Paulo¹¹. Esses cativos de lides domésticos

¹¹ No inventário não há informação sobre escravos ocupados nos afazeres do sobrado de Campinas.

representavam uma relevante parcela do plantel. Revelavam a tendência à crescente sofisticação do modo de viver e à segmentação das tarefas que passam a exigir maior número de serviços escravos: pagem, engomadeira, costureira¹², mu-cama e doméstica.

Nos anos finais da escravidão, os cativos portadores de ofícios, fora das tarefas da lavoura, não recebiam preços mais elevados. As habilidades para determinados serviços não eram capazes de se traduzir em preço adicional. O diferencial de preço entre cativos passou a refletir a idade e nada mais. Essa questão será objeto do próximo item.

Um último aspecto a analisar sobre os escravos é o preço pelo qual foram assentados no inventário. Obviamente, o mercado de escravos passou a refletir o momento marcado pela expectativa de extinção do regime de trabalho escravo, consequentemente valor dos cativos iniciou um processo declínio. Anos antes, em 1877, o próprio Joaquim Bonifácio afirmava que o preço regular de um escravo era 2:300\$000 (dois contos e trezentos mil réis). No mesmo sentido, Queiroz Telles afirmava que, com a quantia de 24:000\$000, era possível comprar dez escravos (BEIGUELMAN, 1977, 67). Entretanto, esses preços já não eram os praticados na década de 1880. Desde 1885, o preço deixou de ser determinado pelo mercado e passou a ser fixado pela lei, conforme foi descrito na tabela 1. O preço máximo para um escravo homem com idade entre 16 e 30 anos, faixa etária mais produtiva, era de 900\$000 (novecentos mil réis) que representava 40% do preço de 1877. Como mencionei, o inventário avaliava o escravo pelo preço calculado e determinado pela lei n. 3.270, Lei dos Sexagenários. A herança possuía um total de 136 escravos nas duas fazendas e mais 7 escravos,

¹² Costureiras também exerciam atividades ligadas à cafeicultura tais como: feitura de sacos, roupas dos escravos, confecção de panos para a colheita.

que trabalhavam na casa da família na capital, resultando em 143 cativos, cujo valor total era de 97:825\$000 (noventa e sete contos e quatrocentos e vinte cinco réis)¹³. A inventariante e meeira registrou no inventário oito escravos “fugidos”: seis da fazenda Salto Grande, em Amparo, e dois da fazenda Sete Quedas. O valor perdido com a fuga dos escravos era calculado em 8:6075\$000 (oito contos e seiscentos e setenta e cinco mil réis). Numa época conturbada por manifestações abolicionistas e pelo crescimento de fugas de escravos, o inventário do visconde registrou 5,6% de fugas. Na fazenda de Amparo, o número de “fugidos” era maior e contava com a participação de uma mulher, Maria, escrava da lavoura, 32 anos, solteira, natural de Pernambuco, filha de João e Mariana (TJC, 1884, 44-46).

Para uma visão geral dos valores do patrimônio deixado pelo visconde, a tabela 8 sintetiza e discrimina a composição da riqueza, segundo a natureza dos bens. Os bens de raiz, ligados à atividade produtiva cafeeira, representavam a principal forma de riqueza acumulada pelo visconde ao longo da vida, 76%. Entre eles sobressai a fazenda Sete Quedas, com uma participação de 52% no total da rubrica. A fazenda foi herança deixada pela mãe, dona Ana Matilde de Almeida Pacheco. Na partilha que se procedeu nos autos do inventário de sua mãe, em 1844, coube a Joaquim Bonifácio: “o sítio denominado Sete Quedas com terras, com fabrica de fazer açúcar, formas, resfriadores, coxos, caixotes, com todos os pertences da fabrica, com moinho monjolo, casas de morada, mais bois e utensílios, tudo avaliado por 19:263\$480 (dezenove contos e duzentos e sessenta e três mil e quatrocentos e oitenta réis). Para ficar com esses bens, Joaquim teve de restituir à herança a quantia de 15:087\$678 (quinze contos e oitenta e sete mil

¹³ Esse valor não coincide com o que está no orçamento do inventário 95:150\$000. O calculado por mim corresponde à soma dos valores dos escravos das duas fazendas e mais os da capital, constantes da relação de escravos. Pode ser que a diferença para menos de 2:675\$000 decorra de morte, alforria, fuga ou de algum erro de cálculo.

e seiscentos e setenta e oito réis) excedente à legítima a que cada um dos oito herdeiros tinha direito, cujo valor era 4:175\$802 (quatro contos cento e setenta e cinco mil e oitocentos e dois réis)¹⁴ (TJC, 1844). Portanto, quando do falecimento de sua mãe, ele já havia acumulado recursos próprios suficientes para fazer o pagamento à herança. Uma parte dos seus recursos foi fruto de seu casamento com sua sobrinha, herdeira de um dos maiores engenheiros de Campinas, o capitão Antonio Pompeu de Camargo, falecido em 1839, como mostra o Anexo III – Visconde de Indaiatuba: Ascendentes e Herdeiros.

Entre os bens deixados pelo visconde de Indaiatuba, os escravos tinham uma participação não desprezível: 11%. A proporção do ativo humano no monte mor era superior à aplicação financeira representada pelas debêntures da Companhia Ituana de Navegação Fluvial e pelas dívidas ativas, os empréstimos concedidos pelo visconde a terceiros, no caso, às firmas Leão Cerqueira e Irmãos (32:583\$330), por escritura de hipoteca; à firma Damião José Pastana, por letra, (21:666\$660); e à Telles, Neto e Cia., por empréstimo (1:640\$296). Uma parcela da dívida ativa era composta por empréstimos concedidos pelo inventariado aos herdeiros e à meeira.

Embora solvente, a herança tinha uma expressiva dívida passiva 212:355\$000 (duzentos e doze contos e trezentos e cinquenta e cinco mil réis), o que demonstra que atividade produtiva e a vida social da família exi-

giam gastos que superavam a renda auferida na cafeicultura. Aparentemente, esta era a única atividade geradora de renda, não há explicitamente no inventário outras atividades capazes de criar renda. O principal credor da herança era o barão de Três Rios, Joaquim Egydio de Sousa Aranha, que tinha a receber por letra a importância de 121:714\$060 (cento e vinte e um contos, setecentos e quatorze mil, sessenta réis), quase dois terços da dívida total da herança (57%). Joaquim Egydio, barão de Três Rios, era irmão de Antonio Egydio de Sousa Aranha, genro do visconde de Indaiatuba, casado com Dona Elisma Amaral de Sousa Aranha (ver Anexo III).

Em seguida, na lista das dívidas passivas, estavam os empregados e os colonos da fazenda Sete Quedas; a herança devia a quantia de 11: 227\$907 (onze contos duzentos e vinte e sete mil novecentos e sete réis). Também devia aos

Tabela 8 – Composição da riqueza do visconde de Indaiatuba, Campinas, 1887

	Valor (\$000 mil réis)	%
Bens de Raiz	648:490	76%
Fazenda Sete Quedas	339:000	
Fazenda Salto Grande	195:000	
Solar das Andorinhas	75:000	
Imóveis em Campinas	31:000	
Outros	8:490	
Utensílios da Lavoura	2:710	
Semoventes	9:977	
Escravos	95:150	11%
Dinheiro	1:285	
Dívidas Ativas	59:226	7%
Debêntures	13:800	2%
Joias	5:340	
Obras em Prata	4:830	
Móveis	14:296	
Monte Mor	855:104	
Dívidas Passivas	212:355	33%
Monte Partível/Menor	642:749	

14 O valor total do monte mor de D. Anna Matilde era abatendo-se as dívidas passivas no valor de 17:569\$4 monte líquido partível de 33:406\$420.

Fonte: TJC, 1884, 28-29

empregados da fazenda de Amparo, que eram credores da herança, a importância de 1:340\$000 (um conto, trezentos e quarenta mil réis). Essas dívidas do visconde com os colonos confirmam as memórias, quando o visconde relatava que os colonos deixavam seus recursos - dinheiro -, a juros com ele, o que, segundo o memorialista, era uma prova da confiança depositada nele pelos colonos.

Para a firma Sousa Queiroz e Vergueiro, responsável pela comercialização do café em Santos e pelos negócios da imigração de trabalhadores europeus para as lavouras cafeeiras, a herança era devedora da quantia de 3:023\$460 (três contos, vinte e três mil, quatrocentos e sessenta réis).

Em síntese, embora a participação dos bens de raiz tenha uma importância significativa na composição da riqueza, quase 80%, e o ativo humano tenha se reduzido em relação a inventários dos anos 1850 e 1870, os escravos continuavam a representar a segunda maior forma de riqueza na herança deixada pelo visconde. Não houve diversificação das formas de riqueza, que se esperava ter ocorrido naquele momento marcado, fim do regime de escravidão. Ao estudar os inventários da cidade de São Paulo entre 1845-1895, Cardoso de Mello (1985) mostra a diversificação dos ativos que compunham o patrimônio, à medida que a crise da escravidão avançava e, conseqüentemente, o escravo perdia valor como forma de acumular riqueza. No caso em estudo, consta que o visconde pouco diversificou sua riqueza, principalmente, na aplicação em ativos financeiros. Mesmo ele sendo um dos líderes do movimento da imigração de europeus para substituir o trabalho escravo, não abriu mão da escravaria, provavelmente, na esperança da bem-vinda indenização, quando a abolição da escravidão chegasse.

FONTES

AMARAL, Joaquim Bonifácio do (visconde de Indaiatuba). Introdução ao trabalho livre em Campinas. Memorandum – sobre o início de colonização da Fazenda Sete Quedas, no Município de Campinas, em 1852, pelo visconde de Indaiatuba. In: CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS. Monografia histórica do município de Campinas. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1952. p. 243-253.

FUNDOS PRIVADOS PESSOAIS E FAMILIARES. Arthur Nazareno Pereira Vilagellin e João Caetano Monteiro Filho e Jolumá Brito. Centro de Memória da Universidade Estadual de Campinas – CMU. Arquivos Históricos.

GAZETA DE CAMPINAS, 31 de outubro de 1872, p. 3. Disponível em: <<http://www.memoria.bn.br>>. Acesso em: 29 ago. 2013

SANTOS, F. Quirino dos. A colonização. Gazeta de Campinas, 24 de julho de 1870, p. 1. Disponível em: <<http://www.memoria.bn.br>>. Acesso em: 22 ago. 2013.

SANTOS, F. Quirino dos. Aos lavradores de Campinas. Gazeta de Campinas, 11 de agosto de 1870, p. 1. Disponível em: <<http://www.memoria.bn.br>>. Acesso em: 22 ago. 2013.

SÃO PAULO (Estado). Resolução Provincial n. 27, de 30 de março de 1872. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/resolucao/1872/resolucao%20n.27,%20de%2030.03.1872.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2013.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE CAMPINAS. 1º. Ofício. Inventário de Anna Matilde Almeida Pacheco. Processo n. 02460, 1844. Centro de Memória da Universidade Estadual de Campinas – CMU. Arquivos Históricos.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE CAMPINAS. 1º. Ofício. Inventário de Teresa Miquelina Amaral Pompeo. Processo n. 05160, 1883. Centro de Memória da Universidade Estadual de Campinas – CMU. Arquivos Históricos.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE CAMPINAS. 1º. Ofício. Inventário do Visconde de Indaiatuba. Processo n. 05225, 1884. Centro de Memória da Universidade Estadual de Campinas – CMU. Arquivos Históricos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Os senhores da terra: famílias e sistema sucessório de engenho do Oeste paulista, 1765-1855. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1997.

BEIGUELMAN, Paula. A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1977.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS. Monografia histórica do município de Campinas. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1952.

CARDOSO DE MELLO, Zélia M. *Metamorfoses da riqueza* - São Paulo, 1845-1895.

São Paulo: Hucitec; Prefeitura Municipal de São Paulo, 1985.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Grijalbo, 1977.

DAVATZ, Thomas. *Memória de um colono no Brasil: 1850*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade: os cantos e os antros*. Campinas: 1850-1900. São Paulo: USP, 1996.

MARTINS, José de Sousa. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec, 1986.

MATTOS, Odilon Nogueira de. O Visconde de Indaiatuba e o trabalho livre em São Paulo. In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 6. 1971, Goiânia. *Anais do VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. Trabalho livre e trabalho escravo*. São Paulo: FFLCH-USP, 1973. v. 1, p. 761-779.

MENDES, José de Castro. *Lavoura cafeeira paulista: velhas fazendas do Município de Campinas*. Texto de J. E. Teixeira Mendes. *Aquarelas de José de Castro Mendes*. São Paulo, SP: Departamento Estadual de informações, 1947.

MOTTA, José Flávio. *Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição e Casa Branca, 1861-1887)*. São Paulo: Alameda, 2012.

MOYA, Salvador de. *Anuário genealógico brasileiro*. São Paulo: Instituto Genealógico Brasileiro, 1941.

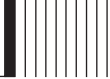
RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *História sem fim... Inventário da saúde pública*. São Paulo 1880-1930. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

STOLCKE, Verena; HALL, Michael. *Introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 6, p. 81, 1983.

TEIXEIRA, Paulo Roberto. *A formação das famílias livres*. Campinas, 1774-1850. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.

TSCHUDI, J. J. Von. *Viagem às províncias do Rio de Janeiro e S. Paulo*. São Paulo: Publicações Comemorativas sob o Alto Patrocínio da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, Biblioteca Histórica Paulista. Dir. Afonso de E. Taunay, 1953.

VERSIANI, Flávio Rabelo; VERGOLINO, José Raimundo Oliveira. *Posse de escravos e estru-*



tura da riqueza no agreste e sertão de Pernambuco. 1777-1887. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 353-393, abr.-jun. 2003.

VERSIANI, Flávio Rabelo; VERGOLINO, José Raimundo Oliveira. Preços de escravos em Pernambuco no século XIX. Brasília: Universidade de Brasília Departamento de Economia, out. 2002. (Série Textos para discussão, n. 252).

ANEXO I

ANNO I. CAMPINAS, 6 DE OUTUBRO DE 1870. N. 95.

ASSINATURA
Campinas
Anno . . . 1870
Semestre . . . 2º

GAZETA DE CAMPINAS

Redactor—O Bacharel F. Quirino dos Santos

Toda e qualquer correspondência deve ser dirigida ao Gerente do estabelecimento—JOSÉ MARIA LARROJA

ASSINATURAS
Para fora
Anno . . . 129000
Semestre . . . 75000

GAZETA DE CAMPINAS

Coloniização

Cumprindo sempre e restrictamente as condições do nosso programma empenhado para com a causa do progresso e da civilização em nossa terra, continuamos a debater todos os lados deste momento thema, em que se vê preponderar os mais claros interesses do nosso futuro: a colonização.

Seria escusado remontarmos-nos ás deducções da theoria, quando temos á mázente o encadeamento logico das factas recomendando o estado e a analyse da irreversivel experiencia para firmarmos juizes seguros sobre esta materia. Hoje não é lido pôr em prova a combinação de calculos ideias para se confrontarem a verdade e a daviada e uma questão que está pedida maduramente em dados factos e certos, na esphera do mundo politico. Quer dizer que a vista dos homens praticos está já abrangendo e, se consentem a expressão, tateando a luz clara dos acontecimentos, em toda a sua realidade. O que agora vai tomando o vulto e a medida palpavel de caso incontrovertido, ha pouco mal delineava as formas e as proporções duvidosas nos argumentos do racio. Assim é que todos os grandes principios se impõe: primeiro as percepções vagas da intelligencia, depois ao convencimento intimo da consciencia.

Com isto não queremos dizer fosse alguma vez estopla para nossos patriotas a munda eminencia ás nossas instituições sociais, com respeito ao objecto alludido; mas é forço convir que nem todos elles pensam seriamente, como deviam, acerca deste ponto; principalmente sobre os meios de chegarmos á realisação dos bons ideias, sem abalo sensivel para as relações da nossa existencia. Pois é o que está a pedir sempre meditado exame e reflexão detida. Agora mais do que nunca: os fructos estão medurando no arvore. E havemos de olhar para que a terra lhes deagote o invulcero ás boas sementes? Fôra melhor apañal-os entre os ramos para que, aproveitada a pápia, viesse, por fim, a desceida fructos aos novos rebentos, sem retardal-os a podridão incubida, deludida a pouco e pouco na escosa epochada, á superficie do chão.

Apezar-nos reconhecer este bello presagio para a modificação dos nossos habitos rotineiros: dentre os nossos agricultores muitos espiritos sensatos já se vão dando á prescriptção d'aquelles assumptos que intendem nas bases primordiales da lavoura, isto é no jogo indispensavel para o seu desenvolvimento. Era preciso ser assim. For mais de uma occasião temos condemnado a urgencia do seu concurso para o engrandecimento dos esforços casados em o bem geral. Venham todos com a sua força especial e extremos na grande communhão do trabalho, servindo sinceramente ao progredimento do paiz.

Trata-se da substituição dos braços. Muitos esperam ainda que caia do ar a providencia salvadora no apêto das circumstancias. Alguns, porém, sabem aquilatar o verdadeiro alcance das cousas e voltam o animo resolutos para os proximos horizontes, onde se destacam as cores vivissimas doirando a chave para as portas do enigma. Estes são os que comprehendem por ambas as faces o papel completo de optimos cidadãos: em quanto ao direito e em quanto ao dever igualmente.

Aqui em Campinas o exemplo não é singular. Dois annos sincores da sua patria lidaram afincadamente na disputação do variadissimos problemas, conduzindo a energia e a força dos argumentos para a acertada escolha das idéas doutrinas. Foram O LAVADOR e O BOCCO, collaboradores de que ainda se ufana este jornal.

Ora as considerações expendidas pelo dois siados «dizão-jeiros», cuja competencia transparece de sobre a recobida modestia daquelles pseudonymos, não foram cahir sobre um deserto maninho e inculco. E nem as palavras, com que acompanhadas sempre os seus escriptos, deturam da tor um echo repercutido na attenção de nossos leitores.

Folgamos de recolher ainda agora para aqui as observações de uma intelligencia sobre exacerçada, firmada a sobre duas incontestavel aptidão, que se mode pelas horas contadas da meditação e da pratica. E, por tanto, um lavador a quem vamos ouvir, neste momento, o sr. A. C. Pacheco e Silva, cujo nome declinamos confiado em toda a indulgencia para nos relevar este acto.

Temos diante dos olhos uma taboa confectada pelo sr. Pacheco e Silva no intuito de confrontar o elemento livre e o elemento escravo, reduzindo, em quadro perfeto, a somma de vantagens que um e outro nos possam garantir. Vê-se de tal parallello, minucioso e exacto, a inferioridade absoluta do segundo, em face do primeiro; e em todos os sentidos. Os algoritmos, nessa tabella, estão a proclamar alto essas theorias que vão alcançar mais e mais o cunho de seu valor real, poderosas na balança dos bons raciocinios.

Ora vejamos, attentamente vejamos os termos desta encyclopedica comparação:

«Um colono cultiva 120 arbores de café, o que vem a dar, a \$6000 de lucros, . . . 7200000
«Este café, em aliquota, dá 200, pelo que, . . . 140000
«Este colono, por cada alqueira a 600, . . . 720000
«Lavoura . . . 12000
«Aluguer e café . . . 28000
«Folhas 25 dias a 16000 (valendo . . . 250000
«dos ao minimo) . . . 250000

«Um escravo cultiva 120 arbores de café, o que vem a dar, a \$6000 de lucros, . . . 7200000
«O escravo custa \$20000; este capital pago de premis ao anno . . . 200000
«Para manter do roupa . . . 50000
«Lavoura . . . 12000
«Bateria e moenda . . . 100000
«Aluguer e café . . . 28000
«Folhas 25 dias a 16000 (valendo . . . 250000
«dos ao minimo) . . . 250000

«Ficou sobre ao proprietario . . . 3072000
«Pela conta acima vê-se, que o escravo deixa sobre ao fazendeiro 1272000, além da faga, indefinidos lavoura, morte, etc., etc.

«O colono trata, tanto como o escravo, de 2000 pés de café e colhe os sincores 280 alqueiras ou 5600 annos, semas mais; porque o colono trata melhor da colheita e a fazendeiro com o mesmo e por isso a produçáo é sempre maior.

«Por outro calculo, a respeito do tratamento de colono sobre pelo colono, ainda encontra-se innumeras vantagens. O colono recebe 2000 pés de café para dar a quantia ao anno a \$60000.
«Por cada 10000 vem a ser 100000.
«O escravo, tambem trata das 2000 pés, mas tem a mezenha despesa (como do outro systema) de 3072000. Por cada 10000 que o colono trata mais que o escravo 2072000.»

Estes ali uma computação em que a linguagem dos algoritmos falla descazombadamente autorizada pela modica infallivel da evidencia.

Diante disto emudece qualquer objecção, a menos que não venha embocada pelo sophisma do colorido pela má-fé.

O que esperar mais para tornarmos os camellos que nos apontam os ditames da logica inflexivel?

Cuide a classe dos nossos fazendeiros nas casullas que devem mansuolir em a plase dos fundamentos seguros todas as eventualidades provaveis na prossecução dos seus charismaticos destinos.

Presenciamos ainda um successo significativo vem imprimir as previsões dos que buscam incaninhar os animos duvidos na carreira do caminho plano e directo. E a troca de governos operada no luno do estado.

Não é mister que reproduzamos os comentarios annexos á analyse sobre o pessoal do moderno ministerio. E, por tanto, façamos, por contrapartida ao reme necessario destes negocios, o uso indispensavel da nossa co-operação, affim de que os actos subsequentes levem a sancção de um assentimento firmado na predisposição da vontade geral.

O accordo unanime é indispensavel para se ir pondo de peito a passagem das velhas rotinas para a clarinça simpla das novas doutrinas. Tanto mais que é uma questão vencida esta de serem acolhidos de preferencia os braços livres: o passo da incerteza vai ter o consentimento a oportunidade nos meios da sua effective realisação.

E' forço insistir nesta materia, em quanto não emerge ao lume d'agua, no mar beço, de profunda indifferença, a vivificante iniciativa da nação. Ella ha de vir.

F. QUIRINO DOS SANTOS.

ANNO I.

CAMPINAS, 11 DE AGOSTO DE 1870

N. 80.

ASSIGNATURAS

Campinas
Anno . . . 12000
Semestre . . 6000

GAZETA DE CAMPINAS

ASSIGNATURAS

Para Fora
Anno . . . 12000
Semestre . . 6000

Redactor—O Bacharel F. Quirino dos Santos

Toda e qualquer correspondência deve ser dirigida ao Gerente do estabelecimento—JOSÉ MARIA LEBROZ

GAZETA DE CAMPINAS

Aos lavradores de Campinas

Em seguida publicamos o contracto celebrado entre o nosso amigo sr. J. Bonifácio de Amaral e o governo brasileiro, com respeito à importação de colonos, objecto em que anda empenhado aquelle nosso digno conterraneo. Por mais que este municipio descanse em seus proprios recursos e fle do incerto acaso todo o seu futuro, o nosso futuro inteiro, nós não havemos de cruzar os braços desolados e compimir este clamor arrastado pela urgencia das cousas em abono de medidas relativas ao acatamento de nossa industria vital: a lavoura.

O sr. J. B. de Amaral acaba de abrir um exemplo que não deve passar despercebido, porque contém que seja imitado e seguido por toda a classe dos lavradores. Vin as precarias condições a que anda reduzido o trabalho entre nós; attentos maduramente ao estado e na escolha dos meios que devem previr o remédio para cortar a acção corrosiva dos males presentes, e não se contentou em dispendir os argumentos da theoria: quiz e foi buscar a herança dos factos para testimonio irrecusavel da verdade.

E vai meio caminho já nos seus planos! E dentro em pouco aqui estará desdobrando aos nossos olhos os brilhantes resultados da sua experiencia.

Tão certa é a maxima: querer é poder! Quando se resolver o municipio todo de Campinas, não já a dobrar-se os conselhos da razão, mas ás firmes normas da pratica?

F. QUIRINO DOS SANTOS.

Contracto celebrado entre o governo imperial e Joaquim Bonifácio de Amaral para a importação de colonos de baixo das seguintes condições:

1º Joaquim Bonifácio de Amaral importará 200 colonos para os trabalhos agrícolas de sua fazenda—São Quedas—, no municipio de Campinas, provincia de S. Paulo.

2º No seu transporte deverá observar as disposições do decreto n. 2168 do 1º de Maio de 1858.

3º Antes de embarcarem nos portos de sua procedencia os emigrantes assignarão perante o conselheiro, ou agente consular do Brasil, ou noutro caso, perante a autoridade local, a declaração em duplicata, de terem conhecimento das condições dos contractos feitos com a empresa para sua importação ao Imperio; especificando-se a clausula de não virem por conta do governo,

no, do qual em nenhum tempo e sob qualquer titulo não poderão reclamar.

4º Todas as despesas com o transporte, desembarque, agasalho, sustento, tratamento e condução de bagagens dos referidos colonos correrão exclusivamente por conta do contractante.

5º O governo imperial concederá ao emigrante a importância das passagens dos menores de 14 annos que virem na companhia de seus pais, na proporção de quatro por familia e não excedendo de 30000 o auxilio para cada passagem.

6º A vista de um exemplar da declaração exigida na condição 3ª, e de attestation do agente consular do Brasil, ou de quem o substituir, que mencione a idade, naturalidade, filiação, profissão, estado, religião e numero dos emigrantes, com designação especial dos menores, será paga a solvenção correspondente aos que se apresentarem ao agente do governo, encaregado na cidade de Santos de fiscalisar a execução deste contracto.

A epidemia da bexiga

Hoje que estamos sendo victimas deste terrivel mal, graças ao pouco ou nenhum cuidado, que prestam os novos governantes publicos, julgamos do nosso dever pôr à illustrada Redacção da GAZETA a publicação do importante artigo, que segue a estas linhas, transcripto de um jornal inglez, artigo que demonstra evidentemente a urgente necessidade que tem o governo de estabelecer em todas as localidades do Imperio uma systematica applicação da vaccina á nossa população, havendo medicos, e na falta destes, pessoas habilitadas e conscienciosas que se encarreguem, gratuitamente ou com retribuição pecuniaria, desta importantissima missão,—verdadeiro sacerdocio.

Admittendo como nos achamos, não podemos agora fazer mais algumas considerações, sobre tão momentosa questão.

O que se segue, porém, satisfará completamente a expectativa publica.

Fazemos votos para que o governo accorde desse sommo criminoso em que jaz a respeito da saúde publica, uma das primeiras necessidades do nosso paiz.

Eis o artigo, de Junho do corrente anno: «A epidemia da bexiga, que reioou com tanta intensidade e tantas victimas fez em Paris, parece apresentar agora alguma, pois que pequena, declinação.

Soboe este assumpto, ao menos, nós, na Inglaterra, temos mais que culpar os nossos vizinhos, do que a aprender d'elles, por quanto a nossa comparative immuniidade é devida á mais restricta applicação da vaccina á nossa população.

Na Irlanda a bexiga desapareceu quasi

totalmente, em consequencia de haver alli um methodo de auxilio medico mais aperfeiçoado do que mesmo o que temos na Inglaterra. A mudanca que a condição da Europa apresenta sob este ponto de vista, depois da grande descoberta do novo Jenner, éna verdade maravilhosa; é claro, porém, que conseguimos impedir a propagação da bexiga, mas não destruir a sua virulencia. Não ha razão alguma para darmos de que se deixassemos de empregar a vaccina, voltaríamos rapidamente ao antigo estado de coxas. O mal é reprimido, como o mar em frente da Hollanda, por uma vigilancia constante; e, pois, devemos considerar todo aquelle que nos aconselha o abandono desta salvaguarda tão leuoc como o Hollandez que propunha o abandono dos diques, porque já tinham elles prestado o serviço a que eram destinados, e talvez o oceano já tivesse resolvido por si mesmo retirar-se para longe da Hollanda.

Per mais singular que pareça o caso, devo dizer que mesmo neste reino, beneficiado por Jenner, ha um estúpido movimento de opposição ao emprego da vaccina e a favor do direito que deve ter todo o cidadão inglez de contagiar com tão terrivel mal os seus concidadãos, sem que o Estado possa intervir em nome da saúde publica. Esta propaganda da ignorancia folmente não tem a menor probabilidade de ser bem succedida.

Campinas, 3 de Agosto de 1870.

DR. CAMBANO.

EXTERIOR

EUROPA

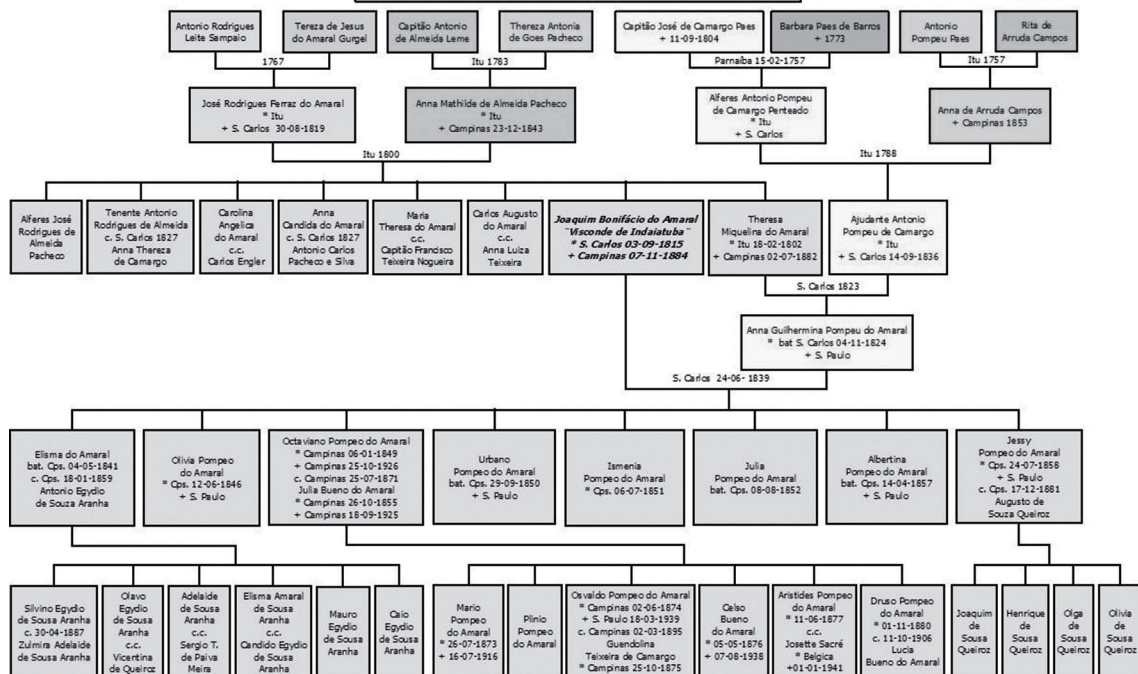
Lê-se no «Journal du Commercio» de 3 do corrente:

Pelo paquete inglez «Arancania», da linha do Pacifico, entrando hontem de Liverpool, recebemos folhas de Londres até 14, Paris 16 e Lisboa 19 do passado.

No conflicto entre a França e a Prussia pendem a balança do lado da guerra, que já foi declarada. Não tinham, porém, vindo ainda as mãos os exercitos belligerantes, e havia quem se embalsasse com a esperança de não se chegar a quebrar a paz.

De facto seriam por ella as probabilidades se tudo não indicasse ser chegado o momento do tremendo ajuste de contas desde 1866 accumuladas entre a França e a Prussia. E o ciuime que tem sido crescendo sempre entre os deus portos que parece agora impelli-los armados um contra o outro. Cheia a taça, uma gota a mais transbordou, e foi quanto a nós o que succedeu agora. A simples contingencia de um principe aprontado com a casa real prussiana ir reinar sobre a Hespanha, não era questão para levantar tão grandes iras que nem se quizesse aguardar o correr das accetel-

ANEXO III

Visconde de Indaiatuba: Ascendentes e Herdeiros

Fontes: - Moya, Salvador de, Anuário Genealógico Brasileiro, publ. Inst. Gen.Bras., SP, 1941
 - Leme, L. G. da Silva, "Genealogia Paulistana". SP, Liv. Duprat, 1903 a 1904, 9 volumes.
 elaborado por: Maria Aparecida Alvim de Camargo Penteado - 2013

Índice das famílias
 segundo Silva Leme:

ARRUDA BOTELHOS	CAMPOS	PENTEADOS	LEMES
CAMARGOS	GODOYS	TENORIOS	

A indústria paulista da crise de 1929

ao Plano de Metas

Flávio Saes

Professor do Departamento de Economia da FEA/USP

famsaes@usp.br

Nelson Nozoe

Professor do Departamento de Economia da FEA/USP

nehnozoe@usp.br

Resumo

Há um consenso entre os historiadores econômicos a respeito do crescimento industrial brasileiro a partir da década de 1930. Por outro lado, vários estudos mostram a crescente concentração industrial em São Paulo, nítida desde os anos 1950 e até a década de 1970. Neste artigo procuramos explorar alguns aspectos da industrialização brasileira entre 1930 e 1960 sob a perspectiva do que ocorria em São Paulo. Quais as mudanças na estrutura da indústria paulista (bens de consumo corrente, bens de consumo duráveis, bens de capital, bens intermediários), qual o ritmo em que ocorreram essas mudanças, como se inseriram as empresas pré-existentes e quais as novas empresas que se consolidaram nesse processo. Em especial, examinamos as características de dois grupos industriais (provavelmente os dois maiores dos anos 50) que indicam estratégias distintas de inserção no processo de industrialização, talvez definindo seus diferentes destinos em décadas posteriores.

Abstract

There is a consensus among economic historians about Brazilian industrial growth from the 1930s. On the other hand, several studies show the increasing industrial concentration in São Paulo, during the 1950s and even the 1970s. In this article we explore some aspects of what happened in São Paulo, what changes in Paulista industrial structure (non-durable consumer goods, durable consumer goods, capital goods, intermediate goods), the pace at which these changes occurred, the growth of pre-existing businesses as well new firms as the arrival during this process. In particular, we examine the strategies of two industrial groups (probably the two largest of 50s) that with very different results in later decades.

Introdução

A década de 1930 foi consagrada, na historiografia brasileira, como um momento de ruptura tanto no plano político como no econômico e social. Embora recentemente essa postura tenha sido objeto de algumas qualificações, não se questiona a importância dos eventos dos anos trinta no sentido de mudar os rumos da sociedade brasileira. Em termos econômicos, as interpretações clássicas, como a de Celso Furtado, identificam nessa década o deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira: uma economia cuja dinâmica era determinada pela demanda externa – em especial pelo café, principal produto de exportação do Brasil à época – passou a ter na procura do mercado interno o determinante fundamental do nível de renda, de produto e de emprego. Assim, a agricultura de exportação deixou de atuar como o setor determinante do comportamento de nossa economia, posição que passou a ser ocupada pela produção manufatureira destinada ao mercado interno (FURTADO, 1971, Cap.XXXII). A essa mudança estrutural se associou o início do que ficou conhecido como o processo de industrialização por substituição de importações, processo esse induzido pela crise do setor externo da economia brasileira.

Porém, esse modelo de industrialização supõe a existência prévia de algum desenvolvimento da indústria, o que efetivamente vinha ocorrendo no Brasil desde o último quarto do século XIX. Principalmente no Rio de Janeiro e, depois, em São Paulo a produção manufatureira adquiriu maior dimensão em termos do número de fábricas e do volume de produção. É consensual que tal primazia decorreu dos efeitos gerados pela expansão cafeeira nessas áreas do País. Em estudo clássico sobre a industrialização de São Paulo, Warren Dean explora vários aspectos da relação entre a expansão da cafeicultura

e desenvolvimento da indústria. O aumento das exportações de café, junto com a substituição do trabalho escravo pelo do imigrante, expandiu a circulação monetária, antes extremamente restrita. Apesar do padrão de consumo bastante frugal do colono de café, ele necessitava de alguns artigos básicos que podiam ser produzidos no País (e que não mais se obtinham na própria fazenda). A urbanização, induzida pelo comércio cafeeiro, forneceu a infra-estrutura para as fábricas; ao mesmo tempo, a população urbana ampliava o mercado de consumo. A formação de um mercado de trabalho, como resultado também da imigração, foi outro fator fundamental para o estabelecimento das fábricas em São Paulo. Finalmente, ao identificar as origens do empresariado industrial, Dean também estabelece as fontes do capital para um primeiro surto industrial: a burguesia rural – ou seja, os fazendeiros de café – foi uma das bases do empresariado industrial de São Paulo, havendo assim uma transferência de recursos da atividade cafeeira para as novas fábricas. De outro lado, havia a burguesia imigrante, identificada pelo autor principalmente nos imigrantes que se dedicavam ao grande comércio de importação, cuja acumulação provinha, indiretamente, da renda gerada pelas exportações de café. Em suma, as condições para os primeiros avanços substanciais da indústria no Brasil e em São Paulo estiveram associados à expansão cafeeira (DEAN, 1971, Caps. I a IV).

Desse modo, a partir de fins do século XIX, encontramos em São Paulo um crescente número de fábricas de bens de consumo corrente, como tecidos, vestuário, alimentos, bebidas. Em 1901 já havia registro de grandes fábricas em alguns desses produtos. No segmento têxtil, sobressaíam, na Capital, a fábrica de fiação e tecelagem de Álvares Penteado – esta para sacaria de juta para o café (com 950 operários), a Industrial de São Paulo (com 370 operários) e a

Anhaia (com 620 operários), além de várias no interior dedicadas à fabricação de fios e tecidos de algodão; na produção de cerveja, a Antártica (com 300 operários) e a Bavária (com 200 operários); no ramo do vestuário, fábricas de calçados e chapéus, sendo seis delas com mais de 100 empregados. Em levantamento realizado em 1907, estimava-se a existência de 334 estabelecimentos industriais com cinco ou mais operários, os quais empregavam 24.600 trabalhadores (CANO, 1977, Cap. II, item 2).

Admite-se, no entanto, que essa indústria apresentava certas limitações: primeiro, por sua própria estrutura setorial, concentrada na produção de bens de consumo, sem integração entre os vários ramos, pois tanto as máquinas como grande parte dos insumos eram obtidos por meio de importações; segundo, da forte sujeição da indústria às oscilações do comércio exterior. Embora haja uma longa – e em certa medida inconclusiva – polêmica na historiografia a respeito das relações entre o comércio exterior e a indústria, é inegável que a expansão industrial se via afetada pelas condições externas da economia brasileira.¹ Isso não impediu, contudo, o crescimento industrial e, nos anos vinte, certo grau de diversificação da estrutura produtiva, alcançado mediante a produção de alguns insumos industriais.

Na perspectiva dominante na historiografia, os eventos da década de 1930 fizeram a indústria menos dependente das flutuações do mercado externo. A crise de 1929 e a Grande Depressão dos anos trinta levaram ao estrangulamento externo da economia brasileira: o volume de divisas gerado pelas exportações era insuficiente para cobrir as importações essenciais e os compromissos financeiros do País, causando profunda desvalorização da moeda nacional – o

mil-réis – diante das moedas estrangeiras. Disso resultou o encarecimento do produto importado comparativamente ao similar nacional, favorecendo a “substituição de importações”. Esta era necessária porque a política de defesa do café – assentada na compra e posterior queima de excedentes de produção – atenuava a queda da renda do setor cafeeiro evitando o declínio acentuado da demanda agregada. Assim, ante a impossibilidade dessa demanda ser atendida por importações, devido ao seu elevado preço, uma parcela crescente dela passou a ser suprida pela produção nacional de manufaturados, definindo o referido deslocamento/internalização do centro dinâmico da economia brasileira.

Num estudo clássico sobre a “substituição de importações”, Maria da Conceição Tavares sugere que o processo se fazia por sucessivas “ondas” de substituição decorrentes do recrudescimento, a cada momento, do estrangulamento externo da economia brasileira. Assim, o processo de industrialização permitiria o progressivo aprofundamento da estrutura industrial – da produção de bens de consumo corrente para a de bens de consumo duráveis, bens intermediários e bens de capital – a partir do recorrente desequilíbrio externo da economia brasileira. Na verdade, em cada uma dessas “ondas” de substituição, seria necessário algum avanço em direção aos ramos mais “pesados”, a fim de garantir condições mínimas de sustentação para os ramos mais “leves”. No entanto, a concentração num determinado grupo de produtos, segundo a sequência descrita, caracterizaria uma dada fase de expansão industrial.²

No período 1930-1960, o acelerado ritmo de expansão da indústria situou a economia

1 Para um balanço da polêmica sobre as relações entre café e indústria, veja-se SUZIGAN (2000, Cap.I).

2 O estudo mais conhecido de Maria da Conceição Tavares intitula-se *Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil, de 1963*, reproduzido em TAVARES (1972). A própria autora propôs, posteriormente, a revisão desse modelo interpretativo ao considerar o estrangulamento externo menos decisivo como indutor das ondas de substituição (TAVARES, 1998).

brasileira entre aquelas que mais cresceram no mundo. Esse crescimento ocorreu com maior intensidade no estado de São Paulo – principalmente no município da Capital e na região chamada Grande São Paulo – que ampliou sua participação no valor da produção industrial nacional. Estimativa apresentada em Negri (1996, 47, 87 e 117) evidencia esse aumento da proporção do valor da produção industrial brasileira correspondente ao estado de São Paulo:

1928: 37,1%

1939: 45,4%

1949: 48,0%

1956: 52,2%

1959: 54,4%

Cálculos similares encontrados em Cano (1998, 98) mostram que o crescimento verificou-se de modo ainda mais concentrado no segmento formado pelas indústrias de bens de capital e de consumo duráveis, cujo percentual correlato atingiu, no último ano da relação acima, 82%. Esses resultados evidenciam não só o rápido crescimento da indústria de São Paulo, mas também a concentração dos novos ramos produtivos, tidos como mais “pesados”, no território paulista. Certamente, esta não é uma regra absoluta; o melhor exemplo é o da siderurgia instalada na localidade fluminense de Volta Redonda. No entanto, admite-se que, durante algum tempo, o avanço relativo da industrialização de São Paulo acabava por atrair novas empresas interessadas nos mercados locais e na infra-estrutura já constituídos. Desse modo, o fenômeno característico da industrialização brasileira – a crescente diversificação setorial – repetiu-se em São Paulo.

Outra característica do desenvolvimento industrial paulista decorre de sua progressiva dispersão espacial. Embora, em seus primórdios, tivesse havido a instalação de muitos estabelecimentos no interior do Estado, atraídos pela proximidade da matéria-prima ou pela facilidade da energia hidráulica, verificou-se uma progressiva concentração da indústria nos limites da Capital. Este fenômeno acarretou o esgotamento das vantagens dessa localização: de um lado, por conta da crescente escassez, e conseqüente aumento do preço, de terrenos adequados para as novas fábricas; de outro, devido aos efeitos adversos provocados pela excessiva aglomeração urbana, como trânsito congestionado, custos elevados de habitação operária, restrições na oferta de serviços públicos etc. As indústrias passaram, então, a buscar outras localidades, primeiro no entorno da Capital e, depois, em municípios mais distantes do interior.

Embora seja correta a afirmação de que, em 1960, São Paulo ainda era uma cidade industrial, há que se reconhecer que os novos ramos já buscavam espaços mais amplos. O exemplo típico é dado pela indústria automobilística que elegeu os municípios do ABC (Santo André, São Bernardo e São Caetano do Sul), especialmente as margens da Via Anchieta, como a área preferencial para sua instalação.

Estes são os traços mais abrangentes e distintivos da industrialização paulista entre 1930 e 1960 no quadro geral da industrialização brasileira. Cabe agora destacar, de modo mais preciso, as características desse processo no âmbito do estado de São Paulo.

EXPANSÃO, ESTRUTURA SETORIAL E DISTRIBUIÇÃO REGIONAL

Embora a década de 1930 marque o início de notável expansão da economia brasileira

– em que a indústria teve papel decisivo – é certo que nos anos iniciais desse período foi significativo o impacto da crise de 1929, desencadeada com a quebra da bolsa de Nova Iorque, e da Grande Depressão que a ela se seguiu. A indústria paulista – pelo fato de se manter parcialmente alimentada pela renda gerada na economia cafeeira, mais diretamente afetada pela crise – também sofreu, de imediato, os efeitos do movimento recessivo da economia mundial: produção e emprego sofreram quedas substanciais (Veja-se a Tabela 1).

TABELA 1 - ESTADO DE SÃO PAULO - INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO - Diversos Indicadores 1928-1932

	1928	1930	1932
Número de fábricas	6.923	5.358	6.070
Número de operários	148.376	119.296	150.808
Índice do volume físico do produto*	67,6	59,5	64,2
Valor da produção**	2.217	1.854	1.945

Fonte: SUZIGAN (1971), p. 95.

OBS.: * 1935=100 ** Mil contos de réis

O impacto da crise de 1929 levou ao fechamento de muitas fábricas (o número de fábricas em 1930 era 23% menor do que o de 1928), reduzindo o volume físico de produção em cerca de 12%, e em quase 20% a quantidade de pessoas empregadas. Alguns ramos industriais foram atingidos de forma mais aguda, como têxtil, vestuário e calçados, mobiliário e bebidas, entre outros. Já o ramo de produção de alimentos não sofreu redução em seu produto físico (embora isso tivesse decorrido principalmente do aumento da produção de açúcar), assim como o de papel e papelão.(SUZIGAN, 1971, 96). Mas em 1932 já se observava alguma recuperação, embora não fossem atingidos os níveis de 1928.

A partir de 1933 teve início um período de expressiva expansão da indústria paulista, num movimento que se manteve ao longo dos

anos aqui estudados e que acabou por consolidar a condição do estado de São Paulo como principal centro industrial do País. Os dados gerais sobre a indústria paulista para o restante da década

TABELA 2 - ESTADO DE SÃO PAULO - INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO - Diversos Indicadores 1933-1939

	1933	1937	1939
Número de fábricas	6.55571	9.051	12.850
Número de operários	71.667	245.715	254.721
Índice do volume físico do produto*	75,0	123,6	164,5
Valor da produção**	2.060	3.852	7.108

Fonte: SUZIGAN (1971), p. 95.

OBS.: * 1935=100 ** Mil contos de réis

de 1930 não deixam dúvida sobre o ímpeto da aludida expansão (Veja-se a Tabela 2).

A comparação entre 1933 e 1939 não exige maiores considerações: o número de fábricas e o índice físico da produção industrial do Estado praticamente dobraram e o número de operários cresceu 69%, num

período de apenas seis anos.³

No curso dos anos em foco, quase todos os ramos registraram crescimento do produto; porém, a expansão mostrou-se ainda mais expressiva em alguns ramos relativamente novos, como o de metalurgia, química e farmacêutica, material de transporte e minerais não-metálicos (especialmente cimento).

A II Guerra Mundial produziu efeitos contraditórios sobre a indústria paulista. Pressões de demanda estimularam o crescimento da produção local: em face da queda das exportações dos países industrializados em guerra, a demanda interna incentivava a produção nacional

³ Convém esclarecer que os dados da Tabela 2 não são absolutamente homogêneos, por serem diferentes suas fontes originais. Nos anos de 1933 e 1937, não estão incluídos os frigoríficos e outras indústrias “rurais” (como café, algodão, farinhas e açúcar), ramos considerados na estatística de 1939.

do que não podia mais ser importado; além disso, o próprio esforço de guerra exigia mercadorias que não estavam sendo produzidas pelos países em conflito. Estes estímulos das demandas interna e externa foram aproveitados pela indústria brasileira e pela paulista, em particular. No entanto, havia algumas dificuldades para atender a essa demanda crescente: de um lado, a escassez de alguns insumos e matérias-primas, tais como combustíveis, trigo, borracha etc, cuja utilização destinava-se preferencialmente às necessidades da guerra; de outro, a limitação da própria capacidade produtiva decorrente da dificuldade de importação de máquinas e equipamentos que, tendo surgido nos anos trinta como decorrência da crise do setor externo, prolongava-se durante a guerra. Assim, a produção industrial registrou, entre 1940 e 1945, alguns anos de expansão rápida e outros de crescimento lento ou mesmo de declínio.

Os dados disponíveis sugerem que os desempenhos das indústrias brasileira e paulista foram discrepantes nos anos da guerra. Um estudo do IPEA (MALAN et al., 1977, p.302) indica as seguintes taxas médias de crescimento da produção brasileira para um amplo conjunto de ramos industriais:

1939/42: 3,9 % a.a.

1942/45: 9,4 % a.a.

Para o estado de São Paulo, o cálculo a partir dos dados apresentados por SUZIGAN (1971, p.108) resulta nas seguintes taxas médias de crescimento do volume físico de produção da indústria de transformação:

1939/42: 8,5 % a.a.

1942/45: -2,2 % a.a.

Suzigan atribui o declínio no segundo período principalmente à perda de mercados externos pela indústria têxtil, decorrente, por sua vez, da má qualidade dos produtos exportados, em desacordo com os padrões estabelecidos nos contratos. Curiosamente, nos dados do IPEA, a indústria têxtil apresenta, no segundo período, desempenho muito superior ao do primeiro (de 9,4% a.a. contra 1,9% a.a.). Apesar dos dados não serem estritamente comparáveis, essa discrepância é surpreendente e impede uma explicação minuciosa do comportamento da indústria no período. Ainda assim, parece razoável concluir que a indústria paulista, como a brasileira, realizou expressivo esforço para aumentar sua produção nos anos de guerra – por exemplo, com maior número de turnos de produção –, o que certamente agravou o desgaste de máquinas e equipamentos que já eram bastante antigos. Mas a política cambial do governo brasileiro no pós-guerra facilitou a importação de máquinas e equipamentos, permitindo a recuperação da capacidade produtiva e viabilizando uma nova etapa de expansão da indústria paulista.

Os dados são mais uma vez inequívocos, como podemos observar na Tabela 3.

O intenso crescimento verificado no pós-guerra – característico da economia e da indústria brasileira em geral – concentrou boa parte de seus efeitos nos estado de São Paulo, como já observamos. Relembramos que a participação do estado de São Paulo no valor da produção indus-

TABELA 3 - ESTADO DE SÃO PAULO - INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO - Diversos Indicadores 1940-1960

	1940	1950	1960
Número de Estabelecimentos	14.183	24.076	36.349
Pessoal Ocupado	329.015	546.428	830.229
Número de Operários	272.865	484.844	687.697
Valor da produção*	7.602	54.624	

Fonte: RIGHI (1981), pp. 145, 148 e 167.
OBS.: * Cr\$ milhões

trial brasileira cresceu de 45,4% em 1939 para 54,5% em 1959.

A rápida expansão da indústria paulista, que justifica sua crescente participação na produção industrial do Brasil, foi acompanhada por importantes mudanças na estrutura setorial e na distribuição espacial da indústria no estado de São Paulo.

As industrializações retardatárias tipicamente se iniciam pela produção de bens de consumo não-duráveis, como tecidos, vestuário, alimentos, bebidas etc; a menos que haja uma política deliberada do governo privilegiando outros ramos. Isso decorre da existência prévia de um consumo local, associada ao acesso fácil à tecnologia por meio da importação de máquinas. O caso de São Paulo não fugiu a essa regra geral: antes de 1930, o predomínio do segmento industrial de bens de consumo não-duráveis era absoluto.

Como se observa na Tabela 4, mais de $\frac{3}{4}$ do valor da produção da indústria de transformação em São Paulo em 1919 e em 1928 devia-se aos bens de consumo não-duráveis.⁴ Os ramos mais destacados eram: têxtil (cerca de 30% do valor da produção), alimentos (de 20 a 30%) e vestuário e calçados (de 10 a 13%). Embora se reconheça a instalação, nos anos vinte, de fá-

bricas de bens intermediários e de bens de capital, verifica-se que foi modesto seu impacto sobre a estrutura setorial da indústria de transformação, que praticamente não se alterou entre 1919-1928.⁵

TABELA 4 - ESTADO DE SÃO PAULO
ESTRUTURA SETORIAL DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
(% do Valor da Produção do Estado) 1919-1928

Grupos de Indústrias	1919	1928
I. Predominantemente Produtores de Bens de Consumo Não-Duráveis	77,6	77,0
II. Predominantemente Produtores de Bens Intermediários	19,6	20,2
III. Predominantemente Produtores de Bens de Capital de Consumo Duráveis	2,8	2,7

Fonte: NEGRI (1996, 37).

O mesmo não se pode dizer a respeito dos anos trinta: até 1937, a participação dos bens de consumo não-duráveis no valor total da produção industrial sofreu algum declínio, tendo passado de 77% para cerca de 71%, ao passo que a participação de bens intermediários aumentou para 24% e o percentual dos bens de capital e de bens de consumo duráveis para 5%. Essas mudanças são menos expressivas pelos valores em si do que pela tendência que apontam, ou seja, de que o crescimento industrial a partir de 1930, ou mais propriamente a partir de 1933, se fez com a progressiva diversificação dos ramos produtivos, no sentido do aprofundamento da estrutura industrial rumo a setores mais “pesados” e com crescente integração intersetorial. Assim, não se trata apenas de “substituir importações” no sentido estrito do termo, ou seja, passar a produzir internamente o que antes era importado, e sim estabelecer elos entre as indústrias produtoras de bens de consumo – duráveis e não-duráveis

4 Adotamos, no texto, a classificação dos ramos industriais proposta por Negri, a saber:

I. Ramos predominantemente produtores de bens de consumo não-duráveis: têxtil; vestuário, calçados e artigos de tecidos; alimentos; bebidas; produtos farmacêuticos; fumo; perfumaria, sabões e velas; editorial e gráfica; mobiliário;

II. Ramos predominantemente produtores de bens intermediários: minerais não-metálicos; química; metalurgia; papel e papelão; borracha; couros, peles e similares; madeira;

III. Ramos predominantemente produtores de bens de capital e de consumo duráveis: mecânica; material de transporte; material elétrico e de comunicações; outros.

Evidentemente, nem todos estes ramos estavam presentes ou eram expressivos nos diversos anos considerados neste artigo. Ainda assim, a classificação facilita sobremaneira a exposição, cabendo, quando necessário, explicitar os ramos que merecem referência especial.

5 A afirmação permanece válida se, ao invés do valor da produção, for considerada a estrutura do emprego industrial. Não obstante o setor industrial de São Paulo empregar em 1928 o dobro do número de operários de 1919, o percentual concernente ao agrupamento das indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo não duráveis permaneceu inalterado em 70% daqueles trabalhadores.

– e aquelas fornecedoras de insumos e de bens de capital.

Essa tendência aprofundou-se nos anos quarenta e ganhou nova força nos cinquenta, como podemos observar na Tabela 5.

TABELA 5 - ESTADO DE SÃO PAULO ESTRUTURA SETORIAL DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO 1956

Grupos de Indústrias	% do Valor da Produção
I. Predominantemente Produtores de Bens de Consumo Não-Duráveis	49,9
II. Predominantemente Produtores de Bens Intermediários	35,3
III. Predominantemente Produtores de Bens de Capital de Consumo Duráveis	14,8

Fonte: NEGRI (1996, 108).

Embora a indústria de bens de consumo não-duráveis ainda mantivesse a maior participação no valor da produção do Estado, sua parcela havia se reduzido de $\frac{3}{4}$ para metade. A produção de bens intermediários – que inclui cimento, ferro, aço, madeira, papel e papelão, borracha, couros, produtos químicos – passou a responder por cerca de 35% do valor da produção; cabendo aos bens de capital (máquinas) e bens de consumo duráveis (como eletrodomésticos e veículos) cerca de 15%. No momento inicial de aplicação do Plano de Metas tinha-se, portanto, uma indústria bem mais complexa do que a dos anos vinte e foi, de certo modo, essa diversificação/integração que garantiu um ritmo de crescimento muito elevado a partir de 1930. Com os projetos implementados ao longo do Plano de Metas (1956-1960), houve significativo aumento da proporção do valor da produção gerada no agrupamento das indústrias de bens de capital e bens de consumo duráveis. Esses efeitos foram particularmente visíveis na região da Grande São Paulo: em 1956, esses ramos respondiam por 20% do valor da produção da região, ao passo que em 1959 essa proporção atingiu 28,5% do total, com o correspondente de-

clínio relativo das indústrias produtoras de bens de consumo não duráveis e da indústria de bens intermediários (NEGRI, 1996, 119)

A expansão acelerada da indústria paulista e sua crescente diversificação também se refletiram na distribuição espacial dessa indústria.

As primeiras manifestações propriamente industriais em terras paulistas não se concentraram na Capital. Um relatório da Comissão Central de Estatística ao Presidente da Província de São Paulo (1888) relacionava as principais fábricas então existentes. O ramo

mais característico – manufatura de algodão – contava com doze estabelecimentos, dos quais apenas dois se localizavam na Capital. Itu contava com quatro fábricas e as seis restantes estavam situadas em Piracicaba, Jundiaí, Santa Bárbara, Tatuí, Sorocaba e São Luiz do Paraitinga. A utilização de energia hidráulica – rodas d'água – e a disponibilidade de matéria-prima explicariam a preferência por alguns municípios do interior. Nos outros ramos não se verificava também uma concentração na Capital, até pela peculiaridade de muitos deles. Por exemplo, a fábrica de ferro em Ipanema; as oficinas metalúrgicas existentes em Jundiaí e em Sorocaba, pertencentes às estradas de ferro; as usinas de açúcar em cidades do interior e muitas outras fábricas distribuídas por toda a província. Em suma, não se tinha ainda naquele momento uma localidade que pudesse ser denominada apropriadamente como uma cidade industrial.

No início do século XX, no entanto, houve clara tendência à progressiva concentração das fábricas na Capital; o crescimento da população, a diversificação econômica na cidade de São

Paulo, a oferta de energia elétrica, a imigração são fatores que ajudam a explicar essa concentração. O censo industrial de 1907, que registrou apenas as fábricas com mais de 5 operários, já indicava esse processo (Veja-se a Tabela 6).

em meados dos anos 1950, as participações alcançaram, respectivamente, 67,7% e 66,6%. É inegável que o crescimento industrial no período em foco tendeu a se concentrar nos principais municípios da Grande São Paulo. Porém, já se

observa também a tendência dos novos estabelecimentos não mais buscarem a Capital, e sim nos outros municípios limítrofes, principalmente os do chamado ABC. Tal fato reflete, não só, a redução da disponibilidade, e con-

seqüente elevação do preço, de terrenos livres nas principais áreas industriais da Capital, mas também a necessidade de áreas mais amplas para abrigar plantas industriais de dimensões crescentes: os novos ramos – de bens intermediários, bens de capital e bens de consumo duráveis – tipicamente exigem plantas de dimensões muito maiores que as indústrias tradicionais. Desse modo, o deslocamento para regiões ainda pouco ocupadas, porém próximas da Capital e servidas por uma infra-estrutura de transportes – agora não apenas a ferrovia, mas também a rodovia, no caso a Via Anchieta – mostrou-se a solução

TABELA 6 - ESTADO DE SÃO PAULO DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO 1906

Regiões	Estabelecimentos		Pessoal Ocupado		Valor da Produção (%)
	Número	%	Número	%	
Capital	154	47,1	12.773	51,7	51,8
Índice do volume físico do produto* Valor da produção**	14	4,3	1.323	5,4	6,4
Interior	159	48,6	10.590	42,9	41,8

Fonte: NEGRI (1996, 44).

O crescimento industrial reforçou a tendência à concentração nos municípios da chamada Grande São Paulo, que compreende, além da Capital, os municípios de São Bernardo, Santo André, São Caetano, Guarulhos, Osasco, entre os principais (Veja-se a Tabela 7).

Por volta de 1940, as indústrias de transformação situadas na região empregavam 61,1% do pessoal ocupado no Estado e 64,5% do valor da produção; no final da década, a participação no pessoal ocupado havia subido para 65,3% e no valor da produção para 66,3%; finalmente,

TABELA 7 - ESTADO DE SÃO PAULO DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO (% sobre o Total do Estado) 1928-1956

Regiões	Pessoal Ocupado				Pessoal Ocupado			
	1928	1939	1949	1956	1928	1939	1949	1956
GRANDE SÃO PAULO	65,0	64,5	66,3	66,6	67,8	61,1	65,3	67,7
Capital	58,0	53,9	54,2	51,1	63,5	52,9	54,8	54,4
Outros Municípios	6,7	10,6	12,1	15,5	4,3	8,2	10,5	13,3
Interior	35,0	35,5	33,7	33,4	42,9	38,9	34,7	32,3

Fonte: NEGRI (1996, 44).

adequada para o novo salto da industrialização, especialmente o característico dos anos cinquentista, sob o impulso do Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek.

Naqueles anos, a indústria do interior teve sua participação reduzida. A concentração industrial na Grande São Paulo inibiu a constituição de uma indústria diversificada no interior. Desse modo, até 1960, ou mesmo 1970, havia municípios interioranos em que um determinado tipo de indústria, ou às vezes uma empresa industrial, caracterizava o setor local. Exemplos típicos eram a refinação de petróleo em Cubatão e, mais tarde, em Paulínia; as usinas de açúcar em Piracicaba, as fábricas de calçados em Franca, a indústria têxtil em Americana, as fábricas de tecidos e indústrias do grupo Votorantim (cimento, alumínio etc) na região de Sorocaba. Atendendo, em geral, a certas vantagens locais, essas indústrias deram um caráter industrial a determinados municípios, embora tal fato não chegasse a assinalar um processo de industrialização do interior paulista, ou mesmo de algumas regiões do interior. Este fenômeno foi observado principalmente a partir dos anos de 1970, quando efetivamente começou a se perceber um movimento de desconcentração espacial da indústria.

OS AGLOMERADOS INDUSTRIAIS: IRF Matarazzo & Votorantim

As mudanças na estrutura setorial e na distribuição espacial da indústria paulista entre os anos trinta e cinquenta do século passado foi o que se buscou evidenciar no item precedente com base no exame de alguns dados concernentes ao conjunto do setor de transformação. O crescimento industrial no curso daqueles decênios foi estimulado pela gradual substituição dos manufaturados e insumos importados pelo similar nacional, em continuidade a um proces-

so cujas origens remontam aos anos iniciais da República, quando o mercado interno de bens de consumo não-duráveis passou a ser progressivamente abastecido pela indústria local.

Na época da eclosão do crash de 1929, parte substancial da produção industrial paulista provinha de estabelecimentos pertencentes a grandes grupos empresariais, que atuavam numa gama variada de atividades econômicas. Muitos desses grupos se beneficiaram da acelerada expansão da economia brasileira a partir de 1933, ampliando seus estabelecimentos fabris ou investindo em novos ramos industriais. No ramo têxtil, muitas das empresas fundadas na Primeira República continuaram a figurar entre os estabelecimentos com maior número de empregados, por exemplo: cotonifício Rodolfo Crespi, Fiação e Tecelagem Ipiranga Jafet, São Paulo Alpargatas, Indústrias Reunidas F. Matarazzo (IRFM), Fábrica Votorantim (em Sorocaba), todas ligadas à fiação e tecelagem de algodão. No entanto, nos anos trinta novos produtos têxteis passaram a ser manufaturados em São Paulo em escala apreciável. Levantamento realizado em 1945 registrou, na fiação e tecelagem de lã, as seguintes empresas de grande porte: Lanifício Varam (fundado em 1936), Lanifício Jafet (de 1937), Lanifício Filleppo (de 1941), Moinho Santista (de 1931); na fabricação de fios de raíom, além das IRFM, cuja fábrica foi instalada em 1926, constaram a Rhodia (Rhodiaceta, de 1929) e a Nitroquímica (do grupo Votorantim, adquirida em 1935). Em suma, as condições do mercado nos anos trinta permitiam tanto a expansão das antigas fábricas em seus ramos tradicionais (essencialmente fios e tecidos de algodão) como também a introdução de novas fibras como a lã e o raíom.

No ramo de alimentação também se observou o surgimento de grandes empresas como a fábrica de conservas Carlos de Brito (de 1939), a Indústria de Chocolate Lacta (de 1938), a pro-

dução de massas e biscoitos pelas IRFM (em 1937), sobrepondo-se à produção em pequena escala previamente existente. Houve também notável ampliação do setor de óleos comestíveis: IRFM, Votorantim, Anderson Clayton e Sanbra (Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro, do grupo Bunge & Born/Moinho Santista) instalaram máquinas de beneficiamento de algodão em inúmeros municípios paulistas ao longo dos anos trinta. Assim, se obtinha tanto a matéria-prima para a fiação de algodão como o caroço necessário para a extração de óleo. Além das IRFM, que desde 1915 já produziam óleo de algodão, nos anos trinta novas empresas se estabelecem no ramo: Moinho Santista (em 1935), J.B.Duarte, Anderson Clayton, Cia. Refinadora de Óleos Prada (todas em 1936), além da Fábrica Santa Helena, do grupo Votorantim (de 1934), também dedicada à produção de sabão. Duas grandes empresas produtoras de cigarros (Sudan, fundada em 1939 e Flórida, em 1940) se somaram às mais antigas (Castelões, de 1916, e Souza Cruz, de 1927).

Os exemplos acima se referem a alguns setores “tradicionais” da indústria paulista, no qual é possível observar a expansão de produções já existentes como também o surgimento de novos produtos e novas empresas. O citado levantamento de 1945 permite ver, além disso, um movimento na direção de novos ramos industriais, alguns ainda ligados à produção de bens de consumo corrente, mas outros já dedicados aos bens intermediários ou de capital. Alguns exemplos permitem situar melhor este movimento.

No grupo dos novos ramos de bens de consumo final podem ser apontados a fabricação de tapetes e veludos (Santa Helena, de 1927, Tabacow, de 1930, ITA-Atlântida, de 1936 e Bandeirante, de 1942), de utensílios domésticos (Nadir Figueiredo, de 1939; Fulgor, de 1941), de cutelaria (Corneta, 1932), de brinquedos (Es-

trela, de 1937), de artigos para escritório (Fritz Johansen, de 1941) e, por fim, de medicamentos (Torres, de 1932; Ciba, de 1935; Vicente Amato Sobrinho, de 1937; Endoquímica, de 1938; Laborterápica, de 1938; Labofarma, de 1939; Fontoura, de 1944).

Em relação ao grupo dos bens intermediários e de capital também é possível indicar exemplos relevantes nos ramos de materiais para a construção (Cia Brasileira de Cimento Portland Perus, em funcionamento desde 1925; Fábrica de Cimento da Votorantim, desde 1936; Fundação Brasil, de 1938; Ferragens e Laminação Brasil, de 1943; Cerâmica Sacoman, de 1943; Eternit do Brasil, de 1940; Brasilit, de 1938); no ramo de papel, além da Cia Fabricadora de Papel, do grupo Klabin/Lafer (de 1909) e da Indústria de Papel Simão (de 1922), que haviam ampliado sua atuação nos anos trinta, destacavam-se a Fábrica de Papel Santa Teresinha (de 1940), a Leon Feffer (1941) e as IRFM (1940). Entre outras empresas típicas do período, sobressaíam: Arno e Walita (motores elétricos, ambas de 1944); Indústrias Filizola (balanças, 1941); Good Year (1938), Firestone (1940) e Pirelli (1930), produção de pneus e câmaras; Cia. Metalúrgica Bárbara (fundição, 1942).

Estes exemplos, uma amostra de empresas de maior porte (com mais de 100 operários), procuram indicar os rumos que a industrialização paulista seguiu nos anos trinta e quarenta do século XX. A década de 1950 reforçou essa tendência: de um lado, a redução relativa da importância dos ramos de bens de consumo corrente; de outro, a ampliação da produção de bens de consumo duráveis, de bens intermediários e de bens de capital, com a presença crescente de empresas estrangeiras. O exemplo mais conhecido é o da indústria automobilística: Ford, General Motors, Volkswagen e Mercedes Benz instalaram-se em São Bernardo e São Caetano

induzindo o estabelecimento de fabricantes de autopeças nessa região. No ramo eletro-eletrônico, empresas brasileiras tiveram de se defrontar com a crescente concorrência das grandes empresas multinacionais. Aparelhos fabricados por empresas nacionais como a Indústria e Comércio Assumpção (1930), a Semp Radio e Televisão (1942), a Invictus Rádio e Televisão (1943) e a Empire Rádio e Televisão (1952) passaram a concorrer com os produtos da Philips (instalada em 1925), da General Electric (1936), da Philco (1948) e da Telefunken do Brasil (1956). No ramo farmacêutico ocorreu fenômeno semelhante: as empresas nacionais, na maior parte instaladas antes de 1950, tiveram a concorrência direta de empresas estrangeiras instaladas em São Paulo ou se associaram a empresas estrangeiras, por exemplo: Hoechst (1940), Eli Lilly (1943), Sandoz (1947), Pravaz-Recordati (1947), Fontoura-Wieth (1950), Anakol (1951), Pfizer (1952), Squibb (1953), Merck-Sharp & Dhome (1954), Berlind (1957), Upjohn (1957), Mead-Johnson/Endoquímica (1960).⁶

Acreditamos que estes exemplos bastam para delinear o espectro de mudanças por que passava a indústria paulista entre 1930 e 1960: crescimento acelerado da produção em geral, mas tendência a ampliar a presença de novos ramos em detrimento dos tradicionais produtores de bens de consumo corrente. Tais mudanças propiciaram, aos grandes grupos industriais da época, a definição de diferentes estratégias de expansão de suas atividades. Ainda que sucinto, o acompanhamento da trajetória dos conglomerados de empresas familiares integrantes das Indústrias Reunidas F. Matarazzo (IRFM) e do Grupo Votorantim pode contribuir para o entendimento da forma de atuação desses grupos ao longo dos anos contemplados neste artigo.

6 As informações arroladas até aqui, no tópico, foram extraídas de: São Paulo. Departamento Estadual de Estatística. Catálogo das Indústrias do Município da Capital, 1945. São Paulo: Tipografia Brasil, 1947; Anuário Banas: Elétrica e Eletrônica, 2ª ed., São Paulo: Editora Banas, 1963; Anuário Banas: Farmacêutica, 4ª ed., São Paulo: Editora Banas, 1963.

Além do traço inicial comum de serem resultantes da iniciativa de imigrantes europeus radicados na região de Sorocaba, ambos guardam entre si semelhanças tais como a época de criação e o fato de terem começado com a fabricação de bens de consumo não-duráveis derivados do processamento de matérias-primas locais e destinados ao abastecimento do mercado interno. Além disso, após 1930 os fundadores foram substituídos no comando dos negócios por sucessores mais jovens, cujas gestões foram decisivas para a definição da situação de cada conglomerado no final do período aqui estudado. Desde os derradeiros anos do governo Juscelino Kubitschek, em face das dificuldades surgidas com o avanço da industrialização e o acirramento da concorrência, as IRFM passaram a enfrentar problemas de endividamento que, agravados por disputas familiares, desembocariam na concordata, no início dos anos 1980.⁷ Por sua vez, o grupo de empresas iniciado pelo português Antonio Pereira Inácio (1874-1951) configurava, em 1960, o maior conglomerado nacional da indústria de base, integrado por 46 empresas distribuídas por 12 estados brasileiros.⁸

Tendo sido formado desde 1882, ano da fundação de duas unidades de produção de banha de porco e uma casa comercial, o conjunto de empresas de Francisco Matarazzo (1854-1937) constituía, em 1925, um poderoso conglomerado constituído por fábricas e estabelecimentos de beneficiamento, de moagem e de refino, aos quais se somavam depósitos e armazéns gerais e portuários, oficinas, cocheiras, uma casa bancária, uma sociedade de navegação e uma distribuidora de filmes. Fazendas, inúmeros terrenos urbanos, prédios, locomotivas e vagões tam-

7 Cf. http://www.terra.com.br/dinheironaweb/122/francisco_matarazzo-box1.htm, sítio consultado às 18 horas de 11/01/2005, edição número 122 (29/12/1999) da revista Dinheiro ONLINE, matéria intitulada 'A derrocada da família'.

8 Cf. <http://www.votocel.com.br/Portugues/AEmpresa/HistoriaGrupo/Default.htm>, artigo denominado 'História do Grupo Votorantim', consultado às 18 horas de 11/01/2005.

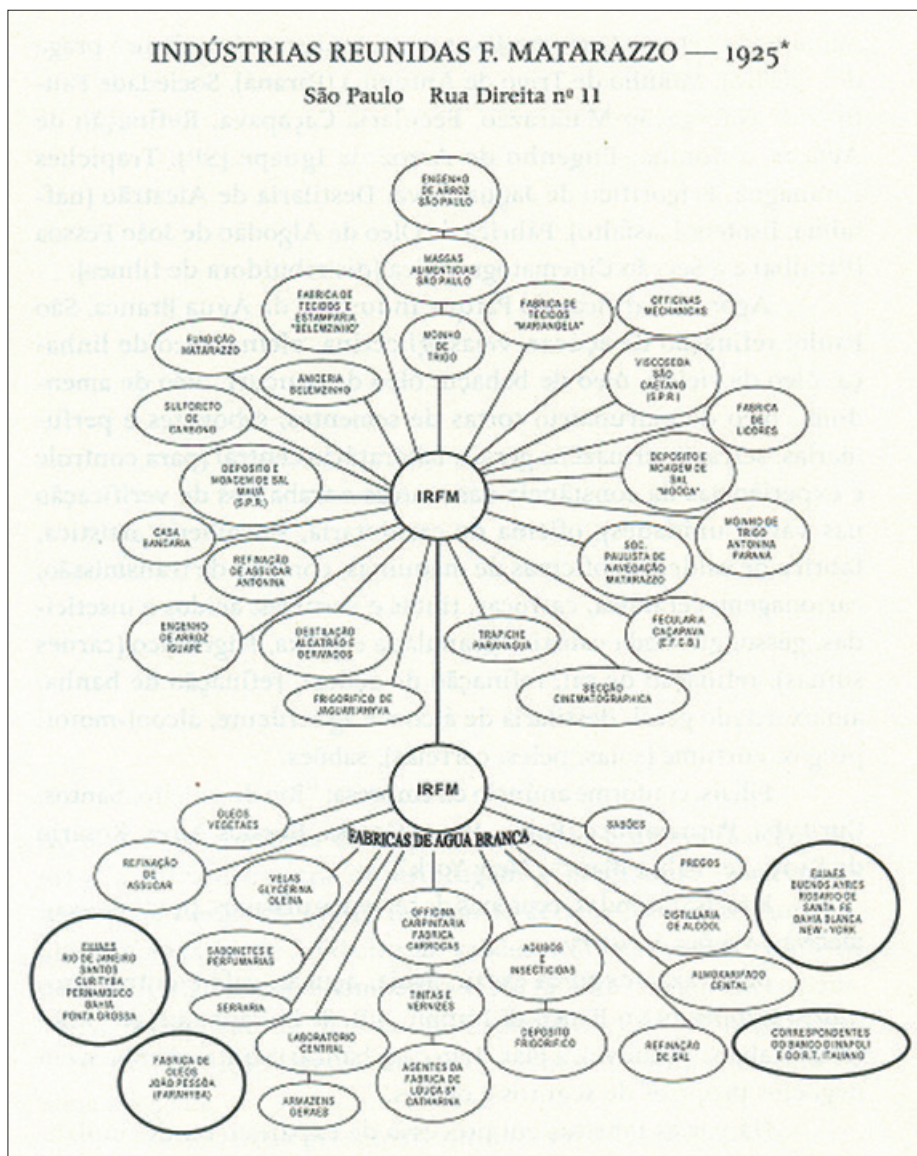


Figura1

Fonte: Matarazzo: 100 anos. São Paulo: CL-A Comunicações Ltda, 1982, p. 52. Apud. Couto, Ronaldo Costa. Matarazzo; colosso brasileiro. São Paulo: Ed.Planeta do Brasil, 2004, p.100.

bém compunham o patrimônio. Estabelecidas desde 1890 na Capital, sede de seus principais empreendimentos, as IRFM⁹, mantinha unida-

9 As IRFM tiveram seus estatutos sociais aprovados pelo governo federal

des produtivas no interior paulista, no Paraná e na Paraíba e contavam com o apoio de filiais várias praças no Brasil (Rio de Janeiro, Santos, Curitiba, Ponta Grossa, Pernambuco e Bahia), na Argentina (Buenos Aires, Rosário de Santa Fé e Baía Blanca) e em Nova Iorque. A Figura

e pela Junta Comercial em 1911. Esta sociedade anônima foi antecedida pela Matarazzo & Irmãos que, tendo sido fundada e dissolvida em 1890, foi sucedida pela Companhia Matarazzo S/A. Embora seja sabido que alguns estabelecimentos pertenceram, de fato, a subsidiárias ou existiram sob razão social diversa, serão aqui referidos genericamente sob a sigla IRFM.

1 – que reproduz uma ilustração que constou da Agenda Matarazzo, publicada em 1926 – permite visualizar a amplitude de atuação do conglomerado e também evidenciar a forte presença de uma produção verticalizada e integrada de bens de consumo não-duráveis, com predomínio dos gêneros alimentícios¹⁰, dos tecidos¹¹, dos produtos de higiene e limpeza¹² e de tortas, graxas; óleos e lubrificantes¹³.

Sem alterar o perfil de atuação, nos anos imediatamente subsequentes, a participação dos segmentos dos bens intermediários e de capital viu-se ligeiramente reforçada com a instalação, ainda em 1926, de uma fábrica de fios de raiom e de fiocco (raiom em pedaços curtos) e outra de sulfato de carbono, além de uma oficina mecânica e uma fundição; e, no ano seguinte, de uma fábrica de loucas, sanitários e azulejos¹⁴. À época da revolução de 1930, as IRFM já haviam configurado o tripé alimentos-têxteis-químicos (COUTO, 2004, 104), base de sua expansão nos decênios posteriores¹⁵.

Em meio a uma profunda recessão econômica, em 1931, o grupo passou a produzir tecidos finos de algodão, a partir da adaptação da Fábrica de Tecidos Santa Celina, adquirida no

mesmo ano. O aumento da oferta de algodão provocado pela expansão da cotonicultura, feita em substituição ao cultivo do café, inaugurou uma etapa de interiorização das atividades do grupo. Em 1936, foram instaladas unidades de descaroçamento e beneficiamento em Avaré e Itapetininga, também implementadas, no ano seguinte, em sete outras localidades paulistas. O grande volume de produto gerado e os custos requeridos no transporte dos caroços para as moendas da Capital, ensejaram a instalação de uma fábrica de óleo em Catanduva. Após falecimento de Francisco Matarazzo, ocorrido em 1937, a estratégia foi reforçada mediante a ampliação das unidades de processamento de algodão do interior (1938) e a fundação de novas fábricas de óleo (1939). A descentralização assentou-se também no processamento de outros produtos agrícolas, além do algodão. Em 1936, as unidades construídas em Limeira produziam marmelada e extraíam essências cítricas; a Fazenda Amália, localizada em Santa Rosa do Viterbo, passou a fornecer, a partir do ano seguinte, a matéria-prima empregada no fabrico de papelão, ácido cítrico, éter sulfúrico, doces e bebidas.

A contraposição ao movimento em direção ao interior ocorreu, na década de trinta, com a instalação, na região que compreende a Capital, de uma fábrica de cal (1933); o início da extração de caulim, quartzo, pedras, argila e lenha (1935); a fundação uma fábrica de papel e papelão, uma fábrica de ácido sulfúrico (1937), um pastificio e uma cerâmica (ambos em 1938); o arrendamento de uma tecelagem de seda (ainda em 1938); a construção de uma fábrica de cafeína e de mentol e de uma refinaria de petróleo (1939); a última pertencente à recém-organizada Matarazzo Energia S/A¹⁶.

10 Uma longa lista de produtos da qual sobressaíam a banha de porco, o óleo de caroço de algodão e de amendoim, o amido de milho, de arroz e de mandioca, a farinha de trigo, as massas alimentícias, o arroz beneficiado, a canjica de milho branco, o sal moído, o açúcar refinado, os licores e aguardentes e os embutidos e defumados de porco.

11 Principalmente, chitas, cassas, étamines, artigos de seda artificial e de juta.

12 Em especial, sabão, álcool, saponáceo, sabonete.

13 Óleo de linhaça, de ricino, de uricuri, de murmuru e de babaçu, óleo de jacaré e de capivara, velas, glicerinas.

14 No âmbito dos dois segmentos em tela, as IRFM contavam, em 1925, com uma destilaria de alcátrão (naftalina, lisenol e asfalto); fábricas de gesso e de giz, de tintas e vernizes, de ácidos e inseticidas/formicidas, de soda cáustica granulada; metalúrgica; curtume (solas, peles e correias); carpintaria, serraria, marcenaria e destilaria de álcool-motor.

15 É oportuna a referência à lição de Celso Furtado acerca do desenvolvimento industrial brasileiro pós-1930: ... Ao manter-se a procura interna com maior firmeza que a externa, o setor que produzia para o mercado interno passa a oferecer melhores oportunidades de inversão que o setor exportador... (FURTADO, 1971, 197. Grifo nosso). Ela permite perceber que os dois casos considerados neste item enquadram-se num abrangente processo econômico, que privilegia alguns ramos da indústria, em detrimento de outros e, por isso, condiciona o sucesso dos empreendimentos à capacidade de delas tirar proveito. Este é o pano de fundo suposto no relato que se segue e que foi amplamente baseado em Matarazzo: 100 anos. São Paulo: CL-A Comunicações Ltda, 1982.

16 Na década de 1930, as IRFM ampliaram sua atuação para fora do estado de São Paulo mediante a compra de participação em uma fábrica de sabão e de óleo de algodão em João Pessoa (1931) e a aquisição de uma jazida de gipsita em Missão Velha, CE (1935).

Enquanto persistiram as dificuldades à importação de equipamentos e insumos decorrentes do acirramento das hostilidades da II Guerra Mundial e, ao término do conflito, da intensificação da concorrência promovida pela política comercial liberal adotada pelo governo brasileiro, verificou-se um arrefecimento do ritmo de investimentos do grupo, que se limitou à criação de uma fábrica de celofane (1941), à remodelação de antigas fábricas e à renovação de equipamentos desgastados pelo uso intensivo durante os anos de declínio do comércio exterior do País. O ano 1948 – quando as importações ficaram condicionadas à obtenção de uma licença prévia expedida por órgãos federais – marcou o começo da retomada dos investimentos das IRFM no segmento dos bens de consumo não-duráveis e insumos industriais e agrícolas. Naquele ano, entraram em funcionamento as unidades de fabricação de fios e tecidos de lã e de juta e de confecção de roupas; a lista de gêneros alimentícios foi ampliada com o início da produção de margarina, pasta de amendoim, biscoitos ... Além destes, o campo de atuação do conglomerado viu-se alargado com a entrada em operação uma fábrica de inseticida de hexacloro (BHC), uma mineradora, uma fábrica de materiais de construção e, fora do estado de São Paulo, duas fábricas de cimento Portland, uma em João Pessoa (PB) e outra em Morretes (RS). Até o início da década seguinte, as IRFM tiveram aumentado sua participação na oferta de insumos industriais mediante a ampliação, ou início, do fabrico de fiocco de acetado, de fios de raiom, de soda cáustica, de ácido sulfúrico, de sulforeto de carbono, de papelão ondulado e de artefatos de papel.

Após breve interrupção até 1954, os investimentos foram continuados, na maior parte deles, em associação com empresas estrangeiras. Esta nova modalidade de ação do grupo deu-se com a instalação de uma fábrica de complexos

polivinílicos, em associação com a norte-americana B.F. Goodrich. Dois anos depois, organizou uma joint-venture com a francesa Comptoir de l'Industrie Cotonnière Établissement Boussac; a partir 1957, passou a produzir tetracloreto de carbono e tripas artificiais – em associação, respectivamente, com a The Dow Chemical Company e a Union Carbide International Company – e embalagens flexíveis. No ano seguinte, instalou uma fábrica de perlon e fibras sintéticas em São José dos Campos (SP). No último quarto de 1950 e nos primeiros anos da década seguinte – quando o Governo Federal sustentou uma política econômica centrada na superação das limitações impostas pela inflação, pelo desequilíbrio financeiro e pelo déficit da balança de pagamentos; o desenvolvimento econômico marcou-se pela incerteza posta pelos sinais de esgotamento do esquema de industrialização por “substituição de importações” e o futuro político denotou-se por sua instabilidade –, o grupo Matarazzo começou a deparar-se com agudas dificuldades enfrentadas, principalmente, com a redução dos investimentos (entre 1960-1964) e a ampliação da rede de comercialização. Apesar do impulso nos demais anos da década, particularmente, com o alargamento do leque produtos fabricados, o balanço de 1969 fechou com prejuízo¹⁷. As tentativas posteriores de mudança, consubstanciadas no estreitamento da associação com capitais estrangeiros, na venda de imóveis e na reforma estatutária de 1976, revelaram-se insuficientes para conter o endividamento, dificuldade agravada com a morte repentina de Francisco Matarazzo Júnior, que havia estado à frente do grupo desde 1937¹⁸.

¹⁷ Na década de 1960, o grupo conseguiu expandir-se com a construção de uma fábrica de ácido cítrico anidro, outra de rações granuladas, uma fiação e tecelagem de rami-juta e sacaria, uma fábrica de fios de poliéster e a introdução da via seca no fabrico de cimento Portland.

¹⁸ Como base na associação com capitais estrangeiros, o conglomerado passou a produzir café solúvel (com a alemã Theodor Wille, em 1970), fios sintéticos (com a japonesa Toray, em 1972) e ácido cítrico (com a norte-americana Milles, Inc., em 1976); com capital estritamente nacional, instalou fábricas de produtos químicos, papel e plástico.

A concentração no tripé alimentos-têxteis-químicos, do ramo de bens de consumo, a verticalização e a diversificação haviam sido os elementos fundamentais do sucesso das IRFM¹⁹. Em geral, por requererem uma estrutura industrial e comercial extensa, tais elementos dificultam sua adaptação nos momentos em que intensificação da concorrência e oligopolização de mercados específicos. Isto parece ser o que ocorreu com as IRFM depois de fins dos anos 1950 com a entrada de empresas estrangeiras. Desde então, o grupo passou a ter participação secundária e/ou residual em quase todos os mercados que atendia. As disputas familiares pelo controle do grupo agravaram os problemas estruturais que levaram ao fim aquele que foi tido como o maior império empresarial da América Latina (COUTO, 2004, 363).

Em 1980, quando as IRFM tiveram decretada sua concordata, o grupo Votorantim também mantinha como principal traço de estratégia a diversificação, porém, principalmente no segmento dos insumos básicos (cf. BONELLI, 1998, 12)²⁰. Esse parece ter sido um diferencial importante entre o conglomerado criado por Pereira Inácio e continuado por seu genro, José Ermírio de Moraes (1900-1973), e o grupo Matarazzo, cujas origens guardam, como ressaltado, estreitas semelhanças.

19 Um trecho que constou do Relatório do Balanço de 1943, apresentado pelo Conde Matarazzo Júnior, sugere que a decisão de assentar o crescimento das IRFM na diversificação dos bens de consumo fabricados derivava das dimensões insuficientes do mercado interno: ... o caráter multiforme de nossa atividade ... indubitavelmente, teria dado resultados bem mais amplos ... se o mercado interno tivesse comportado o desenvolvimento de nossa atividade produtiva em um número menor de setores ou de um único setor (Apud Matarazzo: 100 anos. São Paulo: CL-A Comunicações Ltda, 1982, 115).

20 Ainda segundo BONELLI (1998), no ramo das indústrias de minerais não-metálicos possuía 14 empresas, responsáveis por parte apreciável da oferta de cimento, cal para construção civil e cal industrial, além das empresas produtoras de refratários. Na metalurgia, as principais empresas produziam alumínio, zinco e ferro gusa; as maiores empresas do ramo químico forneciam fibras, raíom, soda, cloro, fosfato. Além destas, destacavam-se empresas de equipamentos pesados e de extração de minérios. Além do artigo citado, o relato sobre o grupo Votorantim tem como base as informações colhidas em <http://www.votocel.com.br/>; http://www.minerios.com.br/277/minerios_bauxita2.htm e <http://www.sorocaba.com.br/enciclopedia/ter.shtml?1095645044>, consultados às 18 horas de 11/01/2005.

O Grupo Votorantim foi constituído em 1918, a partir de uma fábrica têxtil de algodão, adquirida, em sociedade, da massa falida do Banco União pelo imigrante português, que logo passou a ter controle individual. Localizado em um distrito do município de Sorocaba, em pouco tempo, o empreendimento passou a contar com a primeira linha férrea particular do País, construída para impulsionar a produção e facilitar transbordo de carga e de operários dos vagões da Sorocabana para a fábrica. No ano imediatamente seguinte àquela inauguração, ocorrida em 1922, a Fábrica Votorantim colocava-se entre as maiores tecelagens do País, com cerca de 3.400 trabalhadores. Até 1930, as mudanças mais importantes no conglomerado deveriam-se à aquisição da Usina Hidrelétrica Boa Vista, localizada em Sarutaiá, na porção paulista da bacia do rio Paranapanema, onde foi também iniciada a construção de uma barragem (1925). Na época da recuperação econômica do início do governo Vargas, quando José Ermírio de Moraes já compartilhava a direção com seu sogro (direção que assumirá plenamente com a morte de Pereira Inácio em 1951), a Votorantim adotou uma estratégia de diversificação e verticalização no segmento de insumos básicos, principalmente o cimento. Produto essencial na construção civil, sua demanda era quase toda suprida pela importação. Em 1933, quando se intensificaram os estímulos à substituição de importações, teve início a construção de uma fábrica de cimento, inaugurada três anos depois.

Podemos afirmar que até então a produção de tecidos de algodão havia sido a principal atividade de Pereira Inácio: se, de início, tivera uma fábrica de óleos vegetais (em associação com as máquinas de beneficiamento de algodão que instalara no interior), com a aquisição da Fábrica Votorantim e, posteriormente, da Fábrica Lusitânia na Capital, sua atenção se concentrava

na produção de tecidos. Com a conclusão da fábrica de cimento em 1936, teve início um deslocamento do foco da empresa (que, em 1940, mudou sua razão social de S.A. Fábrica Votorantim para S.A. Indústrias Votorantim).

Em 1937 entrou em operação a Nitroquímica, empresa destinada principalmente à produção de raíom, mas com uma vasta gama de produtos químicos como ácido sulfúrico, ácido nítrico, sulfato de sódio, nitrocelulose e éter. Scantimburgo afirma que, além de Pereira Inácio e Ermírio de Moraes, havia outros interessados na formação da Nitroquímica, como Horácio Laffer e Numa de Oliveira. E ainda, que o capital inicial da empresa achava-se dividido em partes iguais entre os acionistas brasileiros e o grupo americano a eles associados.²¹ Lembra ainda que a importação das máquinas contou com a isenção de direitos de importação, concedida pelo governo de Getúlio Vargas após a exposição do projeto ao então presidente do País (SCANTIMBURGO, 1975, 175).

Também em 1937 foi adquirida a Siderúrgica Barra Mansa, especializada na produção de ferro-gusa principalmente para a construção civil. Em 1944, foi criada a Metalúrgica Atlas, um desmembramento da Siderúrgica Barra Mansa, que produzia máquinas e equipamentos para as outras empresas do grupo.

Ainda durante a II Guerra Mundial, o grupo Votorantim adquiriu a Indústria Brasileira de Artefatos Refratários (IBAR) e a Fábrica de Cimento Poty (situada em Pernambuco). Percebe-se claramente que, nesse momento, a estratégia de expansão do grupo o afastava dos bens de consumo em direção à produção de insumos. Embora a fábrica de tecidos fosse mantida em Votorantim e, nesse complexo, houvesse tam-
²¹ Na ata de assembléia de 12 de julho de 1937, há o registro, entre os acionistas, de Chatillon Corporation, de Klabin, Irmãos e Cia, S.A. Fábrica Votorantim e diversos acionistas individuais representados por Paulo Mesquita (SCANTIMBURGO, 1975, 184).

bém unidades produtoras de óleo de algodão e sabão, não se registram, à época, novos investimentos nesses ramos.

A constituição da Votocel em 1948 (para a produção de papel transparente), a aquisição da Fábrica de Papel Pedras Brancas (Guaíba, RS) e a fundação da Cia de Cimento Portland Rio Branco (PR) em 1950, reafirmam essa tendência das Indústrias Votorantim, em especial o reforço de sua posição no mercado de cimento brasileiro.

Nos anos cinquenta, com a inauguração da Companhia Brasileira de Alumínio – CBA o grupo Votorantim deu novo salto nessa mesma direção: constituída durante a II Guerra, a CBA só começou a operar em 1955, tendo obtido financiamento do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) para concluir suas instalações. Em 1957, adquiriu o controle da Companhia Brasileira de Metais, empresa que induziu o grupo a ingressar, mais tarde, na área de mineração (com a exploração de zinco e níquel).

No ano anterior, havia sido incorporada ao conglomerado uma usina de açúcar – a Usina São José de Pernambuco – aparentemente em desacordo com a estratégia geral de expansão da Votorantim. Algumas conjecturas podem ser feitas a respeito deste investimento: de um lado, José Ermírio de Moraes era de uma família proprietária de usina de açúcar em Pernambuco e ele próprio, ao retornar dos estudos no Estados Unidos, em 1923, dirigiu a empresa açucareira familiar. Além disso, cabe lembrar que, nos anos cinquenta, Ermírio de Moraes ingressou na política, elegendo-se senador por Pernambuco pela sigla do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), partido com o qual se identificava pela defesa do nacionalismo. Não se deve descartar a hipótese de que esse retorno empresarial a Pernambuco – que fora iniciado com a fábrica de cimento Poty

– estivesse vinculado ao projeto político de Moraes, até porque o açúcar (e o álcool) só voltaram a ser objeto de interesse do grupo bem mais tarde, nos anos oitenta.

Talvez se possa afirmar que o cimento assumiu, depois de 1930, o papel que a produção de tecidos teve, até então, como pilar da expansão da Votorantim. Num longo período de intensa urbanização e de grandes obras públicas (como estradas, hidrelétricas, sem esquecer a construção de Brasília), a liderança na produção nacional de cimento dotou o grupo Votorantim de um sólido suporte para a diversificação de suas atividades. E a escolha dos novos ramos indicava as possibilidades oferecidas pela “substituição de importações”, mas sobretudo a aposta nos intensos desdobramentos que a própria industrialização ofereceria pela demanda de insumos. Apesar dos novos e grandes negócios do grupo, o cimento não deixou de ser uma preocupação fundamental: nos anos setenta novas aquisições foram feitas (Cimento Itaú, Cimento Irajá, Cimento Tocantins) a fim de manter a posição de liderança no mercado nacional, ameaçada pela constituição de outras empresas no mesmo ramo.

Apesar da descrição acima ser absolutamente clara, vale a pena reproduzir as palavras do biógrafo de José Ermírio de Moraes:

A tendência industrial de José Ermírio de Moraes manifestou-se pela diversificação, na linha das indústrias de base, com exceção dos tecidos que, no câmputo geral do grupo, passou a representar cada vez percentagem menor. (SCANTIMBURGO, 1975, 199).

A expansão dos grupos Matarazzo e Votorantim acima expostas mostram duas estratégias distintas de crescimento daqueles que eram, nos anos 50, os maiores grupos industriais nacionais. A diversificação é comum a ambos, pois

a dimensão relativamente restrita do mercado impedia a acumulação dos grupos limitando sua atuação a um ramo particular. No entanto, o sentido da diversificação é distinto: o crescimento da economia brasileira oferecia múltiplas alternativas, mas é inegável que algumas se mostraram mais dinâmicas, talvez justificando o sucesso ou o fracasso desses e de outros grupos empresariais brasileiros quando, nos anos oitenta, teve início um longo período de instabilidade e estagnação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evidência levantada neste artigo reafirma a noção presente em nossa historiografia quanto ao acelerado crescimento da indústria brasileira entre 1930 e 1960 e ao fato de que o estado de São Paulo foi a unidade da federação que mais se beneficiou desse intenso processo de expansão.

No entanto, um aspecto importante não foi tratado nos tópicos anteriores: ele diz respeito ao capital investido na expansão da indústria ocorrida no período em foco. Para Dean (1971), um volume significativo de recursos teria provindo, até pelo menos o término da II Guerra Mundial, das mesmas fontes de épocas anteriores: fazendeiros de café e importadores, em particular, os primeiros. Os fazendeiros teriam encaminhado os capitais disponibilizados pelo declínio da cafeicultura não apenas para a indústria, mas, principalmente, para outras culturas agrícolas – como o algodão para exportação e outros gêneros alimentícios consumidos internamente, como arroz, feijão, milho ... –, a pecuária, o mercado de imóveis e construções urbanas, o comércio, os bancos e os serviços de transporte. No segmento industrial, a preferência teria recaído no ramo de equipamentos ferroviários e máquinas pesadas, em detrimento de outros tradicionais, como o de tecidos. Já os importadores teriam tido um en-

volvimento menor, tendo passado a atuar principalmente como distribuidores e provedores de crédito de curto prazo aos grandes fabricantes de manufaturados.

Mais alentados que os mencionados acima foram os recursos aplicados pelos próprios industriais e artífices. A intensificação do uso dos maquinários e equipamentos, a disponibilidade de insumos e de mão-de-obra, a diminuição da concorrência dos importados e a relativa sustentação dos mercados consumidores atuaram positivamente sobre os ganhos dos capitais aplicados, em larga parcela, nos anos vinte, quando a moeda nacional manteve-se razoavelmente valorizada e estável.

Alguns estudos econômicos sobre o financiamento da industrialização brasileira (por exemplo, TAVARES, 1972, Cap. 2) sugerem que o processo inflacionário, intensificado após II Guerra Mundial, favoreceu a acumulação de lucros pela defasagem entre reajustes de preços e salários. Não podemos esquecer que, em alguns casos, o próprio governo participou do financiamento da industrialização, por um lado, sustentando a ampliação da infra-estrutura de energia e de transportes, mas também apoiando alguns investimentos na indústria de transformação (como o já citado caso dos recursos obtidos pela Companhia Brasileira de Alumínio junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico).

O fim da conflagração e a progressiva retomada da normalidade do comércio internacional, coincidiram com o retorno dos capitais estrangeiros que, tendo sido aplicados na indústria antes da crise de 1929, haviam se refugiado em seus países de origem, o que acarretou sua gradual retirada, especialmente dos ramos industriais tecnologicamente estabilizados. Nas décadas trinta e quarenta, verificou-se a nacionalização de várias empresas que haviam sido

instaladas com investimento direto de capital proveniente de fora do País. Tendência oposta ocorreu nos anos 1950, especialmente, em sua segunda metade. Estimuladas por políticas públicas de atração do capital estrangeiro e pelas dimensões alcançadas pelo mercado nacional, várias empresas do exterior procuraram estabelecer-se no território paulista mediante o mais variado leque de arranjos institucionais – em que sobressaíram a transformação de simples escritórios de representação comercial em unidades de produção, a associação com indústrias locais, a aquisição de empresas em funcionamento, a construção de fábricas e a combinação destas modalidades. Estima-se que, no início da década de sessenta, cerca da metade do capital privado industrial de São Paulo, excluindo as pequenas oficinas, pertenciam ou se encontrava sob controle de estrangeiros. Aquela cifra atingia níveis ainda maiores em linhas específicas de produtos como automóveis, pneumáticos, fármacos, artigos eletrônicos, cigarros etc. Estavam lançadas assim as bases de uma nova etapa de crescimento industrial, fortemente dependente da tecnologia e do fluxo maciço de recursos externos, marcas da industrialização dos anos posteriores àqueles aqui examinados.

Referências Bibliográficas

Anuário Banas. Elétrica e eletrônica. 2ª ed. São Paulo: Editora Banas, 1963.

Anuário Banas. Farmacêutica. 4ª ed. São Paulo: Editora Banas, 1963.

BONELLI, Regis. As estratégias dos grandes grupos industriais brasileiros nos anos 90. Rio de Janeiro: IPEA, 1998. (Texto para discussão número 569).

CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1995. 2ª ed. rev. aum. Campinas:Unicamp/IE, 1998. 421 p.

CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1977. 319 p.

COUTO, Ronaldo Costa. Matarazzo; colosso brasileiro. São Paulo: Ed. Planeta do Brasil, 2004.

DEAN, Warren. A industrialização de São Paulo (1880-1945). São Paulo: Difusão Européia do Livro/Editora da Universidade de São Paulo, 1971. 272 p.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1971.

MALAN, Pedro et al. Política externa e industrialização no Brasil 1939/52. Rio de Janeiro: IPEA, 1977. 535 p

Matarazzo: 100 anos. São Paulo: CL-A Comunicações Ltda, 1982.

NEGRI, Barjas. Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990). Campinas: Editora da Unicamp, 1996. 242 p.

NEGRI, Barjas. A interiorização do desenvolvimento econômico no estado de São Paulo, 1920-1980. São Paulo: SEADE, 1988. (Coleção Economia Paulista, volume 1, número 2).

RIGHI, Roberto. Processo de industrialização do estado de São Paulo e seus inter-relacionamentos com a urbanização de 1940 a 1970. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Faculdade de Engenharia da UFRJ, 1981. 470 p.

São Paulo. Departamento Estadual de Estatística. Catálogo das Indústrias do Município da Capital, 1945. São Paulo: Tipografia Brasil, 1947.

SCANTIMBURGO, João de. José Ermírio de Moraes: o homem, a obra. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.

SUZIGAN, Wilson. Indústria brasileira: origem e desenvolvimento. Nova edição. São Paulo: Editora Hucitec/Editora da Unicamp, 2000. 421 p.

SUZIGAN, Wilson. A industrialização de São Paulo: 1930-1945. *Revista Brasileira de Economia*, volume 25, número 2, abr./jun.1971, p.89-111.

TAVARES, Maria da Conceição. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. 3ª edição, Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 1998. 206 p.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972. 263 p.



Brazilian Economic Historiography:

An Essay on Bibliographical Synthesis

Paulo Roberto de Almeida^{1*}

Professor de Política Econômica Internacional na Uniceub

pralmeida@mac.com

Resumo

Revisão analítica de obras brasileiras relevantes da história econômica, com base em uma síntese desconhecidos autores importantes, que trabalharam nos grandes temas desta área: sociedade escravista, o nacionalismo econômico e o desenvolvimento, industrialização e as crises econômicas. O ensaio relembra autores e suas obras, em uma sucessão linear. Recentemente, trabalhos de pesquisadores associados da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica e Negócios têm recebido muita atenção. A bibliografia lista autores clássicos, contribuições contemporâneas e obras bibliográficas disponíveis.

Abstract

Analytical review of relevant Brazilian works in economic history, based on a synthesis of well known authors, who worked on the great subjects of this area: slave society, economic nationalism and development, industrialization, and economic crises. The essay recalls authors and their works, in a linear succession. Recently, works by researchers associated with the Brazilian Association of Researchers in Economic and Business History have received much attention. The bibliography lists classic authors, contemporary contributions, and available

¹ Ph.D. in Social Sciences, career diplomat, professor of International Political Economy at the Post-Graduate Studies in Law of the University Center of Brasília (Uniceub); author of many books and articles on international economic relations and diplomatic history of Brazil and the regional integration process (www.pralmeida.org).

A synthesis of relevant works in Brazilian economic history can draw upon important works in certain dominant areas of research, such as colonial domination, slavery, immigrant work force, commodity exports, industrialization, foreign capital, and so on; it can also be established by selecting relevant authors and their methodologies: Marxism and economic determinism (or historical materialism); the structuralism of the ECLAC school; Keynesianism, etc. This essay will consider great interpretative works, albeit selectively, according to a chronological and linear approach (ALMEIDA, 2012).

Previous historiographical work has already established lists of the most important works in this area. Nícia Vilela Luz's pioneer assessment (1977), despite being limited to the period of 1870-1930 still maintains its value for two simple reasons: the bibliography is almost complete up to the 1930s, and it organizes the titles according to the main strands of research. For references about economic history after 1930, there is a special volume of the Cambridge History of Latin America entirely dedicated to Brazil (BETHELL, 2008, vol. 9). Another good critical synthesis of works dealing with the various phases of Brazil's economic history is the historiographical review article by Tamás Szmrecsányi (2004), who also authored or co-organized many other works published under the seal of the Brazilian Association of Researchers in Economic and Business History (ABPHE).

According to Klaes (2003), the concept of historiography, on one hand, refers to historical description of the past, in contrast to the past in itself; on the other hand, the notion is used in a meta-theoretical sense, as a reflection on how historians describe past times. Historiography, in this second sense, has two aspects: it can refer to a specific historical methodology applied by

an historian, or to a more ample definition of a methodological component of historical research. In this essay, the concept will identify works—generally by professionals, but not always—about Brazilian economic history, albeit limiting itself to a great synthesis and main interpretative reflections on this subject.

From colonial past to financial crises

Prior to the 19th century, there was not an economic history of Brazil; a few Portuguese chroniclers described the state of natural resources, botanic or mineral, and envisaged the possibilities for exploitation in favor of the Portuguese Kingdom. Some of those descriptions were indexed by the authorities, had their publication forbidden and had to wait until the latter part of the 19th century or even 20th century to become publicly available.

That was the case, for instance, of the first History of Brazil, written by Father Vicente de Salvador (1564-1627), son of one of the founding families of the first Brazilian “capital”, Salvador, precisely to offer a testimony of the natural and economic riches of the new Portuguese colony. Finished the same year of his death, the work was victimized by the mercantilist policies of the Kingdom, and remained unknown for the next centuries; it was only published in 1888, by the Anais da Biblioteca Nacional, by initiative of João Capistrano de Abreu, one of the pioneers of modern research methodology in Brazil (2007).

It was also the case of the work by Father André João Antonil (the Italian Jesuit Giovanni Antonio Andreoni, 1649-1716), Culture and Opulence in Brazil by its Drugs and Mines (1982), which although authorized to be printed in Lisbon in 1711, was immediately sequestered and prohibited by the Portuguese Crown due to its very detailed description of the resources and

riches of the most important colony. The book would only go to print again in 1800 to help the cause of the sugar cane industry restoration, already experiencing a severe decline by the late 18th century.

Only a few Brazilian authors turned to economic history during the 19th century. When they dealt with it, it was to promote industrial activities in a country essentially agrarian (with a few mines after the gold boom of the 16th and 17th centuries). It was the case, for instance, of Senator Vergueiro, who published in Lisbon in 1821 his memoir about the first iron cast manufacturer in São Paulo (1979). To be fair, the earliest work which can be classified as a political description of an economic feature is an essay by the diplomatic envoy of the Belgian King to the Brazilian Emperor, Count Auguste von der Straten-Ponthoz, who in 1847 prepared a detailed analysis of the Brazilian budget: *Le Budget du Brésil ou recherches sur les ressources de cet Empire dans leurs rapports avec les intérêts européens du commerce et de l'émigration* (1854). In an absolutely contemporary manner, he already remarked the inclination of the financial authorities to establish the State's expenditures before determining its needs in terms of receipts.

Notwithstanding the sorrowful state of the Brazilian national accounts, the main problem in the 19th century was slavery; the institution was the main subject of a violent attack by one of the most important polemicists during the Empire, Joaquim Nabuco (later on an Ambassador of the Republic), who published in London in 1883 a collection of essays and speeches on the issue of Abolitionism (1949).

Many other Brazilian authors at that time had concern for the worrying state of public finances, like Tito Franco de Almeida, author of

Balanço do Império no Reinado Actual, estudo politico-financeiro (1877) or Liberato de Castro Carreira, who by the end of the monarchy, had written *História Financeira e Orçamentária do Império do Brasil desde a sua fundação* (1889). Others in that period prepared assessments of the Brazilian economy for the purpose of presenting the country at universal exhibitions, among them, one in Paris in 1889 in commemoration of the centennial of the great Revolution. To illustrate the economic condition of Brazil, Doctor Pires de Almeida prepared a volume on agriculture and industries (*Agriculture et les Industries au Brésil*, 1889). At the same time, the Brazilian Consul in Liverpool – and future head of the Brazilian diplomatic corps – Baron of Rio Branco drafted *Esquisse de l'Histoire du Brésil* for the big volume prepared for the same Paris Exhibition; however, he placed emphasis on political and military rather than economic aspects of the country (SANT'ANNA NERY, 1889). Rio Branco's chapter was published later in Brazil (1930; 1992).

Some foreigners also visited the land, studied its native people, the lands and forests, and prepared descriptive and interpretative works between the end of the monarchy and the beginning of the Republic; among them, a few French scholars deserve mention: Louis Couty, *L'Esclavage au Brésil* (1881); Pierre Denis, *Le Brésil au XX^e siècle* (1907); and Baron de Anthouard: *Le Progrès Brésilien: la participation de la France, étude sociale, économique et financière* (1911). Following the same trend during this period, a Brazilian educated in France, son of a diplomat from the monarchy who rejected the Republic, became a diplomé in Geography by the *École Libre des Sciences Politiques*, Carlos Delgado de Carvalho. He sustained, in 1910, a thesis titled “Un Centre Économique au Brésil: l'État de Minas”, and

prepared in the same year a very detailed monograph of economic geography, *Le Brésil Méridional* (1910).

The birth of a national economic history

Modern Brazilian economic history also begins during that period especially through efforts of João Capistrano de Abreu, a scholar influenced by the German historical school; he publishes his *Chapters of Colonial History* (1907) compiling studies about the discovery of mines in Brazil's heartlands and the processes of human occupation of the internal frontiers, prior to and independently of the studies by the American Frederick Jackson Turner. The same year, a diplomat, Brazílio Itiberê da Cunha, packed the results of his reflections into the conferences on economic and commercial promotion, *Expansão Econômica Mundial* (1907), stressing the importance of education in view to expand Brazilian progress. A little later, João Pandiá Calógeras, in response to a request by the head of Brazilian diplomacy, Rio Branco, finished a detailed report on *La Politique Monétaire du Brésil* (1910; 1960); written in French for the Third American International Conference, it was the first monetary history since colonial times up to the Republic.

That marked the birth of Brazilian economic history in its modern meaning, that is, with a proper methodology. A first overall assessment, with the results of the preliminary research, was done at the first Congress of National History, held in Rio de Janeiro in 1914; the annals were published in special deliveries of the official journal of the Brazilian Historical and Geographical Institute (1916). Up until then, studies and research were sectorial and limited, or resulted from compilation of previous works, like those of the pioneer Capistrano de Abreu. A new work of economic historiography, more like

a collection of sectorial studies, but already filled with primary data, was that of José Gabriel Brito, who, in 1923, published his *Departure Points* for an Economic History of Brazil (1980). At the same time, Victor Viana published the first "historical study" on the economic background of Brazil (1922), followed, four years later, by a history of the Banco do Brasil (1926).

The first comprehensive approach to the economic, social and cultural history of Brazil appeared in 1934, with the anthropological study by Gilberto Freyre, a sociologist from the North-East (Pernambuco) who attended classes with Franz Boas at Columbia University. Upon his return to Brazil, he produced the most original analysis of Brazilian traditional society, *Master and Slaves* (*Casa Grande e Senzala*; 1934). Freyre authored the thesis – which is rejected today – of the Brazilian racial democracy. Nevertheless, the most important aspect for the knowledge of Brazil's economic history was his analysis of sugar cane production on the grounds of the big slave plantation, the true basis of the social structure at the pre-industrial stage.

That same year, but with a diametrically opposed approach, Caio Prado Jr., the first Marxist historian in Brazil, published the first economic interpretation of Brazilian history, *Political Evolution of Brazil* (1933) according to its sub-title, a "materialistic interpretative essay of Brazil's history". It was followed, ten years later, by his greatly praised *The Background of Contemporary Brazil: Colony* (1942), which was in fact a very detailed study of the socioeconomic characteristics of the colonial society, certainly based on "materialistic" methodology, but free from the jargon and the Leninist simplifications that were the mark of the Marxist studies at that time. At the end of the Second World War, Prado Jr. published the book that still represents the greatest achievement of the Marxist school in

Brazil, *Economic history of Brazil* (1945); it has had dozens of reprints and re-versions since then, with barely any corrections or additions to the first edition, except for matters of detail (IGLESIAS, 1982, 27).

Caio Prado's thesis, dominant to this day, is based on the absolute preeminence of the big plantation system, which produced export commodities with the fundamental factor of slave labor, leaving no room for the small independent farmer or for the internal market, marginalized in favor of the metropolis' interests. While recognizing the dominance of this approach in the academic sphere even up to our days, more recent studies have contested those premises and suggested a more pronounced role for the domestic markets and the circuits of capital accumulation under the control of national entrepreneurs, mainly linked to foreign trade (including slave) and mercantile networks, working even under a scarcity of currency (CALDEIRA, 2009).

Having also started his academic career during the 1930s (1936), Sérgio Buarque de Holanda undertook a very long itinerary in the realms of cultural and economic history, albeit in a much more Weberian than Marxist vein, with many investigations in economic history and the occupation of the new frontiers; he worked mainly with primary documentation, which was not exactly the case with Caio Prado, who built upon chronicles of voyageurs and "historians" of the colonial times. Holanda covered the whole universe of Brazilian history, including domestic politics during the Second Empire, and coordinated a huge collection, modeled upon a French series, the *General History of Brazilian Civilization* – published around the 1960s. He was, probably, the greatest of the Brazilian historians, even if he cannot be considered one of the patrons of economic history.

From the same generation, and working, as Holanda, essentially in an academic milieu – which was not the case of Prado Jr. – are two other high performing scholars: Alice Canabrava Pfiffer, from the University of São Paulo (heavily influenced by French scholars), and Francisco Iglesias, from Minas Gerais; she conducted archival research on trade and colonial exchanges with Southern La Plata region (1944); the second specialized properly in historiography, including a critical assessment of the economic studies written by other historians of the economy of Brazil, such as Caio Prado, Celso Furtado, among many others (1959, 2000).

Nationalism and the role of the State

Between Gilberto Freyre and Caio Prado Jr., and their differing approaches of the same economic and social realities, is to be found a self-made "historian", in fact an entrepreneur doubling as a professor: Roberto Simonsen. This peculiarity was no hindrance for a great achievement in Brazilian economic historiography: Simonsen prepared, to help his classes at the *Escola Livre de Sociologia e Política* of São Paulo, the first real synthesis of Brazilian economic history, from a global point of view, taking into account a wide range of statistical data from primary and secondary sources; his views were akin with the growing economic nationalism of the Vargas era (1930-1945). A São Paulo industrialist, well acquainted with the neomercantilist theories of Mihail Manoïlescu – of whose *Théorie du Protectionnisme et de l'Échange International* (1929; 1931) he ordered a translation and publication in Brazil – Simonsen preconized industrial policies à la Friedrich List for Brazil, at the same time that he presided over the Center of São Paulo Industry and lectured his course of economic history at the *Escola Livre de Sociologia e Política*, where his textbook was

born: *História Econômica do Brasil, 1500-1820* (1937; 2005).

Simonsen was concerned with the roots of Brazil's backwardness, which he attributed to the first commercial policy of the Portuguese Crown maintained during the first Empire in Brazil up to 1844. The liberal posture was to be replaced then, by a strong protectionist stance, coupled with an equally strengthened State intervention in economic life, which persists throughout our days. Like Prado Jr., he devised ways for Brazil to escape foreign dependence (financial British imperialism and U.S. industrial dominance), even though his world vision and his approach toward the Brazilian challenges were obviously much more sophisticated and pragmatic than the theoretical arguments of the Marxist intellectual.

The same Roberto Simonsen was at the center of one of the most important intellectual debates in the history of economic thinking in Brazil at the end of the Second World War when his nationalist, protectionist and statist ideas clashed against the liberal opinions and solid arguments of the economic conservative professor Eugênio Gudin. This debate has a bigger practical importance for applied economics and as a guide for economic policy for later Brazilian governments than for academic historiography, but it is relevant to stress its impact on the subsequent choices and orientations adopted in Brazil; this is true including for theoretical trends and lines of research taken in the Economics departments for the following decades, at a time when post-graduate studies in economics were scarce and limited to very few colleges (BIELSCHOWSKY, 2004; TEIXEIRA, 2010).

That debate, over the respective virtues of dirigisme and economic intervention by the State, on the one hand, and a policy of economic

freedom and opening to foreign capital, on the other, was not conclusive, but most of the public opinion, including that of the majority of professional economists and academic faculties, with the industrialists at the head, was inclined towards the State. Even if the monetary policy is essentially orthodox, at certain junctures even "monetarist" (BIELSCHOWSKY, 2004), this strong trend favorable to active action by the State had a profound influence over the minds and economic practices in Brazil; it was also the case with fashions and trends in historiographical research, which acquired an overall Keynesian dominance, still strong after so many decades.

The big push towards industrialization: Celso Furtado

It is within this mental framework that the greatest "classic" of Brazilian economic history and historiography emerges: the structuralist interpretation of Celso Furtado. He started with a doctoral dissertation in Paris, in the late 1940s, on the Brazilian colonial economy, and acquired soon afterwards a strong Keynesian outlook through his contact with the works of Raul Prebisch, then director of the U.N. Economic Commission for Latin America in Santiago, Chile. In the middle of the 1950s, Furtado was ready to offer a Keynesian interpretation of Brazilian economic history, with his *Formação Econômica do Brasil*, published in 1959. His early work also carried some French influences, from historians and economists, in special Henri Pirenne and François Perroux, among others, who were connected with his dissertation, finished in 1948 (2001), and whose liberal ideas and contributions were visible in his first works (ALCOUFFE, 2009).

Throughout the 1950s, Furtado comes to integrate many Keynesian elements into his works, many prepared in Santiago, the headquarter

ters of ECLAC. The big dilemma for Brazil at that juncture was how to accelerate the rate of industrialization, up to then limited to light industries and to some state companies, without scale economies or technological sophistication apt to catch-up to the more complex endeavors, like an automotive industry. It was also at that moment that Brazil gained awareness of its big social and regional inequalities, one of two pet subjects together with technological upgrade that are at the heart of Furtado's reflections, which would soon be materialized through State initiatives to industrialize the North-East.

Even if other historians – like Peláez (1979), for instance – have challenged his Keynesian interpretations, the fact is that Furtado's seminal work has remained up to our days the mandatory reference in Brazilian economic historiography. Not a single other synthesis, of such large scope, has been able to replace this influential book in the last half century (COELHO, 2009). No other economic history, even the one by Caio Prado Jr., although largely used in courses of history and economics, equals the impact of Furtado's book over the economic thinking and the conceptual framework of Brazilian economists, specially those who work in applied economics, planning and public policies. He remained largely dominant for decades for the very conception of the industrialization process and economic development, despite being ostracized by the military regime (1964-1985) and living in exile for most of his remaining life (up to 2004). His explanation about the coffee crisis and the development of industry in Brazil became a sort of paradigm, sometimes contested, but not yet surpassed.

The emphasis Furtado had given to the industrialization process would spread among innumerable researchers, stimulating them to write about many other causes for the develo-

pment and obstacles to industrial advancement in Brazil. Among them Wilson Suzigan (1986), who in collaboration with Carlos M. Peláez, produced a very well researched study on the monetary evolution of Brazil (1981), a subject already tackled by a professor of economic history at the University of São Paulo, Teixeira Vieira (1962).

Contemporaneous to the publication of Furtado's book, instantaneously a classic, another professor of economics in USP, Antonio Delfim Netto, presented his doctoral dissertation, also a "classic" though less known, on the subject of coffee in Brazil--that single product that defined an entire country for almost two centuries (1959; 2009). It was an essentially economic approach, heavily based on history, but also including some economic equations on the relationship between coffee prices, world markets and the productivity of the Brazilian plantations. Delfim Netto devoted himself, for the rest of his career to applied economics, becoming the "czar" of Brazilian finances during the "best" years of the military regime, those of high growth and huge infrastructure projects. He abandoned his works on economic history, although his many articles in the media always make references to Brazilian economic history and economic thinking in general.

Growth disequilibria and crises: the new historians

The end of the military regime and the democratization of Brazil are coetaneous with an "import substitution" in academia, in terms of economic building up: post-graduate studies which had been undertaken in foreign universities, started being accomplished entirely in Brazil. Thus, a new generation of economists pursuing an interest in history –rather than economic historians – who had completed their master's or PhD abroad began to renew, both

thematically and methodologically, research in economic history in and of Brazil.

Pedro Malan and Marcelo de Paiva Abreu, for instance, have coordinated many studies about the external disequilibria of Brasil and the industrialization process during the monarchy and Republic, with a special focus on the junctures of external crises – oil and debt, for example – as well as the eternal question of inflation. Many other economists have chosen to direct their work toward historical research, with strong links to their academic work, among them Neuhaus (1975, 1980), Gremaud (2004) and Giambiagi (2005).

Marcelo de Paiva Abreu got his Ph.D. at Cambridge with a dissertation on the foreign economic policy of the Vargas era, finally published some twenty years later (1999). He took part, with Malan (later president of the Central Bank and Finance minister) and other researchers, in a collective project dealing with the external constraints on Brazilian industrialization (1980), an undertaking that pushed other research programs, in Economic faculties, to focus on history, as told by economists. Abreu organized a collection of historical studies about the first century of Republican economic policy, almost entirely done by economists, and published at one of the worst moments of economic crisis in Brazil (1990). Some of those economists had already contributed to other important projects in historical research about Brazilian economy, among them the monumental series *História Geral da Civilização Brasileira*: Abreu, with a chapter about Brazil in the world economy from 1929 to 1945, and Malan, with a study on Brazil's international economic relations from 1945 to 1964 (1986). Abreu has also taken part in other projects on economic history of Latin America and Brazil, under the direction of foreign researchers, like Bethell, for the

enormous Cambridge undertaking (2008).

As regards economic history made by professional historians, modern changes in that field are also observable, with works that started to “correct” the old Marxist or structuralist approaches by the previous “historians”, in the line of Prado Jr. and Furtado. But even before more recent times, some “traditionalist” historians had already contested the vision and findings of the two hegemons, notably Peláez (1979), Peláez-Buescu (1976), Buescu (1974; 1985) and Buescu-Tapajós (1969); their work was much more based in primary data of the real economy than supported by some conceptual interpretation as in Prado Jr. and Furtado. A reference can also be made to some studies about economic diplomacy and international economic relations of Brazil, as well as its external economic policies, economic multilateralism, trade policies and essays on regional integration, among other issues covered in works by Abreu and Almeida (1993, 1999, 2005).

The “new” economic historians have conducted sophisticated archival research and offered new insights and interpretations about the colonial past and the transition to a modern economy under the independent State. To limit the list to the more representative works of the new trend, any record has to include the research of Luís Felipe de Alencastro on slave traffic (2000), and the works of Fragoso (1998) and Fragoso-Florentino (1998) about the accumulation of capital during the colonial society. Those advances are marked by methodological refinement and are probably the best contribution that economic research can offer to Brazilian contemporary historiography. Alencastro took the chair in Brazilian history that was created at the University of Paris (Sorbonne) by the Greek-Brazilian historian Katia de Queirós Mattoso, a specialist on empire and slavery (1979); she was

heavily influenced by the French Annales school, and the economic historian Fernand Braudel, applying their tools and vision to the investigation of the old slave society in Brazil.

Progress towards the institutionalization of research in economic history

Advancements in the institutional domain were also of great importance for the consolidation of the research in the area, as well as for the “professionalization” of the economic historians, and probably also for the specialization of the economists working with historical tools and subjects. Since 1993, the Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica e Empresarial (<http://brasileiro.abphe.org.br>), organizes meetings and publications in the area, having joined, in 1996, the International Association of Economic History. ABPHE began the publication, since 1998, of the journal *História Econômica & História de Empresas*, the first – albeit currently not the sole – periodical dedicated specifically to this intellectual endeavor. ABPHE also organizes national congresses, coordinates the participation of Brazilian researchers in international or regional congresses and publishes books and CDs resulting from its meetings and seminars; among those, for instance, the French thesis of Celso Furtado (2001), some works by an economist-historian who also doubled as an applied economist – Annibal Villela, former director of the main Brazilian institution in the field, the Instituto de Pesquisas e Economia Aplicada, IPEA, a kind of NBER with plenty of researchers – and other works arising from its collective projects.

Among the founding fathers and active participants of ABPHE (a few already dead), as well as distinguished researchers who have

published many of the works that renovated the studies in economic history of Brazil, it is possible to identify Maria Barbara Lévy (monetary history), Ciro Flammarion Cardoso (economic historiography; Americas), José Jobson Arruda (colonial history and the first independent period), Eulália Maria Lahmeyer Lobo (immigration, monarchical period), Wilson Suzigan (monetary history, industrialization), Flavio Rabelo Versiani (slavery), Flavio M. Saes (finances), Pedro Paulo Z. Bastos (Republic; economic policies) and many others (total number of associates is above 300 and growing). A special mention is deserved in the case of Tamás Szmrecsányi, one of the founders of ABPHE, a multidisciplinary scholar covering a wide range of research including but not limited to businessmen, technology and actual economic historiography. He was tremendously active, working energetically up to his death (in 2009), and was at the origin, on his own or in collaboration with others, of the organization of various volumes in Brazilian economic history from colonial times up to the contemporary era (1996; 1997).

The development of economic history studies is under way nowadays in a large (albeit not enormous) number of history or economics departments in public universities (also in some catholic and a few private), and the publications have accumulated in this field, even though not in an exclusive manner (that is, they can serve conjointly some multidisciplinary programs). There are: the “old” *Estudos Econômicos*, in USP (with a heavy presence of economic history articles); the interdisciplinary journal *História e Economia*, a bi-annually publication by the Instituto de História e Economia, also in São Paulo; and *Economia e Relações Internacionais*, published by the private FAAP-SP, mainly focusing on globalization studies

and international economic relations, with some works in economic history.

Any assessment about Brazilian economic historiography would not be complete without mention, even briefly, to some foreign economists (less) and historians (many more) who have also contributed to strengthen and expand this field of research, either as “brazilianists” or “latin-americanists”. Stanley J. Stein is the first name to be remembered, as he published a great deal of economic research about Brazilian history or the entire continent (1957a; 1957b). Steven Topik is another American historian whose works have dealt with coffee, as well as the economic role of the Brazilian State during the old Republic (1987); Werner Baer, an economist, is a major reference among the interpreters of the Brazilian industrialization (1985, 2007). Many of the best works about the economic history of Brasil were inserted in collective volumes (Haber, 1997; Bethell, 1984-1996, 1995, 2008; Coatsworth-Taylor, 1998) or integrated into other works covering the entire region (Thorp, 1998; Bulmer-Thomas, 1994); but those are only a few examples. Finally, one cannot overlook the many investigative reports published as a result of an important colloquium held in France, in 1971, probably the only one abroad specifically dedicated to Brazil’s economic history, assembling great French, Brazilian, and other foreign specialists (Colloques, 1973), with the sole limitation that the chronological span did not go beyond 1930.

Bibliography:

ABREU, Capistrano de. Capítulos de história colonial. 7th. ed.; Belo Horizonte: Itatiaia, 2000; 1st. ed.: 1907.

ABREU, Marcelo de Paiva. O Brasil e a economia mundial, 1930-1945. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

——— (org.). A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

———. “O Brasil e a Economia Mundial (1929-1945)” in FAUSTO, Boris (org.). História Geral da Civilização Brasileira, III: O Brasil Republicano, 4th vol.: Economia e Cultura, 1930-1964, 2nd. ed., São Paulo: Difel, 1986, p. 9-49.

ALCOUFFE, Alain. “Furtado, o Brasil e os economistas franceses: influências cruzadas” in Francisco da Silva Coelho; Rui Guilherme Granziera (orgs.), Celso Furtado e a formação econômica do Brasil: edição comemorativa dos 50 anos de publicação, 1959-2009. São Paulo: Atlas, 2009, p. 34-46.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. “Historiografia econômica brasileira”, Revista de Economia e Relações Internacionais, vol. 11, n. 21, July 2012, p. 5-21; ISSN: 1677-4973.

———. Formação da diplomacia econômica no Brasil. 2nd. ed.; São Paulo: Senac, 2005.

———. O Brasil e o multilateralismo econômico. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

———. O Mercosul no contexto regional e internacional. São Paulo: Edições Aduaneiras, 1993.

ALMEIDA, Pires de. L’Agriculture et les Industries au Brésil. Rio de Janeiro: Imprimerie Nationale, 1889.

ALMEIDA, Tito Franco de. Balanço do Império no Reinado Actual, estudo politico-financeiro. Rio de Janeiro: Imperial Instituto Artístico, 1877.

ANTHOUDARD, Le Baron d’. Le Progrès Brésilien: la participation de la France, étude sociale, économique et financière. Paris: Librairie Plon, 1911.

ANTONIL, André João. Cultura e Opulência do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.

BAER, Werner. A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil. 6th. ed.; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1985; orig. ed.: Industrialization and Economic Development in Brazil. Homewood, Ill.: Richard D. Irwin, 1965.

———. *The Brazilian Economy: Growth and Development*. 6th ed.: Lynne Rienner, 2007.

BETHELL, Leslie (ed.). *The Cambridge History of Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984-1996 (12 vols.; many chapters on Brazil, written by Brazilian or foreign scholars).

——— (ed.). *The Cambridge History of Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, vol. 9: Brazil since 1930; Part 2: Economy and Society; chapters: Marcelo de Paiva Abreu: “The Brazilian Economy, 1930-1980” and “The Brazilian Economy, 1980-1994”; Marcelo de Paiva Abreu and Rogerio L. F. Werneck: “The Brazilian Economy, 1994-2004: An Interim Assessment”; Nelson do Valle Silva: “Brazilian Society: Continuity and Change”; Bibliographical Essays; available online: http://histories.cambridge.org/extract?id=chol9780521395243_eg3.

——— (ed.). *The Cambridge History of Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, vol. 11: Bibliographical essays; Part VI: Latin America: Economy, Society, Politics: c. 1870 to 1930; chapter 28: Warren Dean: “The Brazilian Economy”, p. 280-288.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

BRITO, José Gabriel de Lemos. *Pontos de partida para a história econômica do Brasil*. 1st ed.: Rio de Janeiro: Typographia do Anuario do Brasil, 1923; 3rd ed.; São Paulo: Companhia Editora Nacional/INL-MEC, 1980.

BUESCU, Mircea. *Evolução Econômica do Brasil*. 2nd ed.; Rio de Janeiro: APEC, 1974.

———. *Brasil: problemas econômicos e experiência histórica*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1985.

——— and Vicente Tapajós. *História do Desenvolvimento Econômico do Brasil*. Rio de Janeiro: A Casa do Livro, 1969.

BULMER-THOMAS, Victor. *The economic history of Latin America since independence*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

Caldeira, Jorge. *História do Brasil com Empreendedores*. São Paulo: Mameluco, 2009.

CALÓGERAS, J. Pandiá. *A Política Monetária do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1960 (Brasilianna n. 18; *La Politique Monétaire du Brésil*; Rio de Janeiro: Imprimerie Nationale, 1910).

CANABRAVA PFIFFER, Alice. *O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)*. São Paulo: Bul. XXXV of Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras USP, 1944.

CARVALHO, Carlos Delgado de. *Le Brésil Méridional: étude économique sur les États du Sud: S. Paulo, Paraná, Santa-Catharina et Rio-Grande-do-Sul*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1910.

CASTRO CARREIRA, Liberato de. História Financeira e Orçamentária do Império do Brasil desde a sua fundação. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889; Brasília-Rio de Janeiro: Senado Federal-Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980, 2 vols.

CAVALCANTI, Jacob. Histórico da Dívida Externa Federal. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923.

COATSWORTH, John H.; Taylor, Alan M. (eds.). Latin America and the World Economy Since 1800. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1998.

Colloques Internationaux du Centre National de la Recherche Scientifique. Histoire Quantitative du Brésil de 1800 à 1930. Paris: Editions du CNRS, 1973.

COUTY, Louis. L'Esclavage au Brésil. Paris: Librairie de Guillaumin, 1881.

Cunha, Brazílio Itiberê da. Expansão Econômica Mundial. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907.

DELFIN NETTO, Antonio. O problema do café no Brasil. São Paulo: Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, 1959; 2nd. ed.; São Paulo: Editora Unesp, 2009.

DENIS, Pierre: Le Brésil au XXème siècle. Paris: Armand Colin, 1907.

FERREIRA LIMA, Heitor. 3 industrialistas brasileiros: Mauá, Rui Barbosa, Roberto Simonsen. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

———. História do Pensamento Econômico no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976 (Brasiliana n. 360).

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). 2nd. ed.; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

———; Florentino, Manolo; Faria, Sheila de Castro. A economia colonial brasileira: (séculos XVI – XIX). São Paulo: Atual, 1998.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1934.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 14th. ed.; São Paulo: Nacional, 1976.

———. Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII: elementos de história econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais. São Paulo: Hucitec, 2001.

GIAMBIAGI, Fabio e alii (orgs.). Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004), Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GREMAUD, Amaury Patrick e alii. *Economia Brasileira Contemporânea*. 5th ed.; São Paulo: Atlas, 2004.

HABER, Stephen (ed.), *How Latin America Fell Behind: Essays on the Economic Histories of Brazil and Mexico, 1800-1914*. Stanford: Stanford University Press, 1997.

Holanda, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 13th ed.; Rio de Janeiro: José Olympio, 1979 (1936).

IGLESIAS, Francisco. *Introdução à Historiografia Econômica*. Belo Horizonte: Faculdade de Ciências Econômicas, 1959.

———. “Um historiador revolucionário”, In: Iglesias, Francisco (org.). Caio Prado Júnior: História. São Paulo: Atica, 1982, p. 7-44.

———. *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Org. by João Antônio de Paula; Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Editora Nova Fronteira/ Editora da UFMG, 2000.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Primeiro Congresso de História Nacional (1914)*, in *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Special vol., Part IV. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916.

KLAES, Matthias. “Historiography”, In: Warren J. Samuels, Jeff E. Biddle, and John B. Davis (eds.), *A Companion to the The History of Economic Thought*. Malden, MA.: Blackwell, 2003; chapter 29, p. 491-506.

LUZ, Nícia Vilela. “Brasil: A. Ensaio de Interpretação; B. Bibliografia”; in: Conde, Roberto Cortes; Stein, Stanley J. (eds.). *Latin America: A Guide to Economic History, 1870-1930*. Berkeley, Cal.: University of California Press, 1977; p. 163-181 e 182-272.

———. *A Luta pela Industrialização do Brasil: 1808 a 1930*. 2nd. ed.; São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

MALAN, Pedro S. e alii. *Política Econômica Externa e Industrialização do Brasil, 1939/52*. Rio de Janeiro: INPES, 1980.

———. “Relações Econômicas Internacionais do Brasil (1945-1964)” in Fausto, BORIS (org.). *História Geral da Civilização Brasileira, III: O Brasil Republicano*, 4th. vol.: Economia e Cultura, 1930-1964, 2nd. ed., São Paulo: Difel, 1986, p. 51-106.

MANOÎLESCU, Mihail. *Théorie do Protectionnisme e da Échange International*. Paris: Marcel Giard, 1929 (Braz. ed.: *Teoria do Protecionismo e da Permuta Internacional*; São Paulo: CIESP, 1931; new ed.: Rio de Janeiro: Capax Dei, 2011).

NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo: conferências e discursos abolicionistas*. Londres, 1883; São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

- NEUHAUS, Paulo. *História Monetária do Brasil, 1900-1945*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1975.
- (coord.). *Economia brasileira: uma visão histórica*, Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- PELÁEZ, Carlos Manuel. *História Econômica do Brasil: um elo entre a teoria e a realidade econômica*. São Paulo: Atlas, 1979.
- ; Mircea Buescu (coords.). *A Moderna História Econômica*. Rio de Janeiro: APEC, 1976.
- ; Wilson Suzigan. *História Monetária do Brasil*. 2nd ed.; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- PRADO JR., Caio. *Evolução Política do Brasil: colônia e império*. 4^a ed.; São Paulo: Brasiliense, 1963 (1933).
- . *Formação do Brasil Contemporâneo, Colônia*. 14th ed.; São Paulo: Brasiliense, 1976 (1942).
- . *História Econômica do Brasil*. 2nd ed., São Paulo: Brasiliense, 1949 (1945).
- QUEIRÓS MATTOSO, Katia M. de. *Être Esclave au Brésil*. Paris: Hachette, 1979.
- Rio Branco, Barão do. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia São Benedicto, 1930 (ed. coord. by J.B. Paranhos da Silva and Max Fleuiss).
- . *Esboço da História do Brasil*. Brasília: FUNAG-IPRI, 1992.
- SALVADOR, Vicente de. *História do Brasil (1500-1627)*. Curitiba: Editora Juruá, 2007.
- SANT'ANNA NERY, Francisco José de (org.). *Le Brésil en 1889*. Paris: Librairie Charles Delagrave, 1889.
- SIMONSEN, Roberto. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1937; Brasiliana, 2 vols, n^{os} 100 e 100-A; Brasília: Senado Federal, 2005.
- STEIN, Stanley J. *Vassouras: a Brazilian coffee county, 1850-1900*. Cambridge, Mas.: Harvard University Press, 1957a.
- . *The Brazilian Cotton Manufacture: textile enterprise in a under-developed area, 1850-1950*. Cambridge, Mas.: Harvard University Press, 1957b.
- STRATEN-PONTHOZ, Comte Auguste von der. *Le Budget du Brésil ou recherches sur les ressources de cet Empire dans leurs rapports avec les intérêts européens du commerce et de l'émigration*. Bruxelles: Librairie Muquardt, 1854, 3 vols.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Retomando a questão do início da historiografia econômica no Brasil. *Nova Economia*, Belo Horizonte: 14(1)11-37, 2004; available: <http://brasileiro.face.ufmg.br/novaeconomia/sumarios/v14n1/Szmrecsanyi.pdf>; access: 01/01/2011.

——— (org.). *História Econômica do Período Colonial*. São Paulo: Hucitec-Fapesp-ABPHE, 1996.

———; Lapa, J. R. A. (orgs.). *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Hucitec-Fapesp-ABPHE, 1996.

———; Maranhão, R. F. (orgs.). *História de Empresas e Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Hucitec-Fapesp-ABPHE, 1996.

———; Silva, S. S. (orgs.). *História Econômica da Primeira República*. São Paulo: Hucitec-Fapesp-ABPHE, 1996.

———; Suzigan, Wilson (orgs.). *História Econômica do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Hucitec, 1997.

TEIXEIRA, Aloísio; Maringoni, Gilberto; Lobato Gentil, Denise (orgs.). *Desenvolvimento: o debate pioneiro de 1944-1945*. Brasília: Ipea, 2010, 2 vols.

TEIXEIRA VIEIRA, Dorival. *Evolução do Sistema Monetário Brasileiro*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Bul. 24, 1962.

THORP, Rosemary. *Progress, Poverty and Exclusion: An Economic History of Latin America in the 20th Century*. Washington D.C.: Inter-American Development Bank, 1998.

TOPIK, Steven. *The political economy of the Brazilian State, 1889-1930*. Austin: University of Texas Press, 1987.

VERGUEIRO, Nicolau Pereira de Campos. *História da Fábrica de Ipanema e Defesa perante o Senado*. Brasília: EdUnB, 1979.

VERSIANI, Flávio Rabelo (org). *Formação econômica do Brasil: A experiência da Industrialização*. São Paulo: Saraiva, 1978.

VIANA, Vitor. *Histórico da formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.

———. *O Banco do Brasil: sua formação, seu engrandecimento, sua missão nacional*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio de Rodrigues & C., 1926.

[Brasília: 18/04/2012; Hartford: April 11, 2013; June 4, 2013]



Roteiro para submissão de artigos

Guidelines for submission of papers

1. A revista *História e Economia* publica artigos de história econômica, história financeira e história das idéias econômicas.

2. A revista também recebe resenhas de livros e comunicações sobre dissertações de mestrado e doutorado.

3. A publicação dos artigos ocorre conforme a aprovação dos textos pelo conselho editorial.

4. Os artigos não devem exceder 30 páginas (espaçamento duplo), incluindo notas de rodapé e referências bibliográficas.

5. O texto submetido para a revista deve ser original. Em casos especiais, poderemos aceitar a publicação simultânea em revista estrangeira.

6. Recebemos artigos em português, espanhol, inglês e francês.

7. Os originais devem ser editados em MS Word.

8. As figuras, tabelas e gráficos devem ser editados em preto e branco. Caso tais figuras tenham sido geradas em outros programas que não MS Word (por exemplo: Excel, Power Point), o autor deve enviar um arquivo separado contendo o objeto no seu formato original.

9. Devemos receber um arquivo adicional com o(s) nome(s) do(s) autor(es), endereço completo para correspondência contendo afiliação institucional, posição, titulação, telefone para contato e e-mail. É necessário que o autor inclua neste arquivo o título do artigo no idioma original e sua tradução para o inglês. Além disso, o autor deve incluir uma resenha do texto no idioma original e em inglês. A resenha em ambos os idiomas não devem exceder 150 palavras.

1. *História e Economia publishes articles on financial history, economic history and the history of economic ideas.*

2. *We accept book reviews and dissertation summaries.*

3. *The journal publishes papers according to their approval by the editorial board.*

4. *The articles must not exceed 30 pages (double spaced), including references and footnotes.*

5. *The manuscript submitted to the journal should be original. In special cases, we may accept the simultaneous publication in another foreign journal.*

6. *We welcome articles in Portuguese, Spanish, English and French.*

7. *The originals must be edited in MS Word.*

8. *The figures, tables and graphics should be edited in black and white and included in the file containing the article. In case the original figure, table or graph was created in a program different from MS Word, we must receive a separate file containing the object in its original format.*

9. *We must receive an additional file with the name of the authors, complete mailing address containing the institutional affiliation, position, title, phone number and email address. We request the author to include the title in its original language as well as its English translation. In addition, the author should enclose an executive summary in the original language and in English. The executive summary and the English translation should not exceed*

10. As referências bibliográficas devem ser detalhadas e completas, elaboradas de acordo com a NBR 6023 da ABNT. Os dados históricos e as tabelas devem especificar as fontes utilizadas. Em caso de fontes primárias (originais), o autor deve fornecer o nome do Arquivo (ou Instituto, Instituição), a caixa, seção (se for aplicável) e todas as demais informações que julgar relevantes.

11. Os arquivos podem ser enviados por e-mail para: revistahistoriaeconomia@gmail.com. De modo alternativo, recebemos arquivos em disquetes ou CD-ROM.

12. Somente artigos que satisfizerem os requerimentos acima serão submetidos para o comitê editorial.

13. Todos os textos submetidos à revista receberão avaliações escritas dos membros do comitê editorial.

14. O recebimento do texto pela revista automaticamente implica em autorização para futura e eventual publicação. A revista não paga qualquer tipo de royalties para o autor.

15. A revista *História e Economia* deve enviar uma carta e um e-mail para o autor acusando o recebimento dos originais (caso o artigo seja aprovado, algumas mudanças podem ser sugeridas).

16. A revista não devolverá nenhum texto recebido.

Envio de artigos

Os artigos podem ser enviados para:

Roberta Barros Meira

BBS Business School

Instituto de História e Economia

Alameda Santos, 745 • 1º andar

Cerqueira César • São Paulo, SP

CEP 01419-001 • Brasil

e-mail: revistahistoriaeconomia@gmail.com

10. The references must be detailed and complete. Historical data and tables should specify the sources used. In case of original/primary sources, the author must provide the archive's name, section, box (if it is applicable) and all the relevant information.

11. The files can be sent by email to: he@bbs.edu.br, in a 31/2 " floppy disks or CD-ROM.

12. Only the articles that meet the above requirements are submitted to the Editorial Board.

13. All the manuscripts submitted to this journal will receive written evaluations by the board members.

14. The submission of a manuscript to us implies authorization for future publication by its author. No royalties will be paid.

15. *História e Economia* will send a written letter and an email to the author. In case of approval, some changes may be suggested.

16. The journal will keep the originals.

Submission of originals

Originals should be sent to:

Roberta Barros Meira

BBS – Brazilian Business School

Institute of History and Economics

Alameda Santos, 745 • 1º andar

Cerqueira César • São Paulo, SP

CEP 01419-001 • Brazil

email: revistahistoriaeconomia@gmail.com

